



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Érica Portas do Nascimento Telles

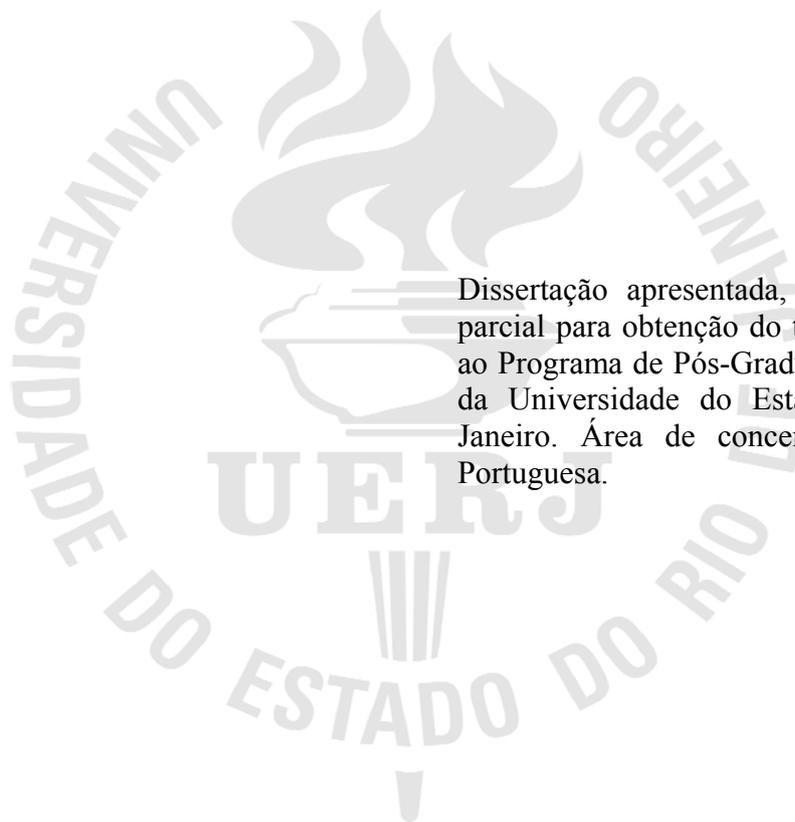
Orações relativas: estratégias de posicionamento no gênero notícia

Rio de Janeiro

2017

Érica Portas do Nascimento Telles

Orações relativas: estratégias de posicionamento no gênero notícia



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a. Dra. Magda Bahia Schlee Fernandes

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

T274 Telles, Érica Portas do Nascimento.
Orações relativas: estratégias de posicionamento no gênero notícias /
Érica Portas do Nascimento Telles. – 2017.
212 f. : il.

Orientadora: Magda Bahia Schlee Fernandes.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Orações subordinadas – Teses. 2. Jornalismo –
Linguagem – Teses. 3. Linguagem e cultura – Teses. 4. Metáfora – Teses. 5.
Redação de textos jornalísticos – Teses. I. Fernandes, Magda Bahia Schlee
de Brito. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras.
III. Título.

CDU 806.90-561.721

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Érica Portas do Nascimento Telles

Orações relativas: estratégias de posicionamento no gênero notícia

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 27 de setembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Magda Bahia Schlee Fernandes (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^ª. Dra. Vânia Dutra
Instituto de Letras - UERJ

Prof^ª. Dra. Patrícia Ribeiro Corado
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Às minhas Professoras Patrícia Ribeiro Corado e Magda Bahia Schlee.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Magda Bahia Schlee - que me orientou carinhosamente-, pela verdadeira orientação, pelos ensinamentos, pelos conhecimentos compartilhados e pela generosidade.

À minha Professora Patrícia Ribeiro Corado - a quem devo todas as minhas atuais e futuras conquistas -, pela humildade e generosidade com que compartilha seus conhecimentos.

Ao Professor José Mário Botelho, por ter feito parte da minha trajetória acadêmica.

Ao meu marido, Diogo, por sempre ter acreditado em mim.

À Tássia Simões, por ter tornado a minha caminhada mais leve.

À Maria Aparecida, por ter-me estendido a mão sempre que precisei de ajuda.

Às companheiras de mestrado, especialmente Juliana, por dividirem as alegrias e os sofrimentos comigo.

Aos familiares, pela torcida.

Só as palavras não foram castigadas com

A ordem natural das coisas.

As palavras continuam com seus deslimites

Manuel de Barros.

RESUMO

TELLES, Érica Portas do Nascimento. *Orações relativas: estratégias de posicionamento no gênero notícia*. 2017. 212 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho tem por objeto as orações subordinadas relativas, tradicionalmente denominadas subordinadas adjetivas. Considerando seu emprego no gênero textual notícia, essa estrutura é analisada sob a perspectiva sistêmico-funcional com base na hipótese de que essas construções, em muitos casos, ocupariam o lugar de cláusulas subordinadas adverbiais e, portanto, expressariam conteúdos circunstanciais, possibilitando ao jornalista interagir de forma conveniente na sociedade sem violar os contratos estabelecidos pelo gênero notícia. O estudo das cláusulas relativas baseou-se em um *corpus* formado por notícias do site G1 que abordam a política e a economia durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, além de informações a respeito das acusações feitas pela justiça ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. O levantamento e a análise das ocorrências revelaram a contribuição dessas construções para a indicação das estruturas relativas circunstanciais como realizações de metáforas ideacionais. Dessa forma, uma vez que essas estruturas encapsulam o posicionamento do jornalista em relação ao fato enunciado, isto é, a argumentatividade, socialmente, negada ao gênero notícia, comprovou-se a importância de tais construções nesse gênero.

Palavras-chave: Notícias. Orações relativas. Metáfora ideacional.

ABSTRACT

TELLES, Érica Portas do Nascimento. *Relatives clauses: positioning strategies in the news genre*. 2017. 212 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This work has as object the relative subordinate clauses, traditionally called subordinate adjective. Considering its job at the news textual genre, this structure is analyzed under the systemic-functional perspective on the assumption that these constructs, in many cases, would take the place of the adverbial subordinate clauses and, therefore, would express circumstantial contents, allowing the journalist to interact in a convenient way in society without violating the contracts established by the news genre. The study of the relative clauses was based on a corpus made up of news site G1 that cover politics and economy during the Government of President Dilma Rousseff, besides information regarding the charges made by the justice to former president Luís Inácio Lula da Silva and his lawyers' defense. The survey and analysis of the contribution of these constructions have revealed instances for the indication of the structures on circumstantial as achievements of ideational metaphors. Thus, once these structures encapsulate the position of the journalist in relation to the stated fact, that is, the argumentativity, socially, denied to the news genre, proved the importance of such constructions in this genre.

Keywords: News. Relative clauses. Ideational metaphor.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Diagrama generalista de influências entre preposições, práticas sociais e regras / recursos	59
Imagem 2 -	Ideologia, contexto de cultura e de situação	62
Imagem 3 -	Sistema sistêmico	64
Imagem 4 -	Linguagem e contexto social	74
Imagem 5 -	Contexto sociocultural e desenvolvimento linguístico	75
Imagem 6 -	Linguagem, registro e gênero como a projeção de sua semo-história	76
Imagem 7 -	Linguagem e seu ambiente semiótico	77
Imagem 8 -	Estratagemas típicos de construções simbólicas	84
Imagem 9 -	Perspectivas metafóricas	95
Imagem 10 -	Semântica do discurso e a léxico-gramática	96
Imagem 11 -	Semântica do discurso e a léxico-gramática 2	97
Imagem 12 -	A sociossemântica do texto	98
Imagem 13 -	Fluxo de eventos e as atividades humanas	100
Imagem 14 -	Componentes processuais e categorias gramaticais	101
Imagem 15 -	As circunstâncias em Halliday	102
Imagem 16 -	Eixo tático e eixo lógico-semântico	104
Imagem 17 -	Expansão e projeção	105
Imagem 18 -	Elaboração paratática e elaboração hipotática	106
Imagem 19 -	Extensão paratática e extensão hipotática	108
Imagem 20 -	Realce	111
Imagem 21 -	Incorporação e relações hipotáticas	116
Imagem 22 -	Incorporação por realce	118
Imagem 23 -	Tipos de circunstâncias nos eixos de extensão, elaboração e projeção	121
Imagem 24 -	Metáfora gramatical	122

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	BREVE HISTORIOGRAFIA DAS ORAÇÕES SUBORDINADAS RELATIVAS	16
1.1	Abordagem histórica	16
1.1.2	<u>Lisardo Rubio</u>	17
1.1.3	<u>Ernesto Faria</u>	21
1.1.4	<u>Mariano Bassols</u>	24
1.2	Abordagem das orações relativas na língua portuguesa	28
1.2.1	<u>Cláudio Brandão</u>	28
1.2.2	<u>Said Ali</u>	30
1.2.3	<u>Adriano da Gama Kury</u>	30
1.2.4	<u>Ana Maria Brito</u>	32
1.2.5	<u>José Carlos de Azeredo</u>	34
1.2.6	<u>Cunha e Cintra</u>	35
1.2.7	<u>Evanildo Bechara</u>	37
1.2.8	<u>Mário Perini</u>	38
1.2.9	<u>Rocha Lima</u>	40
2	CULTURA, LÍNGUA E SOCIEDADE	42
2.1	A realidade social e o sistema semântico	42
2.2	A cultura sob a perspectiva de Malinowski	47
2.3	Cultura e linguagem	52
2.4	Contexto de cultura: um fenômeno sociológico	53

2.4.1	<u>Poder e as relações sociais</u>	53
2.4.2	<u>Comportamento social</u>	56
2.4.3	<u>Teoria da estruturação</u>	58
2.4.3.1	<i>Habitus</i> e comportamento sociolinguístico	60
2.4.3.2	Conceito de contexto de cultura	61
2.5	Contexto de situação	63
2.6	Cultura e comportamento linguístico	69
2.7	Gêneros textuais	72
3	MÍDIA E PODER	80
3.1	A imprensa por Althusser e Gramsci	80
3.2	A mídia na atualidade	82
3.3	Teoria da objetividade jornalística	83
3.4	O gênero notícia	87
4	METÁFORA E PRÁTICA SOCIAL	90
4.1	A metáfora na perspectiva de Paul Ricoeur	92
4.1.1	<u>Tensão na metáfora</u>	93
4.2	A metáfora na perspectiva de Saerle	93
4.3	Metáfora gramatical	94
4.3.1	<u>Metáfora ideacional</u>	96
4.4	Metafunções	98
4.4.1	<u>Metafunção ideacional</u>	99
4.4.1.1	Função experiencial	99
4.4.1.2	Função lógica	103
4.4.1.2.1	Relações de expansão e projeção	105

4.4.1.3	Elaboração, extensão e realce	106
4.4.1.3.1	Elaboração	106
4.4.1.3.2	Extensão	108
4.4.1.3.3	Realce	110
4.4.2	<u>Incorporação</u>	115
4.4.2.1	Incorporação por elaboração	117
4.4.2.2	Incorporação por extensão	117
4.4.2.3	Incorporação por realce	118
4.5	Protótipos circunstanciais	120
5	METODOLOGIA	124
5.1	Análise do <i>corpus</i>	124
5.2	Ocorrências	125
5.3	Procedimentos de análise	126
6	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	128
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
	REFERÊNCIAS	201

INTRODUÇÃO

O funcionalismo é uma corrente linguística que, em oposição ao estruturalismo, concebe a linguagem como um instrumento de interação social. Dessa forma, a abordagem sistêmico-funcional, como um processo sociossemiótico, propõe-se a explicar a língua com base no contexto linguístico e extralinguístico, o que, de acordo com essa proposta, caracteriza a sintaxe da língua como uma estrutura em constante mutação em consequência das realizações discursivas, às quais se molda.

Portanto, de acordo com os funcionalistas, as realizações gramaticais de uma língua são diretamente relacionadas às funções discursivas, que as determinam: a relação entre o texto e seu contexto é, dessa maneira, motivada de tal forma que, a partir de determinado contexto, torna-se possível antever os significados que serão ativados e as construções linguísticas potenciais mais relevantes para codificá-los na língua, conforme Gouveia (apud VALÉRIO, 2012).

Nessa perspectiva, durante a análise de uma estrutura linguística, deve-se considerar, a fim de que esse processo seja proveitoso, a situação comunicativa na qual tal estrutura se constrói.

Assim, dado que, em um paradigma funcional, a língua, concebida como uma ferramenta de interação social, desempenha a função precípua de estabelecer relações comunicativas entre os falantes, conclui-se que, por meio desse veículo, o indivíduo passa a exercer os múltiplos papéis sociais, os quais são determinados pelos diversos contextos de cultura existentes.

Destarte, reconhecendo a existência da multiplicidade de papéis sociais e o seu desempenho por meio da língua, o funcionalismo concebe a gramática como uma construção cuja realização se molda às necessidades comunicativas do falante.

Diante disso, o contexto sociocultural revela-se de suma importância para a análise da estrutura linguística, tal como a análise estrutural se configura de extrema relevância para o entendimento do contexto social em que um texto se insere.

Com base nessa perspectiva funcional, o trabalho em tela visa a analisar as orações subordinadas relativas, tradicionalmente denominadas subordinadas adjetivas, tendo em vista relacionar suas propriedades semântico-formais a seu emprego no gênero textual notícia, ou melhor, em notícias do site G1 que abordam a política, a economia durante o governo da

presidenta Dilma Rousseff e informações a respeito das acusações feitas pela justiça ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Assim, esta pesquisa parte da hipótese de que os jornalistas lançaram mão, em substituição às subordinadas adverbiais, das construções relativas a fim de encapsular o posicionamento pessoal ou institucional acerca dos assuntos mencionados.

Tradicionalmente, as orações relativas, colocando-se à margem os estratos textuais e contextuais, são analisadas em nível sentencial, e essas análises são restritas a duas classificações prototípicas: adjetivas explicativas e adjetivas restritivas.

Embora, no plano semântico, correspondam às denominações “explicativas” e “restritivas”, essa classificação binária não recobre todos os usos das orações relativas, visto que, sem se levar em consideração as propriedades textuais e discursivas, restringe a análise sintático-semântica em relação ao termo que antecede o relativo.

Esta pesquisa, contudo, concentrando-se na perspectiva funcional, entende que os enunciados dispõem de uma variedade de formas utilizadas de acordo com as necessidades sociocomunicativas, ou seja, a linguagem, como um potencial de significados disponíveis aos falantes, possibilita a esses interagir de forma conveniente na sociedade sem que violem os contratos sociais estabelecidos pelos contextos de situação, os quais realizam os contextos de cultura. Ambos os contextos correspondem a dois estratos de instanciação da linguagem:

Os termos registro (contexto de situação) e gênero (contexto de cultura) identificam as duas camadas do contexto que têm um impacto no texto, e são, portanto, as duas principais dimensões de variação entre textos. Na abordagem aqui proposta, as variações de registros e de gêneros são dois planos realizacionais numa visão semiótica do texto. Tal visão é inerentemente dialógica e interativa: o texto é tanto a realização de tipos de contextos quanto a demonstração do que é relevante para os membros culturais em determinadas situações. (EGGINS; MARTIN, 1997, p. 251, apud GOUVEIA, 2009, p.26, apud VALÉRIO, 2012, p. 25)

Portanto, reconhecendo que cada texto possui um propósito específico e que os contextos de cultura e de situação em que o texto se insere determinam as escolhas linguísticas dos falantes, este trabalho constata o valor circunstancial das orações subordinadas relativas, já reconhecido na Língua Latina, e parte da hipótese de que, no gênero textual analisado, haja vista os valores circunstanciais das relativas, seria recorrente o uso dessas orações em lugar das orações subordinadas adverbiais como forma de atenuar o grau de comprometimento do enunciador (escritor/falante) com o fato enunciado.

Dessa maneira, devido à variação na forma de expressão do significado, isto é, à transferência de significado para um campo léxico-gramatical diverso daquele que normalmente o realiza, o contexto de cultura o qual norteia os textos analisados, que, em tese,

objetivam relatar acontecimentos de modo objetivo, impessoal e imparcial, não seria violado, porquanto a subjetividade do autor estaria disfarçada no texto pela utilização das orações subordinadas relativas em lugar das subordinadas adverbiais.

Dessa maneira, a assimilação de significados circunstanciais, isto é, não prototípicos das relativas, leva essas orações a serem reconhecidas como metáforas gramaticais.

Assim, considerando o conceito de gênero textual construído por Martin (2001), para quem os gêneros textuais são encenações, atividades orientadas para uma meta em que os falantes participam como membros de uma cultura, conclui-se que as realizações léxico-gramaticais são determinadas pelas peculiaridades socioculturais de cada gênero textual e que, portanto, a transferência de significados entre estruturas linguísticas se pode fazer frequente.

Logo, a realização da expressão circunstancial pelas estruturas relativas, motivada por fatores extralinguísticos e formalizada por recursos linguísticos que colaboram para esse significado, pretende constituir determinados valores argumentativos, os quais, para serem compreendidos, fazem o leitor lançar mão de procedimentos sociocognitivos que o levam a interpretar como uma oração adverbial o que, na verdade, apresenta-se sob a forma de oração relativa.

A adoção dessa forma incongruente de utilização da léxico-gramática é resultado das relações entre os participantes envolvidos na situação comunicativa, dado que o contrato social estabelecido entre o gênero notícia e sociedade é, em tese, regido pelo princípio da impessoalidade.

Assim, a fim de compreender a motivação extralinguística que incita a realização nas notícias de construções relativas em lugar das adverbiais, esta pesquisa propôs-se a analisar a relação entre língua, cultura e sociedade, o que nos levou a considerar a oração relativa circunstancial um recurso estratégico de criação de significados.

Para tanto, este trabalho dividiu-se em cinco capítulos, fundamentados em sete perguntas:

- 1) Como legado latino, por que, em português, a oração relativa circunstancial seria uma metáfora gramatical?
- 2) O que motiva o uso, no gênero notícia, dessas construções em detrimento das adverbiais?
- 3) Como se constitui a relação entre língua, cultura e sociedade?
- 4) Como se constitui o contexto de cultura?
- 5) Como se estabelecem as relações de poder no contexto de cultura?

6) Como se forma o contexto sociocultural que permeia a relação entre mídia e sociedade?

7) Seria o contexto de situação que influencia o contexto de cultura ou o contexto de cultura que determina o registro?

Assim, diante dessas indagações, seis capítulos, que pretendem responder a esses questionamentos, constituem este trabalho. O capítulo 1 tem por objetivo trazer à baila a abordagem histórica das orações relativas e o tratamento dado a essas orações por compêndios de Língua Portuguesa; o capítulo 2 pretende analisar a estreita relação entre língua, cultura e sociedade para que se possa, então, compreender a construção do contexto de cultura, o qual permeia a relação de poder entre mídia e sociedade; o capítulo 3 pretende fazer uma leitura dos verdadeiros propósitos sociais da mídia a partir de Althusser (1970), Gramsci (apud ALMEIDA 2011); o capítulo 4 observará, fundamentando-se, inclusive, na perspectiva da gramática de Halliday (2014), o desempenho das orações relativas como um tipo de metáfora gramatical; o capítulo 5 discorrerá sobre a metodologia de pesquisa adotada por este trabalho, e o capítulo 6 conterà as análises dos textos componentes do *corpus* selecionado por esta pesquisa.

1 BREVE HISTORIOGRAFIA DAS ORAÇÕES SUBORDINADAS RELATIVAS

Este capítulo tem por objetivo trazer à baila a abordagem histórica das orações relativas e o tratamento dado a essas orações por compêndios de Língua Portuguesa. O foco dessa leitura diacrônica será, no entanto, as construções relativas circunstanciais a fim de que se possa compreender a sua constituição na Língua Portuguesa como herança da Língua Latina.

Dessa forma, encarando, nesta pesquisa, a construção adjetiva circunstancial como legado deixado pelo Latim, observar-se-á, no tratamento dado a essa estrutura por compêndios de Língua Portuguesa, que esse tipo de oração adjetiva é abordado como uma construção atípica em Português, chegando alguns autores, até mesmo, a sequer reconhecê-lo em nossa Língua.

A abordagem dada por esses compêndios demonstra, portanto, que, em Português, ao contrário do que ocorre em Latim, há apenas o reconhecimento de duas formas prototípicas de estruturas adjetivas, cuja função se restringe à adjetivação de um substantivo ou pronome.

Esse fato, dessa maneira, caracteriza as construções relativas circunstanciais como estruturas incongruentes na Língua Portuguesa e, por conseguinte, em uma perspectiva funcionalista, construções metafóricas.

1.1 Abordagem histórica

A abordagem histórica das orações relativas leva-nos a constatar que, em latim, as orações relativas circunstanciais eram morfologicamente marcadas pelo denominado subjuntivo de subordinação; dessa maneira, na língua latina, os compêndios classificavam as orações em tela da seguinte forma: orações relativas adjetivas e orações relativas circunstanciais. Reconheciam, todavia, que ambas as relativas tinham como escopo um substantivo ou pronome, mas que as adverbiais, além do escopo nominal, estruturavam-se ancoradas ao verbo da oração principal por meio do modo subjuntivo, cuja função implicava uma conexão suplementar entre o conteúdo da oração principal e o da subordinada.

Este capítulo, por conseguinte, pretende demonstrar que, embora houvesse vacilações em relação à aplicação do subjuntivo de subordinação, as orações relativas circunstanciais, em latim, eram marcadas:

Magna culpa Pelopis, qui non erudierit filium nec docuerit quaternus esset quidque curandum¹ (Cíc., Tusc., 1, 107) – “grande a culpa de Pélops, que não instruiu o filho nem lhe ensinou que em tudo se deveria guardar uma média” (FARIA, 1982, p. 450)

No entanto, a vinda das orações relativas adverbiais para o Português não se consolidou, haja vista a perda, no latim vulgar, da função subordinadora do subjuntivo de subordinação e a identidade estrutural e semântica, que se construiu, ao longo da era latina, entre essas orações relativas circunstanciais e orações adverbiais. O desaparecimento da marca que distinguia as relativas e a identificação descrita acima implicaram, portanto, a extinção, em Português, da prototípica latina relativa adverbial.

Todavia, de forma não marcada, as orações adjetivas podem desempenhar, na Língua Portuguesa, papel semântico circunstancial, prototípico, em Português, de estruturas adverbiais.

Dessa forma, as construções relativas, que são tipicamente adjetivas em nossa língua materna, podem ser consideradas, ao exercer papel semântico típico das construções de natureza adverbial, estruturas metafóricas, em uma concepção funcionalista.

Assim, a partir de agora, a fim de compreender a natureza circunstancial da adjetiva latina e sua evolução para a Língua Portuguesa, será feita uma descrição histórica das construções relativas/adjetivas sob a perspectiva de três autores de compêndios de Língua Latina: Lisardo Rubio (1982), Ernesto Faria (1958) e Bassols (1971).

1.1.2 Lisardo Rubio

Segundo Rubio (1982), é evidente que toda oração introduzida por um pronome relativo seria uma construção relativa e, como tal, nada mais do que isso; todavia, estando flexionado o verbo da oração hipotática no modo subjuntivo, acarretava-se uma

¹ Embora o verbo em Latim esteja no subjuntivo, a tradução para o Português é feita colocando-se o verbo no indicativo a fim de se manter uma frase coerente.

“hipersubordinação”, cuja consequência era uma relação suplementar com o conteúdo da oração principal: a oração relativa continha, assim, uma noção circunstancial.

Dessa maneira, conforme o autor, a presença do subjuntivo onde se esperava o indicativo implicava uma conexão complementar ou suplementar, nas palavras do gramático, entre o conteúdo da oração principal e o da subordinada.

A “hipersubordinação”, de acordo com Rubio (1982), era desencadeada nas orações relativas pelo subjuntivo, marcando a existência das denominadas, em Latim, relativas adverbiais.

Segundo o autor, as orações relativas cujo modo verbal era formado pelo indicativo limitavam-se a determinar ou definir o substantivo denominado antecedente, enquanto a oração de relativo com subjuntivo apresentava uma dupla função: ao passo que seu transpositor remetia, devido à concordância em gênero e número, a um elemento da oração principal, a construção relativa, devido ao seu modo verbal, relacionava-se ao verbo da oração principal e, assim, a essa se subordinava:

Em contrapartida, a oração relativa com subjuntivo expressa, por acréscimo, uma relação recíproca entre o verbo principal e o subordinado: causa, condição, consequência, fim, etc., de um processo a outro: (*Messanam*) *sibi* (*Verres*) *urbem delegerat, quam haberet adiutricem scelerum*/Verres havia escolhido a cidade de Messina para tê-la como cúmplice de seus crimes (relativa- final). (RUBIO, 1982, p. 290)

Essa função do subjuntivo, segundo Rubio, já se vislumbrava em alguns manuais sem que fosse claramente explicada. O autor afirma que, na sintaxe de Ernout-Thomas (1924), ensina-se que a oração relativa expressava, com frequência, uma “relação lógica” e que o subjuntivo contribuía para marcar essa relação:

A oração relativa expressa, muitas vezes, uma conexão lógica: fim, condição, causa, concessão, consequência, a qual o subjuntivo contribui² para marcar: *illum ex omnibus delegitis quem bello praedonum praeponcretis*/ você o escolheu entre todos para fazê-lo liderar a guerra dos piratas (ERNOUT-THOMAS, 1924, p. 336)

Rubio (1982) observa, então, talvez a fim de especular acerca do caráter contributivo do modo subjuntivo, que muitos gramáticos e comentaristas viam, em “*Stule feci qui hunc amisi*”/ “tonto de mim, que o soltei” (Plauto, Mil, Gl., 1.376), embora o verbo estivesse no indicativo, uma construção relativa causal.

De acordo com Rubio (1982), não se poderia, em casos assim, conceber como incoerente uma tradução causal, entretanto, para ele, há de se reconhecer que o valor causal

² Rubio deixa claro que devem-se precisar os termos “relação lógica” e “contribuir”.

seria apenas ideológico: para o autor, a causalidade seria uma sugestão implícita no contexto. Por sua vez, se, no mesmo texto, aparecesse o subjuntivo, haveria uma “hipersubordinação” explícita, a qual concretizaria a relação causal, cuja existência não seria apenas sugerida.

Por conseguinte, conforme o gramático, o subjuntivo não contribuía para fazer causal um conteúdo que já era causal, esse modo verbal marcava uma relação gramatical, que tornava concreta a leitura circunstancial.

Em resumo, Lisardo Rubio (1982) defende que uma oração relativa estruturada com o verbo no subjuntivo não apenas determinava um elemento da oração principal, mas também estabelecia uma relação entre o processo expresso na oração subordinada e o predicado da oração principal. O subjuntivo, portanto, marcava uma segunda forma de subordinação na estrutura adjetiva, ou seja, uma “hipersubordinação”, conforme Rubio (1982).

O gramático segue suas explicações com os seguintes exemplos:

Relativa-final: “(Messanam) sibi (Verres) urbem delegerat, quam haberet adiutricem scelerum”/ “Verres havia elegido a cidade de Mesina para tê-la como cúmplice de seus crimes” (Cic., Verr. 2, 5, 160). O relativo *quam*, consoante Rubio (1982), refere-se ao substantivo *urbem*, todavia o subjuntivo *haberet* concatena-se com o indicativo *delegerat*. Dessa maneira, a tradução reflete, segundo Rubio (1982), a relação entre os processos, dispensando a relação que o relativo mantém com o seu antecedente *urbem*:

Se em lugar de “haberet” se pusesse “habebat” a oração relativa seria uma pura determinação do seu antecedente e o significado seria: Verres havia elegido a cidade de Mesina, que ele tinha como cúmplice de seus crimes. (RUBIO, 1982, p. 292)

Relativa-Causal: “Me miserum, qui toum animum ex animo spectau meo”/ “Desgraçado de mim, que julguei teu coração como meu” (Ter., And., 646). Para o autor, essa construção não é explicitamente causal, funciona apenas como determinação do antecedente. Todavia, em “Me caecum, qui haec ante non uiderem³”/ “eu sou um cego, que não vi essas coisas antes”, o gramático considera a existência da determinação do antecedente e a existência de uma relação causal entre o conteúdo da oração relativa e da principal.

Relativa-consecutiva: “Tu es enim is, qui me in contionibus ad caelum extulisti”/ “Você é a pessoa, que nas assembleias me colocou pelas nuvens” (Cic., Fam., 15, 4, 11). Nesse exemplo, para Rubio (1982), há simples determinação do antecedente. Por sua vez, com o verbo “nescias” no subjuntivo em “Neque enim tu is es, qui quid sis nescias”/ “ Tu não

³ Embora o verbo em Latim esteja no subjuntivo, a tradução para o Português é feita colocando-se o verbo no indicativo a fim de se manter uma frase coerente.

és tal que possas ignorar quem é” (Fam., 5, 12, 6), o autor considera que a relação consecutiva é evidente.

Também em “Qui homost qui dicat me dexisse istuc?”/ “Quem é a pessoa capaz de dizer que eu disse tal coisa?” (Pl., Blacch.,807), Lisardo Rubio (1982) assevera a existência de uma evidente hipersubordinação, contudo, caso houvesse a alteração *qui dicit*, o autor afirma que a construção seria uma relativa determinativa.

Relativa-concessiva: “Peccatum suum, quod celari posset, confiteri maluit”/ “Preferiu confessar a culpa, que mantinha (embora pudesse mantê-la) em segredo” ⁴(Cic.,Nat., deor.,II, 4) . Se não houvesse o subjuntivo, de acordo com Rubio, a relativa apenas determinaria o antecedente.

Relativa-condicional: “Libertini etiam, quibus liberi essent... in uerba iurauerant”/ “Os libertos que tivessem filhos (se tivessem filhos) prestariam juramento” (Livio, 22,11,8). Segundo Rubio, Lívio usou o subjuntivo porque ter filhos era uma condição exigida para prestar determinado juramento:

Com “erant” em lugar de “essen” a tradução seria: inclusive os libertos que tinham filhos prestaram juramento, todavia não haveria a possibilidade de interpretar o fato de ter filhos como condição exigida para o juramento; quibus liberi *erant, como pura determinação do antecedente, não condicionaria a afirmação contida na oração principal. (RUBIO, 1982, p. 293)

Portanto, a esse subjuntivo responsável pela “hipersubordinação”, encontrado nas orações de relativo e em algum outro tipo de construção subordinada, Lisardo Rubio (1982) denominou “subjuntivo de subordinação”⁵, cujo termo “subjuntivo” se aplicava à morfologia⁶ e cujo acréscimo da expressão “de subordinação” se referia aos usos em que esse modo não mantinha os valores típicos com os quais aparece em orações independentes e, em grande maioria, nas orações subordinadas:

Trata-se, pois, de uso em que o modo não tem sentido em si mesmo (cf. Diomedes, Gramm. Lat., I, 340, 24: quod per son exprimat sensum), mas somente concatenado de alguma maneira (cf. com as denominações subjuntivo, conjuntinvo, adjuntivo) com o verbo regente ou principal . (RUBIO, 1982, p. 295)

⁴ Ver nota 3.

⁵ A expressão subjuntivo é determinada pela locução adjetiva “de subordinação” porque, para Rubio, o modo subjuntivo não seria o modo próprio da subordinação em geral.

⁶ Para os gramáticos latinos, o modo subjuntivo pertencia à terminologia puramente sintática, sem alusão à morfologia . Por modo subjuntivo os antigos entendiam qualquer forma verbal subordinada e, portanto, em seus exemplos de modo subjuntivo aparecem com mais frequência formas de indicativo do que de subjuntivo: “cum dixeró”, “cum legeró”, etc., são, para eles, modo subjuntivo. Assim chamadas por carecerem de sentido em si mesmas e necessitarem de outra estrutura a fim de tornarem-se inteligíveis. (Rúbio, 1982)

1.1.3 Ernesto faria

De acordo com Faria (1958), as relativas adjetivas eram constituídas por verbos no modo indicativo, principalmente quando estruturadas por um relativo denominado indefinido ou indeterminado, como *quisquis*, *quiuus*, *quicumque*, *ubicumque*, entre outros, ao passo que as relativas circunstanciais (salvo as condicionais) eram construídas, predominantemente, pelo modo subjuntivo.

Conquanto, na língua arcaica, ainda se preservasse, em muitos casos, conforme Faria (1958), o emprego primitivo dos modos, obedecendo ao seu significado próprio, no período clássico as relativas causais, finais consecutivas e concessivas, como aponta o autor, eram construídas com o verbo no subjuntivo, embora, muitas vezes, esse modo tivesse seu valor original diferenciado de uma estrutura para outra:

As relativas causais, que geralmente exprimem um fato real, têm o verbo no subjuntivo no período clássico, mas este não é usado com seu valor próprio, mas como um índice de subordinação. Aliás, a língua arcaica empregava nestas construções frequentemente o indicativo: *summe ego stultus qui rem curo publicam* (Plaut., *pera.*, 75) “não sou um tolo, eu que cuido dos negócios público?”; e até mesmo na prosa clássica o indicativo aparece vez por outra (cf., *Cic., C., M., 46*). Da mesma forma as relativas concessivas apresentam um subjuntivo de subordinação, sendo ainda frequente na língua arcaica o emprego do indicativo que também ainda aparece, uma vez por outra, no período clássico. Já nas relativas consecutivas o emprego do subjuntivo provém da ideia de possibilidade, enquanto nas relativas finais conserva em sua plenitude o valor próprio de um subjuntivo volitivo, razão por que as relativas finais nunca se constroem com indicativo. (FARIA, 1982, p. 464)

Sendo assim, ainda que o subjuntivo funcionasse, nas relativas adverbiais constituídas no período clássico, como uma ferramenta de subordinação, não se deveria, segundo Faria (1958), esquecer que a escolha dos modos dependia - sobretudo no período arcaico -, parcialmente, do sentido da cláusula dependente:

Segundo exprimisse um fato real, ou tido como real, ou ao contrário uma hipótese ou um conceito mais ou menos subjetivo, sendo empregado no primeiro caso o indicativo e no segundo o subjuntivo de possibilidade ou volitivo, isto é, um verdadeiro subjuntivo como seria empregado em uma oração independente. Isto explica muitas vezes as diferenças de construções entre o latim arcaico, quando o subjuntivo ainda não estendera o seu emprego como índice puro e simples de subordinação, e o latim clássico e posterior, em que tal evolução se vinha processando ou já se realizara. (FARIA, 1958, p. 453)

De acordo com Ernesto Faria (1958), as orações introduzidas por um relativo classificavam-se como orações adjetivas, porque essas construções, geralmente, explicavam

ou determinavam o antecedente nominal ao qual se referiam. Todavia, essas estruturas também podiam exercer, conforme o autor, outros papéis:

As orações introduzidas por um pronome relativo costumam classificar-se como orações adjetivas, isso porque, de um modo geral, elas explicam ou qualificam o antecedente a que estão ligadas. Podendo, entretanto, também desempenhar outras funções (como exprimir ideias de fim, de causa, de condição, etc., normalmente desempenhadas pelas orações conjuncionais adverbiais). (FARIA, 1958, p. 449)

Portanto, Faria (1958) sugeriu que as construções classificadas como adjetivas fossem denominadas “relativas”, porquanto, segundo o gramático, essa nomenclatura abrangeria todos os casos acima, e, assim, o autor dividiu o estudo orações relativas em duas partes: estudo das orações relativas propriamente adjetivas e das relativas adverbiais.

Para Faria (1958), “a oração adjetiva propriamente dita é empregada essencialmente para explicar, qualificar ou determinar uma palavra, equivalendo, pelo sentido, a uma oração independente apenas coordenada à oração principal, o que explica construir-se com o verbo nos mesmos modos empregados na oração independente”:

Exs.: P. Considius, qui rei militaris peritissimus habebatur... cum exploratoribus praemittitur (Cés., B., Gal., 1, 21, 14) “P. Consídio, que era considerado habilíssimo em questões militares, é enviado na frente com os batedores”; res loquitur ipsa: quae semper valet plurium (Cíc., Mil., 53) “a causa fala por si mesma: o que sempre vale muito”; multa ad res peritiles Xenophontis libris sunt: quos legite, quae, studiose, ut facitis (Cíc. C., M., 59) “os livros de Xenofonte são utilíssimos para muitas coisas; os quais, peço-vos, lede cuidadosamente, como o fazeis; etc. (FARIA, 1958, p. 449)

Por sua vez, as orações relativas adverbiais, salvo, segundo o autor, as relativas condicionais, carregavam o verbo para o subjuntivo. Esse modo verbal funcionava, portanto, como uma marca morfológica para distinguir as orações adjetivas das relativas adverbiais.

Para que se compreenda, então, a leitura suscitada pelo modo subjuntivo nas construções relativas, abaixo são ilustradas, conforme exemplificado por Faria, estruturas relativas constituídas por verbos nesse modo: causal (a), cuja compreensão equivale à interpretação inferida de uma conjuncional causal; final (b), que se equipara às conjuncionais finais; concessiva (c), equivalente às conjuncionais concessivas, e condicional (d), equivalente às conjuncionais condicionais:

a) Exs.: Magna culpa Pelopis, qui non erudierit filium Nec docuerit quatenus esset quidque curandum (Cíc., Tusc., 1,107) “Grande culpa a de Pelóps, que não instruiu o filho nem lhe ensinou que tudo se deveria guardar uma média”; magnam Caesarem inuriam facere, qui, suo aduentu uectigalia sibi deteriora faceret (Cés., B., Gal., 1, 36, 64); si iudicium senatus obseruare oporteret, liberam debere esse Galiam; quam bello uictam suis legibus uit uoluisset (Cés., B., Gal., 1, 45, 3) “ se

cumpria observar a decisão do senado porque ele tinha querido que a Gália vencida mantivesse as suas leis. (FARIA, 1958, p. 450)

b) Sunt multi qui eripiunt , quod alii largiantur (Cíc.,Of.,1,43) “Ha muitos que tiram a uns para prodigalizar a outros”; montis et qualis in circuitu ascensus qui cognoscerent misit (Cés., B., Gal., 1,21,11) “ Enviou-os para que reconhecessem qual seria a natureza da elevação e que acesso ofereceria em tono de si”; praemittit, qui videant quas in partes hostes iter faciant (Cés., B., Gal., 1,15,1) “envia na frente toda da cavalaria para que observassem para que direção dirigia o inimigo”. (FARIA, 1958, p. 450)

c) Exs.: Quibus proeliis calamitatibusque fractos, qui et sua virtute et populi Romani hospitio atque amicitia plurimum ante in Gallia potuissent, coactos esse Sequanis obsides dare (Cés., B., Gal., 1, 31, 7) “esgotados todos por esses combates e por estes revezes, conquanto tivessem sido os mais poderosos da Gália por sua bravura pela hospitalidade e amizade do povo romano, eram obrigados a dar reféns aos séquanos: Egomet, qui sero ac leviter Graecas litteras attingissem, tamen, cum venissem Athenas, complures ibi dies sum commoratus (Cíc., De Or., 1,2) “eu mesmo, ainda que tarde e sem profundidade tenha estudado as letras gregas, chegando há Atenas, lá fiquei dias”;etc. (FARIA, 1958, p. 451)

d) Exs.: qua sanari poterunt sanabo (Cíc., Cat.,2,11) “o que poder ser sanado procurarei sana”(modo real); haec... qui uideat, nonne cogatur confiteri deos esse?(Cíc., Nat.,2,12) “quem veja isto, não será obrigado a confessar que os Deuses existem?”(modo potencial); qui uideret urbem captam diceret (Cíc.,Verr., 4, 52)” quem a tivesse visto a julgaria uma cidade abandonada pelos inimigos”(modo real ou potencial passado). (FARIA, 1958, p. 451)

Para Faria (1958), as orações relativas consecutivas eram também constituídas pelo modo subjuntivo, “sendo de se notar que se consideram relativas consecutivas não as que são introduzidas por um relativo precedido por *tam*, *tantus*, *talis*, *is*, etc., mas ainda todas as expressões semelhantes, bem como as constituídas por expressões tais como *sunt qui reperiuntur qui*, *nemo est qui*, *quis est qui*, etc”:

Exs.: quae tam firma est civitas, quae non odiis et discidiis funditus possit everti? (Cíc., Lael., 23) “que não há tão firme que não possa ser abalada em seus fundamentos pelos ódios?” *innocentia est affectio talis animi, quae noceat nemini* (Cíc.,Tusc., 16) “a inocência é um estado de espirito tal que não prejudica a ninguém”; *Non sum ego is consul, qui nefas esse putem Gracchos laudari* (Cíc.,Adr., 2,10) “quanto a mim não sou um cônsul que julgue ser proibido louvar os gracos” ; *sunt qui ita loquantur* (Cíc., Rab., 28) “Há os que falem assim”; *qui potest temperantiam laudare is, qui ponat summum bonum in voluptate* (Cíc., Of., 3, 117) “como pode louva a temperança quem coloca nos prazeres a suprema felicidade?” *idoneus fuit Nemo quem imitarere* (Cíc.,Verr.,3,41)”não houve ninguém apropriado a quem pudesse imitar”. (FARIA, 1958, p. 450)

Faria (1958), portanto, assim como Rubio (1982), concebe o processo de hipersubordinação como um mecanismo que permitia à construção relativa transcender sua função qualificadora e desempenhar um papel semântico circunstancial, exercido no decorrer do período latino, com a gramaticalização dos pronomes relativos, pelas adverbiais, construções subordinadas conjuncionais que exprimem circunstâncias, “cujo valor

relativamente à oração principal pode ser causal, final, consecutivo, condicional, temporal e comparativo”.

1.1.4 Mariano Bassols

Bassols (1971) afirma que, nos mais antigos registros do Latim, verificava-se um conjunto de conjunções subordinativas bastante completo e que, cada vez mais, eram sistemáticas as mudanças em que somente a variação do modo verbal era usada para determinar a subordinação. No entanto, o autor assevera que, apesar dessas mudanças, as orações subordinadas eram caracterizadas não só pelas variações verbais, mas também pelo uso de conjunções e pronomes.

No que diz respeito aos pronomes relativos, Bassols (1971) evidencia o papel que estes exercem, não apenas pela frequência de usos, mas também pelo fato de os pronomes relativos- interrogativos originarem um elenco de conjunções, como:

Quod: forma neutra do relativo - já nos registros mais antigos aparece como conjunção e, portanto, em diversos casos, segundo Bassols (1971), torna-se difícil de distinguir se é uma conjunção ou um pronome relativo. Também nos primórdios do latim, segundo Bassols (1971), o uso da conjunção como causal se explicaria pelo fato de as formas pronominais neutras admitirem uso adverbial. Em latim vulgar, o gramático afirma que o *quod* introduz todos os tipos de orações adverbiais, transmutando-se em uma conjunção universal.

Quia: forma pronominal neutra do relativo- segundo Bassols (1971), podia ser usada com o significado de “por quê?”, todavia, ainda segundo o autor, devido à perda da tonalidade interrogativa e da pausa, tornou-se uma conjunção causal. Bassols afirma que, em latim vulgar, o uso das conjunções era indiferente.

Cum: segundo Bassols (1971), os autores arcaicos utilizavam preferencialmente a forma *quom*. De acordo com aquele, o *quom* transmutou-se em uma conjunção temporal, no entanto sua essência relativa se destaca por referir-se, muitas vezes, a um antecedente. O autor declara que, a partir da ideia temporal, o transpositor alcançou os significados causal, explicativo, concessivo e adversativo. Haja vista sua natureza relativa, a oração aparece, geralmente, construída com indicativo no período arcaico, contudo, ainda segundo o autor, também ocorre a construção com o modo subjuntivo, que predomina nas orações causais e

concessivas, mas não nas temporais, as quais ocorrem em ambos os modos. De acordo com Bassols (1971), não resiste a partícula, no romance, como conjunção.

Quo: ablativo do relativo- usada, segundo Bassols (1971), com matiz causal, em geral, quando antecede uma negação. Também é utilizada, conforme o autor, como conjunção final.

Ut: segundo Bassols (1971), registra-se, em todos os períodos latinos, como conteúdo interrogativo-exclamativo de matiz modal, concorrendo com *quomodo*, *qui* e *quam*. Dessa maneira, o gramático afirma que, dessa acepção modal, originam-se seus significados temporal e causal e que, com valor modal indefinido, usava-se a partícula para reforçar o subjuntivo de possibilidade, volição ou indignação, que estivessem coordenados a outra oração; todavia, ainda segundo Bassols (1971), interpretando-se a primeira oração como subordinada à segunda, *ut* se transmutou em conjunção de subordinação e, por isso, logrou um significado completivo, final, consecutivo e, inclusive, explicativo.

Dessa forma, diante do exposto, pode-se observar que das partículas relativas, que introduzem as orações subordinadas relativas, originaram-se as conjunções subordinativas adverbiais, que introduzem as orações subordinadas adverbiais.

As orações subordinadas, de acordo com Bassols (1971), deveriam ser estruturadas com verbos no subjuntivo ou no indicativo, a depender dos valores modais exigidos pela construção paratática das quais se originavam.

A aplicação dessa regra, conforme Bassols (1971), explicaria o fato de as orações finais, completivas com *ut*, consecutivas, condicionais potenciais e irrealis, interrogativas deliberativas se constituírem com o modo subjuntivo e das demais orações subordinadas, além das temporais, causais, condicionais reais, assim como as concessivas, construírem-se com o indicativo.

Contudo, de acordo com as pesquisas de Bassols (1971), “a perda do valor modal do subjuntivo nas orações coordenadas que passaram a subordinadas; o subjuntivo como meio de expressão da subjetividade; a atração modal e o subjuntivo em estilo indireto” contribuíram, majoritariamente, com a debilidade do matiz modal do subjuntivo, determinando que os romanos passassem, portanto, a ver nesse modo uma ferramenta cuja função era assinalar o caráter subordinado das orações:

Daí a constante penetração desse modo (subjuntivo) no campo da subordinação, especialmente no período clássico, época de máxima reflexão sobre a linguagem; em contrapartida, em latim arcaico, como em pós-clássico, o indicativo é muito mais usado. (BASSOLS, 1971, p. 143)

Portanto, em relação às orações relativas, Bassols (1971) afirma que são de natureza adjetiva, dado que modificam um substantivo ou pronome como faria um adjetivo. Contudo, essas orações podem, ainda, segundo o autor (1971), substantivar-se e adverbializar-se:

Finalmente, podem também as orações relativas, como os adjetivos, ser usadas com valor adverbial, em cujo caso introduzem determinações acessórias ao verbo principal (causa, tempo, finalidade) [...] (BASSOLS, 1971, p. 234)

As orações de relativo com valor adjetivo ou substantivo se constituíam, geralmente, consoante Bassols (1971), com verbo no indicativo. Conforme o gramático, o emprego do subjuntivo, nesses casos, era pouco tradicional, ao passo que, nas orações relativas de natureza adverbial, o uso dos modos verbais era discrepante: muitas delas construía-se com o subjuntivo, em especial no período clássico.

Assim, segundo Bassols (1971), as orações relativas de natureza adverbial final se estruturavam com o subjuntivo, ao passo que as consecutivas, concessivas, condicionais oscilavam, ora se constituíam com o verbo no subjuntivo, ora se constituíam com o verbo no indicativo:

Pelo contrário, as orações relativas de conteúdo temporal e causal deviam, propriamente, construir-se com indicativo, já que, nelas, não é lógico atribuir a seu verbo nenhum valor tipicamente modal; todavia o uso do subjuntivo podia também, em alguns casos, justificar-se pelo desejo de apresentar o fato como uma reflexão do sujeito que fala ou mesmo de uma pessoa citada na oração principal (cf. subjuntivo oblicuo). (BASSOLS, 1971, p. 244)

Conforme o gramático, essas orações se constituíam, no período arcaico, com o modo indicativo; no entanto, já no período clássico, o modo subjuntivo, devido à sua tendência de desempenhar a função de mera ferramenta de subordinação, passava a ocupar o lugar do indicativo.

Bassols (1971) detalha, em sua gramática, as tipologias oracionais que constituem esse grupo:

i) Relativas finais – constituíam-se, de acordo com o autor, com verbos sempre no subjuntivo, assim: *Clusini legatos Romam qui auxilium ab senatu peterent, misere* /A câmara enviou a Roma embaixadores, que terão a ajuda do senado (Liv.).

ii) Relativas consecutivas – no período arcaico, segundo Bassols (1971), era frequente o uso do modo indicativo; todavia, nos períodos seguintes, predominava o modo subjuntivo, conforme o gramático: *Porrigebatur planities, quae tenuem aciem parentatur* / Estende-se a planície, que oferece em sacrifício uma tênue batalha (Tac).

iii) Relativas causais – constituíam-se, em latim arcaico, com o modo subjuntivo e indicativo, com predomínio do indicativo. Por sua vez, em latim clássico, havia prevalência, de acordo com Bassols (1971), do modo subjuntivo: *stulte feci qui hunc amisi* (Plaut.). Tolo eu que estava perdido; *ego quis um piscator scio* / Eu, que sou um pescador, sei (Prud.).

vi) Relativa concessiva e adversativa – variavam como as causais: *Illa illum censet virum esse, quae cum moecheo est*/Ela acredita ser ele, que é um adúltero, o seu marido (Plaut).

v) Relativas condicionais – O relativo equiparava-se, nesse caso, segundo Bassols (1971) à conjunção condicional *si*, as orações relativas condicionais eram construídas da mesma maneira que as estruturas adverbiais condicionais, isto é, em se tratando de fatos considerados reais, era empregado o indicativo e, em se tratando de fatos possíveis ou hipotéticos, empregava-se, conforme Bassols (1971) o subjuntivo: *qui non est victor nisi victus fatetur*/ Aquele que venceu não é vencedor a menos que o vencido o confesse; *haec qui videat nonne cogatur confiteri deos esse?* Não seria ele, que viu essas coisas, forçado a admitir a existência dos Deuses? (Cic).

Portanto, diante do exposto, pode-se observar que, no período clássico, houve a generalização do emprego do modo subjuntivo, ao passo que, no latim arcaico, o emprego desse modo não era tão usual.

Em relação ao período popular, Oliveira (2006) afirma que o emprego do subjuntivo tornou-se, nas orações relativas circunstanciais, mais restrito, deixando de funcionar como marca de subordinação para obedecer às expressões modais:

É importante deixar claro que a língua literária generaliza o emprego do subjuntivo a determinados tipos de orações, sem distinguir entre modalidade real ou irreal. Por sua vez, na língua vulgar, prevalece uma distinção entre subjuntivo e indicativo de acordo com a ideia expressa pelo contexto: de realidade ou irrealidade, ou seja, desde o latim vulgar a distinção entre modalidades parece se evidenciar com frequência no emprego das formas do subjuntivo e de indicativo. (OLIVEIRA, 2006, p. 93)

Portanto, a partir da prevalência da distinção, pela ideia expressa no contexto, entre subjuntivo e indicativo, isto é, da perda do subjuntivo de subordinação e a partir dos processos de gramaticalização dos relativos, que originaram conjunções subordinativas adverbiais, legaram-se ao Português apenas as relativas adjetivas, implicando papel metafórico a elas quando essas construções desempenham papéis circunstanciais. A relativa é classificada em português como adverbial apenas pelas relações semânticas que mantém com a principal, dado que não há nenhuma partícula morfológica, como em latim, que marque a

existência desse tipo de oração e que a distinga das relativas adjetivas. Por isso, em português, as relativas são prototipicamente classificadas em adjetivas explicativas e em adjetivas restritivas e, assim, o tratamento dado, por compêndios gramaticais, às orações relativas relega o papel semântico circunstancial desempenhado, muitas vezes, por essas a um mero apêndice. Há, ainda, casos em que o papel circunstancial sequer é reconhecido por esses compêndios.

Portanto, a fim de que se possa trazer à luz o tratamento dado por compêndios de Língua Portuguesa às relativas, esta pesquisa, a partir de agora, discriminará a abordagem das construções relativas dada por autores como Cláudio Brandão (1963), Said Ali (1964), Adriano da Gama Kury (1997), Ana Maria Brito (2003), José Carlos Azeredo (2007), Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009), Mário Perini (2010) e Rocha Lima (2011).

1.2 **Abordagem das orações relativas na língua portuguesa**

1.2.1 Cláudio Brandão

Segundo o autor, o período é composto por subordinação quando há uma oração principal, cujo significado encerra o conteúdo “dominante”, e outras orações a ela dependentes:

No recôncavo da baía/que se encurva ao oeste do Calpe, /Cartéia, a filha dos fenícios, mira ao longe as correntes rápidas do estreito que divide a Europa da África. (Herc.Eur.7). Três proposições: 1º “No recôncavo da baía...Cartéia, a filha dos fenícios, mira ao longe a correntes rápidas do estreito” (principal); 2º “que se encurva a oeste do Calpe” (subordinada, porque restringe o substantivo baía, pertencente à principal; 3º “que divide a Europa da África” (subordinada, por se referir a estreito, também pertencente à principal). (BRANDÃO, 1963, p. 137)

Essas orações subordinadas são denominadas cláusulas e se subdividem, consoante o autor, de acordo com o valor gramatical, a função sintática e o conectivo.

Assim, quanto ao valor gramatical, as orações podem ser substantivas, adjetivas ou adverbiais:

- a) as substantivas são as que equivalem a um substantivo;
- b) as adjetivas são aquelas que, ao se vincularem à principal pelo pronome relativo, restringem ou explicam um nome ou pronome. As que restringem são denominadas restritivas e são imprescindíveis ao significado geral, no entanto as que explicam e são, portanto, denominadas explicativas são, analisadas por Brandão, como dispensáveis ao período;
- c) as adverbiais são as que fazem, segundo o autor, as vezes de um advérbio ou locução adverbial.

Quanto à função sintática, as cláusulas podem ser: subjetivas, objetivas, terminativas, atributivas ou circunstanciais, que representam um complemento circunstancial da oração subordinante.

As atributivas são as que restringem ou explicam o significado de um substantivo ou pronome, “servindo-lhes de complemento atributivo”:

São atributivas todas as cláusulas adjetivas, e bem assim as substantivas, que, precedidas da preposição de, modificam um nome da subordinante. Exemplos de adjetivas atributivas: ‘O primeiro rei que Deus eleger neste mundo foi Saul’ (Vieira, Serm., 5º, 187). ‘Cada milagre dos que fazia Moisés no Egito/ era um mármore/ que se punha no coração de Faraó contra Deus/ de quem Moisés era ministro.’ (Id. *ibid.*, 194). (BRANDÃO, 1963, p. 139)

Quanto ao conectivo, Brandão (1963) classifica as subordinadas em relativas ou conjuncionais. As relativas são as que se prendem à oração principal por meio de um pronome relativo, enquanto as conjuncionais se prendem à principal por meio de uma conjunção subordinativa.

Segundo Brandão (1963), as orações participiais realizadas pelo particípio presente equivalem a cláusulas adjetivas, ao passo que as orações realizadas pelo particípio passado equivalem a cláusulas adverbiais:

- a) Particípio presente: “Na portada se viam dous leões dourados, sustentando (que sustentavam) as ruelas dos castros” (FREIRE, D. João de Castro, 3º, 40, 22, apud BRANDÃO, 1963, p. 144); “O jesuíta... estava em companhia de Francisco de Souza, quando lhe foi entregue o despacho contendo (que continha) a sua nomeação.” (J. F. LISBOA, Vida de Vieira, 157, apud BRANDÃO, 1963, p. 144)
- b) Particípio passado: “Surta a amada (depois que surgiu a amada), mandou Vasco da Gama Rodear a angra” (CASTANHEDA, Hist. Da Índia, I, 2º, 10, apud BRANDÃO, 1963, p. 144).

1.2.2 Said Ali

Conforme Said Ali (1964), as orações subordinadas classificam-se em substantiva, adjetiva e adverbial. As orações adjetivas, que, segundo o autor, fazem o papel de atributo, são denominadas também atributivas ou relativas.

Ao dividi-las em restritivas e explicativas, Said Ali (1964) afirma que as primeiras servem para completar ou delimitar o nome ao qual se referem: “As flores que produz o meu jardim são mais belas que as do vizinho. / Este é o punhal com que foi assassinado o porteiro. / Ele mora em um prédio cujas paredes são pintadas de azul.”

Já as explicativas representam apenas um esclarecimento, consoante Said ali, o qual afirma que, por esse papel, poderiam ser suprimidas sem que o sentido da oração principal fosse prejudicado: “Passou-se isto no tempo de Augusto, que foi o primeiro imperador romano. / A vida é mais bela na primavera, em que os prados se cobrem de flores.” (SAID ALI, 1964, p. 136)

No entanto, o autor reconhece que a oração explicativa pode assumir um valor causal não prototípico ao declarar que, às vezes, a oração explicativa encerra uma noção secundária de causa: “Tu, que és artista, saberás o valor deste quadro.” (SAID ALI, 1964, p. 136)

Said Ali, ao tratar do emprego do verbo, não aborda as orações adjetivas reduzidas de infinitivo; todavia, ao falar sobre o gerúndio, afirma que o gerúndio pode corresponder não apenas a oração adverbial, mas também a oração adjetiva:

Foi banhado em azeite e pez fervendo. (BERNARDES apud SAID ALI, 1964, p. 182)

Foi atezado com faixas ardendo. (BERNARDES apud SAID ALI, 1964, p. 182)

Algumas comédias havia com este nome contendo argumentos mais sólidos. (FR. J. FREIRE apud SAID ALI, 1964, p. 182)

1.2.3 Adriano da Gama Kury

Segundo Kury (1997), as orações que dependem sintaticamente de outras ou de um vocativo, exercendo, nelas ou nele, alguma função são denominadas subordinadas, classificando-se como principal a oração da qual depende uma subordinada:

i) “O presente que se ignora vale o futuro,” (M. DE ASSIS apud KURY, 1997, p. 17)
 “que se ignora” é adjunto adnominal de presente

ii) “Ó Deus, que estás nos Céus, Tem piedade de mim.” que estás nos Céus é adjunto adnominal do vocativo Deus (KURY, 1997, 17)

Essas orações exercem função de adjunto adnominal porque, segundo Kury, têm valor de adjetivo. Denominadas adjetivas, elas desempenham função de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente:

Nem sempre, todavia, existe um adjetivo correspondente (...); mas o princípio da substituição⁷ é válido: as orações adjetivas equiparam-se sempre a um adjunto adnominal. (KURY, 1997, p. 78)

Consoante o autor, as orações adjetivas classificam-se em restritivas e explicativas. As primeiras delimitam o substantivo ao qual se referem, definindo-o “mais claramente” e, portanto, para Kury, são imprescindíveis ao significado da oração complexa, “a qual, sem elas, pode não fazer sentido ou tê-lo incompleto e até absurdo”:

iii) “Os que aprendiam a ler na escola rural achavam indigna a labuta agrícola.” (J.A. DE ALMEIDA, Bag., 135 apud KURY, 1997, p. 78)

Já as segundas, segundo o autor (1997), apresentam valor próximo de um aposto explicativo ou atributivo e, por conseguinte, são dispensáveis, dado que sua eliminação não traria prejuízos ao sentido cabal da oração complexa. São isoladas, na fala, por uma pausa, transcrita por vírgulas na escrita:

iv) “Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha.” (M. DE ASSIS, VH, 229 apud KURY, 1997, 79)

Essas construções podem apresentar-se desenvolvidas ou reduzidas. De acordo com o autor (1997), há dois tipos de orações adjetivas desenvolvidas: as que são introduzidas por um pronome relativo ou por um advérbio pronominal relativo, denominadas relativas e as que são introduzidas por um pronome indefinido sem antecedente, denominadas justapostas:

v) “A maneira como receberam era um aviso.” (AN. MACHADO, HR, 9 apud KURY, 1997, 80) (relativa)

vi) “Não vemos os defeitos de quem amamos.” (KURY, 1997, 80) (justaposta)

Ainda segundo o autor (1997), as orações adjetivas podem apresentar-se de maneira reduzida, isto é, com verbos no infinitivo ou no gerúndio:

⁷ Palavra inserida pela autora, a fim de demonstrar que o autor se refere ao princípio da substituição.

vii) “Recebi prospectos dos aparelhos a serem adquiridos.” (KURY, 1997, p. 81) (reduzida de infinitivo)

viii) “O agonizante sofrer vira esperança/ de um cérebro domando um coração.” (P. L. MASI, SC, soneto 11 apud KURY, 1997, p. 81) (reduzida de gerúndio)

Conforme Kury (2007), há autores que reconhecem construções reduzidas de participípio; porém esse reconhecimento, para ele, se faz inadmissível, uma vez que o participípio deveria, por seu valor adjetivo, ser reconhecido e analisado apenas como adjunto adnominal.

1.2.4 Ana Maria de Brito

Consoante Brito (2003), as orações relativas são construções introduzidas pelos “tradicionalmente designados ‘pronomes’, ‘advérbios’ ou ‘adjetivos relativos’”, as quais, prototipicamente, modificam um antecedente nominal.

A autora (2003) classifica as orações relativas com antecedente nominal como relativas restritivas ou determinativas e relativas apositivas, explicativas ou não restritivas. De acordo com Brito (2003), as do primeiro tipo “contribuem para o valor referencial da expressão nominal”:

- i) Os chapéus que estavam no armário desapareceram.
- ii) O homem de que tu me falaste está a chorar.

As de segundo tipo, diferentemente das relativas restritivas, exprimem, de acordo com a autora (2003), um comentário do locutor acerca de uma entidade realizada por um SN, não contribuindo, portanto, a oração para o valor referencial desse sintagma nominal, dado que as construções relativas apositivas têm um caráter parentético, o qual é afirmado na oralidade por pausas e, na escrita, por sinais de pontuação, como, por exemplo, as vírgulas ou travessões:

- iii) Lisboa, que é a capital de Portugal, é uma cidade com uma luz especial.
- iv) O António, que faz anos amanhã, regressou do estrangeiro.

Conforme Brito (2003), a simetria sintático-semântica com os adjetivos implica a designação “subordinada adjetiva” às construções relativas. Todavia, a autora reconhece que as construções apositivas, fora de sua função prototípica, podem desempenhar funções típicas das orações adverbiais, devido à possibilidade de o “que” relativo assumir diferentes valores semânticos:

Note-se que uma vez mais a possibilidade de o 'que' relativo assumir diferentes valores semânticos: enquanto nas restritivas é o valor consecutivo que mais se destaca, nas relativas apositivas são sobretudo valores ligados à subordinação adverbial. (BRITO, 2003, p. 673)

i) Os homens, que são seres sociais, necessitam de viver em comunidade. (valor causal)

ii) “ Este Pedro Madruga não passou no seu tempo de um dos impiedosos senhores feudais (ele, que era bastardo, conseguiu o poder à custa do morte dos veros herdeiros).” (valor concessivo) (JN, 18-11-80 apud BRITO, 2003, p. 674)

Em se tratando das relativas restritivas, para a autora essas ainda podem, caso o verbo esteja no conjuntivo, desempenhar um valor modal, cuja interpretação se associa a um sentido condicional:

iii) Um leão que tenha fome é perigoso.

iv) Para cada artigo que escrever, ganharei 50 euros.

É notório que o fato dessas restritivas manterem um conteúdo condicional acarreta a sua ligação a um conteúdo que é prototípico da oração subordinada adverbial. Além disso, o fato de certas construções restritivas terem paralelos com certas construções infinitas demonstram o valor final que as relativas podem desempenhar:

v) Quero um livro que me divirta nas férias. (BRITO, 2003, 670)

vi) Procuo um sintacticista que venha fazer um seminário ao Centro de Linguística. (BRITO, 2003, 670)

No entanto, a autora (2003) trata esses sentidos como um caráter modal das relativas restritivas.

Brito (2003), assim como Said Ali (1961), reconhece, parcialmente, o conteúdo circunstancial que as estruturas relativas podem desempenhar; no entanto, ela, conforme os outros autores – incluídos Kury (1997) e Azeredo (2007) –, não encara o matiz circunstancial como uma característica prototípica da oração relativa. Assim, pode-se dizer que, embora essa nuance circunstancial tenha sido legada das estruturas relativas adverbiais, o reconhecimento dessas estruturas como um tipo de relativa não foi herdado pela Língua portuguesa.

Portanto, o fato de as relativas serem consideradas prototipicamente adjetivas, levando autores, como Cunha (2008), Bechara (2009), Perini (2010), a sequer reconhecerem a possibilidade de essas construções desempenharem um conteúdo circunstancial, implica – tomada a perspectiva funcionalista como parâmetro de análise – a caracterização das estruturas relativas circunstanciais como um tipo de metáfora gramatical, uma vez que se tem

aí uma forma alternativa de expressão dos mesmos conteúdos circunstanciais das orações adverbiais.

Assim, uma vez que as relativas, na Língua Portuguesa, são não marcadas – diferentemente do que ocorria no período clássico da Língua Latina –, esta pesquisa entende que as proposições teóricas da Linguística Sistemico-Funcional sobre os contextos de cultura e de situação se fazem úteis à compreensão das realizações das construções relativas circunstanciais, dado que o comportamento circunstancial das relativas faz parte das particularidades do gênero em que se inserem.

Dessa forma, no próximo capítulo, este trabalho abordará o processo de formação do contexto de cultura e de situação, para, então, chegar à descrição do contexto cultural e situacional que medeiam as construções das notícias, gênero textual usado como corpus desta pesquisa, no qual será analisado o comportamento circunstancial das relativas.

1.2.5 José Carlos Azeredo

Segundo Azeredo (2007), as orações adjetivas são introduzidas por um transpositor relativo e modificam um nome ou pronome. Segundo o autor, elas podem vir incorporadas, como um adjunto, ao SN ou posposta a ele como um aposto.

As orações adjetivas integradas ao SN são denominadas restritivas, pois contribuem para que se restrinja, ou melhor, identifique-se o ser ou objeto ao qual se referem:

Vimos a arma com a qual ele se defendia.

O carro cujo pneu furou continua no estacionamento. (AZEREDO, 2007, p. 82)

As adjetivas que não integram o SN são denominadas explicativas e, como são irrelevantes à identificação do antecedente ao qual se referem, muitos gramáticos a classificam como dispensáveis ao período; todavia, conforme Azeredo (2007), a irrelevância para a identificação do termo ao qual as adjetivas explicativas se referem não constitui argumento para torná-las dispensáveis:

Conforme já observou Rodolfo Ilari, ‘há nisso, na melhor das hipóteses, uma formulação obscura de um critério válido’ (ILARI, 1985, p.20). Com efeito, se é verdade que uma oração explicativa não contribui para a identificação da pessoa/coisa a que o antecedente se refere, pode, contudo, ser fundamental para justificar algo mais que se declare a respeito desse antecedente. (AZEREDO, 2007, p. 90)

Assim, de acordo com Azeredo (2007), no período “Coitada da minha avó... Logo ela, que amava tanto a vida/, ... ia morrer”, é a oração adjetiva explicativa “que amava tanto a vida” que dá sentido ao uso do “logo”.

O autor (1997) ainda observa que, além dos papéis prototípicos, as orações adjetivas podem acumular conteúdos circunstanciais de causa, concessão, condição, finalidade e resultado:

i) coitada da minha avó... Logo ela, que amava tanto a vida,... ia morrer. (valor concessivo) (NAVA, 1973, p. 75 apud AZEREDO, 2007, p. 90)

ii) Meu primo, que conhece bem esta cidade, pode nos servir de guia. (valor causal) (AZEREDO, 2007, p. 90)

iii) Eles contratariam qualquer pessoa que lesse história para as crianças. (valor condicional) (AZEREDO, 2007, p. 91)

iv) Desde que publicou a obra, o autor reuniu material com que ampliasse a segunda edição. (valor final) (AZEREDO, 2007, p. 91)

v) Cuidado para não fazer declarações que possam nos comprometer (valor consecutivo) (AZEREDO, 2007, p. 91)

Ainda segundo Azeredo (2007), variadas construções adverbiais parecem originar-se de construções adjetivas cujo relativo, unido ao antecedente, passa com esse a constituir uma locução conjuntiva temporal ou comparativa:

vi) As crianças gargalhavam cada vez que o palhaço dava uma cambalhota. (valor temporal) (AZEREDO, 2007, p. 91)

vii) Mario de Andrade escreveu mais cartas do que qualquer outro escritor brasileiro. (valor comparativo) (AZEREDO, 2007, p. 91)

1.2.6 Cunha e Cintra

Segundo Cunha e Cintra (2008), as orações subordinadas classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais, porque desempenham funções próprias de substantivos, adjetivos e advérbios.

As orações adjetivas são introduzidas por um pronome relativo e exercem a função sintática de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome que antecede o relativo:

A oração subordinada adjetiva pode, como todo adjunto adnominal, depender de qualquer termo da oração, cujo núcleo seja um substantivo ou um pronome: sujeito, predicado, complemento nominal, objeto direto, objeto indireto, agente da passiva, adjunto adverbial, aposto e, até mesmo, vocativo. (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 616)

Para o autor, a oração relativa em “Susana, **que não se sentia bem**, estava de cama” funciona como adjunto adnominal do substantivo “Susana”; Cunha, no entanto, não faz menção à relação causal que se estabelece entre a oração “Susana não estava bem” e a relativa “que estava de cama”.

Dessa forma, para Cunha e Cintra (2008), as orações adjetivas desempenham apenas dois papéis semânticos: o de restringir ou explicar o termo que a antecede.

As restritivas, conforme o autor:

Como o próprio nome indica, restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São, por conseguinte, indispensáveis ao sentido da frase; e, como se ligam ao antecedente sem pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula:” (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 618)

És um dos raros homens que têm o mundo nas mãos. (A. Abeladeira, NC, 121 apud CUNHA e CINTRA, 2008, p. 618)

Em contrapartida, as explicativas, consoante Cunha (2008), agregam ao antecedente uma qualidade acessória, uma vez que apenas esclarecem a significação do substantivo ao qual se referem, “à semelhança de um aposto”, não sendo, no entanto, indispensáveis, para o autor, ao sentido essencial da frase. Como um aposto explicativo, separam-se do antecedente, na fala, por uma pausa, que é representada, na escrita, por vírgulas:

Tio Cosme, que era advogado, confiava-lhe a cópia de papéis de autos.

Segundo Cunha e Cintra, as orações adjetivas também podem apresentar-se sob forma reduzida:

i) “Mas a visão logo se desvaneceu, ficando apenas os vidros/ a ocultarem com seu brilho, o/que lá dentro existia.” (FERREIRA DE CASTRO, OC, I, 136, apud CUNHA E CINTRA, 2008, p. 628) (reduzida de infinitivo)

ii) “Perdeu o desfile da milícia triunfante, / marchando a quatro de fundo.” (J. SARAMAGO, MC, 348 , apud CUNHA E CINTRA, 2008, 628) (reduzida de gerúndio)

iii) “As rosas brancas agrestes/

trazidas do fim dos montes/

vós mas tirastes, que as destes [...] (F. PESSOA, OP, 118, apud CUNHA E CINTRA, 2008, p. 630) (reduzida de participio)

1.2.7 Evanildo Bechara

Bechara (2009) define as orações subordinadas como complexas, dado que correspondem a membros sintáticos de uma oração principal. Assim, um conjunto complexo pode exercer função própria de substantivo, adjetivo ou advérbio, classificando-se como orações substantivas, adjetivas ou adverbiais.

A nós interessa as orações complexas de transposição adjetiva.

Segundo Bechara (2009), uma oração independente, pelo processo da hipotaxe ou subordinação, passa a um estrato inferior e, dessa maneira, começa a desempenhar uma função sintática em outra unidade oracional.

Nas adjetivas, a marca de subordinação oracional, isto é, os transpositores responsáveis pelo processo da hipotaxe são os pronomes relativos. Assim, Bechara trata as orações introduzidas por esses conectores de orações adjetivas ou de relativo.

Para o autor, mediante o transpositor, a oração independente passa a funcionar como adjunto adnominal do substantivo ao qual se refere. No exemplo “O aluno estudioso vence na vida”, Bechara afirma que o adjunto adnominal “estudioso” pode ser representado por uma oração, que, devido à equivalência sintático-semântica com “estudioso”, é denominada adjetiva:

O aluno que estuda vence na vida.

Esse tipo de oração, de acordo com Bechara, divide-se em restritivas e explicativas, correspondendo aos adjetivos explicativos ou descritivos e aos restritivos:

A oração adjetiva também conhece esses dois valores: a adjetiva explicativa alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente, e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem. Na língua falada, aparece marcada por pausa em relação ao antecedente e, na escrita, é assinalada por adequado sinal de pontuação, em geral, entre vírgulas: O homem, que vinha a cavalo, parou defronte da igreja. (BECHARA, 2009, p. 467)

A oração adjetiva, nesse caso, denuncia que havia apenas um homem na história, podendo ser, portanto, dispensada. Em contrapartida, na oração “O homem que vinha a cavalo parou defronte a igreja”, a adjetiva, segundo Bechara, demonstra que, na narração, havia mais de um homem:

A oração adjetiva, proferida sem pausa e não indicada na escrita por sinal de pontuação a separá-la do antecedente, demonstra que na narração havia mais de um homem, mas só o ‘que vinha a cavalo’ parou defronte da igreja. A esta subordinada adjetiva se chama restritiva. (BECHARA, 2009, p. 467)

Ainda segundo Bechara (2009), as orações adjetivas podem apresentar-se sob a forma reduzida, cujo verbo principal ou auxiliar aparece no infinitivo, gerúndio ou participípio:

i) Está marcada a festa a realizar-se na próxima semana. (reduzida de infinitivo)

ii) “Realmente, não sei como lhes diga que não me senti mal, ao pé da moça, trajando garridamente um vestido fino. (reduzida de gerúndio)

O Gerúndio pode indicar uma atividade passageira, “servindo para atribuir um modo de ser, uma qualidade, uma atividade a um nome ou pronome, mas apenas dentro de certo período e em determinada situação. Assim, água fervendo é água que naquele momento ferve ou fervia dentro de certo espaço de tempo”.

Também pode o gerúndio indicar uma atividade permanente ou qualidade inerente aos seres:

iii) “Algumas comédias havia com este nome contendo argumentos mais sólidos.” (FF apud AS. 2, 249 apud BECHARA, 2009, p. 517)

iv) “Os anais ensanguentados da humanidade estão cheios de facínoras, empuxados (= que foram empuxados) ao crime pela ingratidão injuriosa de mulheres muito amadas, e perversíssimas.” (reduzida de participípio)

(CBr.1, 120 apud BECHARA, 2009, p. 518)

1.2.8 Mário Perini

De acordo com Perini (2010), a subordinação difere da coordenação porque, naquele caso, as orações não se constroem uma ao lado da outra, mas uma dentro da outra: “A tia Rosa disse que o Rafael é médico.” (PERINI, 2010, p. 158)

A oração principal, também denominada por Perini oração maior, corresponde a todo o período e, por conseguinte, a subordinada “que Rafael é médico” integra a chamada principal.

Em relação às orações relativas, consoante Perini (2010), essas são compostas de um “nominal (que pode ser acompanhado de um determinante e/ou modificador), seguido de um relativo (que, quem, onde), seguido de uma estrutura oracional aparentemente incompleta, isto é, faltando um dos complementos).”

Para o autor (2010), a sequência descrita acima constitui, portanto, um sintagma nominal: “A bobagem que o cara disse me deixou irritado.” (PERINI, 2010, p. 189)

A estrutura relativa corresponde ao conteúdo sublinhado da frase:

Note-se que é um SN, a saber, o sujeito da oração que contém o verbo deixou. Essa estrutura consta de um nominal, no caso acompanhado de determinante (a bobagem). Depois do nominal, temos a palavra que, que é relativo; e logo depois temos a sequência o cara disse. Essa sequência seria uma oração se tivesse um objeto como em o cara disse uma bobagem. Como está, é incompleta, porque o verbo dizer exige a presença de um objeto, que não está em seu lugar habitual, logo depois do verbo. Concluímos que estamos na presença de uma estrutura relativa. (PERINI, 2010, p. 190)

Essa incompletude deveria, segundo Perini (2010), acarretar inaceitabilidade, dado que, “à primeira vista”, a valência do verbo “dizer” foi violada; no entanto, em uma estrutura relativa, a valência verbal é cumprida de maneira sintaticamente diferente:

O complemento faltante na estrutura oracional incompleta é justamente o nominal (com seus eventuais acompanhantes) que precede a ocorrência do relativo, no caso de “A bobagem que o cara disse me deixou irritado”, a bobagem. E com efeito o receptor ao ouvir entende que o que o cara disse foi a bobagem, de modo que não há incompletude semântica nessa estrutura. (PERINI, 2010, p. 190)

Assim, a estrutura relativa é um recurso linguístico utilizado para “singularizar” um dos componentes nominais da oração subordinada, tornando-o “um dos argumentos da principal”.

Segundo o autor (2010), a oração “o cara disse uma bobagem” pode integrar, como subordinada, uma oração principal “x me deixou irritado”. Assim, “x” pode corresponder à bobagem dita, e, nesse caso, “temos que singularizar o SN bobagem através de uma estrutura relativa”:

A bobagem que o cara disse me deixou irritado. (PERINI, 2010, p. 191)

Ou poderia, conforme o autor, ser o componente faltoso “x” o substantivo “cara”:

“O cara que disse a bobagem me deixou irritado.” (PERINI, 2010, p. 191)

Essa possibilidade das orações relativas, portanto, permite que se varie o tópico da oração, afirmando conteúdos sobre componentes distintos da oração subordinada. Dessa forma, Perini afirma que a função discursiva das estruturas relativas é focalizar “um dos elementos internos dessa oração – que então se diz relativizado – a fim de fazer uma afirmação sobre ele.”

1.2.9 Rocha Lima

De acordo com Rocha Lima (2011), o período construído por subordinação é composto por uma oração principal que “traz presa a si” outras ou outra oração, classificadas como dependente por comportarem-se como membro sintático da oração à qual se prende:

Se as orações subordinadas representam desdobramentos dos vários termos da oração principal, é evidente que figurarão ora com funções próprias do substantivo, ora com funções próprias do adjetivo, ora com funções próprias do advérbio. (ROCHA LIMA, 2011, p. 324)

Essas funções são, portanto, desempenhadas por orações substantivas, adjetivas e adverbiais e, quanto à forma e ao modo como se articulam com a oração principal, podem ser desenvolvidas, reduzidas ou justapostas.

Segundo o autor, a função sintática desempenhada pela oração adjetiva é a de adjunto adnominal:

Essas orações, que valem por adjetivos, funcionam como adjunto adnominal. Na trama do período, subordinam-se, portanto, a qualquer termo da oração anterior cujo núcleo seja substantivo, ou equivalente de substantivo. (ROCHA LIMA, 2011, p. 333)

Dessa forma, para Rocha Lima, no período “A água é um líquido que não tem cor, a adjetiva ‘que não tem cor’ acrescenta ao nome o mesmo sentido expresso pelo adjetivo “incolor”.

O autor afirma que o emprego das orações adjetivas permite que se juntem ao substantivo características cujo conteúdo não existe na variedade lexical dos adjetivos. Essas orações, quando desenvolvidas, são introduzidas por pronomes relativos ou pelos “advérbios relativos” *onde*, *como* e *quando*.

Os pronomes e advérbios relativos, além de funcionarem como conectores, exercem função sintática na oração em que se inserem: “Ele fitava a noite, que cobria o cais” (AMADO apud ROCHA LIMA, 2011, p. 334), portanto pode-se observar que, na relativa “que cobria o cais”, o pronome “que” desempenha função sintática de sujeito do verbo “cobria”.

Essas cláusulas, de acordo com Rocha Lima, podem ser subclassificadas, por seu sentido, em restritivas ou explicativas: as primeiras têm por ofício especificar, ou melhor, restringir o significado do termo o qual retoma e, diante disso, “não pode ser suprimida, sob

pena de a oração principal ficar prejudicada em sua compreensão”; as segundas são, segundo o autor, termos adicionais, “que encerram simples esclarecimentos” e, portanto, dispensáveis para a compreensão do período: “Os pecadores que se arrependem alcançam o perdão de Deus.” (ROCHA LIMA, 2011, p. 336)

Consoante Rocha Lima (2011), a adjetiva restritiva “que se arrependem” restringe os pecadores aos arrependidos e, por conseguinte, essa cláusula se faz essencial para o entendimento do sentido global da frase.

Já em “*Vozes d’África*, que é um poema épico, representa um alto movimento da poesia brasileira”, a adjetiva explicativa “que é um poema épico” dá uma informação adicional ao antecedente, “não apresentando nenhuma interferência no entendimento da declaração principal”.

O autor ainda declara que essas cláusulas podem ainda converter-se em reduzidas de participio, gerúndio e infinitivo.

A) As reduzidas de participio podem subclassificar-se em reduzidas de participio presente ou participio passado:

i) “Este é o caminho conducente à glória.”

ia) “Este é o caminho que conduz à glória”

ii) “Hospedaram-se em minha casa uns parentes chegados ontem do interior.”

iiia) “Hospedaram-se em minha casa uns parentes que chegaram ontem do interior.”

B) Reduzidas de gerúndio - De acordo com o autor, ocorrem com o gerúndio denominado progressivo, o qual se prende a um substantivo ou pronome da oração principal para expressar uma ação que está em desenvolvimento, um fato momentâneo: “Vede Jesus despejando os vendilhões do tempo” (BARBOSA apud ROCHA LIMA, 2011, p. 340)

C) Reduzidas de infinitivo

Vede Jesus a despejar os vendilhões do tempo.

Diante do exposto, pode-se observar que Rocha Lima, assim como Bechara, reconhece apenas os valores prototípicos das cláusulas adjetivas, deixando de lado os valores circunstanciais emanados de muitas dessas orações.

2 CULTURA, LÍNGUA E SOCIEDADE

Considerando, de acordo com Bakhtin (1988), que o mundo dos signos é o espaço onde são travadas as mesmas batalhas encontradas no mundo dos homens, este capítulo, por meio da sociologia e da antropologia, bases do estudo de Halliday (2001), pretende analisar a estreita relação entre língua, cultura e sociedade para que, então, possa-se compreender a construção do contexto de cultura, o qual permeia a relação entre mídia e sociedade.

Dessa maneira, como o mundo sógnico, sob o olhar da Sistêmica, realiza um contexto sociocultural, que representa, segundo Martin (2001), um contexto mais amplo, isto é um contexto ideológico, este capítulo fundamentar-se-á em trabalhos do antropólogo Malinowsk (1970) – cujas pesquisas introduziram o conceito de cultura, influenciando, portanto, as primeiras sistematizações desse princípio na linguagem –, dos filósofos Giddens (2003) – cuja teoria da estruturação social foi usada por Meurer (2004) a fim de expandir a estreita relação entre linguagem e contexto social –, Bourdieu (1975; 1985; 1987; 1990; 1991; 1993; 1994; 1996 apud Hanks, 2008), (1963 1964; 1965; 1969; 1974; 1979; 1980; 1983; 1990; 1992; 2000 apud Settoon 2002), (1989 apud ZANELA; FILHO E ABELA, 2003), (1980; 1983; 1987; 1988; 1989; 1992; 1994; 1996 apud LIMA) – cujos trabalhos se aproximam de certos elementos conceituais da teoria de Giddens –, Hanks (2008) – que estuda a língua como prática social – e Martin (1980; 1992; 1995; 1997; 2000; 2003; 2005 apud AVELAR e AZUAGA 2011), (1992; 1997 apud VIAN JR e LIMA–LOPES 2005), (1992 apud FINCHMAN, 2009) (2001 apud FIGUEIREDO) (1992 apud ROSE 2010), (2007), (2000), cujos estudos conceituam gênero textual como contexto de cultura.

2.1 A realidade social e o sistema semântico

Considerando um enfoque funcional do aprendizado de uma língua materna, Halliday (2001) projeta uma concepção linguística em que a sociedade, e não o indivíduo, encontra-se no centro do processo de aprendizagem da língua e em que o potencial linguístico do indivíduo é entendido como o veículo responsável pelo desenvolvimento e pela manifestação

das diversas relações sociais de que o homem participa, uma vez que, por meio desse potencial, instancia-se um potencial de conduta, que rege as relações humanas.

Portanto, pode-se observar que uma teoria funcional do aprendizado de uma língua materna não é uma teoria sobre os processos mentais que coexistem na aprendizagem de uma língua, mas sim uma teoria sobre os processos sociais, que, segundo Halliday (2001), agregam-se aos processos de aprendizagem.

Por conseguinte, nessa perspectiva, aprender a falar implica a assimilação do domínio de um potencial de comportamento por parte do indivíduo, já que o ser humano é socializado em estruturas, as quais são permeadas por crenças e valores, ou melhor, balizadas – isso leva falantes e estudiosos a reconhecer a língua não apenas como um sistema abstrato, mas também como um recurso social por meio do qual todos são capazes de selecionar formas de linguagem apropriadas, ou melhor, condizentes às diferentes situações comunicativas da qual qualquer indivíduo participe como membro social.

Nesse sentido, a língua é veículo de interação e de aprendizado, pois, de acordo com a abordagem Hallidayana, seu papel socializador é que torna possível uma cultura ser transmitida entre gerações. Dessa forma, a linguagem é considerada codificação de um potencial de conduta em um potencial de significados, isto é, em um sistema semântico, que, por sua vez, é codificado em um sistema léxico-gramatical.

A linguagem, portanto, segundo Halliday (2001) constrói uma imagem do contexto externo ao indivíduo e, ao mesmo tempo, de seu interior, já que as experiências se constroem subjetivamente. Nesse sentido, a linguagem é um potencial de significados que se compartilham.

A linguagem, nessa perspectiva, é um dos sistemas semióticos constitutivos de uma cultura; interpretar a linguagem dessa maneira significa, portanto, apreendê-la como elemento indexador do contexto sociocultural, o que, para Halliday (2001), implica não resumir o conceito de linguagem apenas a uma relação de significados, mas considerá-lo uma relação de significados que se relacionam a contextos socioculturais de diversos tipos.

A partir dessa abordagem, um contexto verbal é, para Halliday (2001), uma construção semiótica, com características culturalmente determinadas, as quais capacitam os participantes a antever particularidades do registro predominante e, portanto, a compreender uns aos outros. O indivíduo, assim, representa sua estrutura social, reiterando os papéis que desempenha, estabelecendo e difundindo valores e ideologias das quais participa. Por conseguinte, a variedade de recursos materializa diversos atributos do sistema social, os quais são determinados pela estruturação social.

A linguagem, dessa forma, simboliza ativamente o sistema social, representando, metaforicamente, em padrões de variações linguísticas, a caracterização das culturas humanas, conforme Halliday (2001).

Nesse sentido, Halliday (2001) interpreta a linguagem a partir da perspectiva social e, para tanto, deve-se entender que a linguagem constitui um recurso simbólico, cuja estrutura se justifica pela variedade de seus papéis; sob esse prisma, a língua deve, então, ser interpretada tendo por parâmetro seu lugar no processo social e, dessa maneira, o discurso, segundo Halliday (2001), como o sistema linguístico da determinada rede de potencial de significados, que constitui o que se chama cultura.

A língua, portanto, exerce, no desenvolvimento do ser social, um papel de extrema relevância, porquanto é o principal veículo pelo qual o homem se torna membro de uma sociedade, isto é, começa a desempenhar os papéis sociais, já que, por meio da língua, o homem incorpora dada cultura, ideologias e valores, apreendendo e adotando as concepções que organizam os grupos sociais e, então, deixando de ser apenas uma estrutura biológica para transformar-se em uma pessoa.

Segundo Halliday (2001), essa adoção ocorre mediante as práticas desenvolvidas em diversas situações, nas quais a conduta do indivíduo é, culturalmente, guiada e regulada e nas quais se estabelecem relações pessoais variadas.

Esse contato linguístico com o grupo é o que dispõe a posição dos indivíduos e os caracteriza como pessoas, tornando-os, portanto, a partir de então, membros sociais, pois, passam a possuir a capacidade de atuar de diversas formas na sociedade, desempenhando diferentes papéis sociais, já que, através da língua, alcançam a possibilidade de estabelecer e manter diferentes relações interpessoais.

Esses papéis são concorrentes e, dessa maneira, como membro de uma sociedade, o indivíduo atua diversamente. Nesse ponto, o indivíduo é considerado como a estrutura de um número de papéis definidos pelas relações das quais participa, formando essa estruturação, assim, uma personalidade. Tomada, então, essa abordagem, a língua é, também, conceitualizada como o veículo pelo qual um ser humano se faz personalidade.

A linguagem, portanto, é o canal de interação entre o homem e seu contexto social, dessa forma não há como analisar a linguagem sem levar em consideração o homem social.

Logo a linguagem é considerada a codificação de um potencial de conduta em um potencial de significados, ou seja, é considerada um meio de expressar o que o homem pode fazer em interação com outros homens, no que pode significar. O que pode significar (sistema

semântico), por seu turno, é codificado no que se pode dizer (sistema léxico-gramatical) (HALLIDAY, 2001, p.33).

Considerando que a construção da realidade não se desvincilha da construção do sistema semântico – pois por este se acha codificada sob a influência de formações ideológicas – e que o sistema de significados é representado pela linguagem, constata-se que a ideologia é indissociável da linguagem.

Portanto, como não existem ideias externas aos esquemas linguísticos, não há conceituação do mundo desvincilhada da linguagem. O discurso, por isso, é mais o lugar da reprodução que o da invenção: cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva, a qual se materializa por meio de um conjunto de temas e figuras, que representam uma certa visão de mundo. Com essa formação discursiva, assimilada durante o processo de aprendizagem linguística, o homem constrói, então, os seus discursos (FIORIN, 1999, p. 32).

Dessa forma, segundo o autor (1999), para cada potencial de conduta realiza-se uma formação discursiva. Há, assim, em um conjunto de formações sociais, uma gama de formações discursivas correspondentes a uma variedade de formações ideológicas, que permeiam as atividades diárias dos indivíduos.

Destarte, como as atividades diárias do indivíduo são conduzidas dentro de estruturas sociais – isso porque a vida social é construída por essas estruturas –, todos os pensamentos e ações do homem giram em torno de escolhas pré-estabelecidas.

Todas as estruturas sociais são constituídas por elementos básicos que produzem estruturas mais amplas, as quais restringem, segundo Giddens (2003), tudo em nossas vidas, dado que cada estrutura ocupa um lugar em um sistema de posições que se inter-relacionam.

Conhecendo, portanto, o *status* que ocupa, o indivíduo sabe as exigências que seu comportamento reclama, ou seja, o *status* representa um conteúdo cultural: normas e expectativas saturadas de valores e ideologias, conteúdos que são representados, em grande parte, pela língua.

Há, por conseguinte, para cada *status*, uma dilatada representação cultural. Nessa perspectiva, a existência de normas, culturalmente determinadas, dá ao homem, segundo Giddens (2003), a possibilidade da escolha exata dos códigos que serão usados e a indicação de como serão usados.

Há, destarte, uma estrita relação entre cultura e sociedade, dado que o sistema de inter-relações, que envolve os indivíduos, é pré-determinado por uma cultura já estabelecida. As relações sociais, desse modo, são previamente orientadas pela cultura de um povo.

Não pode, dessa maneira, a cultura existir sem sociedade, assim como não pode uma sociedade existir sem cultura. De acordo com Giddens (2003), sem cultura não seríamos humanos: não teríamos a linguagem para nos comunicar, nenhum sentido de autoconsciência e a nossa capacidade de pensar estaria severamente limitada.

Vale ressaltar que a cultura se refere ao modo de caracterização da sociedade e, dessa forma, classifica-se em aspectos tangíveis e intangíveis. Esses aspectos são compartilhados pelos membros de uma sociedade e, de acordo com Giddens (2003), tornam possíveis a comunicação e a cooperação.

Os aspectos intangíveis, isto é, crenças, ideologia e valores, atribuem significado e orientam, por meio de regras, os membros de uma sociedade na assimilação de seus papéis sociais.

As normas são, portanto, regras comportamentais que realizam os valores de dada cultura e determinam, por consequência, o comportamento do indivíduo na interação com o mundo social, cuja concretização se faz por meio dos aspectos tangíveis: símbolos, objetos, linguagem – sendo essa, como salienta Halliday (2001), o principal meio interacional.

Fica, portanto, claro que a linguagem detém um papel constitutivo na prática social, sendo o discurso seu principal elemento de reprodução ou modificação social.

Embora se reconheça o papel transformador da linguagem, esta pesquisa toma como base o papel da linguagem como reprodutora de contextos sociais vigentes.

Assim, uma vez que a Linguística Sistêmico-Funcional parte do princípio de que os significados são consolidados pelo contexto sociocultural em que são engendrados, a pesquisa em tela se propôs, devido à superficialidade com que é tratado o contexto de cultura por estudos remotos e recentes, a investigar esse contexto.

Sendo assim, em resposta à chamada a um estudo sobre esse estrato feita, segundo Meurer (2004), há mais de trinta anos por de Halliday (1978) – para quem os critérios de descrição desse contexto devem ser de cunho sociológico –, e às observações como a de Hasan (2004 apud MEURER, 2004), as quais verificam que o contexto de cultura é relegado a uma espécie de apêndice não teórico, esta pesquisa pretende desenvolver uma investigação sociológica abrangente sobre esse estrato sociocultural a fim de que se possa compreender a inter-relação entre significado e o contexto sociocultural ou social – assim o chamaremos, uma vez que a cultura se forma a partir da sociedade.

Estudar a estrutura da sociedade faz-se, portanto, necessário para compreender os recursos léxico-gramaticais em uso em determinada prática social e seus significados, já que,

pela linguagem, isto é, pela interação social, a sociedade é instanciada e, conseqüentemente, a cultura.

Assim, pode-se afirmar que a relação entre forma e conteúdo é motivada pelo contexto social, uma vez que a sociedade se organiza por meio das relações humanas, e, portanto, as escolhas linguísticas refletem essas relações, dado que, como as estruturas sociais se constituem por relações humanas e toda relação humana se fundamenta em uma relação de poder, esta permeia todas as interações sociais.

Sabendo, portanto, que as relações sociais são permeadas pelas relações de poder, entende-se, então, que, nas práticas sociais, essas relações se revelam. Dessa maneira, numa conceituação de prática social, não se pode deixar de considerar as relações de poder, que, nessas práticas, manifestam-se. Portanto, ao conceito de prática, deve-se acrescentar a concepção das relações de poder, inerentes às rotinas socioculturais.

Essas rotinas representam, ou melhor, instanciam a estruturação da conduta social, que realiza a cultura de dada sociedade. Dessa forma, os significados dos conteúdos léxico-gramaticais devem ser sempre associados às práticas sociais, conforme Meurer (2004).

2.2 A cultura sob a perspectiva de Malinowski

Fundamentando-se no conceito funcional da cultura, Malinowski (1970) concebe a organização social, isto é, a sociedade como processo essencial à realização de qualquer fim, conceito, que, segundo ele, sustenta a ideia de que os indivíduos se situam em uma relação definida uns com os outros e em relação a uma parte física do seu ambiente.

Tal unidade de organização humana constitui o que se conhece por instituição. Investigando, por sua vez, o comportamento cotidiano de qualquer indivíduo, verifica-se que, em todas as fases existenciais, o homem constrói os relacionamentos a partir de um sistema de atividades organizadas, o qual mantém um aglomerado de normas, regras, um estatuto, tudo de forma a definir, ou melhor, estabelecer um comportamento denominado ideal, e, por conseguinte, a definição de uma função, papel da instituição em uma estrutura total da cultura.

O destoamento desse comportamento ideal acarreta o rompimento de determinado contrato social, já que as instituições são organizadas por pessoas para que se cumpram os propósitos institucionais determinados, aprovados e admitidos pela comunidade.

De acordo com Malinowski (1970), a associação entre as atividades gerais e seus efeitos sobre a vida estabelece a função de cada sistema de atividades organizadas e, assim, demonstra como, em associação, os sistemas fornecem aos indivíduos ordem, adestramento, sistema de orientação ambiental e emocional, além de crenças e valores.

Em consequência, verifica-se que toda ação humana implica um comportamento organizado, determinado socialmente, isto é, disciplinado. Portanto, o autor (1970) conclui que não há atividade humana que não seja orientada.

A essência da cultura, dessa forma, é, segundo Malinowski (1970), a organização dos indivíduos em grupos permanentes, os quais se relacionam por algum acordo, contrato ou costume tradicional, algo que, conforme o sociólogo, corresponde ao contrato social – de Rousseau (1978) –, que determina a obediência das regras do *status* desempenhado pelo indivíduo, práticas, regulamentos e costumes, os quais prenunciam o comportamento humano:

Os seres humanos, portanto, de acordo com sua carta de princípios ou por mandatos tradicionais, obedecendo às normas específicas de sua associação, operando por meio da aparelhagem material que manipulam, agem em conjunto e, assim, satisfazem suas necessidades, ao mesmo tempo em que imprimem uma marca em seu ambiente. (MALINOWSKI, 1970, p. 54)

Essa definição permite que se determinem os efeitos acarretados pelas atividades institucionais, as necessidades a que essas atividades atendem e os serviços que prestam à comunidade.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que uma atividade não tem validade ou relevância sociocultural sem ser organizada, ou melhor, socialmente orientada; logo não se pode analisar indivíduo e estrutura desvincilhadamente.

A cultura é, portanto, para Malinowski (1970), um conglomerado de instituições “em parte autônomas” e “em parte coordenadas”, cujas organizações são baseadas em um conglomerado de valores e crenças, satisfazendo um conjunto de necessidades da sociedade e, dessa forma, preenchendo uma função específica.

A formação dessas instituições é composta, segundo Malinowski (1970) por estatutos, pessoal e regulamentos. Por estatuto, o autor entende o sistema de valores para cuja consecução os seres humanos se organizam; por pessoal, o grupo organizado à base de princípios e costumes definidos por autoridades, divisão de poder, privilégios e obrigações e deveres. Os regulamentos de uma instituição são as habilidades adquiridas, os hábitos e as normas, que são colocados e impostos aos membros de uma comunidade. Observa-se, assim, que tanto o pessoal como os regulamentos são derivados do estatuto e deles dependentes.

Dessa maneira, estruturados e projetados em estatuto, atuando por meio da cooperação orientada e organizada, exercendo as regras de sua área específica de atuação e fazendo uso do aparelhamento material disponível à sua função-capital, o grupo desempenha as atividades para quais se projetou.

Todavia, Malinowski (1970) deixa clara a necessidade da distinção entre as atividades e as regras, já que aquelas se afastam destas, que representam o ideal de desempenho e não necessariamente sua realidade: as atividades estão consubstanciadas no comportamento real; as regras, em preceitos, textos e regulamentos (MALINOWSKI, 1970, p. 57). Dessa forma, torna-se clara também a diferença entre estatuto e função, uma vez que a função é o resultado das atividades organizadas.

Assim, o autor define que a instituição é a unidade real da análise da cultura, dado que nenhum costume e ideologia podem ser definidos sem que se reconheça o ambiente institucional em que foram (re) constituídos, porquanto, segundo o antropólogo, toda cultura se sustenta por organizações sociais intencionais, concretas e organizadas de seres humanos em grupos de atividades estáveis.

Malinowski (1970) define cultura a partir de dois tipos de análises: funcional e institucional. Para tanto, fundamenta-se na ideia de que cultura nasce da necessidade do ser humano como um corpo biológico, para depois suprir as necessidades do ambiente secundário, que é instituído após o atendimento das necessidades básicas ou orgânicas.

Segundo o autor (1970), a cultura é constituída por bens de consumo, cartas constitucionais, ideias, crenças e costumes, que atendem às necessidades do ser humano, de modo que os indivíduos possam sobreviver, a raça continuar e os organismos em conjunto serem mantidos em condição de funcionamento. Dessa forma, práticas educacionais, a ordem e a lei têm de ser estabilizadas e mantidas para que se cumpra a efetiva transmissão da tradição cultural. Em todas as comunidades, portanto, faz-se uso de leis e princípios éticos, partindo da premissa da cooperação – responsável pela execução de toda realização cultural.

Pode-se, portanto, observar que a análise de cultura por Malinowski (1970) se desenvolve fomentada por uma teoria na qual o surgimento de uma cultura se dá a partir das exigências básicas do ser humano e das suas necessidades derivadas. Por essa perspectiva, a cultura desempenha um papel funcional, já que por função se entende o atendimento de uma necessidade pela realização de uma atividade na qual os seres humanos cooperam com os contratos institucionais, usam artefatos para interagirem com o mundo e consomem bens. Assim, a antropologia científica de Malinowski (1970) permite definir a forma, assim como o significado de uma ideia habitual ou intenção comum.

A cultura, portanto, realiza-se por uma forma, representada por fenômenos “carregados de generalizações” e, por isso, “preditivos”, exercendo uma dada função, isto é, a cultura, para Malinowski (1970), é o meio pelo qual o indivíduo atinge seus fins – meio que lhe permite interagir com o mundo, produzindo bens e valores.

Essa análise funcional só se faz possível porque os indivíduos vivem por meio de normas, costumes e regras, que resultam da interação entre processos orgânicos e a manipulação do ambiente em que o homem se insere.

A instanciação do controle social, a partir de regras e normas, é um meio pelo qual os membros tomam partido de seus direitos e deveres, cuja transmissão se faz pela tradição cultural. Todavia, não é necessário que essas regras e normas sejam, expressamente, comunicadas, já que todo membro de uma comunidade reconhece, a partir do lugar social que ocupa, o comportamento que lhe é exigido.

Portanto, esse controle é estabelecido por meio de um contrato social, a partir do qual os membros de uma comunidade agem, orientadamente, em comum acordo.

Esse contrato social, conforme Rousseau (1978), proporciona ao homem a aquisição do estado civil, imprimindo às ações do indivíduo uma conduta social, caracterizando, portanto, a relação entre homem e sociedade:

A passagem do estado natural ao estado civil produziu no homem uma mudança considerável, substituindo em sua conduta a justiça ao instinto, e imprimindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava. (ROUSSEAU, 1978, p. 11)

Cada contrato social define-se por “razões e mecanismos propulsores, que mantêm todo indivíduo, de modo geral, no pleno desenvolvimento de seus deveres e, assim também, na adequada satisfação de seus privilégios” (MALINOWSKI, 1970, p. 121).

O comportamento humano, derivado das organizações, segundo Malinowski (1970), é realizado pelo simbolismo específico de cada cultura – principalmente pela linguagem –, o qual, como forma, deve ser associado à teoria das necessidades e sua satisfação cultural, já que a necessidade é a motivação para a construção do comportamento humano organizado.

Portanto, a cultura como um mecanismo integral é estruturada para a satisfação dos imperativos instrumentais, engendrando, assim, um esquema consistente de respostas típicas. Dessa maneira, para cada necessidade se dá uma resposta adequada.

Segundo o autor (1970), o adestramento, que, de acordo com Hymes (1972) ocorre na assimilação da linguagem, revela ao indivíduo não só a obediência à tradição, mas também as consequências por desvio das normas que regem a tradição. Assim, como cada papel social

exige do indivíduo o desempenho de atividades específicas, Malinowski (1970) afirma que a maioria das sanções que obrigam o indivíduo a desempenhar seu papel social “resulta da concatenação de serviço e contra-serviço, da força propulsora de uma compreensão empiricamente fundamentada de que um colaborador negligente, incompetente ou desonesto demanda da instituição e cai em ostracismo ou é expulso”.

E é, para Malinowski (1970), por meio da língua, isto é, no domínio do simbolismo, que os valores e as regras são agregados ao comportamento humano, dado que reproduzem os códigos de conduta de uma comunidade. Assim, para o autor (1970), qualquer discussão de simbolismo fora de seu contexto sociológico é incoerente.

Portanto, o controle sociológico do ambiente pelo indivíduo ocorre pela língua; segundo Malinowski (1970), isso implica a afirmativa de que o contexto de situação formativa, instanciação de um contexto maior e mais abstrato, é essencialmente sociológico.

Essa abordagem funcional implica um estudo que pode ser realizado por meio da linguística, dado que o comportamento social é instanciado pela conduta linguística do membro de qualquer comunidade.

Para Malinowski (1970), os artefatos, instituições e o simbolismo são, assim, três dimensões do processo cultural que estão, essencialmente, relacionadas, dado que é impossível desvencilhar o aspecto material da cultura do comportamento social, “ou desenvolver uma análise dissociada de processos simbólicos – uma vez que o simbolismo é a realização de atos convencionais para a coordenação do comportamento humano pactuado”.

Portanto, diante de tal consideração, a relação entre forma e função é definitivamente condicionada. O símbolo, portanto, é o estímulo condicionado, cuja resposta também é orientada.

Assim, a forma no simbolismo desempenha um papel como “um catalisador das atividades”, isto é, um estímulo que, segundo Malinowski (1970), acarreta respostas em um processo de encadeamento orientado.

A função só pode ser abordada, portanto, mediante conceitos de finalidade e relação. Em todas as atividades, verifica-se que o uso de um objeto mediante a ação de um comportamento determinado leva à satisfação de uma necessidade específica.

Portanto, as funções da linguagem obedecem às necessidades socioculturais e, dessa forma, as realizações linguísticas carregam em seu bojo caracterizações da estrutura social, uma vez que os significados são associados a rotinas socioculturais: a vida social é instanciada por meio de práticas sociais, que vinculam sociedade e linguagem – dado que as

práticas sociais só existem porque há interação social e essa interação ocorre pela linguagem. Assim, o comportamento linguístico envolve condições históricas e culturais.

A linguagem, dessa maneira, significa a estruturação social – rede de sistemas que se constituem fundamentados em práticas sociais, papéis sociais e estrutura. Por isso, a linguagem é uma prática social mediadora das relações socioculturais.

Chouliaraki e Fairclough (1999 apud SEGUNDO, 2000) afirmam que a realidade social é constituída por práticas sociais, que, segundo os autores, definem-se como modos rotinizados, ligados a espaço e tempo particulares, por meio dos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir conjuntamente no mundo. Essas práticas são constituídas, segundo os autores, ao longo da vida social, nos domínios da política e da economia, por exemplo, mas também no domínio da cultura, incluindo a vida cotidiana.

Portanto, como a linguagem é responsável pela assimilação de conteúdos sócio-historicamente determinados, pode-se afirmar que as práticas sociais são constituídas pela linguagem, todavia, ao mesmo tempo, constituem-nas.

Dessa forma, a relação entre práticas sociais e linguagem é a unificação, ou melhor, o ponto de interseção, entre língua e sociedade, uma vez que a prática social é a instanciação dos sistemas sociais.

É desse modo que podemos afirmar que o desenvolvimento da consciência linguística e social é estruturado por modelos determinados de comportamento dos seres sociais, isto é, por sua forma de interagir com o meio que o cerca. A linguagem torna-se, portanto, o veículo que possibilita a cada indivíduo apropriar-se de uma cultura.

2.3 **Cultura e linguagem**

Por cultura, compreende-se, conforme Malinowski (1970), todas as práticas sociais, isto é, todas as atividades orientadas e propositais do indivíduo como ser social, que funcionam como canais de interação entre o indivíduo e o meio. Sendo, portanto, a linguagem uma ação orientada e proposital – veículo de interação – faz parte das atividades culturais, compondo o evento da cultura.

Como atividade cultural, a linguagem constrói-se, como se vê, na estruturação social; logo, conforme Halliday (2001), constata-se que o caráter do contexto cultural é, realmente,

sociológico, pois, fenômeno cultural em sua essência, é condição fundamental da existência de qualquer comunidade, dado que as comunidades se formam pela interação entre os indivíduos.

Dessa maneira, a fim de que se compreenda o contexto de cultura, torna-se essencial que se conheça sua estruturação, que, de cunho sociológico, remeterá à estruturação da sociedade.

Assim, a partir da apreensão da concepção da estruturação social, poder-se-á compreender a estruturação dos significados linguísticos, resultantes da interação que constituem a estrutura social.

2.4 Contexto de cultura: um fenômeno sociológico

Como um fenômeno sociológico, o contexto de cultura precisar ser analisado a partir do fluxo ativo da vida social, considerando os processos que o compõem: papéis sociais, práticas, regras e recursos (poder).

Dessa forma, uma abordagem mais específica desse contexto, relegado a “mero apêndice”, permitir-nos-á compreender a estruturação dos significados a partir das relações de poder socialmente instituídas, uma vez que essa relação é intrínseca a rotinas sociais.

Para tanto, abordaremos discussões acerca do poder e das relações sociais, do comportamento social, do conceito de *habitus*, da Teoria da Estruturação – que se fundamenta em conceitos como prática social, papéis sociais, regras, recursos – e, portanto, acerca das estruturas de dominação e legitimação.

2.4.1 Poder e as relações sociais

As atividades de nossas vidas, nossas práticas sociais, são estruturadas e conduzidas em meio a estruturas sociais, uma vez que a sociedade é projetada em estruturas. Assim, mesmo em condições situacionais em que o indivíduo não se encontre acompanhado, esse compõe uma estrutura maior, cuja influência é exercida nas ações executadas pelos homens,

materializando as expectativas que lhes são, socialmente, impostas. Cada estrutura desempenha funções que se relacionam a outras estruturas para constituir estruturas mais amplas, que restringem nossas escolhas, sobretudo as linguísticas, dado que é, principalmente, pela linguagem que reproduzimos, ou melhor, realizamos essas estruturas.

Essas estruturas são constituídas de *status*, lugares ocupados em um sistema de posições que se associam umas com as outras. Conhecendo seu *status*, o indivíduo reconhece as ações e atitudes, cuja execução dele se espera.

A posição social, portanto, só pode ser definida a partir da associação com outras posições, Segundo Linton (1936 apud HALLIDAY, 2001), para cada *status*, uma vez que carregam em si determinado conteúdo cultural, há uma correspondência de expectativas ou normas, que limitam o comportamento social humano.

Dessa maneira, quando nos comportamos em um *status*, conscientizamos-nos de normas e, portanto, moldamos esse comportamento de formas, valores e atitudes que correspondem às expectativas culturais pré-determinadas. Os papéis desempenhados revelam, portanto, as expectativas do próprio indivíduo e dos outros em relação aos papéis sociais existentes na sociedade.

Dessa forma, os papéis sociais, comportamento adotado por uma pessoa que ocupa dado *status*, envolvem projeções interacionais de três vetores – cultura, personalidade e outro *status*.

Portanto, conhecendo o *status* ocupado por um indivíduo, podemos dar significados às suas ações e atitudes a partir das regras e normas que guiam seu comportamento.

É notório, portanto, que o sujeito se (re) constrói nas relações sociais, nas quais se apropria dos papéis socioculturais e passa a atuar como membro de uma comunidade.

Considerando, portanto, que o sujeito estabelece relações com o outro a partir do lugar social que ocupa nas relações sociais, as relações humanas são relações de poder (ORTIZ 1983 apud ZANELLA; PRADO FILHO; SOBRERA ABELLA, 2003).

Dessa forma, o poder eclode das relações sociais, uma vez que se constitui na assimetria que as caracterizam. Por Bourdieu (1989 apud ZANELLA; PRADO FILHO; SOBRERA ABELLA, 2003), nessa perspectiva, o poder é imanente a todas as relações.

De acordo com Bourdieu (1989 apud ZANELLA; PRADO FILHO; SOBRERA ABELLA, 2003), o poder simbólico se constitui pelo discurso socialmente legitimado, cuja adesão por outros indivíduos se relaciona à posição social daquele que o enuncia. Assim, o detentor de alguma espécie de capital, o qual se divide em econômico, cultural, social e

simbólico, garante para si o poder simbólico, praticado pelo discurso e manipulado pelos objetivos e interesses daquele que detém o poder.

Consequentemente, as relações sociais tornam-se, cada vez mais, dissimuladas, na medida em que as relações de poder ganham forma na tentativa de o indivíduo impor, na relação interativa, seus interesses e particularidades sobre os outros.

Para Bourdieu (1989, apud LIMA, 2010), as relações de poder permeiam todas as práticas sociais de forma clara ou não, consciente ou inconsciente. Assim, a luta pelo poder, para o sociólogo, é comum a todos os campos sociais, dado que “os agentes e instituições estão em uma relação de força que se opõem e se agregam” (LIMA, 2010, p.14). Todos os campos são, portanto, determinados pelas lutas entre os indivíduos, derivadas dos papéis que desempenham.

No cerne dessas relações de forças, o objetivo maior é a conservação ou transformação de uma situação e é, dessa forma, que se planejam as estratégias de cada agente, sendo a dissimulação da ação uma dessas.

Portanto, como um espaço de práticas sociais específicas, o campo se estrutura pelas relações entre as posições dos agentes e instituições, as quais determinam as formas interacionais.

Essa interação determina, a partir do capital que os agentes e instituições possuem, a distribuição em posições subordinantes e subordinadas. Portanto, o campo é estruturado balizando-se nas relações de poder mediadas pelo capital simbólico, econômico, social e cultural dos agentes e instituições:

O campo de poder, que não se confunde com o campo político, é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou entre os agentes providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo. No caso da psicanálise, dois tipos de capital se têm em conta, principalmente: o cultural e o simbólico. O capital econômico dos agentes e instituições, embora possa ter algum peso, não tem nenhuma relevância no campo da psicanálise. (LIMA, 2010, p. 16)

Nessa perspectiva, os agentes estão envolvidos em uma luta simbólica para impor a conceituação do mundo social de acordo com seus interesses.

É por isso que a linguagem se faz essencialmente argumentativa, já que toda linguagem pertence a uma comunidade e toda comunidade é fundamentada em normas e valores, que implicam relações de poder.

Assim, a força argumentativa da linguagem é imanente às relações de forças, constitutivas da sociedade. Portanto, as relações interacionais são constituídas por disputas de forças, que estabelecem relações hierárquicas nas interações, ainda que de forma velada.

Logo, a aceitação de que sociedade se forma a partir de interações sociais implica reconhecer que a constituição da sociedade se fundamenta em uma teia de relações de poder, que não podem deixar de ser recuperadas no contexto situacional, pois essa relação permeia as variáveis campo, relações e modo que, se deixadas de lado, uma leitura ingênua se fará a respeito da interação humana e dos significados que delas são oriundos.

2.4.2 Comportamento social

De acordo com Giddens (2003), as práticas sociais, ordenadas no tempo e no espaço, não são criadas por atores sociais, mas recriadas por eles a partir dos próprios meios pelos quais se estabelecem como atores, reproduzindo as condições que tornam possíveis essas práticas.

A capacidade de recriar dos atores sociais reforça a ideia da condição reflexiva do indivíduo durante suas atividades e é nesse sentido que o autor considera a ação como um fluxo contínuo. É a forma reflexiva dos agentes humanos que está mais profundamente envolvida na ordenação recursiva das práticas sociais, segundo Giddens (2003), todavia a reflexividade não deve ser apreendida como mera autoconsciência, mas com o caráter monitorado do fluxo contínuo.

No entanto, ainda que o ser humano seja um agente intencional dotado de razões para suas atividades e também esteja pronto para elaborar discursivamente sobre essas razões, a ação humana ocorre como um fluxo contínuo de conduta. A ação intencional não se constitui de um agregado de intenções e razões descontextualizadas, já que se localiza em um contexto espaço-temporal.

Assim, conforme Giddens (2003), é útil falar de reflexividade como algo fundamentado na monitoração contínua da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo dos outros.

Dessa forma, pode-se dizer, constituindo um paradoxo, que, para Giddens (2003), o homem é um ser intencional, cuja ação é motivada pelas práticas sociais.

A monitoração reflexiva da ação, para ele, depende da racionalização, processo inerentemente envolvido na competência dos agentes e que se reflete, segundo Hymes (1972), no julgamento linguístico e no uso adequado da língua pelo falante.

As ações, nessa perspectiva, são formas de condutas determinadas, isto é, práticas sociais motivadas por propriedades estruturais.

Aqui, os termos intenção, razão e motivo precisam ser, de acordo com Giddens (2003), tratados com cautela, dado que seu uso, na filosofia, tem sido frequentemente associado a um voluntarismo hermenêutico e dado que esses signos retiram a ação humana da contextualidade de espaço-tempo.

Dessa maneira, a racionalização da ação, no que tange à intencionalidade como processo, é uma rotina da conduta humana. A agência não faz referência às intenções do agente em realizar uma atividade, mas à escolha de uma conduta dentre uma gama de ações disponíveis.

Em circunstâncias de interação, a monitoração reflexiva da ação abrange, segundo Giddens (2003), o cenário onde essa ação se desenrola. Assim, a atuação do ator no meio envolve a monitoração reflexiva da ação, a racionalização e a motivação das ações. A racionalização da ação constitui a principal base sobre a qual a competência dos atores é avaliada pelos outros.

Deve ficar claro que a equiparação entre razões particulares e compromissos normativos tem de ser combatida, pois os compromissos abrangem somente um setor da racionalização da ação, na verdade, aqueles seriam, em tese, um motor propulsor, segundo Giddens (2003).

Se isso não for entendido, não se compreenderá que as normas se apresentam “como fronteiras fatuais na vida social, para as quais são possíveis várias atitudes manipuladoras”: o jornalista dissimula as razões que o levam a adotar uma estrutura léxico-gramatical, em tese, isenta, o que é uma estratégia de dominação da massa por meio da falsa isenção.

Essa dissimulação é corroborada pela posição social desempenhada/ocupada pelo agente, que lança mão de estratégias que podem legitimar ou subverter os valores normativos das comunidades, conforme Bourdieu (1989 apud ZANELA; PRADO FILHO; SOBRERA ABELA, 2003).

2.4.3 Teoria da estruturação

A Teoria da Estruturação de Giddens (2003) possibilita um amplo panorama do fluxo ativo da vida social e, portanto, conforme Meurer (2004), um panorama da interconexão entre texto e contexto cultural. Dessa forma, a análise das três noções sociológicas- práticas sociais, prescrições de papéis e estruturas sociais- das quais deriva essa teoria se faz necessária, pois, de acordo com Giddens (2004), os sistemas sociais são constituídos por práticas sociais, que são, por sua vez, pontos de articulação entre os atores desempenhando papéis em estruturas sociais específicas:

A teoria da Estruturação é relevante devido à sua abrangência para captar a vida social como dinamicamente organizada em um fluxo de práticas interligadas que podem, simultaneamente, reproduzir identidades, relações e modos de conceituar o mundo (FAIRCLOUGH, 1992) ou desafiar e contribuir para mudar essas identidades, relações e conceituações, promovendo novas práticas, que, na verdade, representam outras formas de significar outros processos culturais, diferentes do senso comum. (MEURER, 2004, p. 138)

As práticas sociais são ações sociais nas quais os indivíduos se engajam ao conduzir a vida social, isto é, modos habituais relacionados a perspectivas temporais e espaciais específicas em que, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999 apud MEURER, 2004), os indivíduos lançam mão de recursos – concretos ou simbólicos- para agir em conjunto no mundo.

Na perspectiva de Chouliaraki e Fairclough (1999 apud MEURER, 2004), o uso de textos, como prática social, constitui um ponto de conexão entre as estruturas sociais e eventos concretos; nessa perspectiva, é que se compreende que as propriedades do uso da língua são determinadas pela estrutura social.

Portanto, pode-se notar que não há prática social independente de funções e determinações dos papéis sociais e de regras e recursos. Conforme Meurer (2004), as práticas devem ser vistas como parte do panorama tridimensional da figura abaixo:

Imagem 1- Diagrama generalista de influências entre prescrições, práticas sociais e regras/recursos



Fonte: Diagrama generalista de influências entre prescrições, práticas sociais e regras/recursos (de acordo com Giddens 1979, 11 apud MEURER 2004, 139).

As práticas, nessa perspectiva, são situadas em um contexto de base sociológica. Logo, como prática social, a língua é projetada pela estrutura social, o que é possível porque os textos surgem em contextos caracterizados pela inter-relação tridimensional representada pelo diagrama generalista de influências entre prescrições, práticas sociais, regras e recursos.

Assim, segundo Meurer (2004), de cuja opinião esta pesquisa compartilha, a análise de texto se faz mais plena com a exploração de princípios teóricos relativos à sua interação com essas três dimensões sociais, dado que as variáveis de situação, que se relacionam às variáveis linguísticas, são aspectos das situações de uso linguísticos relativamente superficiais.

Portanto, na amplidão do contexto, proposta por Meurer (2004), a análise da prática, como ponto de articulação, traz à luz a compreensão do comportamento dos papéis e estruturas sociais, expondo o contexto cultural de dada sociedade.

Um texto torna-se, assim, significativo porque os participantes de dada situação comunicativa compartilham conhecimento das propriedades do contexto cultural e, conseqüentemente, do contexto situacional, desenvolvendo determinados comportamentos linguísticos, que capacitam o participante a estabelecer suposições sobre significados dos códigos linguísticos constitutivos da situação comunicativa em que se relacionam com demais participantes.

Bourdier (1985 apud HANKS, 2008) define esse comportamento linguístico como execução, ou melhor, realização do *habitus*. O *habitus*, conforme Hanks (2008), explica as regularidades comportamentais inerentes às práticas sociais a partir dos parâmetros sociais, que orientam a inserção do indivíduo na sociedade:

O Habitus explica as regularidades comportamentais tendo como parâmetros a incorporação do indivíduo ao mundo social e o fato de comportamentos dos atores serem socialmente constituídos por orientações e formas de ação relativamente estáveis, **que caracterizam os gêneros textuais, por exemplo.** (HANKS, 2008, p. 36)

2.4.3.1 Habitus e comportamento sociolinguístico

Por meio do *habitus*, portanto, a socialização do indivíduo se concretiza, dado que integração do homem à sociedade exige a execução de regras pré-estabelecidas.

Em termos linguísticos, Hanks (2008) relaciona o *habitus* à definição social do falante, a seus modos rotineiros de falar, à gestualidade e a ações comunicativas. Assim, o *habitus* traduz a relação da linguagem com a estruturação social, que se concretiza por meio das práticas comunicativas.

Dessa forma, as práticas sociais comunicativas materializam as relações de poder intrínsecas às classes:

Estudos sociológicos e antropológicos do comportamento da linguagem são fundamentais na suposição de que a linguagem varia sistematicamente nos contextos sociais e que tal significado é indexado por estruturas linguísticas. Estudos sociais, portanto, associam estruturas e condições situacionais. (OCHS, 1992, p. 337)

Hanks (2008) aborda três definições que fomentam o conceito de *habitus*. A primeira definição diz respeito à concepção aristotélica de *hexis*, cuja formação conceitual, de acordo com Bourdier (1974 apud HANKS, 2008), fundamenta-se na capacidade do indivíduo de associar intenção e julgamento, determinando o que é apropriado e inapropriado em dadas situações. Os falantes, dessa forma, ao mesmo tempo em que atuam, avaliam seu desempenho sociolinguístico e dos demais participantes inseridos na prática comunicativa. A segunda se fundamenta nos conceitos fenomenológicos de habitualidade e esquema corporal – tomada de consciência do sujeito como corpo. Em termos linguísticos, esse conceito refere-se à compreensão do falante sobre sua atuação, ou melhor, desenvolvimento social nas práticas comunicativas. Segundo Hanks (2008), “neste ponto, há uma superposição entre a noção de *habitus* e a de ideologia linguística, tal como estudada na linguística antropológica”.

A terceira definição refere-se à abordagem desenvolvida por Panfsky (1976 apud HANKS, 2008). Para ele, a produção cultural é esculpida pelas formas de pensar de sua época, definindo *habitus* em termos de hábitos mentais, que se imprimem em diferentes contextos de produção cultural, produzindo, então para Bourdieu (1974 apud HANKS, 2008), tanto instrumentos quanto pensamentos.

Segundo Hanks (2008), Bourdieu (1974), assim, fundamentando-se em Panfsky (1976) sugere:

O *habitus* do criador, como um sistema de esquemas, constantemente orienta as escolhas que, embora não sejam deliberadas, ainda assim são sistemáticas; que sem serem expressamente ordenadas e organizadas com relação a um último fim, são ainda assim portadoras de um tipo de finalidade que se revela somente *post festum* : que a autoconstituição de um sistema de objetos unidos por um conjunto de relações significativas é conquistada na e através da associação entre contingência e razão, a qual é feita, desfeita e refeita incessantemente segundo princípios que , quanto mais constantes, mais completamente escapam a consciência. (BOURDIEU, 1974 apud HANKS, 2008, p. 40)

De um ponto de vista linguístico, o *habitus* corresponde, pois, à conduta social que orienta a prática social dos falantes, a qual constitui uma estrutura social.

Essa conduta, realizada pelos significados léxico-gramaticais, relacionam rotinas sociais às estruturas linguísticas. Logo, em um contexto comunicativo, as opções de conduta são vinculadas a um modelo de sistema social e instanciadas pela linguagem correspondente. Para tanto, o falante pode escolher, entre formas distintas de opções, realizando-as em uma construção linguística que satisfaça às exigências da situação.

2.4.3.2 Conceito de contexto de cultura

O contexto de cultura é o espaço de instanciação dos sistemas sociais, dado que compõe-se por atividades desempenhadas por papéis sociais e tomadas de posição, que são determinadas por processos históricos.

Nele, o indivíduo é moldado por meio de uma conduta social, *habitus*, que ajusta o indivíduo à sociedade. Dessa forma, o *habitus*, instanciado por um contexto mais imediato, o de situação, revela as normas, recursos, regras, legitimação e dominação sociais, que organizam, por meio das práticas, o sistema social, ou melhor, o contexto sociocultural.

Dessa forma, o significado linguístico não pode ser apreendido sem que se considerem os processos sociais acima.

Portanto, o contexto situacional deve ser considerado o local de materialização desses processos, rompendo-se com a relação dicotômica instigada por muitas teorias, cujas abordagens estabelecem diferenças entre macrocontexto e microcontexto.

A concepção Hallidayana rompe com essa relação dicotômica entre contexto de situação e contexto sociocultural, estruturando-os, portanto, em níveis.

Halliday (2001) concebe que um estrato mais imediato pressupõe a existência de um estrato mais amplo e abstrato: o que nos demonstra que os sistemas linguísticos – gramatical e semântico – são anteriores a qualquer produção linguística, os usos individuais da linguagem resultam, portanto, da anterioridade do sistema linguístico à produção discursiva, já que a inteligibilidade do uso da linguagem comprova que os sistemas de referência são as condições sociais e históricas, as quais são anteriores à produção do discurso e as quais o restringem (HANKS, 2008, p. 171).

Os textos, a bem da verdade, resultam, dessa maneira, formações discursivas, que instanciam, por meio da lexicogramática, práticas sociais e formações ideológicas, correspondendo aquelas ao contexto mediato, definido por Halliday (2001) como cultural, e estas, ao contexto imediato, definido por Halliday (2001) como situacional.

A ideologia corresponde, portanto, à realização de um contexto cultural que se realiza em um contexto situacional:

Imagem 2 - Ideologia, contexto de cultura e de situação



Fonte: Adaptado de Martin, 1993, p.158 apud VALÉRIO, 2012, p.25 e readaptado pela autora.

A antropologia linguística, um dos alicerces de Halliday (2001) para a formulação da teoria sistêmica, integrou, segundo Hanks (2008), o contexto em níveis. Essa motivação centrou-se, segundo o autor (2008), no fato empírico de que as práticas discursivas representam os contextos em vários estratos, e na inadequação de todas as explicações dicotômicas que distorcem a importância relativa das características contextuais, produzindo um vazio entre um nível e outro. A antropologia linguística sempre incluiu a gramática e o uso efetivo da língua nos cenários definidos social, cultural e historicamente (HANKS, 2008, p. 174).

Por isso a análise do contexto situacional deve levar em consideração as relações de poder que se estabelecem nas relações sociais – como já se foi dito.

Considerando, assim, que uma estrutura gramatical é uma configuração de papéis ou de funções, derivadas de alguma opção no sistema semântico, a estrutura gramatical é uma configuração não arbitrária de elementos que representam a função para qual se usa a linguagem.

Dessa maneira, as características semióticas da situação acionam escolhas, que estão situadas no sistema semântico, caracterizando o registro, isto é, a rede de significados que se acha concatenada ao contexto de situação. Um texto, portanto, representa um contexto sociocultural, que se acha instanciado por um contexto imediato, denominado contexto de situação.

2.5 Contexto de situação

Halliday (2001) utiliza um modelo triádico para representar as variáveis que compõem o contexto de situação e são representadas pelas categorias de campo, relações e modo, as quais, de acordo com o autor (2001), instanciam um contexto mais amplo, que determina suas características.

O campo refere-se aos propósitos particulares da atividade a ser executada – deve-se notar que a conscientização das relações de poder, que permeiam as práticas sociais, é fundamental para que não se tenha uma análise ingênua da variável campo, dado que as relações determinam os propósitos da linguagem. A dissimulação tratada por Bourdieu (1989 apud ZANELA; PRADO FILHO; SOBRERA ABELLA, 2003) demonstra claramente, no sutil rompimento com contratos sociais estabelecidos, que a lexicogramática está a serviço da

adulteração, devido às relações de poder, dos propósitos sociais culturalmente determinados, o meio se refere às relações entre os participantes – posições e identidades, e o modo diz respeito à função exercida pela linguagem e o canal utilizado na situação.

Segundo Halliday (2001), há vantagens teóricas ao se trabalhar com a construção triádica, as quais se vinculam à natureza do sistema linguístico.

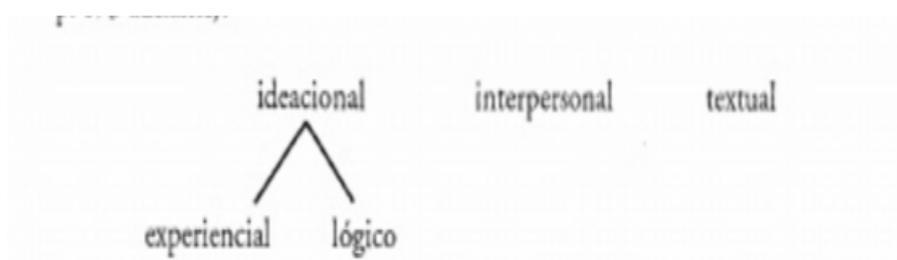
Todavia, caso a concepção de poder não seja concebida, a análise do sistema linguístico será superficial, dado que o sistema social não será tomado por completo para análise linguística.

Dessa forma, em uma investigação do sistema semântico, as relações de poder, que permeiam todas as práticas, precisam ser consideradas, conforme postula Fairclough (2003 apud SEGUNDO, 2000).

O sistema semântico é um dos constituintes, além do léxico-gramatical e fonológico, que integram o sistema linguístico.

Para Halliday, o sistema semântico é constituído pela integração de quatro componentes funcionais: o experiencial, o lógico, o interpessoal e o textual. Na verdade, os dois primeiros estabelecem um vínculo estrito:

Imagem 3 - Sistema semântico



Fonte: HALLIDAY, 2001, p. 169.

A configuração desses sistemas, de acordo com Halliday (2001), e suas variáveis realizam-se por uma rede de opções: se a, então b ou c. Entre as variantes dessa forma geral, incluem-se: "se a, então x ou z ou zy m ou n; seis, ou m, se x, ou se m, então p ou q, se tanto y quanto n, então r ou s ou t" (HALLIDAY, 2001, p. 169)

Portanto, a instanciação é um processo paradigmático, como os modos de sistema social, conforme Giddens (2003) – o que demonstra que os entornos também se definem paradigmaticamente. O entorno de qualquer opção é o sistema de escolhas que se vinculam a

ela. Dessa maneira, a associação entre sistema social e as redes de opção é intrínseca, sendo essas um sistema semiótico daquele. Assim, como não existe maneira de abordar o sistema social sem falar em relações de poder, não há como conceber uma escolha sem considerar essa relação.

Dessa forma, cada componente do sistema semântico é determinado e caracterizado pelas relações de poder, que, nesse sistema, se instanciam. Portanto, a função do estrato léxico-gramatical, que consiste, segundo Halliday (2001), em projetar umas estruturas sobre as outras para formar uma estrutura integrada, realiza, na interação social, as relações de poder de dada sociedade.

Como a estruturação do sistema social é constituída por interações sociais, não há como, salvo didática e analiticamente, separar os componentes semânticos ideacional e interpessoal. Assim, as estruturas são concebidas como realização simultânea desses componentes.

Dessa forma, a partir das categorias semânticas, ou melhor, do código, que as instanciam, prediz-se o texto, ou melhor, os registros.

Essa abordagem, portanto, traz à luz os significados, dos quais emergem normas semânticas, cuja função é particularizar os textos, determinando suas especificidades, as quais, analisadas conjuntamente, constituem o registro. Assim, as variáveis de situação refletem as relações de poder, que as determinam, de modo que as seleções linguísticas não devem ser analisadas sem que se considerem essas relações.

É claro que a seleção linguística é caracterizada pela situação em que os participantes se inserem, todavia a situação é a instanciação de um conjunto mais amplo, cuja constituição se dá por sistemas sociais, cuja estruturação é alicerçada pela interação, constituída por relações de poder.

Assim, a estrutura social, explicada por Giddens (2003), faz-se presente em cada componente da fórmula triádica de Halliday (2001), influenciando diretamente as estratégias linguísticas que tornem aceitável o texto em dada atividade.

Logo, adotando o caráter sociológico para a definição do contexto de cultura, doravante o contexto de situação será concebido como determinado pelas relações de poder, intrínsecas à estruturação social, isto é, à constituição da sociedade.

Segundo Giddens (2003), o poder é exercido por meio de um código, cujas regras constituem sua gramática. Os significados desses códigos estão incorporados na memória cultural e, portanto, nas práticas sociais.

Dessa forma, as séries de opções semânticas, que constituem o potencial de significados, estão caracterizadas pelas ideologias de poder.

Portanto, como as relações de poder permeiam todas as relações e, segundo Giddens (2003), são inerentes a toda associação social, não se pode conceber o contexto de situação, em que ocorrem as práticas sociais, sem que se concebam aquelas ideologias.

Uma semântica desse tipo, de base sociológica, instaura-se entre o estrato social e o estrato linguístico: seus elementos realizam os significados sociais, que são realizados pelo sistema linguístico.

A estrutura semiótica de uma situação, como já se viu, é representada como um sistema de três dimensões, de acordo com Halliday (2001): a atividade social – campo –, as relações entre os papéis sociais – relações – e o canal “simbólico ou retórico” – modo.

Esses componentes semióticos atuam em conjunto como construtores do texto mediante ativação dos registros.

Define-se registro como um organismo de recursos semânticos que o membro de determinada cultura correlaciona comumente a um tipo de situação: é o potencial de significado exequível em um dado contexto social, segundo Halliday (2001).

Visto que os comportamentos linguísticos são orientados por contratos sociais, que podem ser dissimulados, tais comportamentos são condicionados, na verdade, pelas relações de poder, que constituem as práticas sociais. Sendo, então, a língua uma prática social, essas relações permeiam suas escolhas.

Dessa maneira, são os códigos, que, instanciados pelos registros, transmitem os padrões da estruturação social de dada civilização. Portanto, qualquer escolha linguística é uma realização de práticas socioculturais, que se estabelecem permeadas por relações de poder.

Dessa maneira, a “mera” representação linguística já estaria condicionada pelas motivações socioculturais de dada sociedade: os recursos linguísticos, marcados pela relação de poder entre atores, instanciam o caráter argumentativo da linguagem, que provém da ideologia de poder.

Então, a íntima relação entre língua e pensamento concebe que a “simples” representação linguística não foge ao caráter argumentativo da linguagem.

Portanto, com relação à metafunção ideacional, sugere-se que a ocorrência de ações carrega em si significados que sugestionam as ações como semiotização de um processo interacional, refletindo a identidade social dos atores.

A pura representação linguística já é manifestação para alguém, ainda que para si próprio, e, como instância da estrutura social, a linguagem, mesmo nessa função, é mediada por relações sociointeracionais, as quais se relacionam a potenciais de conduta assimilados pela criança na aquisição da linguagem – o que prova que a “simples exteriorização” já é balizada pelo fator interacional:

A verdade surpreendente é que os usos mais comuns da linguagem, aqueles com os pais, irmãos e irmãs, com as crianças da vizinhança, em casa, na rua e no parque, nas lojas e nos comboios e autocarros, que servem para transmitir à criança as qualidades essenciais da sociedade e da natureza do ser social. (HALLIDAY, 2001, p. 19)

Assim, cada representação linguística carrega um significado social, ou melhor, sociointeracional, pois a representação já tem em si a finalidade da comunicação, isto é, da interação.

Por isso, Halliday (2001) afirma que as metafunções atuam juntamente, dado que todo ato é representativo e, devido às relações de poder, que permeiam as relações humanas, obedece ao desejo do falante de agir sobre seu interlocutor: “Eu diria que os significados se geram simultaneamente e se projetam uns sobre os outros” (HALLIDAY, 2001, p. 69)

Segundo Herculano de Carvalho (1970), se entendermos a exteriorização independentemente do seu caráter monológico ou dialógico e considerarmos apenas a natureza dos conteúdos manifestados, podemos afirmar que a expressão, o apelo e a informação nunca se dão separadamente.

Toda realização linguística é, pois, sempre, de maneira simultânea, referencial e interpessoal. Dessa forma, pode-se afirmar que representar é manifestar, ou seja, a cada significado referencial é indexado um significado social ou interpessoal, cuja significação é estabelecida pelos papéis sociais em interação, de acordo com Ochs (1992).

Portanto, ao mesmo tempo em que os atos linguísticos mantêm um significado referencial, destes emergem significados interpessoais, que transmitem significados sociais. Segundo Ochs (1992), parte do significado de qualquer enunciado é sua história social: as condições sociais podem ser comunicadas por meio do conteúdo referencial de uma palavra, frase ou cláusula.

Dessa forma, as palavras ou estruturas linguísticas comunicam aos interlocutores mais do que um significado referencial.

Portanto, não há como compreender, salvo para fins analíticos e didáticos, a manifestação das metafunções separadamente.

A oração, dessa maneira, deve ser entendida como troca, fruto da interação social. Assim as escolhas revelam posicionamento de valores, o que possibilita resgatar em textos jornalísticos orientações ideológicas, estrategicamente manipuladas, ou melhor, dissimuladas. Dissimulação que nos demonstra outro posicionamento de valor, o da manipulação de poder, caracterizados tanto pelo informante quanto pelo informado.

O significado interpessoal, segundo Avelar e Azuaga (2011), é, portanto, percebido no todo oracional, “como um viés contínuo”: o texto, como unidade semântica, sugere que os encadeamentos léxico-gramaticais sustentam a maior parte do significado interpessoal do texto.

A transitividade, nessa perspectiva, está relacionada às relações semânticas de poder “de quem o faz o que para quem”, portanto, a análise da transitividade oferece pistas sobre características sociais, culturais e ideológicas, que influenciam o significado do texto.

Inicialmente, o significado interpessoal concentrava-se no sistema de MODO, composto pelo modo e modalidade, todavia a oração também se orchestra como um episódio de interação entre o falante e a si próprio ou o falante e seu interlocutor. É importante salientar que a comunicação se dá na própria representação em que o ator se encontra como único participante, havendo uma relação entre ele e seu ethos.

Portanto, já que, quando se faz uso da língua, faz-se uso de um determinado papel para interagir, o significado interpessoal é expresso em todas as escolhas léxico-gramaticais. Halliday (1985 apud AVELAR; AZUAGA, 2011) refere-se ao modo como a variável relações, considerando-a um campo de estudo não só referente aos participantes, mas também ao tipo de relacionamento que eles estabelecem entre si. (AVELAR; AZUAGA, 2011, p. 23):

A variável relação se refere à natureza dos participantes, o seu *status* e sua função, que tipos de relacionamento obtêm, incluindo as relações permanentes e temporárias de um tipo ou outro, o tipo de papéis assumidos no discurso. Esses papéis estão no diálogo e todo o conjunto de relações socialmente significativos em que estão envolvidos. (HALLIDAY, 1985 apud AVELAR; AZUAGA, 2011, p. 23)

Portanto, diversos autores que ampliaram as investigações centradas nos aspectos INTER-pessoais⁸ (modo, modalidade), seguiram para uma pesquisa de ocorrências inter-PESSOAIS⁹ - conforme Avelar e Azuaga (2011).

⁸ Nomenclatura adotada por Avelar e Azuaga, a qual esta pesquisa adotou por ser coerente com a evolução dos estudos da variável relação.

⁹ Nomenclatura adotada por Avelar e Azuaga, a qual esta pesquisa adotou por ser coerente com a evolução dos estudos da variável relação.

Dessa maneira, a investigação passa a abranger marcas pessoais, marcas dos sentimentos e de negociação, estabelecendo, portanto, um novo sistema, cuja pretensão é dar conta das novas perspectivas e conceber a língua como um instrumento usado para avaliar, adotar posturas e valores.

Dessa maneira, os operadores lógicos, componentes ideacionais, também têm a finalidade de estabelecer posicionamentos interpessoais, tendo, portanto, a finalidade de indicar a argumentatividade dos enunciados.

2.6 Cultura e comportamento linguístico

Por meio do texto, os participantes identificam posições sociais, ou seja, potenciais de conduta. Isso ocorre devido à relação entre os significados instancias e as experiências dos membros de uma sociedade, por meio das quais, segundo Halliday (2001), compreende-se, representa-se e age-se sobre a realidade, reconstruída pela linguagem, que desempenha o papel central não só no armazenamento e troca de experiências, mas também, conforme Halliday (2001), na sua interpretação.

Portanto, um texto como unidade semântica é um arcabouço das experiências sociais dos indivíduos, demonstrando que interação linguística se fundamenta no princípio de que os interlocutores acionam o contexto social para decodificar os textos.

Nessa perspectiva, Circouel (1969 apud HALLIDAY, 2001) sugere que os indivíduos operam com quatro princípios interpretativos no processo de produção e compreensão textuais. Para o autor, durante a troca de significados, o indivíduo supõe que se compartilham as experiências, que permitem princípios de seleção e de organização de significados e, portanto, de omissão reconstitutiva e suplementar – Halliday (1969 apud, 2001) crê que essas são mais codificações do que omissões, com uma chave ou procedimentos de desenvolvimentos compartilhados, e que as formas linguísticas se referem a experiências passadas.

Considerando, então, o fato de que a interação e a estrutura social estão intimamente entrelaçadas, os indivíduos materializam as posições e os papéis sociais nas construções comunicativas. Esses registros, por conseguinte, revelam as relações sociais, que são impressas às estruturas linguísticas, o que só é possível porque o falante-ouvinte atribui

significados potenciais às situações sociais, assim como os resgata de tais situações. Nota-se, dessa forma, que conforme Schegloff (1971 apud HALLIDAY, 2001), os falantes são sensíveis ao contexto. Halliday (1969 apud 2001), fundamentando-se no sociólogo, afirma:

Do ponto de vista sociolinguístico, um texto é significativo, porque o ouvinte sabe o que o falante vai dizer. Isso ocorre devido não só aos conhecimentos que falante detém sobre as propriedades gerais do sistema linguístico, como também por sua sensibilidade ao contexto cultural, situacional e verbal particular, o que capacita esse falante a fazer suposições fundamentadas a respeito dos significados que vão surgir para ele. (HALLIDAY, 2001, p. 84)

Para Hymes (1972 apud HALLIDAY, 2001), a seleção de opções semânticas pelo falante é controlada, ou melhor, regulada por uma capacidade denominada comunicativa, que é possuída pelos membros de uma sociedade e os faz capazes de adotar um papel social, isto é, uma conduta linguística congruente à situação. Conduta essa que é orientada pelo que Grimshaw (1971 apud HALLIDAY, 2001) denominou generalizações sobre as relações entre componentes da situação verbal.

Segundo Malinowski (1970), toda criatura humana já nasce ou insere-se em estruturas sociais já formadas. Portanto, o sistema de valores, normas e regimentos que regem essas estruturas impõem-se aos indivíduos que desses sistemas sociais venham a fazer parte.

Assim, a aquisição da competência comunicativa, de acordo com Hymes (1972), faz-se nos mesmos padrões da competência gramatical, dado que, para ele, dentro da matriz de desenvolvimento em que o conhecimento das sentenças de uma linguagem é adquirida, também se adquire conhecimento sobre um conjunto de formas nas quais são utilizadas as frases.

O indivíduo desenvolve, dessa forma, uma competência que o orienta quanto ao momento de falar, quanto ao que falar, a quem se dirigir, e de que modo. De acordo com Hymes (1972), uma criança com perfeito desenvolvimento cognitivo é capaz de realizar um repertório de atos de fala que lhe proporciona a participação em diferentes eventos de fala e a avaliação da realização desses eventos.

A partir dessa perspectiva, devido a uma experiência linguística e sua dependência com particularidades socioculturais, o indivíduo torna-se capaz de administrar o que é apropriado falar em sua comunidade, o que não é e a interpretar a vida social, desenvolvendo uma postura, ou melhor, performance sociolinguística, que corresponde ao que o contexto situacional exige.

É notório, portanto, que o conjunto de possibilidades semânticas são assimiladas pela competência comunicativa que o indivíduo desenvolve durante a infância, dado que a aquisição de tal competência se dá a partir da experiência social de cada membro.

Essa competência revela, assim, valores e motivações pré-determinados por códigos de conduta comportamental – definidos por processos socioculturais –, estabelecendo, dessa maneira, um código de conduta linguística.

Assim, segundo Hymes (1972), rompe-se com o modelo que restringe uma das faces da linguagem ao significado meramente referencial: passa-se a considerar os aspectos socioculturais da linguagem e, assim, a considerar os significados sociais que daqueles aspectos emergem.

Essa consideração leva-nos a uma análise funcional do comportamento social, instanciado pela linguagem e, dessa forma, da cultura.

Portanto, em relação às regras de conduta linguística, responsáveis pela congruência entre linguagem e situação, implica a aplicação do conceito de aceitabilidade textual, que remete, claramente, à relação entre a linguagem e a sociedade.

O princípio da aceitabilidade revela que o ser humano se organiza por meio de normas, valores e recursos, que determinam as estruturas linguísticas.

Dessa forma, como o interesse da LSF é uma análise inter-orgânica, isto é, sobre o comportamento do indivíduo e interações com seu meio, o estudo de Halliday (2001) concentra-se na observação do texto como semiótica social.

O autor, assim, recorre às teorias sociológicas, antropológicas, fenomenológicas e etnográficas. O interesse de Halliday (2001) por essas teorias fundamenta-se no fato de que elas concebem a linguagem como um componente essencial para apreender a sociedade, uma vez que é pela linguagem que o indivíduo se socializa.

Portanto, em uma perspectiva que concebe a sistêmica como uma ciência a qual aborda a linguagem como um potencial de significados, que resultam da assimilação de um potencial de comportamentos, faz-se necessário entender que esse potencial comportamental se realiza no indivíduo por meio de um sistema de conduta, resultados da cognição situada e partilhada.

2.7 Gêneros textuais

Os estudos de Bakhtin (1992), inspirados pela filosofia do movimento, a qual vem de Heráclito até a atualidade, propõem que os gêneros textuais refletem as condições particulares e as finalidades de cada contexto. Dessa forma, a Linguística Sistêmico-Funcional fundamenta-se em uma visão semelhante a tal conceito.

Nessa perspectiva sistêmica, Martin (1992 apud VIAN JR.; LIMA–LOPES 2005, p. 32), cuja pesquisa se relaciona, explicitamente, à linha bakhtiniana, introduz uma proposta teleológica de gênero, ligada às variáveis do contexto de cultura – ainda que mais tarde o autor tenha aglutinado as análises de gênero e de registro.

Os gêneros, portanto, são sócio-historicamente determinados, dado que são definidos pelas estruturas espaciotemporais; são, dessa maneira, semiotizações do sistema social, uma vez que as convenções e ideais socioculturais são pelos gêneros realizados.

Nesse âmbito, segundo Bauman (1986 apud HANKS, 2008), os gêneros consistem em quadros de orientações, procedimentos interpretativos que não pertencem à estrutura do discurso, mas às maneiras pelas quais os autores relacionam língua e sociedade.

Sendo assim, os gêneros não têm uma existência isolada, estão assentados em práticas sociais, delas se originam e a elas constituem, fazendo parte do que Bourdieu (1974 apud HANKS, 2008) denominou *habitus*: são recursos relativamente permanentes e intercambiáveis a partir dos quais as práticas linguísticas se constituem e, ao mesmo tempo, são produzidos no decorrer dessas práticas, sujeitos, assim, a modificações, manipulações e mudanças (HANK, 2008, p. 45).

Sob essa visão, pode-se afirmar que os gêneros surgem a partir das necessidades socioculturais dos seres humanos: a linguagem surge como oriunda das necessidades de um ambiente secundário do homem, que, segundo Malinowski (1970), é criado para solucionar os problemas gerados pelas primeiras necessidades orgânicas do homem, isto é, pela necessidade da construção de um novo ambiente.

Assim, esse novo ambiente, que nada mais é do que a cultura, de acordo com Malinowski (1970), precisa ser reproduzido, mantido e administrado. Nesse contexto, os gêneros são artefatos culturais responsáveis por esses processos, uma vez que surgem para a satisfação de tal finalidade sociocultural, e, também, são, ao mesmo tempo, a própria cultura,

porquanto instanciam o sistema ou organização social vigente, conforme se viu em Giddens (2003).

Portanto, diante dos conceitos, a definição de gênero como cultura pode ser fundamentada, ou melhor, descrita a partir de duas perspectivas:

1- como artefato cultural;

2- como recurso semiótico que instancia a estrutura social, o que o caracteriza como a própria cultura.

A sua caracterização como cultura pode ser determinada pelas definições do termo segundo Malinowski (1970), que compreende as dicotomias forma/função e meio/fim-caracterizadoras da definição dos gêneros textuais.

Segundo o autor, a cultura, que nasce a partir da necessidade do homem, constitui-se de dada forma para exercer uma função e, por isso, é compreendida como um meio pelo qual atinge seus fins.

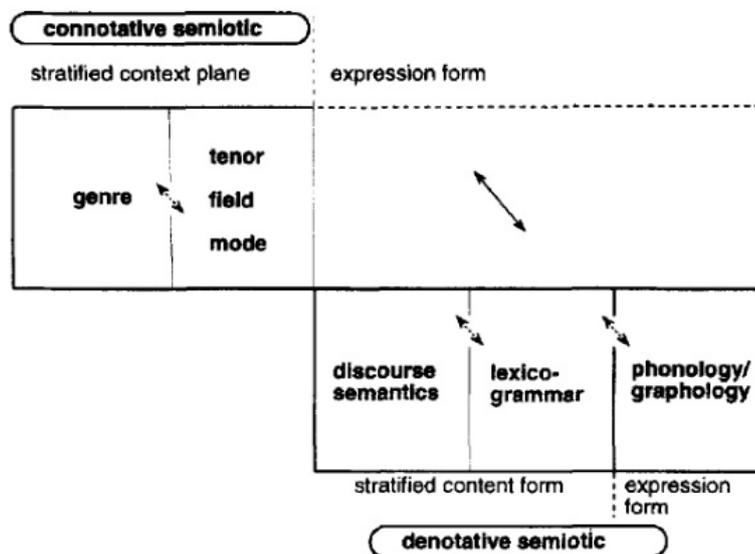
Portanto, Martin (1992 apud ROSE, 2010), ao analisar o gênero a partir do contexto de cultura, toma-o por uma “ferramenta” cultural, utilizada em determinado contexto como forma de atingir uma finalidade específica e como a própria cultura: Martin (2012 apud ROSE, 2010) conceitua os gêneros como processos sociais encenados e orientados a metas – são orientados porque um texto se desdobra para um propósito social e encenados porque se compõem de mais de uma etapa para alcançar o objetivo final.

No prisma da Linguística Sistêmico Funcional, isso significa que os gêneros são uma configuração, ou melhor, estrutura de significados que representam as práticas sociais de uma cultura. São, dessa maneira, sistemas semióticos que, por um lado, trazem uma cultura e, por outro, introduzem os indivíduos nas ações interativas. Assim, o conceito de gênero, moldado pela Escola de Sidney no estrato da cultura como uma configuração do sistema social, realiza-se nas configurações dos registros, constituídos pelas variáveis campo, relações e modo.

Todavia, de acordo com Martin (2001 apud FIGUEIREDO, 2010), o gênero, tanto quanto o registro, é um sistema semiótico distinto de outros sistemas semióticos, pois a única maneira pela qual podem criar significado é usando a linguagem.

Fundamentando-se em Hjelmslev (1961 apud ROSE, 2010), Martin (1992 apud ROSE, 2010) caracteriza a linguagem como um recurso semiótico denotativo que realiza o contexto social como um recurso semiótico conotativo realizado por meio da linguagem:

Imagem 4 - Linguagem e contexto social



Fonte: Forma de linguagem estratificada em relação a um modelo estratificado de contexto social (MARTIN, 2010, p. 7)

Portanto, tomada a linguagem como um fenômeno social e histórico e, por isso mesmo, ideológico, Martin (1992 apud ROSE, 2010), fundamentado nos estudos de Bernstein (1996/2000 apud ROSE, 2010), propõe a ideologia como um nível de estratificação na Linguística Sistemática Funcional para chamar atenção à distribuição de recursos discursivos em uma cultura e às formas divergentes de interpretação dos sujeitos em ocasiões sociais.

A ideologia pode ser tomada por duas perspectivas, sinótica e dinâmica, de acordo com Fincham (2009); no âmbito sinótico, adotado por Martin (1992 apud FINCHAM, 2009), classifica-se como o sistema de diretrizes que constituem uma cultura. Essas orientações são percebidas pela forma como grupos de falantes de diferentes gerações, etnia e classe têm diferentes estilos contextuais Martin (1992 apud VIAN JR.; LIMA-LOPES, 2005, p. 34).

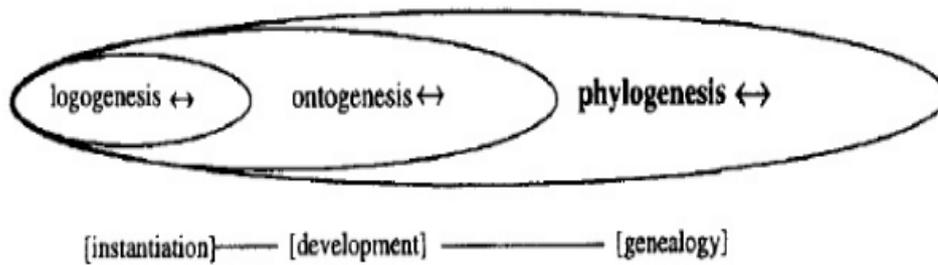
Da perspectiva dinâmica, a ideologia relaciona-se com a distribuição de poder; parte dessa visão, a negociação de orientações de codificação é um conteúdo necessário do sistema para Martin, dado que explica como a contratextualidade nos textos opostos ou contestadores coloca em primeiro plano as diferenças sociais (FINCHMAN, 2009).

Martin (2000) retorna às três “histórias” do texto, desenvolvidas por Halliday: logogênese – o desdobramento do texto –; ontogênese – sua relação com o desenvolvimento do indivíduo –; e a filogênese – a relação com a mudança e o desenvolvimento ao longo da história semiótica da comunidade. A reelaboração desses três conceitos por Martin enfoca como essas dimensões se relacionam com o gênero, o registro e o estrato linguístico.

A partir dessa conceituação, pode-se mostrar como estratos inferiores são influenciados pelo contexto ideológico.

O ambiente da logogênese é esquematizado por Martin (2000) para mostrar como o contexto sociocultural atua no desenvolvimento linguístico do indivíduo.

Imagem 5 - Contexto sociocultural e desenvolvimento linguístico



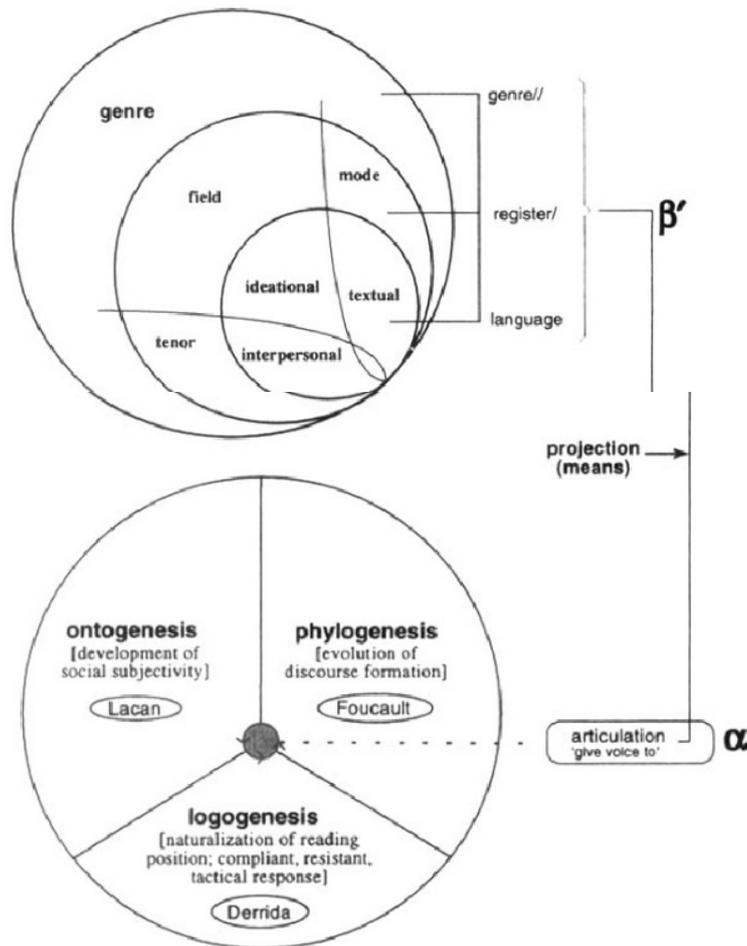
Fonte: MARTIN, 2000, p. 9.

De acordo com Martin (2000) – embora com o propósito distinto desta seção – a (re) leitura da teoria da gênese permite colocar em primeiro plano as maneiras pelas quais os atores se envolvem dinamicamente com os textos à medida que eles se desenvolvem (logogênese), as maneiras pelas quais os atores são posicionados e reposicionados ao longo do texto e de sua vida (ontogênese) e as maneiras pelas quais uma cultura mantém a hegemonia entre gerações.

Neste modelo, os estratos de gênero, registro e linguagem devem ser interpretados como “a projeção de uma semo-história”, que compreende as ideologias imanadas de relações de poder.

Essa concepção de ideologia projeta-se como semo-história da linguagem, gênero e registro:

Imagem 6 - Linguagem, registro e gênero como a projeção de sua semo-história



Fonte: Linguagem, registro e gênero como a projeção de sua semo-história. (MARTIN, 2000, p. 11)

No entanto, apropriar-nos-emos, para ampliar a noção do contexto ideológico, do conceito de ideologia de Martin (1992 apud MARTIN, 2000), demonstrando que, como um reduto de relações de poder, as ideologias, como tratadas pela teoria da valoração, não demarcam apenas a desigual distribuição de significados entre grupos sociais, mas delimitam as relações de poder que permeiam qualquer prática social.

Portanto, a ideologia da qual essa pesquisa se ocupa, a da relação de poder que permeia todas as práticas sociais, abordada por Martin na Teoria da Valoração, concentra-se na manifestação da metafunção interpessoal da linguagem. Para Martin (1992 apud FINCHMAM, 2009), a variável de registro relações que se refere à negociação das relações

sociais é realizada em três dimensões. Uma dessas dimensões é o *status*, outra dimensão é o grau de contato, e a última dimensão diz respeito ao afeto.

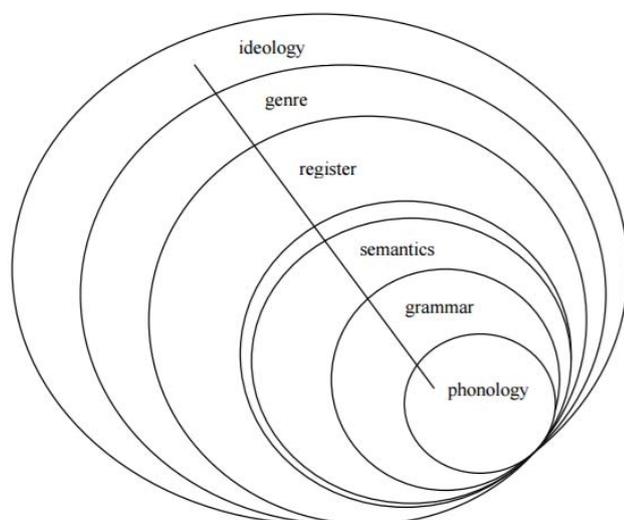
Nessa perspectiva, os textos são locais de posições sociais, que são muitas vezes negociadas entre os atores, avaliações e convenções, apontando representações de ideologia e de poder.

Assim, sob esse prisma, conforme Avelar e Azuaga (2011), os textos assumem avaliações positivas e negativas, posições em relação a essas avaliações e de que forma essas avaliações são negociadas intersubjetivamente.

Dessa maneira, interpretando a linguagem, o registro e o gênero como uma projeção da “semohistory” – em uma acepção mais ampla do que a tomada por Martin (2000) para descrever o contexto ideológico –, a negociação, a avaliabilidade e o afeto determinam o contexto semântico, uma vez que esse instancia a esfera sociocultural (Halliday, 2001), representação do sistema social, que é permeado pelas relações ideológicas de poder.

Portanto, percebe-se que os componentes semióticos da situação, que se acham vinculados aos componentes funcionais da semântica, carregam traços ideológicos e são realizações de um estrato maior: o gênero, práticas permeadas por questões ideológicas. O estrato da ideologia afeta, dessa maneira, o sistema semântico. Assim, um texto, visto como um todo, é a realização de uma estruturação social, que, como vimos, é mediada pelas relações de poder, imanescentes à sociedade.

Imagem 7 - Linguagem e seu ambiente semiótico



Fonte: Linguagem e seu ambiente semiótico. (MARTIN 1992: 496, de MARTIN e MATTHIESSEN 1991 apud FINCHMAN, 2009, p.7)

Não há, assim, significado ideacional que não perpassa por um dos processos de negociação, avaliatividade e afeto, ou seja, pela interpessoalidade.

Portanto, as três metafunções ocorrem simultaneamente em todos os planos semióticos: a linguagem como uma semiótica social é sempre multifuncional (VIAN JR.; LIMA–LOPES, 2005).

O que nos permite fazer o percurso acima descrito, isto é, partir do gênero para o registro, é a perspectiva defendida por Martin, para a qual o registro funciona como uma forma de instanciação do gênero.

Conquanto tal perspectiva tenha sido reconsiderada por Martin e Eggins (1997 apud VIAN JR.; LIMA–LOPES, 2005), essa pesquisa entende que, apropriando-se da fala do autor, os gêneros determinados culturalmente por questões semo-histórias terão suas diferenças determinadas pelo contexto sócio-histórico em que se produzem, isto é, gêneros idênticos variam de acordo com classe, etnia, gerações, conforme afirmado pelo autor. Dessa forma, a perspectiva primeira de Martin, defendida neste trabalho.

Diferentemente da perspectiva de Hasan (1989 apud VIAN JR.; LIMA-LOPES, 2005), embora ambas estejam no âmbito funcional de Halliday (2014), a perspectiva martiniana (1992 apud VIAN JR.; LIMA-LOPES, 2005) defende que o gênero pré-seleciona as variáveis de registro, relacionando-as a partes específicas da estrutura textual, a denominada estrutura esquemática, de acordo com o autor.

Essa estruturação sugere que as escolhas no nível do contexto de cultura (gênero), as quais são mediadas pelo contexto ideológico, como já se viu, refletir-se-ão nas escolhas no nível situacional (registro), materializadas pela linguagem.

Dessa forma, cada variável do contexto de situação relaciona-se sistematicamente aos padrões léxico-gramaticais existentes em um texto, possibilitando sua caracterização por meio dessas escolhas.

Martin (1992 APUD VIAN JR.; LIMA–LOPES, 2005) lista cinco motivos para que se estabeleça como ponto de partida de análise o gênero e não, conforme Hasan (1989 apud VIAN JR.; LIMA-LOPES, 2005) fá-lo, o registro. São eles:

- 1) priorização do significado social da interação;
 - 2) possibilidade de explicar por que nem todas as combinações entre campo, relações e modo ocorrem;
 - 3) Praticidade para se analisarem as mudanças ocorridas nos estágios de um gênero.
- Segundo Vian Jr. e Lima–Lopes (2005), esse fato ocorre devido à função retórica de cada

estágio condicionar as escolhas linguísticas, da mesma forma que as funções dos estágios são condicionadas mediante o objetivo comunicacional do gênero;

4) conscientização das diferentes formas de desenvolvimento que um texto pode apresentar;

5) complementaridade dos significados que podem ser alcançados na análise do registro.

A adoção desse ponto de partida permite que compreendamos o gênero textual como realização do contexto de cultura, o qual condiciona os recursos linguísticos a serem adotados pelos membros de uma sociedade.

Logo, analisando a estruturação de uma sociedade e as relações de poder que se estabelecem nessa estruturação, faz-se necessário entender o papel da mídia na relação entre imprensa e sociedade para que possamos compreender a relação de poder que permeia esse relacionamento e que condiciona a formação do gênero notícia. Para tanto, o próximo capítulo abordará os propósitos da mídia na sociedade e, portanto, o papel que desempenha no contexto social.

3 MÍDIA E PODER

Este capítulo pretende fazer uma leitura dos verdadeiros propósitos sociais da mídia a partir de Althusser (1970) e Gramsci (2000, 2002, 2006 apud ALMEIDA, 2011) para, então, ratificar que, no gênero notícia, os recursos linguísticos funcionam como estratégias, que dissimulam o poder midiático, cujo objetivo é manter os interesses das classes dominantes invictos.

3.1 A imprensa por Althusser e Gramsci

Althusser (1970) e Gramsci (2000, 2002, 2006 apud ALMEIDA, 2011) fazem uma leitura da imprensa, que, atualmente pode ser readaptada à imprensa brasileira – quiçá mundial. Para ambos, a imprensa funciona como um aparelho ideológico estatal, isto é, como um canal de garantia da hegemonia de grupos dominantes. Segundo os autores, essa hegemonia se mantém dado o interesse do Estado em sustentar sua própria hegemonia política e econômica.

A mídia, dessa forma, é veículo de coerção estatal. Assim, a opinião pública forma-se, para Gramsci ([s.d] apud ALMEIDA, 2011), a partir da manipulação do Estado:

A opinião pública, como a entendemos hoje, surgiu às vésperas da queda do Estado absoluto, isto é, no período de luta da nova classe burguesa por hegemonia política e conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo a que uma única força modele a opinião e desse modo a vontade política nacional, dispersando os desacordos numa poeira individual e desorganizada. (GRAMSCI, [s.d] apud ALMEIDA, 2011, p. 126)

Para Althusser (1970), o aparelho ideológico do Estado corresponde a instituições que, segundo o autor, manifestam-se aos indivíduos como especializadas e sóbrias. A imprensa corresponde, então, à instituição selecionada, por excelência, para informar a população.

De acordo com o autor, os aparelhos ideológicos estatais, por serem instituições privadas, não são reconhecidos de imediato como veículos de manipulação estatal, diferentemente dos aparelhos repressivos do Estado, instituições públicas.

O funcionamento como canal ideológico estatal das instituições, conforme Althusser (1970), é explicado por sua organização burguesa, que se torna uma extensão do Estado, uma vez que, para o autor, não é público nem privado, é o Estado da classe dominante:

O domínio do Estado escapa-lhe porque está para além do direito: o Estado que é o Estado da classe dominante, não é público nem é privado, é pelo contrário a condição de toda distinção entre o público e o privado. Podemos dizer a mesma coisa partindo agora dos nossos aparelhos ideológicos. Pouco importa que as instituições que os realizem sejam públicas ou privadas. O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem ser perfeitamente funcionar como aparelhos ideológicos do Estado. Uma análise um pouco mais profunda de qualquer dos AIE seria suficiente para provar o que acabamos de dizer. (ALTHUSSER, 1970, p. 46)

Para o autor, a distinção entre aparelhos repressivos e ideológicos constitui-se no âmbito da repressão. Os aparelhos ideológicos “funcionam de um modo prevalente pela ideologia” (ALTHUSSER, 1970, p. 47) e, secundária e dissimuladamente, pela repressão:

Será útil referir que essa determinação do duplo funcionamento (de maneira prevalente e de maneira secundária) pela repressão e pela ideologia, consoante se trata do Aparelho (repressivo) de Estado ou dos Aparelhos ideológicos do Estado, permite compreender o facto de constantemente se tecerem combinações muito sutis explícitas ou tácitas entre o jogo do Aparelho repressivo de Estado e o jogo dos Aparelhos Ideológicos de Estado? A vida quotidiana oferece inúmeros exemplos disto que é preciso estudar em pormenor para irmos mais além da simples observação. (ALTHUSSER, 1970, p. 48)

Dessa forma, para Althusser (1970), assim como para Gramsci (2000, 2002, 2006 apud ALMEIDA, 2011), a imprensa é veículo de manipulação da classe dominante e o que constitui a unidade desse aparelho, que se forma, muitas vezes, na diversidade, é justamente a ideologia pela qual exercem sua função, a da classe dominante:

Se os AIE funcionam de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, na ideologia dominante, que é a da classe dominante. (ALTHUSSER, 1970, p. 48)

Assim, como maior veículo ideológico, a mídia mantém ou pretende manter seus valores, os dominantes, imaculados e, para tanto, tal qual os aparelhos repressivos do Estado, possui sua ferramenta de opressão: a língua, ou melhor, os diversos recursos que esta oferece.

3.2 A mídia na atualidade

Designada pela titulação “quarto poder”, a mídia é assim chamada na atualidade – diferentemente de quando a alcunha surgiu no século XIX – devido ao controle que exerce sobre a sociedade, o qual dissimulado, sob o pretexto do direito ao acesso à informação, estimula a construção da opinião pública, cujo surgimento foi condicionado pelo aparecimento da imprensa de Massa no século XIX.

Segundo Moraes, Ramonet e Serrano (2013), a sociedade comporta-se de acordo com os parâmetros traçados pela mídia, que manipula as informações de acordo com seus interesses e dissimula seu poder por meio de estratégias linguísticas.

De acordo com os autores, a mídia está à mercê do poder econômico e político, uma vez que a maior parte de sua receita é oriunda de medidas governamentais e, assim, as informações que a imprensa produz são manipuladas de acordo com as afetações que sofre:

Essa situação origina um duplo discurso dos donos da mídia privada: eles denunciam o intervencionismo quando as decisões democráticas não são de seu gosto, mas exigem dinheiro e ajudas públicas quando enfrentam dificuldades econômicas. (SERRANO, 2013, p. 81)

O que se pode observar é que a Mídia e o Estado de poder ainda mantêm um tácito acordo, que a conservam como extensão de um poder político. Como um quarto poder, a mídia funcionaria como um contrapoder aos demais poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, no entanto, agindo por interesse próprio, tornou-se um poder adicional, cujo papel é manipular a sociedade de acordo com o que é conveniente aos propósitos da imprensa.

Segundo Morat, Ramonet e Serrano (2013), devido à desmoderada concentração dos meios de comunicação, oligarcas estão se apropriando da imprensa e utilizando a mídia segundo seus interesses. Logo, como as grandes empresas e grupos financeiros são “atores do mercado” e o mercado, consoante os autores, é, na estrutura neoliberalista, mais importante que a sociedade, disseminam ideologias dissimuladas sob a forma de informação:

Os conglomerados midiáticos são grandes atores do mercado e, ao mesmo tempo, sua missão é difundir ideologias disfarçadas de informação – “ideologia” talvez seja uma palavra politizada, digamos que promovem uma visão de mundo, uma maquete do mundo, um mundo ideal. De maneira geral, é isso o que os meios de comunicação fazem. (RAMONET, 2013, p. 63)

É a partir daí, que, de acordo com os autores, podemos compreender como a mídia, propriedade de grandes empreendedores, desde multinacionais da comunicação a bancários, atua na sociedade.

Dessa maneira, os campos político e econômico englobam o campo midiático e esse processo faz que o campo jornalístico reifique as ideologias das estruturas dominantes e, desposando de recursos alocativos e autoritativos, a mídia legitime a “credibilidade” que confere a si mesma, formando a opinião pública a partir da aparente neutralidade jornalística. A intervenção midiática na sociedade, portanto, não tem oposição e, por isso, a mídia manipula os seus interesses sob a roupagem da informação:

Diferentemente dos outros poderes, o poder midiático não tem nenhuma legitimidade democrática. Ninguém vota nele, ninguém o elege. No Brasil, ele chegou a ser denominado “coronelismo informativo”. Acho que o termo, levando-se em conta o que os coronéis significam na América Latina, é suficientemente eloquente. (SERRANO, 2013, p. 73)

Portanto, a imprensa é um aparelho político-ideológico – “estatal” até que a conveniência o diga –, cuja função é submeter a sociedade aos interesses dominantes.

Assim, anunciando-se e legitimando-se como reprodutores da verdade, esse sistema exerce interferência crucial na circulação de informações, interpretações e crenças indispensáveis à consolidação de consensos sociais (MORAES, 2013, p. 21).

3.3 Teoria da objetividade jornalística

Uma cadeia de recursos léxico-gramaticais permite que o poder seja (re)afirmado de forma dissimulada. Nas produções midiáticas, observamos com clareza esse papel linguístico.

Barros Filho, Paes Lopes e Peres Neto (2011), em seu livro *Teorias da Comunicação em Jornalismo*, questionam o significado do termo ideologia e buscam resposta em Thompson (2000), que, segundo os autores, distingue duas concepções de ideologia: a neutra e a crítica. A primeira concepção concebe a ideologia com certa ingenuidade sem considerá-la um fenômeno ilusório e parcial, já a segunda concebe a ideologia como um fenômeno resultante de atitudes manipuladoras e, portanto, ilusória e parcial.

E, assim, Thompson (2000 apud BARROS FILHO, PAES LOPES; PERES NETO, 2011) engaja-se à segunda concepção, considerando a ideologia o sustentáculo das relações de dominação:

Com base em tal definição, uma forma simbólica será ideológica quando, num contexto sócio-histórico determinado, estabelecer e sustentar relações de dominação. Ou seja, baseada em tal definição, nenhuma forma simbólica será ideológica em si mesma, como se a ideologia estivesse contida em alguma característica ou atributo seu. Ao contrário, uma forma simbólica só poderá ser ideológica se considerarmos seus usos sociais. O modo como ela é utilizada por nós. (BARROS FILHO, 2011, p. 92)

Portanto, como instrumento construtor da realidade, a língua reproduz estruturas de dominação e confere, muitas vezes de forma sutil com que são utilizados os recursos, a legitimação dessas estruturas.

Dessa forma, torna-se fundamental compreender os estratagemas comuns de estrutura simbólica que sustentam, na mídia, certas formas de instituição da ideologia:

Imagem 8 - Estratagemas típicos de construções simbólicas

MODOS GERAIS	ALGUMAS ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia e metáfora)
Unificação	Estandardização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do grupo
Reificação	Naturalização Eternização Nominalização /passivação

Fonte: THOMPSON, 2000, p. 81 apud BARROS FILHO; PAES LOPES; PERES NETO, 2011, p. 95.

Para os autores, a legitimação é operada a partir das estratégias de racionalização, universalização e narrativização. A racionalização corresponde ao emprego de justificativas utilizadas para qualificar uma ação como digna de apoio. A universalização corresponde à aplicação da ideia da generalização dos benefícios, isto é, acordos ou situações que beneficiam apenas uma parcela dos indivíduos são apresentados como benéficos a todos. A narrativização se refere ao emprego da relação entre passado e presente, isto é, ao emprego da hegemonia de uma cultura como algo infundável.

A dissimulação, evento que dissimula as relações de dominação, é operada pelos artifícios de deslocamento, eufemização e o tropo. O deslocamento corresponde à correlação de atributos, que podem ser positivos ou negativos, entre objetos e pessoas. A eufemização corresponde à atenuação dos fatos e ações para que se tornem sob a visão do leitor positivos. O tropo, estratégia que mais nos interessa, corresponde ao uso das metáforas que dissimulam as relações de poder.

A unificação, que corresponde à união dos indivíduos a partir de uma identidade única, opera pelas estratégias de standardização e simbolização. A standardização corresponde à uniformização de um padrão para ser compartilhado facilmente, já a simbolização corresponde à construção de símbolos para caracterizar a unidade.

A fragmentação corresponde à exclusão de indivíduos que possam ameaçar a unidade e é operada pelas estratégias de diferenciação e expurgo do grupo. A diferenciação corresponde à exaltação das diferenças entre os grupos, e o expurgo corresponde à projeção da imagem do outro como uma possível ameaça.

A reificação corresponde à naturalização dos fatos e realiza-se pelos estratagemas de naturalização, eternalização e passivação. A naturalização corresponde à normalização dos fatos, a eternalização se refere à exibição dos fatos como infundáveis, a passivação corresponde ao apagamento dos agentes das ações.

Na mídia, essas estratégias são realizadas por recursos linguísticos que sugerem uma objetividade informativa, que, como se vê, é inexistente, uma vez que a realidade é produto da percepção sociocultural dos indivíduos.

Como a percepção dos indivíduos é condicionada por crenças e valores, a realidade que se transforma em notícia é resultado da interpretação da imprensa.

Dessa forma, a objetividade jornalística nada mais é do que uma estratégia de dissimulação de poder, a qual sustenta a dominação da mídia sobre a sociedade:

E, dessa forma, ajudam, de certo modo, a estabelecer e sustentar a dominação do campo jornalístico sobre a sociedade de uma forma geral. Nesse caso, o ideal da objetividade pode ser interpretado como uma ideologia. (BARROS FILHO, 2011, p. 100)

Segundo Tuchman (1999), a objetividade seria uma estratégia do jornalista para manter-se imparcial e, assim, evitar cobranças sociais, todavia essa afirmação é ingênua e incongruente, conforme nos mostra Corado (2010). Para a autora, a informação, na verdade, não existe, o que há é um processo de enunciação, cuja produção é permeada pela subjetividade linguística:

Assim, a informação não existe, o que existe é sempre um processo de enunciação, essencialmente humano e, por isso mesmo, invariavelmente impregnado pelas subjetividades humanas. Por essa lógica, ao se autorizar a informar, as mídias também se autorizam a divulgar as subjetividades de quem informa, os valores que são subjacentes ao seu dizer. Esses valores, por sua vez, são apreendidos como a própria informação/verdade que o veículo está autorizado a dizer, ganham a legitimidade de quem os enuncia e se tornam, por isso, reproduzíveis e reproduzidos. (CORADO, 2010, p. 7)

Segundo Barros Filho, Paes Lopes e Peres Neto (2011), a ideia da objetividade jornalística surgiu nos Estados Unidos nos fins do século XIX, nos moldes das ideias positivistas da época, todavia apenas serviu de estratégia linguística para fomentar o controle midiático, uma vez que a persuasão se faz mais eficaz, de acordo com Perelman (1996), quando se passa imperceptível ao auditório.

Assim, a mídia, como instituição, controla seus espaços de atuação sob a roupagem da credibilidade informativa. Todavia, esse contrato social é rompido quando o jornalista fere a pretensa objetividade, que, de acordo com Lage (2001 b, p. 34 APUD MELO; ASSIS, 2013, p. 48) é proporcional à subjetividade nas escolhas e na ordenação, isto é, quanto maior a “interferência da subjetividade” mais “objetivo ou preso às aparências” será o texto.

Dessa maneira, o gênero notícia, que, em tese, pretende manter a sociedade a par das informações, garantindo-lhe o privilégio da informação, nada mais é do que uma artimanha social que, por meio dos recursos oferecidos pela língua, sustenta os interesses dos grupos dominantes, dos quais a mídia faz parte.

3.4 O gênero notícia

O gênero notícia, segundo Marques de Melo (2006 apud MELO, 2013), é uma construção narrativa estruturada por respostas às perguntas que, quem, quando, como, onde, por que, reelaboradas na fórmula jornalística 3Q+CO+PQ. Essa narração constrói-se sob a forma de uma pirâmide invertida, composta de duas partes básicas: cabeça: *lead* e corpo: *body*, cujo foco é centralizado no clímax do assunto.

O *lead* resume o evento em observações relevantes que captam o interesse dos leitores e o *body*, composto pelo episódio e pelo comentário, relata a notícia e divulga como os atores envolvidos avaliam o fato ocorrido.

No entanto, segundo Alves Filho (2011), é necessário que se analise a estrutura do gênero notícia cautelosamente, dado que, como se originam por contextos socioculturais diversos e circulam por eles, a construção desse gênero torna-se variada. Fato que demonstra a subjetividade da notícia, que, portanto, apenas em tese, apresenta-se como impessoal, imparcial e objetiva:

Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes. (Folha, 1996, p. 88 apud MARQUES DE MELO, 2013, p. 88)

O manual de redação da Folha aconselha o jornalista a ser objetivo; todavia, como já se viu, essa caracterização não passa de uma utopia, já que a língua, conforme Burke (1995), é uma ferramenta de controle pela qual grupos ou indivíduos controlam outros grupos ou outros indivíduos, ou uma ferramenta de resistência a esse controle, isto é, um meio para mudar ou para afirmar as identidades socioculturais já estabelecidas.

De acordo com White (2000), a modelagem de uma ordem social é realizada por meio de um tipo de texto organizado para naturalizar e retratar como senso comum a ideologia que a informa. Assim, nos acontecimentos que relata subjaz em significados culturais e ideológicos, que, sob a aparência de notícia, constroem e naturalizam “um modelo de estabilidade social, moralidade e normalidade”.

Dessa forma, as funções sociais e retóricas implícitas da notícia vão de encontro às suas funções explícitas, pois, ao passo que, no âmbito dessa função, a mídia pretende informar

os leitores acerca de fatos considerados relevantes à sociedade, fecundam crenças e valores das classes dominantes:

As funções sociais e retóricas das notícias podem ser explícitas ou implícitas. Do ponto de vista da mídia, a função explícita é informar aos leitores acerca dos fatos atuais e considerados relevantes para os grupos sociais. Da perspectiva dos leitores, o propósito pode estar associado à necessidade de se atualizar a respeito do que tem acontecido recentemente, o que faz com eles se sintam regozijados sabendo de um fato em primeira mão. Mas há funções implícitas, que não são inteiramente assumidas pela mídia, como promover as crenças e os valores dos grupos sociais dominantes (VAN DIJK, 1988, p. 82) (ALVES FILHO, 2011, p. 93)

Portanto, as notícias lançam mão de estratégias que garantem uma expressão de verdade e de idoneidade. Assim, além das já descritas, Alves filho (2011) pontua as discriminadas por Van Dijk (1988): descrições diretas de eventos em curso, uso de evidência de testemunhas oculares, uso de evidência de outras fontes confiáveis (autoridades, pessoas respeitáveis, profissionais), sinais que indicam precisão e exatidão, uso de citações diretas de fontes.

É notório, por conseguinte, que essas estratégias funcionam, conforme as demais, como ferramentas argumentativas, as quais asseguram a defesa do posicionamento do jornalista acerca da crença que pretende defender e que aparece sob a roupagem de um gênero informativo.

Segundo Burke (1995), há pessoas com maiores habilidades linguísticas que as outras e que da língua fazem uso para controlar os demais. Seriam essas os profissionais da comunicação: jornalistas, publicitários, roteiristas. Dessa forma, conforme se pode ver em Bernstein (1996 apud SANTOS, 2003), em quem Martin (1992 apud ROSE, 2010) fundamentou seus trabalhos, as relações de controle e de poder são exercidas em princípios de comunicação.

Assim, como os limites estabelecidos entre os grupos sociais são determinados pelas relações de poder que balizam as relações sociais, não se pode encarar, em tese, a mídia como o único membro social detentor de poder, uma vez que, no gênero notícia, a relação de poder entre a mídia e o leitor, estabelecida pela dialética do controle, é mediada por um mandato que o autor delega a determinada mídia, a qual depende do engajamento do jornalista em fazer com que o leitor não se sinta, no decorrer da notícia, manipulado.

Nessa relação, é notório que o poder do leitor é o retrato da própria ilusão, dado que a objetividade e a imparcialidade exigidas por ele são ferramentas que forjam o poder da mídia.

Assim, nesse jogo de gato e rato, as estratégias linguísticas, como a metáfora, por exemplo, são utilizadas como recursos para “adormecer” o espírito de vigilância do leitor.

Dessa maneira, a partir de agora, esta pesquisa observará como as orações relativas, consideradas por este trabalho um tipo de metáfora gramatical, funcionam como uma manobra discursiva por meio da qual o jornalista manipula a opinião do leitor sem que este o perceba e, assim, a mídia mantenha sua estrutura de dominação legitimada.

4 METÁFORA E PRÁTICA SOCIAL

Sendo o contexto cultural estruturado por práticas, posições, recursos e, portanto, pelos processos de dominação e de legitimação, a análise de um gênero textual não pode deixar de considerar essa composição sociocultural, que interfere diretamente nas construções textuais, formas de realização da estruturação social.

Dessa maneira, na análise do gênero notícia, uma investigação acerca do papel da mídia se tornou essencial a fim de que se compreendesse como essa instituição explora seu poder a ponto de manipular o leitor de forma imperceptível.

Analisando, portanto, a relação que se estabelece entre mídia e leitor, observa-se que é determinada por um contrato social que caracteriza o jornalista como mero informante. Dessa forma, as normas e regras comportamentais, isto é, o *habitus* que permeia a prática social do campo jornalístico reclama a esse profissional um comportamento objetivo, configurado pela objetividade linguística.

Esse *habitus* caracterizador do campo jornalístico lega ao jornalista o papel de domesticador da sociedade, apresentando-o, no entanto, como um fiel reproduzidor da realidade e, dessa forma, como um profissional de confiança.

Por conseguinte, o jornalista se vê obrigado a representar dado papel que lhe é conferido pela sociedade e, devido ao seu *status* de “mero informante” – papel fictício, uma vez que a argumentatividade é inerente à língua devido às relações de poder que permeiam todas as relações humanas –, faz uso das escolhas exatas de códigos linguísticos os quais protegerão sua face perante a sociedade.

A disputa de poder que se estabelece no gênero notícia entre jornalista e leitor é visível na necessidade do jornalista em dissimular as ações para ser profissionalmente aceito pela sociedade. Logo, o leitor, de certa maneira, conduz as atitudes de seu “algor”, que, então, utiliza-se de recursos, sobretudo, linguísticos para legitimar o *status* de jornalista.

Nesse caso, as ferramentas linguísticas de que os jornalistas lançam mão, constituindo a prática social do campo jornalístico, são recursos dos quais a imprensa se apropria para dissimular o poder que detém sobre a sociedade e, dessa maneira, reproduzir a estrutura social que a determina como “o quarto poder”.

A prática jornalística, portanto, é caracterizada por recursos que se fazem necessários para dissimular o papel manipulador da mídia, uma vez que as práticas sociais são espaços de disputa de poder e, sendo assim, nenhum indivíduo pretende sentir-se dominado.

Esses recursos são, portanto, fundamentais no jogo da dissimulação de poder, uma vez que, no jogo de gato e rato, fazem a sociedade legitimar o papel da mídia e, dessa maneira, estruturar uma configuração de um sistema de dominação liderado pela imprensa.

Nessa perspectiva, a metáfora é um poderoso recurso linguístico de dissimulação, uma vez que opera como uma eficaz ferramenta argumentativa imperceptível aos olhos do leitor. Assim, a metáfora opera como um poderoso recurso estratégico, pois, segundo Aristóteles (1964) as metáforas implicam enigmas e, por consequência, são bons métodos de transposição.

Para o filósofo, as metáforas são figuras de transposição: a metáfora é a transferência para uma coisa do nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para o gênero de outra, ou por analogia (ARISTÓTELES, 1964, p. 304).

Na perspectiva retórica, portanto, é usada como ferramenta argumentativa, na qual a transposição de sentido dos signos pretende que interlocutor chegue à determinada conclusão almejada pelo locutor. Nessa perspectiva, a metáfora funciona, portanto, como um elemento de persuasão, diferentemente de sua função poética: a metáfora assume uma função retórica no discurso político e jurídico quando está a serviço de persuadir e comover de forma eficaz um auditório (DAGUA, 2014, p. 71).

Todavia, no discurso jornalístico, a metáfora também se apresenta como recurso persuasivo, uma vez que, através dessa figura, os jornalistas pretendem, sobretudo nas notícias, conduzir o raciocínio do leitor, dissimulando as relações de poder existentes. A dissimulação, conforme Barros Filho, Paes Lopes e Peres Neto (2011), é um modo de obscurecer ou desviar nossa atenção de relações e processos de dominação pré-existentes. Ou ainda um modo de passar por cima deles. Para tanto, pode apelar para três estratégias: o deslocamento, a eufemização e o tropo. (conforme BARROS FILHO, PAES LOPES; PERES NETO, 2011, p. 97).

Na perspectiva desta pesquisa, seguindo os fins retóricos da metáfora, adotar-se-á o conceito de metáfora gramatical, definido por Halliday (2014), para analisar, a partir das orações adjetivas, a dissimulação de poder por parte da imprensa. No entanto, fazer-se-á, antes de uma leitura da metáfora na perspectiva funcional, uma breve análise do conceito de metáfora em autores como Searle (1982 apud DAGUA, 2014) e Ricouer (2000).

4.1 A metáfora na perspectiva de Paul Ricouer

A essência do enigma, segundo Aristóteles (1964), consiste em falar de coisas reais associando termos inconciliáveis. Sendo assim, seu uso baseia-se na premissa de que não basta estar na posse dos argumentos a serem produzidos, é necessário apresentá-los como se deve, e isso contribui para que o discurso tenha este ou aquele caráter (ARISTÓTELES III, I, 1403b 15-14 apud RICOUER, 2000, p. 56).

Dessa forma, para Ricouer (2000), a metáfora é uma construção da manifestação do pensamento orientada por um sistema de instruções socioculturais, que determina a nova significação à palavra.

Assim, a metáfora é consequência da relação entre significados: “de um lado ‘a primeira ideia vinculada à palavra’, isto é, a significação primitiva da palavra emprestada; de outro, ‘a ideia nova que ali se acrescenta’ (FOUNTANIER, p. 77), isto é, o sentido tropológico substituindo a outra própria palavra que não se quis empregar no mesmo lugar” (RICOUER, 2000, p. 94).

No entanto, para o autor, a investigação do sentido que a transposição do nome produz acarretou o rompimento do “quadro da palavra”, impondo que se adotasse o enunciado como o espaço único em que a transposição de sentido tem lugar.

Assim, esse estudo é voltado para a análise do papel do enunciado na construção do discurso metafórico e, portanto, reconhece a importância do contexto na identificação metafórica.

Dessa forma, a metáfora, nessa perspectiva, embora seja um processo lexical, resulta da mudança de sentido da palavra no quadro da enunciação. Portanto, a palavra continua a ser o suporte do efeito de sentido metafórico porque, no discurso, a função da palavra é encarnar a identidade semântica (RICOUER, 2000, p. 108).

Logo, o autor (2000) concebe a metáfora como um recurso linguístico que deve ser tratado no âmbito do contexto situacional. Nesse caso, segundo Dagua (2014), a metáfora, cujo efeito é construído pela ação que as palavras exercem uma sobre as outras, é concebida como um ato de fala, que se refere ao mundo extralinguístico.

Dessa forma, nessa perspectiva, as diferentes interações linguísticas é que determinam o sentido metafórico das palavras.

4.1.1 Tensão na metáfora

A tensão existente entre o significado literal e metafórico é determinada por três aplicações, segundo Ricouer (2000, p. 367):

- A) tensão no enunciado: entre conteúdo e veículo, entre focos e frame, entre tema principal e tema secundário;
- B) tensão entre duas interpretações: entre uma interpretação literal que a interpretação semântica desfaz e um impertinência metafórica que faz sentido com o não sentido;
- C) tensão na função relacional da cópula: entre identidade e diferença no jogo da semelhança.

Segundo o autor, embora a segunda aplicação opere no nível da interlocução, essas três aplicações pertencem ao estrato do sentido inerente ao enunciado.

Nessa perspectiva, portanto, a nova interpretação semântica, que permite, segundo Dagua (2014), encontrar semelhança na diferença, anula a interpretação literal do significado. Todavia, há casos em que essa tensão de sentidos desaparece e Ricouer dirá que o que se tem é uma metáfora morta:

Para Ricouer (177, 51), quando uma construção metafórica é repetida, isto é, é adotada por uma parte influente da comunidade linguística, pode converter-se em uma significação usual e expressar a polissemia das entidades lexicais, contribuindo assim para a história da linguagem como língua, código ou sistema. (DAGUA, 2014, p. 82)

Dessa maneira, a identificação das tensões entre os sentidos literal e metafórico é fundamental para que se identifique uma metáfora como viva ou morta.

4.2. **A metáfora na perspectiva de Searle**

Como Ricouer (2000), Searle (1982 apud DAGUA, 2014) fundamenta-se na perspectiva contextual para explicar o significado metafórico. Assim, a situação comunicativa é que determinará a identificação do significado metafórico.

A metáfora, nessa perspectiva, caracterizada como um ato de fala, seria, de acordo com Dagua (2014), um ato de fala indireto, porquanto o sentido da palavra não corresponde ao literal.

Dessa maneira, a interpretação das metáforas pressupõe a compreensão de inferências textuais e contextuais que permeiam a produção textual.

Com a proposta desses autores, percebe-se que o contexto de situação exerce um papel fundamental na identificação de realizações metafóricas. Dessa maneira, seus estudos serão de colossal relevância – embora os autores se refiram à metáfora lexical – para a caracterização das orações adjetivas como metáfora gramatical, dado que sua interpretação como oração circunstancial depende de inferência suscitada pelo o contexto de situação.

4.3 **Metáfora gramatical**

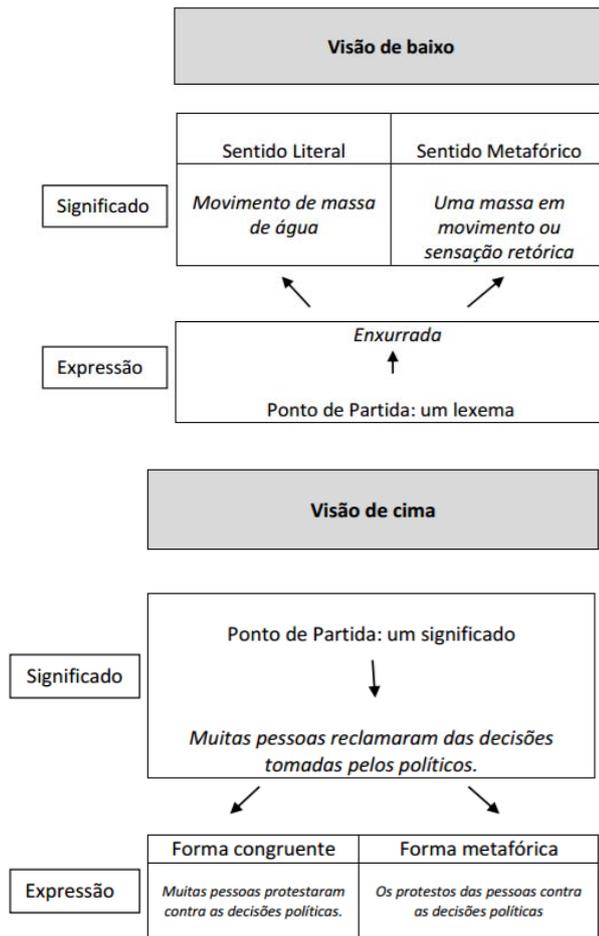
Como se viu, a Gramática Sistêmica Funcional parte do princípio de que há uma instanciação entre níveis extralinguísticos e linguísticos; portanto, composto o sistema linguístico pelos estratos semântico, léxico-gramatical e fonológico, a relação entre o estrato semântico e léxico-gramatical se estabelece prototipicamente de forma congruente, isto é, para cada significado, existe um recurso linguístico prototípico disponível. Todavia, essa relação não é biunívoca, dado que, a criança, na terceira etapa do desenvolvimento semiótico da língua materna, apropria-se, conforme Valério (2012), de uma linguagem cujos recursos são metafóricos, ou seja, incongruentes. Essa fase da teorização permite dispor da linguagem de forma mais complexa.

A partir de então, a língua passa a ser utilizada como ferramenta estratégica de interação social, pois o indivíduo adapta o conteúdo linguístico a necessidades expressivas da interação. A variação, como ferramenta estratégica, na forma de expressão de dado significado gera uma tensão entre os estratos semântico e léxico-gramatical.

Halliday (2014) introduz, portanto, para explicar essa tensão, o conceito de metáfora gramatical, cujo foco da análise parte do significado e não da palavra.

Dessa maneira, amplia o conceito tradicional de metáfora, que consiste na variação do significado de dado significante, para caracterizá-la como variação no significante de determinado significado:

Imagem 9 - Perspectivas metafóricas



Fonte: Adaptada de Taverniers (2003) apud VALÉRIO, 2012, p. 29.

Assim, na perspectiva da Gramática Sistêmico Funcional, o que ocorre é a transferência de um significado para um campo léxico-gramatical diverso daquele que normalmente o realiza: nessa concepção, a seleção lexical passa a ser apenas um aspecto do fraseado e a variação metafórica torna-se mais léxico-gramatical do que meramente lexical—conforme Schlee (2008) —, uma vez que a variação, nesse caso, não é unicamente lexical, mas também gramatical.

De acordo com Halliday (1985 apud TARVENIERS, 2003), há um forte elemento gramatical na transferência retórica e, uma vez que se reconhece isso, descobre-se que existe também uma metáfora gramatical, na qual a variação é essencialmente nas formas gramaticais, embora muitas vezes também implique alguma variação léxica.

Nessa concepção, diferentes estruturas realizam um mesmo significado, estabelecendo, portanto, uma escala de congruência, cuja realização de termos marcados ou

não marcados encapsula, devido ao contexto em que a configuração gramatical é instanciada, informações sobre o contexto sociocultural em que ocorre.

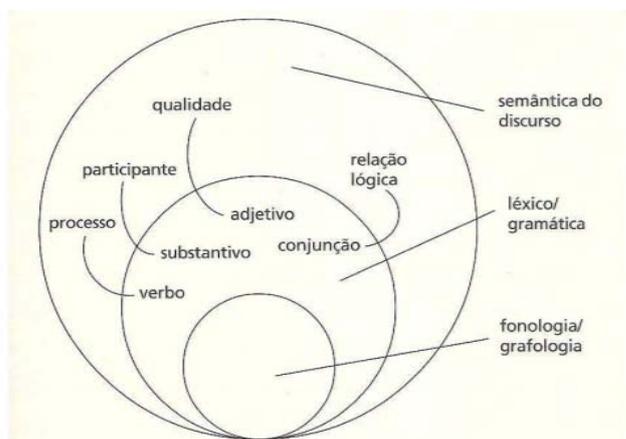
Dessa maneira, o conceito de metáfora gramatical será, na presente pesquisa, expandido a fim de que consideremos as orações subordinadas adjetivas as quais exprimem conteúdo circunstancial um tipo de metáfora ideacional, uma vez que deixam de exercer a função prototípica da adjetivação para exercer um papel circunstancial, típico das orações subordinadas adverbiais – propósito, causa, concessão e consequência.

Assim, para que se entenda melhor a tensão no nível ideacional, discorrer-se-á a seguir sobre a metafunção ideacional e seus componentes – é interessante lembrar que há uma separação entre essa metafunção e a interpessoal apenas para fins didáticos, uma vez que as relações permeiam nossas práticas e, portanto, nossas escolhas, o que implica a atuação simultânea dessas metafunções.

4.3.1 Metáfora ideacional

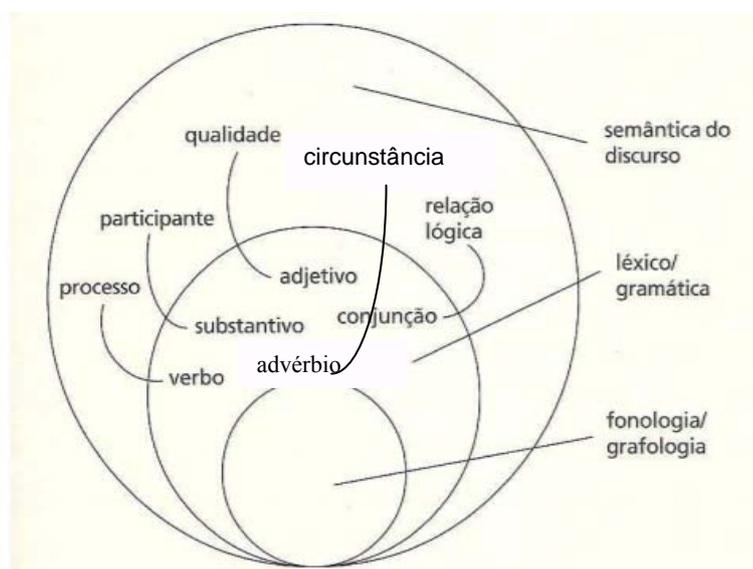
A função ideacional é realizada pelo sistema da transitividade, que, como se viu, corresponde à exteriorização das experiências do indivíduo. Logo, os significados correspondentes a essas experiências são realizados pelo sistema da transitividade, que se refere à oração como um todo, no plano léxico-gramatical por categorias linguísticas prototípicas, estabelecendo uma relação direta e congruente entre os componentes semânticos e componentes linguísticos:

Imagem 10 - Semântica do discurso e a léxico-gramática



Fonte: MARTIN, 2005 apud RAMOS, 2011, p. 29.

Imagem 11 - Semântica do discurso e a léxico-gramática 2



Fonte: Adaptado pela autora de MARTIN¹⁰, 2005 apud RAMOS, 2011, 29.

Quando essa relação direta e congruente entre os estratos é rompida, há uma tensão entre os planos e as realizações léxico-gramaticais passam a desempenhar funções metafóricas, isto é, funções semânticas pertencentes a outras categorias.

A metáfora ideacional mais reconhecida é a realizada pelo processo da nominalização, em que o substantivo abstrato desempenha sentidos de ação, os quais são prototípicos da função semântica verbal.

No entanto, pode-se constatar que a oração relativa, a qual desempenha função adjetiva, pode encapsular conteúdos circunstanciais que colaboram para a argumentatividade do gênero notícia, funcionando como um tipo de metáfora ideacional, uma vez que, pela tensão entre os planos, a oração relativa, por uma escolha paradigmática, motivada pelo contexto cultural, que necessita apresentar a notícia como um gênero impessoal, relaciona-se ao significado circunstancial.

Dessa forma, essa metáfora, cujo significado é corroborado pelo sentido geral do texto, conforme as metáforas tradicionais, de acordo com Ricouer (2000) e Seale (1982 apud DAGUA, 2014), funciona como uma ferramenta cujo objetivo é adormecer os sentidos do

¹⁰ Na figura (2005), os autores poderiam inserir a circunstância, cuja realização léxico-gramatical, segundo Fuzer e Cabral, efetiva-se, congruentemente, por grupos adverbiais. Por isso, a figura foi adaptada.

leitor a fim de que esse seja manipulado sem que perceba e, assim, a mídia mantenha sua estrutura de dominação legitimada.

4.4 Metafunções

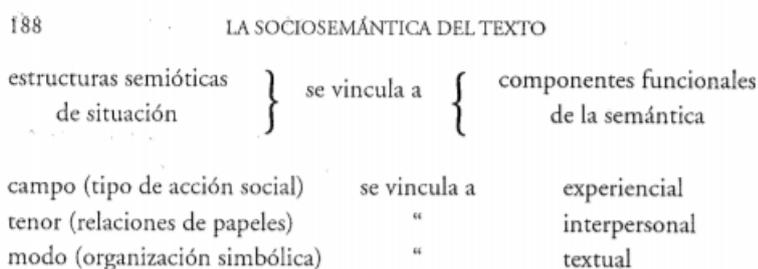
O termo metafunção foi adotado por Halliday (2001) devido ao fato de a Linguística Sistêmica Funcional considerar que a funcionalidade é inerente à linguagem, pois, para o autor, a língua é como se apresenta por causa das funções que envolvem seu uso (HALLIDAY, 2001, p. 31).

Dessa forma, pode-se dizer que as metafunções são manifestações linguísticas – realizadas por padrões gramaticais – dos propósitos sociais inerente a todos os usos que se fazem da língua. Dessa forma, no estudo dessas manifestações, Halliday (2001) identifica quatro propósitos a que as línguas se prestam: compreender as experiências dos falantes em suas práticas, exprimir relações lógicas, expressar as relações estabelecidas entre os participantes das práticas sociais, organizar as informações de maneira relevante.

Em uma divisão analítica, a compreensão das experiências – função experiencial – e a expressão das relações lógicas – função lógica –, por estabelecerem vínculo estreito, compõem a metafunção ideacional da linguagem; a expressão das relações entre participantes compõe a metafunção interpessoal; e a organização informacional, que desempenha uma função habilitadora, uma vez que é responsável pela realização das demais funções, compõe a metafunção textual.

Portanto, por manifestarem os propósitos sociais, essas metafunções, componentes funcionais da semântica, vinculam-se, diretamente, às estruturas semióticas da situação:

Imagem 12 - A sociossemântica do texto



E, assim, a seleção de opções dos componentes experiencial – que se realiza pelo sistema da transitividade – e lógico – que se realiza pelo sistema tático e lógico-semântico - é determinada pela atividade social em que os participantes estão inseridos. Já as escolhas dos componentes interpessoal e textual são realizadas, respectivamente, pelos sistemas de MODO e tema-remata, sendo a primeira determinada pelas relações estabelecidas entre os participantes de dada prática social e a segunda, pelas formas simbólicas adotadas pela interação e em particular pelo lugar ocupado pelo texto na situação (HALLIDAY, 2001, p. 189).

Nessa perspectiva, a língua oferece um encadeamento de possibilidades semânticas, que são selecionadas pelo locutor de acordo com seus propósitos sociais, para comunicar-se de modo efetivo. Dessa forma, o locutor opera nas três metafunções para compor o texto, definido como a unidade básica do processo semântico (SCHLLE, 2011, p. 49).

4.4.1 Metafunção ideacional

Não faz parte do objetivo desta pesquisa uma detalhada descrição dos processos que compõem o sistema da transitividade, mas fazer uma breve introdução a respeito dessa metafunção a fim de descrever os componentes gramaticais prototípicos responsáveis pela realização desse sistema.

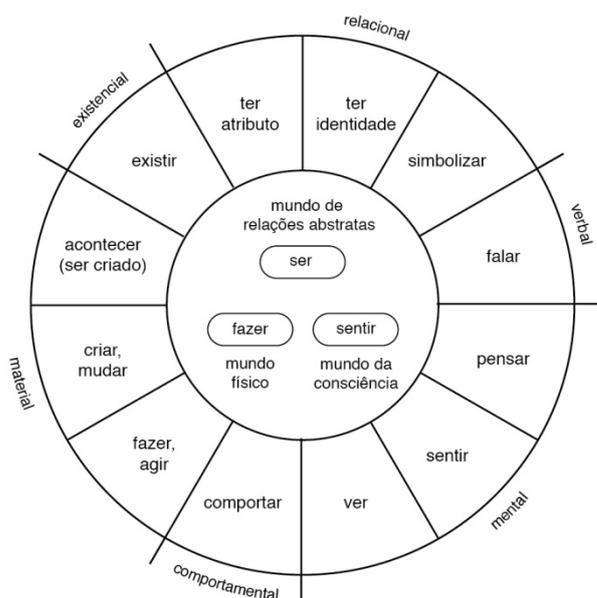
4.4.1.1 Função experiencial

A oração é uma estrutura multifuncional, constituída pelas três metafunções já vistas. Nesta seção, esta pesquisa deter-se-á na conceituação da metafunção ideacional, composta pelas funções experiencial e lógica.

Da perspectiva ideacional, a língua é entendida como expressão do mundo material e do mundo interior do indivíduo, isto é, ela é veículo de exteriorização de pensamentos. Dessa forma, o componente experiencial é realizado pelo sistema gramatical da transitividade, que organiza as experiências em um conjunto de processos, que constituem um pequeno número de eventos diversificados.

De acordo com Halliday (2014), as experiências constituem um fluxo de eventos divididos pelos tipos de atividades humanas realizadas no mundo:

Imagem 13 - Fluxo de eventos e as atividades humanas



Fonte: Traduzido de Halliday, 2014, p. 216.

Esses eventos desenvolvem-se no tempo e por meio dos participantes envolvidos diretamente no tipo de processo realizado e, além disso, podem ser compostos por circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, entre outras.

A configuração anteriormente descrita forma o que Halliday (2014) denominou figura, cujos componentes são categorias semânticas por meio das quais se explica como os fenômenos da experiência do indivíduo são interpretados como estruturas linguísticas.

Na Gramática Sistêmico Funcional, os componentes processuais são realizados prototipicamente pelas seguintes categorias:

Imagem 14 - Componentes processuais e categorias gramaticais

Componentes	Definição	Categoria gramatical típica	Exemplo
Processo	É o elemento central da configuração, indicando a experiência se desdobrando através do tempo.	Grupos verbais	A mãe mata o recém-nascido, durante o parto ou logo após, sob a influência do estado puerpural.
Participantes	São entidades envolvidas, as quais levam à ocorrência do processo ou são afetadas por eles.	Grupos nominais	A mãe mata o recém-nascido, durante o parto ou logo após, sob a influência do estado puerpural.
Circunstâncias	Indica, opcionalmente, o modo, o tempo, o lugar, a causa, o âmbito em que o processo se desdobra.	Grupos adverbiais	A mãe mata o recém-nascido, durante o parto ou logo após, sob a influência do estado puerpural.

Fonte: CABRAL; FUZER, 2014, p. 27.

Segundo Halliday (2014), os elementos circunstanciais são quase sempre componentes opcionais, contrastando com os participantes, que são imanentes ao processo, exceto em cláusulas sem sujeito. A diferença de *status* entre os componentes da transitividade pode ser explicada da seguinte maneira: o processo é o elemento central na configuração do sistema; os participantes aproximam-se do centro, uma vez que estão envolvidos diretamente no processo, isto é, provocam sua ocorrência ou por ela são afetados de alguma forma; já os elementos circunstanciais são mais periféricos e não estão diretamente envolvidos no processo e, portanto, ali estão inseridos por fatores informacionais.

Halliday (2014) observa as circunstâncias a partir de três perspectivas: no que se refere ao significado, usa a expressão “circunstâncias associadas com” ou “acompanhamento no processo” ao se referir a exemplos como a localização de um evento no tempo e no espaço, seu modo de ocorrência e causa. Essas noções ligam as circunstâncias aos advérbios interrogativos “quando”, “onde”, “como” e “por que”. No que se refere à perspectiva estrutural, as circunstâncias são adjuntos e, na perspectiva morfológica, as circunstâncias são tipicamente expressas por grupos adverbiais ou sintagmas preposicionados com função adverbial.

Imagem 15 - As circunstâncias em Halliday

	TIPO		PERGUNTAS	EXEMPLOS
realce	1. Extensão	distancia	quão longe?	para; ao longo grupo nominal 'medido'
		duração	quanto tempo?	para; ao longo grupo nominal 'medido'
		frequência	quantas vezes?	grupo nominal 'medido'
	2. Localização	lugar	onde? [lá, aqui]	em, sobre, de, perto; para, em direção, dentro, (longe) de, fora de, fora, atrás, em frente de, acima, abaixo, sob, ao lado de... advérbio de lugar: no exterior, no exterior, em casa, lá em cima, lá embaixo, dentro, fora; para fora, para cima, para baixo, para trás; esquerda, direita, em linha reta...; lá, aqui
		tempo	quando? [depois, agora]	para, em, a, até, até (que), perto, sobre, desde, desde que, durante, antes, depois advérbio de tempo: hoje, ontem, amanhã; agora, depois

3. Modo	modo	como?	de, através de, com, por meio de, por a partir de
	qualidade	como?	de um + qualidade + maneira/modo, com = abstração; de acordo; com advérbios terminados em -mente; rápido, bem; junto, separado, respectivamente
	comparação	como o que?	como, ao contrário; de maneira... diferentes advérbios de comparação
	gradação	quanto?	para + o alto/ baixo/... nível/ extensão; advérbios de grau, muito, consideravelmente, profundamente [muitas vezes associado de forma colocacional ao léxico verbal]
4. Causa	causa	por que?	por causa de, como um resultado de, graças a, devido a, por falta de, por, de, através
5. Contingência	condição	por que?	em caso de, no evento de
	padrão		em falta de, na ausência de, tipo de, sem ['se não fosse por']
	concessão		apesar de, embora

	TIPO		PERGUNTAS	EXEMPLOS
extensão	6. Acompanhamento	comitativo	com quem/o que?	com; sem
		aditivo	e quem/ o que mais?	assim como, ao invés de; além de
elaboração	7. Função	forma	como é?	como, a propósito, no papel/ forma/ produto de
		produto	em que?	em, dentro
projeção	8. Assunto		sobre o que?	sobre, em, referente a
	9. Ângulo	fonte		de acordo com, nas palavras de
		panorama		

Fonte: Traduzido de HALLIDAY, 2014, p. 262

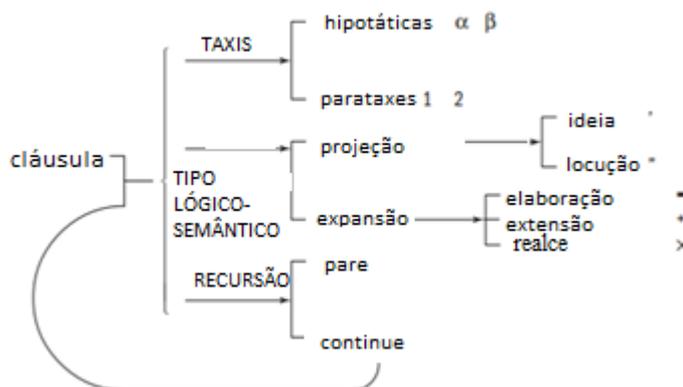
4.4.1.2 Função lógica

A função lógica é instanciada pelo sistema tático e pelo sistema lógico-semântico. Na perspectiva sistêmica, as orações constroem-se a partir de um eixo tático, cujas relações estruturais podem ser paratáticas ou hipotáticas, e de um eixo lógico semântico, que diz respeito ao sentido oriundo das reações entre as estruturas oracionais.

Nas estruturas paratáticas, as orações possuem o mesmo estatuto gramatical; já nas estruturas hipotáticas, as construções oracionais possuem estatutos diferentes, havendo uma relação entre uma oração subordinada e outra subordinante.

Essas estruturas táticas alinham-se com o eixo lógico-semântico criando dois pontos de interseção, que se denominam eixo de expansão – que se subdivide em outros três eixos denominados elaboração, extensão e realce – e eixo de projeção:

Imagem 16 - Eixo tático e eixo lógico-semântico



Fonte: traduzido de HALLIDAY, 2014, p. 438.

De acordo com Halliday (2014), alguns tipos de relações estabelecidas nas cláusulas complexas revelam-se manifestações dos mesmos tipos semânticos encontrados no componente circunstancial do sistema da transitividade:

Each day, she prayed with all heart (text 65)
 Cada dia, ela rezava com todo coração.
 Each day, she prayed using all heart
 Cada dia, ela rezava usando todo coração. (HALLIDAY, 2014, p. 432)

A expressão “com todo o seu coração” aumenta a cláusula circunstancialmente dentro do domínio da oração; em contraste, na segunda frase, a circunstância expande a cláusula, produzindo uma cláusula complexa.

A diferença entre essas construções encontra-se em nível oracional: os sintagmas circunstanciais fazem parte “da estrutura configuracional da cláusula”, isto é, são uma extensão interna da cláusula em que se inserem; já as orações circunstanciais constituem com a cláusula à qual se referem um encadeamento externo.

A seleção de uma dessas opções, segundo Halliday (2014), depende da importância da semiótica textual, interpessoal e experiencial dada à unidade, isto é, quanto maior a importância informacional, mais provável que a unidade seja estruturada como uma cláusula interdependente em um complexo de cláusulas.

Dessa forma, a realização de uma sequência complexa mantém-se em uma escala intermediária entre duas extremidades: uma extremidade é a cláusula simples com um termo circunstancial e a outra é uma sequência coesa de duas cláusulas independentes.

4.4.1.2.1 Relações de expansão e projeção

Na expansão, uma cláusula secundária relaciona-se a uma cláusula primária para elaborá-la, estendê-la ou realçá-la. Na projeção, uma cláusula secundária é projetada pela primária como uma locução ou ideia:

Expansão:

If we get enough time, [nobody in the audience will be able to see through the disguises.

Se tivermos tempo suficiente, ninguém na audiência será capaz de ver através dos disfarces.

Projeção:

Gandhi next asked her if she knew what a spinning wheel was.

Gandhi em seguida a perguntou [se ela sabia o que uma roda de fiar era.

(HALLIDAY, 2014, p. 443)

A expansão, como se viu, distribui-se pelos subtipos da elaboração, extensão e do realce e a projeção pelos subtipos da locução e da ideia:

Imagem 17 - Expansão e projeção

		(I) paratáticas	(II) hipotáticas
(1) expansão	(a) elaboração	1 John não esperou; =2 ele fugiu. "aposição"	α John fugiu, = β o que surpreendeu a todos 'relativa não definitiva
		(701 ocorrências [52.5%])	(633 ocorrências [47.5%])
	(b) extensão	1. John fugiu, +2 e Fred permaneceu atrás "coordenação"	α John fugiu, + β enquanto Fred permaneceu atrás.
		(1,368 ocorrências [94.2%])	(84 ocorrências [5.8%])
	(c) realce	1 John estava com medo, x2 então ele fugiu.	α John fugiu, x β ele estava com medo. "cláusula adverbial"
		(855 ocorrências [32.3%])	(1,799 ocorrências [67.8%])
(2) projeção	(a) locução	1 John disse: "2 "Eu estou fugindo" "discurso direto"	α John disse " β que ele estaria fugindo. "discurso indireto"
		(368 ocorrências [46.2%])	(429 ocorrências [53.8%])
	(b) ideia	1 John pensou consigo: '2 'Eu irei fugir'	α John pensou ' β ele fugiria.
		(15 ocorrências [2.5%])	(580 ocorrências [97.5%])

Na perspectiva das interseções dos eixos táticos e lógico-semântico, observa-se, portanto, que as cláusulas adverbiais ocorrem no eixo da extensão no plano do subtipo realce, enquanto as cláusulas relativas explicativas, no plano do subtipo elaboração.

4.4.1.3 Elaboração, extensão e realce

4.4.1.3.1 Elaboração

Na elaboração, uma cláusula secundária elabora o significado de uma cláusula primária, descrevendo-o:

They are set in a more stable time, where things aren't crushed and lost, they simply go on.

Eles são definidos em um tempo mais estável, onde as coisas não são esmagadas e perdidas, elas simplesmente se vão.

A cláusula secundária introduz uma caracterização adicional para reafirmar ou esclarecer um constituinte da cláusula primária. Assim, a elaboração, seja em nível paratático ou hipotático, é complementar. Segundo Halliday (2014), a elaboração paratática envolve significados que exemplifiquem, exponham ou esclareçam conteúdos, já a elaboração hipotática, envolve significados descritivos, realizados por orações relativas não restritivas finitas ou não finitas:

Imagem 18 - Elaboração paratática e elaboração hipotática

	Parataxes	Hipotaxes
significado	exposição, exemplificação, esclarecimento	descrição
realização	primário + secundário: concordância de tom	primário + secundário: concordância de tom
	secundário: muitas vezes não marcados; podem ser introduzidos por 'isto é', 'por exemplo' ou outros	secundário: cláusula relativa não definida, ou (i) introduzido finito por elemento wh, ou (ii) não finito

Fonte: Traduzido de HALLIDAY, 2014, p. 475.

No exemplo dado acima, observa-se que se tem uma cláusula de elaboração hipotática, já que o conteúdo é realizado pela léxico-gramática das cláusulas relativas não restritivas:

A elaboração hipotática desenvolveu uma construção clausal especial – a da cláusula relativa não definidora, com um item de referência anafórico obrigatório, o relativo, em cláusulas finitas; Mas a elaboração paratática envolve simplesmente uma cláusula ordinária sem quaisquer restrições gramaticais especiais. (HALLIDAY, 2014, 462)

Elaboração hipotática

Elaboração hipotática finita

As cláusulas finitas, nesse caso, são introduzidas por pronomes relativos e diferem das relativas restritivas, segundo Halliday (2014), pelo seu significado e distinção na correspondente expressão, uma vez que são marcadas por vírgulas:

a) Yu, who has been visiting Taiwan this week, did not elaborate.

Você, que esteve visitando Taiwan esta semana, não elaborou.

b) Inflation, which was necessary for the system, became also lethal.

A inflação, que era necessária para o sistema, tornou-se também letal.

Halliday (2014) considera a oração “That night, as Kukul slept on his straw mat, Chirumá came upon him.” como elaboração, todavia não se encaixa na descrição das relativas, as quais, segundo Halliday (2014), manifestam o conteúdo do eixo da expansão por elaboração.

Elaboração hipotática não finita

As cláusulas hipotáticas não finitas mantêm a mesma relação semântica, segundo Halliday (2014), das cláusulas finitas:

a) It’s my own invention – to keep clothes and sandwiches in.

É a minha própria invenção – para manter roupas e sanduíches dentro.

b) The hairy coat holds a layer of air close to the skin, insulating the body against changes in the outside

O casaco peludo possui uma camada de ar perto da pele, isolando o corpo contra mudanças no exterior.

c) The document also calls for greater respect for traditional Indian medicine and better protection of intellectual property rights, threatened by the incursion of foreign drug companies seeking patents on traditional cures.

O documento também pede também maior respeito pela medicina indiana tradicional e melhor proteção dos direitos de propriedade intelectual, Ameaçados pela incursão de empresas farmacêuticas estrangeiras que buscam patentes sobre curas tradicionais.

4.4.1.3.2 Extensão

Na extensão, a cláusula secundária amplia o significado da cláusula primária adicionando uma informação nova a essa. O elemento adicionado pode ser uma adição, uma variação ou uma alternativa.

Os marcadores prototípicos da extensão paratática são *e*, *ou*, *mas*, *nem*. Já os de natureza hipotática são mistos, segundo Halliday (2014), pois abrangem conjunções e locuções prepositivas, correspondentes, na Língua portuguesa, a *enquanto*, *além de*, *exceto que*, *apesar de*, *se* (condição negativa):

Imagem 19 - Extensão paratática e extensão hipotática

	Categoria	Significado	Paratático	Hipotático	
				finitas	não finitas
(i) adição	'e', aditivo: positivo	X e Y	(ambos...) e; não só mas também	enquanto enquanto que	além de, assim como
	'nem', aditivo: negativo	nem X, nem Y	(nem...) nem...	–	–
	'mas', adversativo	X e conversamente Y	mas, (e) ainda	enquanto	sem
(ii) variação	'em vez de' substitutivo	não X mas Y	mas não; não... mas	–	ao invés de
	'exceto' subtrativo	X mas não todos os X	apenas, mas, exceto	exceto isso, mas (pelo fato) de	exceto por, outro que não seja
(iii) alternância	'ou'	X ou Y	(nem ...) ou (outro)	se... não (... então)	–

Extensão hipotática

Esse tipo de extensão é, segundo Halliday (2014), bastante raro e também abrange as relações de adição, variação e alternância, todavia com cláusula de extensão dependente, que pode ser finita ou não finita.

Extensão hipotática finita:

a) Adição

He will be an institutional dealer in New York, while Mr Hayward will be an equity salesman.
Ele será um negociante institucional em Nova York, enquanto Hayward será um vendedor equivalente.

b) Variação

Camera pulls back to show Kane and Susan in much the same positions as before, except that they are older.

A câmera retornou para mostrar Kane e Susan nas mesmas posições de antes, exceto que elas estão mais velhas.

c) Alternância

If you haven't lost it, then it's in that cupboard.

Se você não perdeu isso, então está naquele armário.

Extensão hipotática não finita

As cláusulas de extensão hipotática não finitas abrangem apenas a adição, que se subdivide em cláusulas aditivas e adversativas, e a variação, dividida em replaciva e subtrativa:

a) Adição

i) Aditiva

Besides being gifted with literary talent, Amir Khusrau was a musician, too.

Além de ser dotado com talento literário, Amir Khusrau também era músico.

ii) Adversativa

Until we do that, the opportunities may come and go without your having a compelling rationale for pushing commitment and action.

Até que façamos isso, as oportunidades podem vir e ir sem ter uma justificativa convincente para empurrar o compromisso e a ação.

b) Variação

i) Replaciva

Instead of finding the perpetrators, they criminally charged the Earth First! activist, who was left crippled for life.

Em vez de encontrar os autores, eles criminalmente acusaram a Terra Primeiro! Ativista, que foi deixado aleijado.

ii) Subtrativa

a) We call him a murderer, but for him there is no way out other than doing the deed.

Nós o chamamos de assassino, mas para ele não há saída || além de fazer a escritura.

4.4.1.3.3 Realce

No realce, a cláusula secundária aumenta o significado da cláusula primária, qualificando-o pela referência ao tempo, ao lugar, ao modo, à causa ou à condição:

Imagem 20 - Realce

	Categoria	Significado	Paratática	Hipotática		
				finita	não finita: conjunção	não finita: preposição
(i) temporal	mesmo tempo	A enquanto B	(e) enquanto; (quando)	[extensão], enquanto	enquanto	no (decorrer/processo de)
				[ponto] quando, assim que, no momento em	quando	em
				[espalhar] sempre, todas as horas	–	–
	tempo diferente: mais tarde	A subseqüentemente B	(e) depois; e + depois	depois, desde	desde	após
	tempo diferente: mais cedo	A anteriormente B	e/mas + antes de/ primeiro	antes, até/ até que	até	antes
(ii) espacial	mesmo lugar	C além D	e lá	distante como [extensão]	–	–
				[ponto] onde	–	–
				[espalhar] onde quer que	–	–
(iii) modo	significado	N por meio de M	e + desse modo; (e) portanto	–	–	por meio de
	comparação	N é como M	e + similar; (e) então, portanto	como, de maneira, té parece	como	
(iv) causal- condicio- nal	causa, razão	por causa de P resultou em Q	[causa^efeito] (e) então; e + portanto			
			[efeito^causa] por ; (porque)	porque, como, desde então, no caso, vendo isso, considerando		com, por meio de, em, como resultado, por causa, em caso de
	causa, objetivo	porque a intenção Q, então a ação P	–	para que	–	por (causa de), com o objetivo de
	causa: resultado			sendo assim	–	para
	condição: positiva	se P, então Q	(e) então; e + nesse caso	se, desde que, enquanto	se	no evento de
condição: negativa	se não P, então Q	se não; (ou) outra forma	a menos que	a menos que	sem	

Fonte: Traduzido e adaptado de HALLIDAY, 2014, p. 411.

A parataxe, nesse caso, incorpora uma característica circunstancial, expressa pelas conjunções *então, assim, para, mas, contudo, ainda*; por um grupo de conjunção com *e*: *e então, e lá, e assim, e assim, e ainda* ou “por expressão conjuntiva que não é estrutural, mas coesiva”, como *naquela época, logo depois, até então, nesse caso*:

a) Temporal

I served in World War II and then = ‘subsequently’ I went to Yale.

Eu servi na Segunda Guerra Mundial e então = 'posteriormente' eu fui para Yale.

b) Lugar

I ran downstairs and there he was nearly fully dressed, all back to front.

Eu corri para baixo e lá estava ele quase completamente vestido, todos de trás para a frente.

c) Modo

Keep on subtracting the difference, and in that way you will arrive at the correct figure.

Continue subtraindo a diferença, e dessa forma você vai chegar até a figura correta.

d) Comparação

Your body goes on changing every instant and so does your mind.

Seu corpo vai mudando a cada instante e a sua mente também.

e) Causa

i) Causa ^ efeito

In her books, Tove Jansson spoke initially to children, so the hero is himself quite young.

Em seus livros, Tove Jansson falou inicialmente às crianças, então o herói é ele próprio mais jovem.

ii) Efeito ^ causa

It is amazing how effective this system is, for the tower stays as stiff as a ram-rod even in the most blustery conditions.

É surpreendente como esse sistema é eficaz, para a torre permanecer rígida como uma vara de memória RAM, mesmo nas condições mais difíceis.

f) Condição

i) Condição: positiva

I have stress at work, and then I sail and fly.

Eu tenho o estresse no trabalho, e então eu vou velejar e voar.

ii) Condição: negativa

This is very much essential, otherwise a lot of time is usually wasted for sighting the staff.

Isso é muito essencial, caso contrário um monte de tempo é normalmente desperdiçado para o pessoal da observação.

iii) Condição: concessiva

a) Concessão ^ consequência

Through mounting irritation I kept telling him that I needed a cure for my son and nothing for myself; still I answered his questions with all the politeness I could muster.

Através da irritação crescente eu fiquei dizendo a ele que eu precisava de uma cura para o meu filho e nada para mim; ainda assim eu respondi a suas perguntas com toda a polidez que eu conseguia reunir.

b) Consequência ^ concessão

I was an English major, but I took courses in biology and ornithology.

Eu era um especialista em Inglês, mas fiz cursos de biologia e ornitologia.

Realce por hipotaxe

Na perspectiva do eixo de realce, as orações circunstanciais são denominadas pela tradição cláusulas adverbiais. Essas orações podem ser finitas ou não finitas: as primeiras são introduzidas por conjunções subordinantes enquanto as segundas, por preposições ou formas nominais.

A) Estruturas finitas

a) Tempo

[Moomintroll, that chubby, cheerful being, came into existence as a family joke when Tove Jansson was a young girl.

Moomintroll, aquele ser gordinho, alegre, veio à existência como uma piada da família quando Tove Jansson era uma menina .

b) Lugar

The Ibo never accept anything which is rigid and final and absolute: 'wherever one thing stands, another thing will stand beside it.'

O Ibo nunca aceita nada que é rígido e final e absoluto: "onde quer que uma coisa esteja, outra coisa ficará ao lado dela."

c) Modo

He just shakes his head and shoves it at her again and says 'Give Massin,' as if he knew there'd be no problem at all.

Ele apenas balança a cabeça e empurra para ela novamente e diz 'Dê Massin,' como se ele soubesse | não haveria nenhum problema.

d) Causa

i) razão

The problem isn't simply going to go away because people are laughing.

O problema não é simplesmente ir embora || porque as pessoas estão rindo.

ii) Propósito

Everyone at VES is working hard to change the law so that we will have voluntary euthanasia legalized in England within the next five years.

Todos na VES estão trabalhando duro para mudar a lei de modo que teremos eutanásia voluntária legalizado na Inglaterra dentro dos próximos cinco anos.

iii) Resultado

After that, the ozone hole developed rapidly, especially after September 5, so that by October 5, the ozone over the middle of Antarctica had dropped from 320 Dobson units (DU) to 120 DU.

Depois disso, o buraco de ozônio desenvolveu-se rapidamente, especialmente após 05 de setembro, de modo que até 5 de outubro, o ozônio sobre o meio da Antártica havia caído de 320 unidades Dobson (DU) para 120 DU.

e) Concessão

Even though it was a somewhat silly book about the grand passions of college students, it really was a novel.

Mesmo que fosse um livro um pouco bobo sobre as grandes paixões dos estudantes universitários, realmente era um romance.

f) Condicional

i) Positiva

If I had a different view, than perhaps I would write more novels.

Se eu tivesse uma visão diferente, talvez eu escrevesse mais romances.

ii) Negativa

You will cherish them on your bookshelves for a long time – unless, of course, someone borrows them and somehow ‘forgets’ to return them.

Você vai apreciá-los em suas estantes por um longo tempo a menos que, naturalmente, alguém os empreste e de alguma forma "esqueça" de devolvê-los.

B) Não finitas

a) Temporal

Follow the pathways around the landscaped gardens and over bridges before resting at the Tea House where the scent of lotus flowers mingles with that of freshly brewed tea and traditional cakes.

Siga os percursos em torno dos jardins paisagísticos e das pontes antes de descansar na Tea House onde o cheiro de flores de lótus se mistura com o chá fresco e os bolos tradicionais.

b) concessiva

Despite having himself been under investigation by the CBI and having been listed as a suspect in the Directorate of Revenue Intelligence.

Apesar de ter sido investigado pela CBI e tendo sido listado como um suspeito na Diretoria de Inteligência de Receita, (...).

c) Condição

I've found that I can't go more than three days without doing something physically invigorating, || because it makes me uptight and tense.

Eu descobri que eu não posso ficar por mais de três dias sem fazer algo fisicamente revigorante, porque me deixa nervoso e tenso.

d) Modo

Bacteria can also aid chemical precipitation of calcite by making the water more alkaline.

As bactérias também podem ajudar a precipitação química de calcita tornando a água mais alcalina.

e) Causa

i) Razão

This view was not empirically based, having arisen from an a priori philosophy. |

Esta visão não foi empiricamente baseada, tendo surgido de uma filosofia a priori.

ii) Propósito

He grew up in an orphanage and ran away from it to seek Freedom and Adventure.

Ele cresceu em um orfanato e fugiu dele para buscar liberdade e aventura.

iii) Resultado

In practice, these are blended to produce a practical classification as follows.

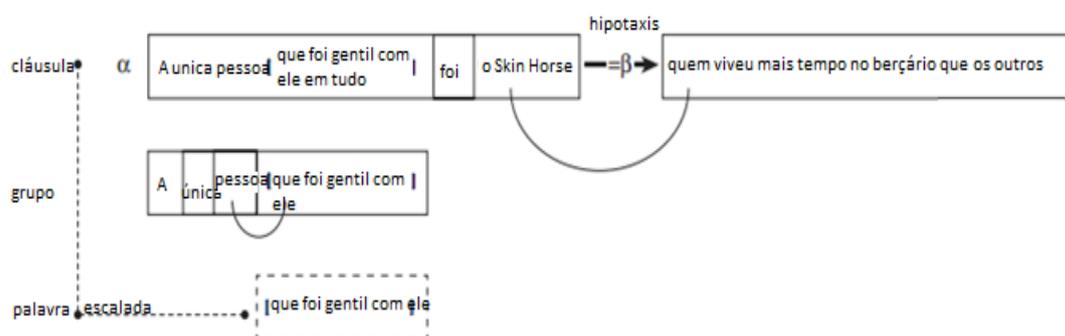
Na prática, estes são misturados para produzir uma classificação prática como se segue.

4.4.2 Incorporação

Halliday (2014) deixa clara a importância de se distinguirem as relações de incorporação das relações hipotáticas. Enquanto, segundo o autor, as relações hipotáticas

ocorrem entre cláusulas, a incorporação é um mecanismo pelo qual uma cláusula funciona como constituinte dentro da estrutura de um grupo:

Imagem 21 - Incorporação e relações hipotáticas



Fonte: Traduzido de HALLIDAY, 2014, p. 491.

Para Halliday (2014), não há uma relação direta entre uma cláusula incorporada e a cláusula na qual se incorpora. A relação, nesse caso, faz-se com um intermediário: a cláusula incorporada funciona na estrutura do grupo.

Uma das funções, portanto, desse elemento incorporado é ser um modificador de um grupo nominal:

The only person who was kind to him at all was the Skin Horse, who had lived longer in the nursery than any of the others.

A única pessoa que foi gentil com ele em tudo foi o Skin Horse, que viveu mais tempo no berçário do que qualquer um dos outros.

Um elemento incorporado também pode ser realizado por expansão ou projeção. Naquele caso, a cláusula incorporada delimita ou especifica um grupo nominal anterior. Dessa forma, a expansão incorporada prototípica é instanciada pela cláusula relativa restritiva:

This is the house that Jack built.

Essa é a casa que Jack construiu.

4.4.2.1 Incorporação por elaboração

Introduzida pelos relativos *quem, que, o qual, onde*, esse tipo de cláusula pode ser finita ou não finita.

A) Finita

The man who came to dinner stayed for a month.

O homem que veio para jantar ficou por um mês.

She said ‘Do you know of anyone else who’s taken any photos of me at the fancy dress?’

Ela disse – Você conhece alguém que tenha tirado alguma foto de mim no vestido extravagante?

B) Não-finita

Computers reading DNA are sending more than 10,000 sequences an hour into a public data bank.

Computadores lendo DNA estão enviando mais de 10.000 sequências por hora em um banco de dados público.

He thought it would be a long time before this magic called Real happened to him.

Ele pensou que isso seria muito tempo antes que essa mágica chamada Real lhe acontecesse.

4.4.2.2 Incorporação por extensão

O sentido de extensão, nesse caso, é assegurado pelo valor semântico do relativo (cujo), uma vez que não há, aqui, cláusulas de adição, variação e alternância como nos casos de parataxe e hipotaxe:

“Did I tell you the John Hurt story?” he asks, referring to the fellow British actor whose character was host to the embryonic alien that ravaged the crew of the spaceship Nostromo.

"Eu lhe contei a história de John Hurt?", Ele pergunta, referindo-se ao ator britânico cujo personagem era o anfitrião do estrangeiro embrionário que devastou a tripulação da nave Nostromo.

4.4.2.3 Incorporação por realce

Nesse caso, a relação entre a cláusula incorporada e o substantivo ao qual se refere é uma circunstancial de tempo, lugar, modo, causa ou condição. Existem dois tipos de situações nesse tipo de incorporação: (i) aquelas em que o sentido circunstancial está localizado na própria cláusula incorporada; (ii) aqueles onde está localizado no substantivo que funciona como cabeça.

Imagem 22 - Incorporação por realce

	(I) Recurso circunstancial na cláusula incorporada que serve como pós-modificador		(II) Recurso circunstancial no nome que serve como cabeça		
	(a) cláusula relativa	(b) cláusula aumentada	(a) cláusula relativa	(b) cláusula aumentada	
(1) finito	[i.a] a casa [[(em) (que) ela morou/onde ela morou]]	[i.b] a cicatriz [[onde a bala entrou]]	[ii.a] a <u>razão</u> [[(por) (que) eu gosto dela]]: o <u>tempo</u> [[(que) nós plantamos	[ii.b] a <u>razão</u> [[pela qual eu gosto dela]]: o <u>tempo</u> <u>em que</u> plantamos	
(2) não finita	[i.a] a casa [[sendo habitada <u>em</u>]]	[i.a] a casa [[<u>para</u> viver]];	[i.b] morto <u>por</u> [[afogamento]]	[ii.a] o <u>tempo</u> [[de plantação]]	[ii.b] a <u>razão</u> [[(por eu ter) gostado dela
		[i.a] a casa [[<u>para</u> você viver]]		[ii.a] a <u>razão</u> [[(por eu ter gostado dela)]: [ii.a] o <u>tempo</u> [[(para nós) plantarmos]]	[ii.b] a <u>razão</u> [[pela qual eu gostei dela]]: o momento de plantar

Fonte: Traduzido e adaptado de HALLIDAY, 2014, 497.

i) RECURSO CIRCUNSTANCIAL NA CLÁUSULA INCORPORADA

Segundo Halliday (2014), nesse caso, a cláusula é que expressa a relação circunstancial, que pode ser de tempo, causa ou outra.

a) Finita

The house (which/that) she lived in / where she lived.

A casa em que /onde ela viveu.

Aqui, a cláusula incorporada, que pode ser finita ou não finita, contém um relativo que funciona como termo circunstancial na cláusula:

(The Council were expected to make available) the funds without which no new hospital services could be provided.

(O Conselho deveria disponibilizar) os fundos sem os quais nenhum novo serviço hospitalar poderia ser fornecido.

Some may precipitate directly from sea water in areas where volcanism releases abundant silica.

Alguns podem precipitar diretamente da água do mar em áreas onde o vulcanismo libera a sílica abundante.

b) Não finita

A cause for which to fight/to fight for.

Uma causa pela a qual lutar / para lutar.

A glass for drinking out of.

Um copo para beber

ii) Característica circunstancial encapsulada no substantivo que serve como cabeça da cláusula

Nesse caso, o valor circunstancial é não interpretado na cláusula propriamente dita, mas no substantivo a que a cláusula se refere:

a) Finita

This was the first occasion that I had to help in doing an experiment on a living man. Esta foi a primeira ocasião que eu tive que ajudar na realização de um experimento em um homem vivo.

Fortunately I had that natural, built-in structure of the dates themselves; the book is faithful to the time in which it took place.

Felizmente eu tinha essa estrutura natural, incorporada das próprias datas; o livro é fiel ao tempo em que ocorreu.

b) Não finita

When the First Fleet arrived in Sydney, 'Rock Island', as it was then known, was a convenient place to punish recalcitrant convicts, who were left in chains on the island for a week on bread and water.

Quando a Primeira Frota chegou a Sydney, a "Ilha do Rock", como era então conhecida, era um lugar conveniente para punir condenados recalcitrantes, que ficaram presos na ilha por uma semana a pão e água.

There is reason to think that our embodied conceptual resources may not be adequate to all the tasks of science.

Há razão para pensar que nossos recursos conceituais incorporados podem não ser adequados a todas as tarefas de Ciência.

Segundo Halliday (2014), o eixo da incorporação, que abrange as orações relativas restritivas, vincula-se a realizações circunstanciais, todavia faz-se necessário compreender que as análises circunstanciais do autor, nesse caso, compreendem as funções semânticas dos relativos, que, nas construções apresentadas como incorporação por realce, desempenham função sintática de adjunto adverbial e compreendem estruturas com substantivos-cabeça, o qual o pronome relativo retoma. Dessa maneira, nas orações desenvolvidas, o autor define a circunstância na natureza da oração relativa por meio da noção semântica do adjunto adverbial realizado pelo pronome relativo ou define a circunstância pelo sentido introduzido pelo substantivo-cabeça ao qual o pronome se refere:

The house (which) she lived in/where she lived.

A casa (em que) ela morou / onde morou.

The only other place I would want to live (is New Zealand) (in which)

O único outro lugar em que eu gostaria de viver é a Nova Zelândia.

Todavia, além desses casos apresentados por Halliday (2014), nos quais há uma clássica e evidente noção circunstancial, há outras situações em que uma estrutura relativa desenvolvida clássica, isto é, sem um “substantivo-cabeça” ou elemento relativo que traga marcas previsivelmente circunstanciais, traz, dentro da lógica argumentativa do texto em que se insere, uma noção semântica causal, concessiva ou consecutiva, migrando, portanto, para o eixo lógico-semântico da expansão por realce.

No caso das cláusulas reduzidas, essas construções não finitas são as que mais se aproximam com as ideias de circunstância pesquisadas por este trabalho:

It's my own invention – to keep clothes and sandwiches in.

É minha própria invenção – para manter roupas e sanduíches dentro.

The hairy coat holds a layer of air close to the skin, insulating the body against changes in the outside temperature.

O casaco peludo mantém uma camada de ar perto da pele, isolando o corpo contra mudanças na temperatura externa.

4.5 **Protótipos circunstanciais**

De acordo com Halliday (2014), há, respectivamente, nos eixos de extensão, elaboração e projeção, tais tipos circunstanciais: alternância, companhia, que se divide em

concomitância e adição; função ou papel, que se divide em qualidade e produto; assunto e ângulo:

Imagem 23 - Tipos de circunstâncias nos eixos de extensão, elaboração e projeção

	TIPO		PERGUNTAS	EXEMPLOS
extensão	6. Acompanhamento	comitativo	com quem/o que?	com; sem
		aditivo	e quem/ o que mais?	assim como, ao invés de; além de
elaboração	7. Função	forma	como é?	como, a propósito, no papel/ forma/ produto de
		produto	em que?	em, dentro
projeção	8. Assunto		sobre o que?	sobre, em, referente a
	9. Ângulo	fonte		de acordo com, nas palavras de
		panorama		para, na opinião de, no ponto de vista de

Fonte: Traduzido e Adaptado de HALLIDAY, 2014, p. 263.

Dessa forma, além do eixo de realce, esta pesquisa, fundamentada nas apropriações de Halliday (2014), considerará a realização dessas circunstâncias nos eixos descritos acima – salvo na projeção, dado que a similaridade se desfaz- como protótipos circunstanciais:

[Extension: alternation] In place of the usual expensive, elaborate costumes, the Motleys created simple but beautiful sets and costumes, made from inexpensive materials often picked up at sales. ~ instead of creating the usual expensive, elaborate costumes.

[Extensão: alternância] Em vez dos habituais trajes caros, os Motleys os Motleys criaram conjuntos simples mas bonitos e trajes, feitos de materiais baratos, muitas vezes pegos em vendas. ~ Em vez de criar os habituais trajes caros e elaborados.

[Projection: angle] Torture and sexual violence against prisoners is widespread in jails across the United States, according to a report published yesterday ~ says a report published yesterday.

[Projeção: ângulo] Tortura e violência sexual contra prisioneiros é difundida em cadeias em todo os Estados Unidos, de acordo com um relatório publicado ontem ~ diz um relatório publicado ontem.

[Elaboration: role] but after a time, Chirumá was chosen to be the new chief. ~ as the new chief.

[Elaboração: papel] mas depois de um tempo, Chirumá foi escolhido para ser o novo chefe. ~ como o novo chefe¹¹. (HALLIDAY, 2014, p. 433)

Assim, nos casos em que construções relativas não definidoras, isto é, explicativas assumem valores circunstanciais, é necessário que se tenha uma “visão de cima” a fim de que se compreenda a realização de uma metáfora gramatical, uma vez que a circunstância por elaboração, como exemplificado acima, ocorre em uma estrutura diversa da construção relativa, e os demais valores circunstanciais pertencem a outros eixos lógico-semânticos – expansão por realce, em que se localizam as orações adverbiais, expansão por extensão e projeção: **“Professor Renato Janine Ribeiro é o novo ministro da Educação Filósofo, docente aposentado da USP tomará posse no próximo dia 6. Ele sucederá Cid Gomes, que se demitiu após crise com deputados.”**

Imagem 24 - Metáfora gramatical

VISÃO DE CIMA

SIGNIFICADO

Renato Janine entra no lugar de Cid Gomes em função de este ter-se demitido após crise com deputados.

FORMA CONGRUENTE

Ele sucederá Cid Gomes, porque este se demitiu após crise com deputados.

FORMA METAFÓRICA

Ele sucederá Cid Gomes, que se demitiu após crise com deputados.

Fonte: Adaptado de TAVERNIERS (2003) apud RAMOS, 2011, p.56, readaptada pela autora.

No caso acima, a oração relativa explicativa deixa seu propósito inicial, como uma estrutura elaborativa, de caracterizar o nome ao qual se refere para assumir uma função

¹¹ A construção não corresponde, mesmo sendo classificado como elaboração, à estrutura relativa.

circunstancial causal, isto é, a função semântica de uma estrutura de realce. Assim, a estrutura relativa deixa de adjetivar o substantivo, função típica da caracterização, para desempenhar uma função típica das estruturas adverbiais.

Portanto, como as adjetivas no corpus desta pesquisa desempenham circunstâncias de propósito, causa, consequência e concessão, e como as circunstâncias no sistema da transitividade são realizadas por grupos adverbiais, a migração de sentido de uma estrutura adjetiva para o campo semântico das circunstanciais configura-se como um tipo de metáfora ideacional.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa, cujo aporte teórico é a Gramática Sistêmico-Funcional, abordagem sociossemiótica, prioriza a relação léxico-gramática em interface com a semântica e o discurso por reconhecer que nossos enunciados dispõem de uma variedade de formas utilizadas de acordo com nossas necessidades sociocomunicativas, ou seja, por admitir a linguagem como um potencial de significados disponíveis aos falantes. Dessa forma, reconhecendo que cada texto possui um propósito comunicativo específico e que os contextos de cultura, em que o texto se insere, determinam as nossas escolhas, esta pesquisa, ao analisar, em ocorrências concretas, as orações relativas, permite uma nova abordagem dessas estruturas, porquanto é recorrente, no gênero textual notícia, o uso dessas orações em lugar das orações subordinadas adverbiais, o que leva as relativas a desempenharem valores circunstanciais, função semântica típicas das adverbiais.

Portanto, considerando que os contextos linguístico, situacional e cultural são refletidos nas construções que compõem os textos, este estudo desenvolve-se calcado em dois eixos: estudo das estruturas oracionais relativas e análise textual.

5.1 Análise do *Corpus*

A escolha deste *corpus*, notícias jornalísticas *on-line*, foi motivada devido às ocorrências produtivas das estruturas relativas circunstanciais em textos que envolviam a situação econômica e política durante o governo da petista Dilma Roussef. Além disso, a escolha por textos online se deu devido à evolução digital da comunicação, por meio da qual se tendeu à maior utilização das mídias digitais. A seleção do G1, *site* de maior audiência na Internet brasileira (NOGUEIRA; MALLMAN, 2013, p.1), foi condicionada por este se incluir na categoria de *sites* que pertencem à Rede Globo e, portanto, despertar o interesse desta pesquisa em observar como seria constituída, por meio das orações relativas circunstanciais, a imagem de um governo populista, cujos interesses, de certa forma, opõem-se aos interesses do empresariado brasileiro.

Dessa forma, foram analisados 14 textos *online*, que abarcam notícias publicadas entre os períodos de 2014 e de 2016, cujo tema se volta para a atuação política e para a atuação econômica do governo da presidenta Dilma Rousseff, além de informações a respeito das acusações feitas pela justiça ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e da defesa dos advogados do petista. A seleção por diferentes temas visou a comprovar que as características das estruturas em tela não pertencem a um dado tema, mas ao gênero em análise.

5.2 Ocorrências

Serão analisadas as orações relativas, denominadas, tradicionalmente, por adjetivas explicativa e restritiva. Optamos pela denominação relativa, nomenclatura latina, por considerarmos o fato de essas estruturas poderem desempenhar papel diverso do adjetivo.

O critério usado para a identificação dessas construções foi o sintático; todavia, após a identificação primeira, percebeu-se que, nos casos circunstanciais, os significados daí oriundos, que emergem da relação semântica entre a cláusula principal e a subordinada e que são motivados, sobretudo, por recursos léxicos e gramaticais usados no texto, ativam o princípio cognitivo da substituição, por meio do qual os leitores recuperam, durante a leitura, uma conjunção indicadora de circunstância e substituem, nas situações em que se é feita uma interpretação circunstancial concessiva ou final, o modo verbal indicativo pelo modo subjuntivo:

“Na última segunda-feira (20), a presidente Dilma Rousseff sancionou a emenda aprovada pelo Congresso Nacional no Orçamento de 2015 3 que elevou de R\$ 289 milhões para R\$ 867,5 milhões.”/ embora esta eleve de R\$ 289 milhões para R\$ 867,5 milhões.

Dessa forma, nesta pesquisa, as estruturas provenientes dos casos em que as orações subordinadas adjetivas mantiveram relações circunstanciais com a oração principal do período denominaram-se relativas circunstanciais. As que conservaram seus papéis prototípicos foram chamadas de relativas explicativas ou restritivas.

A preservação desses papéis prototípicos manteve-se nos casos em que a oração relativa se referia a um dado novo, sendo, assim, uma relativa restritiva clássica, e nos casos em que o autor não pretendia preservar o papel social que desempenha como jornalista, ou seja, ao se referir, desde que não estivesse manifestando sua opinião, a um dado, por inferência ou não, já conhecido.

É interessante observar que, em diversas situações, a oração deveria, obedecendo à tradição, vir acompanhada de pontuação, já que, por não se referir a um dado novo, seria considerada, conforme Souza (2010), pela tradição relativa explicativa.

5.3 Procedimentos de análise

A fim de se constatar o papel circunstancial das relativas, partiu-se da hipótese de que, sendo a língua essencialmente argumentativa, no gênero textual notícia – haja vista sua natureza, em tese, impessoal e objetiva –, seria recorrente o uso dessas orações em lugar das orações subordinadas adverbiais, uma vez que estas evidenciariam o comprometimento do enunciador com o fato enunciado – rompendo com o propósito social do gênero em tela –, enquanto as adjetivas atenuariam esse comprometimento.

Portanto, fundamentando-se no modelo sistêmico-funcional de Halliday (2014), para quem o texto é uma unidade semântica, cuja realização é produto do contexto situacional e sociocultural no qual se insere, esta pesquisa, concebendo que os enunciados formadores de um texto relacionam-se construindo um bloco semântico a partir das escolhas léxico-gramaticais do enunciador, constatou que a leitura circunstancial da oração relativa é corroborada pelos recursos lexicais e gramaticais usados no texto.

Para tanto, analisaram-se as construções léxico-gramaticais de cada notícia a fim de que se descobrisse, para se confirmar o papel semântico circunstancial das relativas, a intencionalidade argumentativa do autor.

Assim, na análise do *corpus*, fez-se, primeiramente, o levantamento das adjetivas e, mediante, a competência cognitiva, que abarca nosso conhecimento prévio, interpretou-se a relação circunstancial entre dadas cláusulas. Após esse procedimento, levantou-se o campo do gênero para, depois, analisar o propósito comunicativo do autor e comprovar o conteúdo circunstancial das relativas, o qual, juntamente com os demais recursos linguísticos, corroborou, em muitos casos, a configuração argumentativa do gênero notícia, que, em tese, apresenta-se como imparcial.

Assim, para o desenvolvimento deste trabalho, admitiram-se alguns pressupostos:

- a) a argumentação como sendo inerente à língua, conforme Ducrot (1988);
- b) de acordo com Martin (2000), os gêneros textuais são encenações, atividades orientadas para uma meta, de que os falantes participam como membros de uma cultura. Dessa forma, o

presente trabalho entenderá o valor circunstancial das adjetivas suscitadas pelas peculiaridades que circundam o gênero notícia;

c) A substituição, por parte dos usuários da língua, das formas léxico-gramaticais incongruentes, isto é, das construções relativas circunstanciais, pelas formas léxico-gramaticais congruentes;

d) A preservação dos papéis prototípicos nos casos em que a oração relativa se referia a um dado novo, sendo, assim, uma relativa restritiva clássica, e nos casos em que o autor não pretendia preservar o papel social que desempenha como jornalista, ou seja, ao se referir, desde que não estivesse manifestando sua opinião, a um dado, por inferência ou não, já conhecido.

6 ANÁLISE DO CORPUS

Texto 1

Professor Renato Janine Ribeiro é o novo ministro da Educação

Filósofo, docente aposentado da USP tomará posse no próximo dia 6. Ele sucederá Cid Gomes, [1] que se demitiu após crise com deputados.

G1, 27/03/2015 18h58 - atualizado em 27/03/2015 22h05 por Filipe Matoso, em Brasília

A Presidência da República anunciou no início da noite desta sexta-feira (27) que o professor Renato Janine Ribeiro será o novo ministro da Educação. A informação foi antecipada pelo Blog do Camarotti. A posse do novo ministro será no próximo dia 6 (confira a repercussão).

Professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), Janine Ribeiro assumirá o comando do MEC no lugar de Cid Gomes, [2] que deixou a pasta na semana passada após um conflito com deputados em sessão da Câmara.

Janine Ribeiro é o quinto ministro da Educação desde o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em janeiro de 2011. Antes dele, passaram pela pasta Fernando Haddad, atual prefeito de São Paulo; Aloizio Mercadante, hoje ministro da Casa Civil; José Henrique Paim; e Cid Gomes. Desde a saída de Gomes, o secretário-executivo da pasta, Luiz Claudio Costa, chefiava o MEC interinamente. Segundo o **G1** apurou, ele foi convidado por Janine Ribeiro para permanecer como secretário-executivo.

Há cerca de uma semana, ao negar uma reforma ministerial, a presidente Dilma afirmou que o Ministério da Educação não entraria na divisão partidária do governo, já que, segundo ela, trata-se de um dos ministérios "mais importantes do país".

"O MEC não é dado para ninguém. O MEC é um dos ministérios mais importantes do país porque eu tenho o compromisso de construir um caminho para a educação brasileira dando mais passos do que nós já demos", afirmou, após ser questionada sobre se, com a saída de Cid Gomes, a pasta seria "devolvida" ao PT ou "entregue" ao PMDB.

Doutor em filosofia, Renato Janine Ribeiro ensinava ética e filosofia política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Entre os cargos [3] que ocupou

está o de presidente da Comissão de Cooperação Internacional da USP (CCIInt), entre 1991 e 1994, e secretário e conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre 1997 e 1999. Também foi diretor de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de 2004 a 2008, quando coordenou mais de 2,5 mil cursos de mestrado e doutorado do Brasil.

Janine Ribeiro publicou diversos livros na área de filosofia e ciência política, entre os quais "A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil", obra vencedora do Prêmio Jabuti 2001 na área de ensaios e ciências humanas.

Nesta sexta, também foi anunciado o novo ministro da Secretaria de Comunicação Social, Edinho Silva, tesoureiro da campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff.

Nota

Leia abaixo nota oficial sobre a nomeação de Renato Janine Ribeiro divulgada pelo Palácio do Planalto.

Perfil Renato Janine Ribeiro tem formação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, doutorado pela USP e pós-doutorado pela British Library. É professor titular de Ética e Filosofia Política da USP.

Tem 18 livros editados, além de inúmeros ensaios e artigos em publicações científicas. Em 2001, recebeu o prêmio Jabuti de melhor ensaio.

O novo ministro foi membro do Conselho Deliberativo do CNPq (1993-1997), do Conselho da SBPC (1997-1999), secretário da SBPC (1999-2001) e diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (2004-2008). Além disso, atuou como membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da USP e é membro do Conselho Superior de Estudos Avançados da FIESP.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/professor-renato-janine-ribeiro-e-o-novo-ministro-da-educacao.html>. (Acesso em: 24/06/2015)

Texto 1 - Ocorrências:

No texto 1, contabilizou-se a ocorrência de 3 orações relativas: [1] que se demitiu após crise com deputados, [2] que deixou a pasta na semana passada após um conflito com deputados em sessão da Câmara e [3] que ocupou.

Desempenham as relativas [1] e [2] significado circunstancial importante o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista, devido aos seus valores circunstanciais causais:

i) Ele sucederá Cid Gomes, [1] que se demitiu após crise com deputados.

ii) Janine Ribeiro assumirá o comando do MEC no lugar de Cid Gomes, [2] que deixou a pasta na semana passada após um conflito com deputados em sessão da Câmara.

Ao passo que a estrutura [3] exerce, embora a informação seja inferível e, por isso, dada, função relativa prototípica:

iii) Entre os cargos [3] que ocupou está o de presidente da Comissão de Cooperação Internacional da USP (CCInt), entre 1991 e 1994, e secretário e conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre 1997 e 1999. (relativa restritiva)

Análise do texto 1:

O autor, supostamente, noticia quem seria o novo Ministro da educação; todavia, por meio da relativa circunstancial “que se demitiu após crise com Deputados”, cuja relação causal com a oração “Ele sucederá Cid Gomes” é corroborada por argumentos subsequentes, observar-se-á que o jornalista pretende, na verdade, defender a proposição de que não há comprometimento do Planalto com o MEC, pois Renato Janine apenas teria assumido o Ministério da Educação porque Cid Gomes se demitira do cargo de Ministro, relação que caracterizará a configuração argumentativa do gênero que, em tese, seria somente informativo.

Portanto, em relação às estruturas linguísticas que colaboram para a realização da oração relativa circunstancial, veremos que funcionarão como instrumentos de ação que visam a convencer o leitor a aceitar a posse de Janine como resultado da demissão de Gomes.

O fato de o *lead* ser organizado com as informações “Professor Renato Janine Ribeiro é o novo Ministro da Educação”, “Filósofo, docente aposentado da USP tomará posse no próximo dia 6” e “Ele sucederá Cid Gomes, que se demitiu após crise com deputados” faz que se estabeleça, devido ao conteúdo da relativa, entre a segunda e a terceira informação, uma relação paradoxal. Portanto, qualquer cogitação de o predicativo “filósofo” realizar uma relação causal com o verbo “tomará” se extingue.

Logo, nota-se que o autor fez uso da estrutura linguística “Filósofo, docente aposentado da USP tomará posse no próximo dia 6” não para materializar uma construção sintética de efeito estilístico, mas para realizar de modo implícito alguma relação, que não causal, entre o nome “filósofo” e o verbo “tomará”.

O Professor Bechara (2009, p. 409) declara que, dentro dessa função de predicativo, denominada por Said Ali atributivo, podemos incluir o determinante que denota “o tempo,

hipótese, concessão, causa, comparação ou debaixo de que respeito é considerada a pessoa ou coisa”, na época referida pela ação predicativa.

Seria, então, na condição de filósofo que Janine assumiria o cargo; contudo, esse não seria o motivo de ter sido escolhido, já que, contrapondo-se essa informação com a que a segue, constituir-se-á um valor contrastivo entre ambas. Sentido que Reforça o valor causal da relativa.

No trecho “Professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), Janine Ribeiro assumirá o comando do MEC no lugar de Cid Gomes, que deixou a pasta na semana passada após um conflito com deputados em sessão da Câmara”, configura-se uma relação concessiva entre o fato de Janine ser Professor e assumir o comando do MEC, já que a relação entre os conteúdos “assumir o comando do Mec no lugar de Cid Gomes” e “que deixou a pasta na semana passada após um conflito com deputados em sessão da Câmara” legitima o valor concessivo do predicativo atributivo, que se estabelece em relação à “assumir o comando do MEC no lugar de Cid Gomes, que deixou a pasta na semana passada após um conflito com deputados em sessão da Câmara.

O valor causal da relativa circunstancial “que deixou a pasta na semana passada após um conflito com deputados em sessão da Câmara”, mantido pela relação com a oração “assumir o comando do MEC no lugar de Cid Gomes” é ratificado pelo terceiro parágrafo, uma vez que esse parece demonstrar, por meio de um rodízio de Ministros a falta de comprometimento do governo com o Mec; logo, não seria a graduação de Janine a causa de ser convidado para o cargo: “Janine Ribeiro é o quinto Ministro da Educação desde o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em janeiro de 2011. Antes dele, passaram pela pasta Fernando Haddad, atual prefeito de São Paulo; Aloízio Mercadante”

A ideia acima parece ser invalidada pelo conteúdo do quarto parágrafo:

Há cerca de uma semana, ao negar uma reforma ministerial, a presidente Dilma afirmou que o Ministério da Educação não entraria na divisão partidária do governo, já que, segundo ela, trata-se de um dos Ministérios ‘mais importantes do país’.

Todavia, o fato de o autor usar o verbo no futuro do pretérito nesse trecho, o que demonstra o não comprometimento desse jornalista com o conteúdo enunciado, a preposição “segundo”, que, em “segundo ela”, traz um tom sarcástico a respeito da fala da presidente sobre o Mec ser um dos Ministérios mais importantes, e o uso, no quinto parágrafo, dos participios “devolvida” e “entregue” entre aspas, ironizando a importância dada por Dilma ao Ministério, demonstram que o objetivo do autor ainda é desacreditar a presidente petista,

demonstrando a ingerência desta em relação ao Mec e sobreposição de interesse político ao desempenho do Ministério.

No texto 1, o interesse político estaria alicerçado nas escolhas linguísticas do autor no quarto e no quinto parágrafo: uso, no quarto parágrafo, do futuro do pretérito, do sintagma “segundo ela” e, no quinto, manteria a voz do autor distante da voz da presidente e das aspas nos participios “devolvida” e “entregue”, marcando a ironia do autor em relação ao discurso acerca da importância do Mec:

Há cerca de uma semana, ao negar uma reforma ministerial, a presidente Dilma afirmou que o Ministério da Educação não entraria na divisão partidária do governo, já que, segundo ela, trata-se de um dos ministérios "mais importantes do país.

‘O MEC não é dado para ninguém. O MEC é um dos ministérios mais importantes do país porque eu tenho o compromisso de construir um caminho para a educação brasileira dando mais passos do que nós já demos”, afirmou, após ser questionada sobre se, com a saída de Cid Gomes, a pasta seria ‘devolvida’ ao PT ou ‘entregue’ ao PMDB’.

Portanto, a descrição do currículo de Janine opõe, mediante análise feita, as qualidades profissionais de Janine ao motivo de ele ter tomado posse: embora as qualidades de Janine tenham sido interessantes para os motivos políticos da presidente, pois foi como filósofo e não como político que ele assumiu o cargo, colaborando para interesses partidários e políticos da presidente, ele foi convidado para o cargo de Ministro da Educação devido ao pedido de demissão de Cid Gomes.

Dessa forma, pode-se constatar que as orações [1] e [2] contribuem para a realização efetiva das intenções discursivas do jornalista, que pretende estruturar uma imagem negativa da presidente frente ao governo, sobretudo ao se tratar da educação.

Portanto, as relativas [1] e [2], que, segundo Halliday (2014), pertencem ao eixo da expansão por elaboração, migram no texto para o eixo da expansão por realce, dado que passam a desempenhar funções circunstanciais típicas desse eixo.

Texto 2

Revista publicou neste mês entrevista do escolhido para a Educação. Janine Ribeiro, [1] que toma posse no dia 6, vê 'decepção' na economia.

G1 28/03/2015 08h39 - atualizado em 28/03/2015 09h22, em Brasília

Anunciado nesta sexta-feira (27) como novo ministro da Educação, o filósofo e professor Renato Janine Ribeiro afirma em entrevista na edição deste mês da revista

"Brasileiros" que a presidente Dilma Rousseff não faz política, tem uma concepção de governo "autoritária" e não dá autonomia aos ministros.

Segundo Janine Ribeiro, professor aposentado de ética e filosofia política da Universidade de São Paulo (USP), o governo foi "uma decepção do ponto de vista econômico" e por isso é obrigado agora a adotar uma política "tucana".

“Na verdade, é uma concepção de governo que não precisa prestar contas à sociedade. É isso que a Dilma está mostrando. Uma concepção de governo muito inquietante, porque é, no limite, autoritária. Adota as medidas que precisam ser adotadas, mas não explica. E não explica por que prometeu fazer uma coisa e está fazendo o contrário.”

O filósofo é o personagem de capa da edição da revista [2] que está nas bancas neste mês (antes da posse). No site da publicação, a entrevista, intitulada "A política e a perda do discurso ético", foi ao ar no último dia 16, pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para ministro da Educação, em substituição a Cid Gomes, [3] que pediu demissão.

Para Janine Ribeiro, a presidente "prometeu fazer uma coisa e está fazendo o contrário", em razão, segundo afirmou, de uma concepção de governo "no limite, autoritária", pela qual "não precisa prestar contas à sociedade".

Na entrevista, ele defende que o atual ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, "teria mais o perfil" para ser o candidato do PT a presidente em 2014, mas, segundo disse, Dilma foi escolhida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque era "a mais próxima do empresariado".

O professor avalia que os ministros com mais autonomia no governo são Joaquim Levy (Fazenda) e Juca Ferreira (Cultura). Os demais, afirmou na entrevista, "continuam tendo as orelhas puxadas cada vez que falam uma coisa de que ela Dilma não gosta". Para ele, Levy tem autonomia porque "talvez seja o único ministro indemissível" e Juca Ferreira porque "tem força no meio cultural" e um orçamento pequeno, o que dá "grande autonomia".

O novo ministro, [4] que tomará posse no próximo dia 6, em cerimônia no Palácio do Planalto, também critica o PT. Para ele, o partido "desocupou o espaço que tinha" e está deixando um "vazio" na política, [5] que, conforme explicou, deu força ao PMDB. Janine Ribeiro classifica como "meio triste" o período de 12 anos de governo do PT "sem enfrentar jamais o capital".

Ele também direciona críticas para o PSDB, principal partido de oposição, e para a mídia, "que é simpática a eles os tucanos e detesta o PT" – o futuro ministro defende que a

esquerda crie seus próprios órgãos de mídia em vez de "uma proliferação de blogs, que alguns chamam de sujos".

Sobre o PSDB, afirma que a sigla teria vocação para se tornar um partido do empreendedorismo, mas "está mais para ser um partido do grande capital". Segundo diz Janine Ribeiro na entrevista, o PSDB passou a ter "um projeto mais policial do que político". "Apesar de todas as críticas ao PT, acho o PSDB pior do que o PT, mas eu não gostaria de continuar votando no mal menor", declarou.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/novo-ministro-aponta-concepcao-autoritaria-no-governo-dilma.html>. (Acesso em: 24/06/2015)

Texto 2 - Ocorrências:

No texto 2, contabilizou-se a ocorrência de 5 orações relativas: [1] que toma posse no dia 6, [2] que está nas bancas neste mês (antes da posse), [3] que pediu demissão, [4] que tomará posse no próximo dia 6 e [5] que, conforme explicou, deu força ao PMDB.

As orações [1], [3], [4] exprimem noção circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista, devido ao conteúdo causal da estrutura [3] e concessivo que as estruturas [1] e [4] estabelecem em relação à oração principal que integram:

- i) Janine Ribeiro, [1] que toma posse no dia 6, vê 'decepção' na economia.
- ii) pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para ministro da Educação, em substituição a Cid Gomes, [3] que pediu demissão .
- iii) O novo ministro, [4] que tomará posse no próximo dia 6, em cerimônia no Palácio do Planalto, também critica o PT.

Já a cláusula [2], embora seja uma informação já dada, exerce função restritiva prototípica das orações relativas:

- iv) O filósofo é o personagem de capa da edição da revista [2] que está nas bancas neste mês (antes da posse)

Em relação à cláusula [5] – cuja estrutura compõe um discurso indireto –, embora estabeleça uma relação consecutiva com a oração principal que integra, esse conteúdo não corrobora as intenções primeiras do jornalista; no entanto, a estrutura relativa pode ter sido usada para satisfazer segundas pretensões, como a de resguardar a imagem da ascensão do PMDB, disfarçando o resultado de que a força desse partido é consequência do “vazio político deixado pelo PT”.

Análise:

No texto 2, o autor, supostamente, noticia as observações feitas por Janine Ribeiro acerca do governo e da economia; todavia, observar-se-á que o jornalista pretende, na verdade, defender as proposições de que Janine agiu paradoxalmente ao aceitar o cargo de ministro do Mec e de que a escolha dele como ministro pela presidente, que se deu devido à saída de Cid Gomes, é incongruente – mediante as várias críticas que Janine fez ao governo.

A constatação dessas proposições é confirmada, no decorrer do texto, pelas relações entre as escolhas linguísticas feitas pelo autor, as quais funcionarão como argumentos na defesa da “tese” do jornalista.

Assim, é interessante notar que a denominação de Janine por “o escolhido” revela um tom sarcástico, fruto da relação paradoxal com o conteúdo da última informação do *lead*, cuja relação concessiva entre as orações “Janine Ribeiro vê decepção na economia” e “toma posse no dia 6” pressupõe uma crítica a Janine, que, mesmo reconhecendo a decepção na economia do Brasil, tomará posse, e uma crítica à atitude do governo ao convidá-lo para o cargo de ministro:

“Janine Ribeiro, que toma posse no dia 6 (concessiva), vê 'decepção' na economia.”

A pressuposição da crítica ao governo caracterizada pela relativa circunstancial “que toma posse no dia 6” é corroborada pela referenciação por “o escolhido”, uma vez que, quando alguém é escolhido para algo, supõe-se que, entre quem escolhe e o escolhido, haja uma harmonia ideológica – o que não existe entre o governo e Janine, dado que as declarações de Janine são de oposição às atitudes do Planalto.

Declara, inclusive, que Patrus Ananias, "teria mais o perfil" para ser o candidato do PT a presidente em 2014, mas, segundo disse, Dilma foi escolhida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque era "a mais próxima do empresariado".

Dessa forma, há uma ação contraditória na atitude de quem o convidou para o cargo de ministro e uma ação contraditória na atitude de Janine, que aceitou o cargo.

No primeiro parágrafo, a relação concessiva entre Janine ser anunciado como ministro do Mec e afirmar, em entrevista anterior a ser convidado para ocupar o cargo, que a presidente não faz política, tem uma concepção de governo "autoritária" e não dá autonomia aos ministros valida o conteúdo concessivo da relativa circunstancial “que toma posse no dia 6”- a qual mantém relação com a oração “Janine vê ‘decepção’ na economia”- e os pressupostos que dela emanam.

As relações de contraste, portanto, apoiam os conteúdos concessivos das orações relativas circunstanciais “Janine Ribeiro, que toma posse no dia 6, vê 'decepção' na economia”, presente no *lead*, e “O novo ministro, que tomará posse no próximo dia 6, em cerimônia no Palácio do Planalto, também critica o PT”, presente no oitavo parágrafo, das quais se pressupõem as proposições defendidas pelo autor.

Contudo, não só as relações de contraste ratificam essas proposições, mas também escolhas lexicais, como, no quarto parágrafo, o núcleo do predicativo, “personagem”, e a relação causal entre relativa “que pediu demissão” e a oração “Pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para ministro da Educação, em substituição a Cid Gomes”.

O núcleo do predicativo, “personagem”, cujos significados podem ser “cada uma das figuras humanas apresentadas em obra de ficção (romance, filme, peça teatral etc.),” “papel representado por ator ou atriz que encarna uma dessas figuras, pessoa de prestígio social, profissional etc,” parece demonstrar que Janine estava encarnando um papel ao criticar o governo.

O filósofo é o personagem de capa da edição da revista que está nas bancas neste mês (antes da posse). No site da publicação, a entrevista, intitulada "A política e a perda do discurso ético", foi ao ar no último dia 16, pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para ministro da Educação, em substituição a Cid Gomes, que pediu demissão.

Nesse mesmo parágrafo, a relação de causa entre o fato de Cid Gomes pedir demissão e Janine ter sido convidado para ministro da Educação corrobora a ironia expressa pelo léxico “escolhido” e justifica o motivo de Janine tomar posse, mesmo havendo argumentos decisivos para uma decisão contrária:

O novo ministro, que tomará posse no próximo dia 6 (concessiva)/embora tome posse no próximo dia 6, em cerimônia no Palácio do Planalto, também critica o PT. Para ele, o partido "desocupou o espaço que tinha" e está deixando um 'vazio' na política, que, conforme explicou, deu força ao PMDB. Janine Ribeiro classifica como 'meio triste' o período de 12 anos de governo do PT 'sem enfrentar jamais o capital'.

Assim, o texto, ao descredibilizar Janine, também desqualifica o governo Dilma, que “escolheu” o novo Ministro devido à vacância do cargo do MEC, pois, ainda que o jornalista descreva em seu texto as graduações de Janine Ribeiro, a atitude contrastiva do filósofo, invalida seus atributos. Assim, o autor, como estratégia argumentativa, apresenta os atributos de Janine – para que não se diga que não os reconhece – e os desmerece no decorrer do texto.

Portanto, a falta de convergência de ideias entre Janine e o Planalto seria argumento decisivo para que aquele não fosse convidado para o cargo de Ministro, o que não ocorreu, pressupondo-se, então, interesse governamental – conveniência que, na metáfora de uma balança, define como mínimo o peso das divergências de ideias entre ambos. Assim, perceber-se-á que, segundo o texto, a escolha do Ministro foi por vacância do cargo – pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para Ministro da Educação, em substituição a Cid Gomes, que pediu demissão.

Portanto, as relativas [1], [3] e [4], que, segundo Halliday (2014), pertencem ao eixo da expansão por elaboração, migram no texto para o eixo da expansão por realce, dado que passam a desempenhar funções circunstanciais típicas desse eixo.

Texto 3

Contas do governo têm pior resultado até maio em 17 anos

Em maio, houve déficit primário de R\$ 8,05 bilhões, diz Tesouro. Na parcial do ano, até maio, resultado positivo somou R\$ 6,62 bilhões.

G1 25/06/2015 16h33 - atualizado em 25/06/2015 18h04, por Alexandro Martello, em Brasília

As contas do governo registraram nos cinco primeiros meses deste ano um superávit primário (economia para pagar juros da dívida pública) de R\$ 6,62 bilhões. É o pior resultado para o período desde 1998 – ou seja, em 17 anos, segundo informações [1] divulgadas nesta quinta-feira (25) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O resultado registrado de janeiro a maio deste ano representa uma queda de 65,6% frente ao resultado do mesmo período de 2014, [2] quando o superávit primário ficou em R\$ 19,28 bilhões. Em 1998, esse resultado ficou positivo em US\$ 4,9 bilhões, segundo números do Tesouro Nacional.

Mês de maio

Somente no mês de maio, o Tesouro Nacional informou que foi registrado um déficit primário (receitas menos despesas, sem contar os juros da dívida pública) de R\$ 8,05 bilhões. O valor, porém, foi melhor do que resultado fiscal [3] registrado em maio do ano passado (- R\$ 10,44 bilhões).

Meta do governo

Os números do Tesouro Nacional mostram que será difícil o governo atingir a meta de superávit primário [4] fixada para todo este ano, de R\$ 55,3 bilhões. O esforço fiscal até maio, de R\$ 6,62 bilhões, representa apenas 12% da meta de todo este ano. Para que a meta seja atingida, o governo terá de registrar um superávit médio de R\$ 6,95 bilhões por mês até o fim deste ano.

Os resultados das contas públicas têm sido afetados pelo fraco comportamento da arrecadação federal, [5] que registrou o pior desempenho para o período de janeiro a maio desde 2011. As receitas se ressentem do baixo nível de atividade econômica e, também, das desonerações de tributos [6] efetuadas nos últimos anos justamente para tentar estimular o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego – [7] que não foram totalmente revertidas pelo governo federal.

O secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive, disse que a equipe econômica não acha que este é o momento adequado para fazer a revisão da meta fiscal de 2015. "Existem novas medidas, receitas não recorrentes que podem vir a performar. É um quadro difícil, de ajuste fiscal, sabemos disso, mas não julgamos que é o momento adequado de revisar a meta. Existe um grau de incerteza muito grande na economia e, por isso, pensar em mudança da meta neste momento não é adequado", declarou ele.

Para tentar atingir as metas fiscais, além de aumentar tributos sobre combustíveis, automóveis, empréstimos, importados, receitas financeiras de empresas, exportações de produtos manufaturados, cerveja, refrigerantes e cosméticos, o governo também atuou na limitação de benefícios sociais, como o seguro-desemprego, o auxílio-doença, o abono salarial e a pensão por morte, medidas já aprovadas pelo Congresso Nacional.

Receitas, despesas e investimentos

De acordo com dados do governo federal, as receitas totais subiram 4,2% nos cinco primeiros meses ano (em termos nominais, sem descontar a inflação), contra o mesmo período do ano passado, para R\$ 529 bilhões. O aumento das receitas foi de R\$ 21,1 bilhões sobre o mesmo período do ano passado.

Ao mesmo tempo, as despesas totais subiram bem mais nos cinco primeiros meses deste ano (ainda em termos nominais): 8,2%, para R\$ 425 bilhões. Neste caso, o aumento foi de R\$ 32,08 bilhões. Os gastos somente de custeio, por sua vez, avançaram 14,3% na parcial deste ano, para R\$ 98,05 bilhões – um aumento de R\$ 12,29 bilhões.

“Existe um grau de incerteza muito grande na economia e, por isso, pensar em mudança da meta fiscal de 2015 neste momento não é adequado”

Já no caso dos investimentos, porém, houve forte redução de gastos. Segundo números oficiais, as despesas com investimentos caíram 32,3% nos cinco primeiros meses deste ano, para R\$ 23,63 bilhões. A queda frente ao mesmo período de 2014 foi de R\$ 11,28 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/contas-do-governo-tem-pior-resultado-ate-maio-em-17-anos.html>. (Acesso em: 28/06/2015)

Texto 3 - Ocorrências:

No texto 3, contabilizou-se a ocorrência de 7 orações relativas: [1] divulgadas nesta quinta-feira (25) pela Secretaria do Tesouro Nacional, [2] quando o superávit primário ficou em R\$ 19,28 bilhões, [3] registrado em maio do ano passado (-R\$ 10,44 bilhões), [4] fixada para todo este ano, de R\$ 55,3 bilhões, [5] que registrou o pior desempenho para o período de janeiro a maio desde 2011, [6] efetuadas nos últimos anos e [7] que não foram totalmente revertidas pelo governo federal.

As relativas [5], [6] e [7] exprimem significados circunstanciais importantes para o alcance das pretensões semânticas do jornalista, devido ao valor circunstancial causal da estrutura [5] e concessivo da estrutura [6] e adversativo da [7]:

i) Os resultados das contas públicas têm sido afetados pelo fraco comportamento da arrecadação federal, [5] que registrou o pior desempenho para o período de janeiro a maio desde 2011. As receitas se ressentem do baixo nível de atividade econômica e, também, das desonerações de tributos [6] efetuadas nos últimos anos justamente para tentar estimular o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego –[7] que não foram totalmente revertidas pelo governo federal.

Ao passo que as relativas [1], [2], [3] e [4] desempenham função relativa prototípica:

ii) segundo informações [1] divulgadas nesta quinta-feira (25) pela Secretaria do Tesouro Nacional. (relativa restritiva)

iii) O resultado registrado de janeiro a maio deste ano representa uma queda de 65,6% frente ao resultado do mesmo período de 2014, [2] quando o superávit primário ficou em R\$ 19,28 bilhões. (relativa explicativa)

iv) O valor, porém, foi melhor do que resultado fiscal [3] registrado em maio do ano passado (-R\$ 10,44 bilhões). (relativa restritiva)

v) Os números do Tesouro Nacional mostram que será difícil o governo atingir a meta de superávit primário [4] fixada para todo este ano, de R\$ 55,3 bilhões. (relativa restritiva)

Análise:

O jornalista pretende criticar a atuação econômica do governo Dilma. Para tanto, o *lead* já é construído com informações que pretendem registrar uma crise econômica: “Contas do governo têm pior resultado até maio em 17 anos / Em maio, houve déficit primário de R\$ 8,05 bilhões, diz Tesouro. Na parcial do ano, até maio, resultado positivo somou R\$ 6,62 bilhões.”

Logo no primeiro e no segundo parágrafo, há dados que comprovam a ideia que pretende defender, usando como fonte a Secretaria do tesouro nacional, recorre-se, assim, a máscara da isenção para resguardar uma argumentação por autoridade:

As contas do governo registraram nos cinco primeiros meses deste ano um superávit primário (economia para pagar juros da dívida pública) de R\$ 6,62 bilhões. É o pior resultado para o período desde 1998 – ou seja, em 17 anos, segundo informações divulgadas nesta quinta-feira (25) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O resultado registrado de janeiro a maio deste ano representa uma queda de 65,6% frente ao resultado do mesmo período de 2014, quando o superávit primário ficou em R\$ 19,28 bilhões. Em 1998, esse resultado ficou positivo em US\$ 4,9 bilhões, segundo números do Tesouro Nacional.

No terceiro parágrafo, o jornalista continua denegrindo a imagem do atual governo quando compara o mês de maio de 2015 ao de maio de 2016 e se utiliza de uma conjunção adversativa para dar força argumentativa a uma asseveração que pretende demonstrar um registro de crise no governo. Essa comparação depreciativa é intensificada pelo uso do grau comparativo de superioridade em lugar do comparativo de inferioridade: “O valor, porém, foi melhor do que resultado fiscal registrado em maio do ano passado (-R\$ 10,44 bilhões)”. O jornalista critica, assim, o resultado do déficit primário atual – demonstrando, desde o início do texto, que o resultado das contas de maio foi pior –, porém afirma que, mesmo esse sendo negativo, ainda foi melhor do que o resultado fiscal do ano anterior. E, ao iniciar com o adjunto “somente no mês de maio”, leva-nos a concluir que está fazendo uma análise que não leva em conta os demais meses e que, se o fizesse, demonstraria outros dados negativos:

Meta do governo

Mês de maio Somente no mês de maio, o Tesouro Nacional informou que foi registrado um déficit primário (receitas menos despesas, sem contar os juros da dívida pública) de R\$ 8,05 bilhões. O valor, porém, foi melhor do que resultado fiscal registrado em maio do ano passado (-R\$ 10,44 bilhões).

No quarto parágrafo, o autor pretende demonstrar - ao empregar o sintagma “os números do tesouro nacional” como fonte da informação de que “será difícil o governo atingir

a meta para todo este ano” e palavras denotativas como “apenas” para referir-se à porcentagem da meta anual – que o governo não atingirá a meta fiscal:

Os números do Tesouro Nacional mostram que será difícil o governo atingir a meta de superávit primário fixada para todo este ano, de R\$ 55,3 bilhões. O esforço fiscal até maio, de R\$ 6,62 bilhões, representa apenas 12% da meta de todo este ano. Para que a meta seja atingida, o governo terá de registrar um superávit médio de R\$ 6,95 bilhões por mês até o fim deste ano.

No quinto parágrafo, pode-se observar que o jornalista pretende rotular o governo como incompetente:

Os resultados das contas públicas têm sido afetados pelo fraco comportamento da arrecadação federal, 5 que registrou o pior desempenho para o período de janeiro a maio desde 2011. As receitas se ressentem do baixo nível de atividade econômica e, também, das desonerações de tributos 6 efetuadas nos últimos anos justamente para tentar estimular o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego –7 que não foram totalmente revertidas pelo governo federal.

A oração relativa “que registrou o pior desempenho para o período de janeiro a maio desde 2011” estabelece uma relação causal com o fato de os resultados das contas públicas terem sido afetados pelo fraco comportamento da arrecadação federal. Logo, porque a arrecadação federal registrou o pior desempenho para o período de janeiro a maio, os resultados das contas públicas têm sido afetados pelo fraco comportamento da arrecadação federal. Isso pretende demonstrar que a causa de as contas terem sido afetadas pelo fraco comportamento da arrecadação fiscal está ligada ao desempenho ruim dessa arrecadação federal, cujos motivos foram discriminados logo depois da estrutura 5:

As receitas se ressentem do baixo nível de atividade econômica e, também, das desonerações de tributos 6 efetuadas nos últimos anos justamente para tentar estimular o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego –7 que não foram totalmente revertidas pelo governo federal.

É interessante notar que o valor concessivo da estrutura “efetuadas nos últimos anos” só é possível devido à existência da estrutura adverbial final “para tentar estimular o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego” subordinada ao particípio “efetuadas”; dessa forma, a construção “efetuadas nos últimos anos justamente para tentar estimular o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego” mantém com a oração “As receitas se ressentem do baixo nível de atividade econômica e, também, das desonerações de tributos” uma relação concessiva a qual faz o leitor inferir que as desonerações de tributos pelo governo não foi uma atitude eficaz.

Também a relativa “que não foram totalmente revertidas pelo governo federal” estabelece com a oração “As receitas se ressentem do baixo nível de atividade econômica e,

também, das desonerações de tributos efetuadas nos últimos anos justamente para tentar estimular o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego” uma relação adversativa, que incita no leitor a ideia da falta de competência do governo. Logo, essa relação adversativa pressupõe que o governo deveria ter revertido integralmente às desonerações.

Essas relações levam o leitor a deduzir que o pior desempenho para o período de janeiro a março, que afetou o resultado das contas públicas, é fruto das atitudes administrativas do governo.

Para finalizar, o jornalista demonstra que o governo não pretende rever a meta fiscal, preferindo assim, atuar em benefícios sociais:

O secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive, disse que a equipe econômica não acha que este é o momento adequado para fazer a revisão da meta fiscal de 2015.

Para tentar atingir as metas fiscais, além de aumentar tributos sobre combustíveis, automóveis, empréstimos, importados, receitas financeiras de empresas, exportações de produtos manufaturados, cerveja, refrigerantes e cosméticos, o governo também atuou na limitação de benefícios sociais, como o seguro-desemprego, o auxílio-doença, o abono salarial e a pensão por morte, medidas já aprovadas pelo Congresso Nacional.

Subentende-se, portanto, por meio da oração adverbial final “para tentar atingir as metas fiscais”, a ideia de que a população responderá pela péssima administração econômica do governo, demonstrada pelas relações estabelecidas pelas relativas analisadas acima.

Portanto, as estruturas relativas [5], [6] e [7], que, de acordo com Halliday (2014), pertenceriam, respectivamente, ao eixo da expansão por elaboração hipotática finita, ao da incorporação por elaboração não finita e ao da expansão por elaboração hipotática finita, migram para o eixo da expansão por realce, dadas as funções circunstanciais que desempenham.

Texto 4

Em nota, Temer diz que não é viável bloquear verba do Fundo Partidário

Vice-presidente havia dito que dinheiro do fundo poderia ser contingenciado. Dilma Rousseff sancionou Orçamento com R\$ 867,5 milhões para partidos.

G1 22/04/2015 18h21 - atualizado em 22/04/2015 18h26, por Filipe Matoso, em Brasília

O vice-presidente da República, Michel Temer, divulgou nota oficial nesta quarta-feira (22) para esclarecer que "não é possível" bloquear recursos do Fundo Partidário. Segundo

reportagem publicada pelo jornal "O Globo", Temer declarou, durante visita a Portugal neste fim de semana, que a verba do fundo partidário poderia vir a ser contingenciada pelo governo federal como parte das medidas de ajuste fiscal.

O Executivo federal iniciou neste ano processo de ajuste fiscal para reduzir gastos e reequilibrar as contas públicas. O bloqueio no Orçamento, [1] tecnicamente denominado "contingenciamento", consiste em retardar ou "inexecutar" parte da programação de despesas [2] prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas.

“Ao tomar ciência de que não é possível o contingenciamento dos recursos do Fundo Partidário, por limitações legais, o vice-presidente Michel Temer esclarece que buscou contribuir com o debate sobre as medidas para a redução de despesas em benefício do ajuste fiscal”, informou o vice-presidente no comunicado.

Na última segunda-feira (20), a presidente Dilma Rousseff sancionou a emenda aprovada pelo Congresso Nacional no Orçamento de 2015 [3] que elevou de R\$ 289 milhões para R\$ 867,5 milhões. A peça orçamentária praticamente triplica o valor [4] que será repassado pela União às legendas políticas.

De acordo com as regras eleitorais, 5% do total do Fundo Partidário são destacados para entrega, em partes iguais, a todos as siglas que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os outros 95% do fundo são distribuídos às legendas na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Dilma tinha a opção de vetar a emenda [5] que triplicava o valor do Fundo Partidário para este ano, mas decidiu manter a emenda proposta pelo relator do Orçamento no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR). De acordo com o Blog do Camarotti, apesar de ter ficado propensa a vetar o aumento do fundo, Dilma acabou convencida de que não deveria criar um novo impasse com o Legislativo.

'Dilma fez o pior'

Nesta quarta, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), criticou a sanção da emenda [6] que triplicou o valor do Fundo Partidário. Na opinião do peemedebista, a presidente da República "fez o que havia de pior" ao não vetar o repasse aos partidos políticos. (lembrar-se do TXT 7)

O peemedebista afirmou que não houve um "debate suficiente" sobre a inclusão da emenda ao Orçamento.

"Com relação ao fundo partidário, aconteceu o que de pior poderia ter acontecido. A presidenta sanciona o fundo partidário, com aumento muito grande, e, desde logo, anuncia

que vai contingenciar. Ela, sem dúvida nenhuma, escolheu a pior solução", disse o presidente do Senado.

Leia abaixo a íntegra da nota divulgada pela Vice-presidência:

Nota à imprensa

Ao tomar ciência de que não é possível o contingenciamento dos recursos do Fundo Partidário, por limitações legais, o vice-presidente Michel Temer esclarece que buscou contribuir com o debate sobre as medidas para a redução de despesas em benefício do ajuste fiscal.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/em-nota-temer-diz-que-nao-e-viavel-bloquear-verba-do-fundo-partidario.html>. (Acesso em: 28/04/2015)

Texto 4 - Ocorrências:

No texto 4, contabilizou-se a ocorrência de 6 orações relativas: [1] tecnicamente denominado "contingenciamento", [2] prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas, [3] que elevou de R\$ 289 milhões para R\$ 867,5 milhões, [4] que será repassado pela União às legendas políticas, [5] que triplicava o valor do Fundo Partidário para este ano e [6] que triplicou o valor do Fundo Partidário.

As relativas [3], [5] e [6] desempenham significado circunstancial importante para os propósitos do jornalista, devido ao valor circunstancial concessivo da estrutura [3] e causal da estrutura [5] e concessivo da [6]:

i) Na última segunda-feira (20), a presidente Dilma Rousseff sancionou a emenda aprovada pelo Congresso Nacional no Orçamento de 2015 [3] que elevou de R\$ 289 milhões para R\$ 867,5 milhões.

ii) Dilma tinha a opção de vetar a emenda [5] que triplicava o valor do Fundo Partidário para este ano.

iii) Nesta quarta, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), criticou a sanção da emenda [6] que triplicou o valor do Fundo Partidário.

Ao passo que as relativas [1], [2] e [4] desempenham função relativa prototípica:

iv) O Executivo federal iniciou neste ano processo de ajuste fiscal para reduzir gastos e reequilibrar as contas públicas. O bloqueio no Orçamento, [1] tecnicamente denominado "contingenciamento", consiste em retardar ou "inexecutar" parte da programação de despesas [2] prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas. (relativa explicativa) (relativa restritiva)

v) A peça orçamentária praticamente triplica o valor [4] que será repassado pela União às legendas políticas. (relativa restritiva)

Análise:

A notícia parece sugerir que a presidente Dilma age sem critérios administrativos, enquanto demais políticos peemedebistas pensam administrativamente.

Dessa forma, o jornalista parece pretender demonstrar a ação do vice-presidente como positiva ao sugerir o contingenciamento da verba partidária, opondo essa sugestão à atitude da presidente. Essa oposição pode ser vista na disposição do *lead*:

Em nota, Temer diz que não é viável bloquear verba do Fundo Partidário
Vice-presidente havia dito que dinheiro do fundo poderia ser contingenciado. Dilma Rousseff sancionou Orçamento com R\$ 867,5 milhões para partidos.

Logo no primeiro parágrafo, o autor pretende dar espaço à justificativa do vice-presidente à mudança de opinião, demonstrando que a adoção de outra tomada de decisão foi influenciada por motivos legais:

O vice-presidente da República, Michel Temer, divulgou nota oficial nesta quarta-feira (22) para esclarecer que "não é possível" bloquear recursos do Fundo Partidário. Segundo reportagem publicada pelo jornal "O Globo", Temer declarou, durante visita a Portugal neste fim de semana, que a verba do fundo partidário poderia vir a ser contingenciada pelo governo federal como parte das medidas de ajuste fiscal.

No segundo parágrafo, o jornalista justifica, insinuando que Temer pretendia obedecer à redução de gastos, o porquê de Temer ter sugerido o contingenciamento:

O Executivo federal iniciou neste ano processo de ajuste fiscal para reduzir gastos e reequilibrar as contas públicas. O bloqueio no Orçamento, tecnicamente denominado "contingenciamento", consiste em retardar ou "inexecutar" parte da programação de despesas prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas.

Assim, no terceiro, introduz a declaração do vice-presidente, que fundamenta a insinuação pretendida pelo autor no segundo parágrafo:

Ao tomar ciência de que não é possível o contingenciamento dos recursos do Fundo Partidário, por limitações legais, o vice-presidente Michel Temer esclarece que buscou contribuir com o debate sobre as medidas para a redução de despesas em benefício do ajuste fiscal", informou o vice-presidente no comunicado.

Logo após, no quarto parágrafo, o autor, por meio da relativa “que elevou de R\$ 289 milhões para R\$ 867,5 milhões”, estabelece uma relação concessiva com a oração “a presidente Dilma Rousseff sancionou a emenda aprovada pelo Congresso Nacional no Orçamento de 2015”. Logo, o jornalista pretende sugerir que, mesmo a emenda triplicando o valor da verba de fundo partidário, a presidente a sancionou, fazendo o leitor inferir que Dilma sobrepõe a necessidade de apoio político à necessidade econômica do país, sugestão que pode ser confirmada pelas declarações de Calheiros que o autor introduziu na notícia.

A justaposição entre “a presidente Dilma Rousseff sancionou a emenda aprovada pelo Congresso Nacional no Orçamento de 2015 que elevou de R\$ 289 milhões para R\$ 867,5 milhões” e “A peça orçamentária praticamente triplica o valor que será repassado pela União às legendas políticas” pressupõe uma relação causal, a qual induz o leitor a inferir que a presidente sancionou a emenda porque essa beneficiaria as legendas fiscais e que o fez para não ir contra o congresso, sem questionar o custo desse benefício à União:

O jornalista, então, logo após demonstrar como funciona a distribuição da verba, assevera que “Dilma tinha a opção de vetar a emenda que triplicava o valor do Fundo Partidário para este ano, mas decidiu manter a emenda proposta pelo relator do Orçamento no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR).”

Nesse parágrafo, a oração relativa “que triplicava o valor do Fundo Partidário para este ano” mantém com a oração principal “Dilma tinha a opção de vetar a emenda” uma relação causal, que induz o leitor a inferir que a presidenta tinha a opção de vetar a emenda, uma vez que essa triplicava determinado valor em uma época de recessão econômica, o que pressupõe que a presidente não foi obrigada a tomar tal atitude, uma vez que o período de recessão econômica seria seu argumento para o veto. A adversativa “mas”, em “mas decidiu manter a emenda proposta pelo relator do Orçamento no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR)”, mantém a força argumentativa que o jornalista pretende para criticar a atitude da presidenta, insinuando uma ação paradoxal por parte de Dilma em período de crise econômica, reforçando o jornalista a ideia de que não foi uma decisão a qual visasse à economia, mas a uma atitude política.

Assim, o autor introduz as declarações de Renan Calheiros, cuja referência é feita também por “peemedebista” nos dois parágrafos abaixo, demarcando uma ideia concessiva em relação à atitude de Renan, pois, embora peemedebista, isto é, beneficiado pela atitude de Dilma, ele criticou a ação da Presidenta:

Dilma fez o pior' Nesta quarta, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), criticou a sanção da emenda 6 que triplicou o valor do Fundo Partidário. Na opinião do peemedebista, a presidente da República "fez o que havia de pior" ao não vetar o repasse aos partidos políticos. O peemedebista afirmou que não houve um "debate suficiente" sobre a inclusão da emenda ao Orçamento.

No primeiro parágrafo do subtítulo “Dilma fez o pior”, a relativa “que triplicou o valor do Fundo Partidário” mantém uma relação concessiva com o verbo criticar, localizado na oração “Nesta quarta, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), criticou a sanção da emenda”, qualificando o jornalista a pessoa de Calheiros como responsável, ao contrário do que pretende alcançar ao construir a imagem da presidenta.

Assim, o autor, ao colocar em sua notícia uma declaração de Camaroti, reafirma, demonstrando, veladamente, que não é o único a observar as atitudes da presidenta, o ponto de vista que pretendeu defender em sua notícia, o de que Dilma não pensou na necessidade econômica do país, construindo para a presidenta uma imagem irresponsável, diferentemente da imagem que pretendeu construir dos políticos peemedebistas:

De acordo com o Blog do Camarotti, apesar de ter ficado propensa a vetar o aumento do fundo, Dilma acabou convencida de que não deveria criar um novo impasse com o Legislativo.

O fato de terminar a notícia com as declarações de Calheiros e Termer, já posta no início da notícia, demonstra como o autor pretende comparar a atitude de Dilma à dos peemedebistas:

Com relação ao fundo partidário, aconteceu o que de pior poderia ter acontecido. A presidenta sanciona o fundo partidário, com aumento muito grande, e, desde logo, anuncia que vai contingenciar. Ela, sem dúvida nenhuma, escolheu a pior solução”, disse o presidente do Senado.

Leia abaixo a íntegra da nota divulgada pela Vice-presidência:”

Nota à imprensa

Ao tomar ciência de que não é possível o contingenciamento dos recursos do Fundo Partidário, por limitações legais, o vice-presidente Michel Temer esclarece que buscou contribuir com o debate sobre as medidas para a redução de despesas em benefício do ajuste fiscal.

Portanto, as relativas [3] cuja informação é, por inferência, dada, [5] e [6], que, segundo Halliday (2014), pertencem ao eixo da incorporação por elaboração, migram no texto para o eixo da expansão por realce, dado que passam a desempenhar funções circunstanciais típicas desse eixo.

Texto 5

Gestão de Janine foi marcada por ajustes no Fies e no Enem

Ele foi o quinto ministro da Educação desde o 1º mandato de Dilma. Segundo o MEC, Mercadante volta para o cargo, que já ocupou antes.

G1 30/09/2015 19h05 - atualizado em 30/09/2015 20h27, por Ana Carolina Moreno e Ardilhes Moreira, em São Paulo

Após cinco meses no cargo de ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro foi comunicado pela presidente Dilma Rousseff, na tarde desta quarta-feira (30), que deixaria a pasta. Segundo antecipou o Blog do Camarotti, o atual chefe da Casa Civil, ministro Aloizio Mercadante, voltará para a Educação, pasta [1] que já comandou.

"A presidenta da República, Dilma Rousseff, esteve com o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, nesta quarta-feira, 30, às 15h, no Palácio do Planalto. Ficou confirmada a saída de Janine Ribeiro do cargo. A presidenta reconheceu e agradeceu o trabalho do ministro no MEC", afirmou o ministério, em nota [2] divulgada na noite desta quarta.

Quinto ministro da Educação

Ribeiro foi o quinto ministro da Educação desde o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em janeiro de 2011. Antes dele passaram pelo MEC Fernando Haddad, Aloizio Mercadante, José Henrique Paim e Cid Gomes, [3] que deixou o cargo em 18 de abril, após discutir com parlamentares na Câmara dos Deputados.

Adepto das redes sociais, Janine manteve sua conta pessoal no Facebook ativa depois de assumir o MEC e frequentemente a usava para publicar comentários sobre assuntos relativos ao ministério e sobre outras questões, como o debate em torno da redução da maioria penal.

À frente do ministério, Janine, [4] que é professor de filosofia e ética da Universidade de São Paulo (USP), teve que lidar com grandes cortes no orçamento e foi responsável pela implementação de ajustes financeiros inéditos em dois dos principais programas do governo federal para o ensino superior: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

FIES: menos vagas, mais critérios

O Fies, programa do MEC [5] que financia cursos de ensino superior para estudantes brasileiros, foi reformulado em 2015 depois de crescer de forma exponencial nos últimos anos. O processo de reformulação começou em dezembro de 2014, antes da chegada de Janine ao ministério.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Fies gastou R\$ 13,7 bilhões em 2014. Entre fevereiro e agosto do ano passado, o governo federal publicou três medidas provisórias para abrir crédito extraordinário para o Fies, [6] que passou a atender também a alunos de mestrado, doutorado e cursos técnicos.

O orçamento do Fies para novos contratos durante todo o ano de 2015 era de R\$ 2,5 bilhões e, segundo o ministro, essa verba foi gasta inteiramente para atender aos 252.442 novos contratos fechados no prazo do primeiro semestre. Segundo o MEC, 178 mil pessoas tentaram celebrar novos contratos e não conseguiram.

Para o segundo semestre, Janine conseguiu crédito extra para lançar uma segunda edição do programa, com 61,5 mil vagas. Nesta edição, os juros do financiamento subiram de 3,4% para 6,5%, e uma série de critérios foram implementados para priorizar estudantes de famílias com renda mais baixa, [7] interessados em cursar carreiras específicas, como médicos, engenheiros e professores, e [8] que vivem fora dos grandes centros brasileiros.

ENEM: economia de recursos

A edição de 2015 do Enem foi anunciada por Janine um mês após sua chegada ao MEC. O anúncio também foi marcado por mudanças que têm como objetivo principal a economia de recursos. Pela primeira vez em dez anos, a taxa de inscrição sofreu reajuste. Os candidatos tiveram que pagar R\$ 63 para participar do exame neste ano, contra R\$ 35 nas edições anteriores.

Além disso, o MEC alterou as regras de isenção da taxa e, a partir de 2015, apenas candidatos [9] matriculados no último ano do ensino médio na rede pública, ou [10] que cumpriram os requisitos socioeconômicos, puderam fazer a prova sem pagar. O resultado das mudanças foi a queda do número de inscritos, pela primeira vez desde 2008. Em 2015, há 11% candidatos a menos que em 2014.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/gestao-de-janine-foi-marcada-por-ajustes-no-fies-e-no-enem.html>. Acesso em: 30/10/2015

Texto 5 - Ocorrências:

No texto 5, contabilizou-se a ocorrência de 10 orações relativas: [1] que já comandou, [2] divulgada na noite desta quarta, [3] que deixou o cargo em 18 de abril, [4] que é professor de filosofia e ética da Universidade de São Paulo (USP), [5] que financia cursos de ensino superior para estudantes brasileiros, [6] que passou a atender também a alunos de mestrado, doutorado e cursos técnicos, [7] interessados em cursar carreiras específicas, como médicos, engenheiros e professores, [8] que vivem fora dos grandes centros brasileiros, [9] matriculados no último ano do ensino médio na rede pública e [10] que cumpriram os requisitos socioeconômicos.

A relativa [4] desempenha noção circunstancial importante para as pretensões semânticas do jornalista, devido ao seu valor concessivo:

i) À frente do ministério, Janine, [4] que é professor de filosofia e ética da Universidade de São Paulo (USP), teve que lidar com grandes cortes no orçamento e foi responsável pela implementação de ajustes financeiros inéditos em dois dos principais programas do governo federal para o ensino superior: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ao passo que as estruturas [1], [2], [3], [5], [7], [8], [9] e [10] desempenham funções relativas prototípicas:

ii) O atual chefe da Casa Civil, ministro Aloizio Mercadante, voltará para a Educação, pasta [1] que já comandou. (relativa restritiva)

iii) em nota [2] divulgada na noite desta quarta. (relativa restritiva)

iv) Antes dele passaram pelo MEC Fernando Haddad, Aloizio Mercadante, José Henrique Paim e Cid Gomes, [3] que deixou o cargo em 18 de abril. (relativa explicativa)

v) O Fies, programa do MEC [5] que financia cursos de ensino superior para estudantes brasileiros (relativa restritiva)

vi) uma série de critérios foram implementados para priorizar estudantes de famílias com renda mais baixa, [7] interessados em cursar carreiras específicas, como médicos, engenheiros e professores, e [8] que vivem fora dos grandes centros brasileiros. (relativa explicativa) (relativa restritiva)

vii) o MEC alterou as regras de isenção da taxa e, a partir de 2015, apenas candidatos [9] matriculados no último ano do ensino médio na rede pública, ou [10] que cumpriram os requisitos socioeconômicos. (relativa restritiva) (relativa restritiva)

Em relação à estrutura 6, percebe-se um valor causal:

viii) governo federal publicou três medidas provisórias para abrir crédito extraordinário para o Fies, 6 que passou a atender também a alunos de mestrado, doutorado e cursos técnicos.

Análise:

No texto, observa-se que o jornalista pretende criticar o governo Dilma pelo rodízio de ministros do MEC, pelos prejuízos causados à educação, que, segundo o autor, fizeram de Janine refém do sistema governamental. Já no *lead*, podem ser notadas essas críticas:

Gestão de Janine foi marcada por ajustes no Fies e no Enem
Ele foi o quinto ministro da Educação desde o 1º mandato de Dilma. Segundo o MEC, Mercadante volta para o cargo, que já ocupou antes.

No subtítulo “Quinto ministro da educação”, há o reforço à crítica à Presidente já exposta no *lead*, que ganha intensidade com a descrição dos ministros que ocuparam a pasta da educação, sugerindo um rodízio. Essa crítica dialoga com o texto 1, em que há sugestão de desorganização ministerial no governo de Dilma:

Ribeiro foi o quinto ministro da Educação desde o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em janeiro de 2011. Antes dele passaram pelo MEC Fernando Haddad, Aloizio Mercadante, José Henrique Paim e Cid Gomes, que deixou o cargo em 18 de abril, após discutir com parlamentares na Câmara dos Deputados.

A fomentação da ideia de prejuízos causados à educação pelo governo, já instigada no *lead*, começa a tomar forma a partir do segundo parágrafo da seção intitulada “Quinto ministro da Educação”, cujo terceiro parágrafo estabelece uma relação adversativa com o segundo:

Adepto das redes sociais, Janine manteve sua conta pessoal no Facebook ativa depois de assumir o MEC e frequentemente a usava para publicar comentários sobre assuntos relativos ao ministério e sobre outras questões, como o debate em torno da redução da maioria penal.

É interessante notar que, nesse parágrafo, o predicativo atributivo “adepto das redes sociais”, o adjunto adverbial “frequentemente”, a oração adverbial final “para publicar comentários sobre assuntos relativos ao ministério”, a coordenação entre os complementos nominais “sobre assuntos relativos aos ministérios” e “sobre outras questões” e a exemplificação “como o debate em torno da redução da maioria penal” demonstram, notoriamente, um ministro ativo nas redes sociais. No terceiro parágrafo, o uso do tema

ideacional, representado pelo adjunto adverbial “à frente do ministério”, demonstra que o jornalista, após descrever Janine frente às redes sociais, descrevê-lo-á frente ao ministério.

O adjunto adverbial “à frente do ministério” ligado a locução verbal “teve de lidar” parece demonstrar, de acordo com os objetivos do jornalista, que Janine foi obrigado a agir em desacordo com seus princípios e, portanto, foi responsável por ajustes inéditos no Fies e no Enem, que serão descritos negativamente no decorrer da notícia.

A oração relativa “que é professor de filosofia e ética da Universidade de São Paulo (USP)” estabelece uma relação concessiva com as orações “teve que lidar com grandes cortes no orçamento e foi responsável pela implementação de ajustes financeiros inéditos em dois dos principais programas do governo federal para o ensino superior”, demonstrando que, mesmo sendo professor de filosofia e ética, Janine teve que aceitar as obrigações do sistema governamental – ainda que tenham sido descritas algumas conquistas de Janine –, acatando grandes cortes e implementando um sistema de menos vagas no Fies e de reajuste no valor de inscrição do Enem – fatores que foram abordados em outros subtítulos: “FIES: menos vagas, mais critérios, ENEM: economia de recursos.”

Algumas conquistas de Janine são, nos dois trechos abaixo, descritas em oposição a perdas, levando o leitor a inferir que o trabalho de Janine, ainda que, talvez, produtivo, era, de certa forma, minado:

O orçamento do Fies para novos contratos durante todo o ano de 2015 era de R\$ 2,5 bilhões e, segundo o ministro, essa verba foi gasta inteiramente para atender aos 252.442 novos contratos fechados no prazo do primeiro semestre. Segundo o MEC, 178 mil pessoas tentaram celebrar novos contratos e não conseguiram.

Uma série de critérios foram implementados para priorizar estudantes de famílias com renda mais baixa, interessados em cursar carreiras específicas, como médicos, engenheiros e professores, e 7 que vivem fora dos grandes centros brasileiros” em oposição ao fato de “os juros do financiamento subiram de 3,4% para 6,5%.

Em relação à estrutura “que passou a atender também a alunos de mestrado, doutorado e cursos técnicos”, pertencente ao subtítulo “FIES: menos vagas, mais critérios”, pode-se perceber um valor causal, que parece pretender induzir o leitor a construir a imagem de um governo federal cuja administração carece de organização. Assim, a relação causal existente entre as orações “governo federal publicou três medidas provisórias para abrir crédito extraordinário para o Fies” e “passou a atender também a alunos de mestrado, doutorado e cursos técnicos” é seguida por um parágrafo no qual se demonstra a redução da verba aplicada ao Fies:

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Fies gastou R\$ 13,7 bilhões em 2014. Entre fevereiro e agosto do ano passado, o governo federal publicou três medidas provisórias para abrir crédito extraordinário para o Fies, 6 que passou a atender também a alunos de mestrado, doutorado e cursos técnicos.

O orçamento do Fies para novos contratos durante todo o ano de 2015 era de R\$ 2,5 bilhões e, segundo o ministro, essa verba foi gasta inteiramente para atender aos 252.442 novos contratos fechados no prazo do primeiro semestre. Segundo o MEC, 178 mil pessoas tentaram celebrar novos contratos e não conseguiram.

Essa organização dos parágrafos sugere a ideia de que a redução de R\$ 13,7 bilhões para R\$ 2,5 bilhões seria uma consequência da falta de organização administrativa sugerida pelo jornalista.

É notório, portanto, que as estruturas 4 e 6, as quais, segundo Halliday (2014), pertenceriam ao eixo da expansão por elaboração hipotática finita, migram para o eixo da expansão por realce, em função do comportamento circunstancial que passa a desempenhar.

Texto 6

Entenda a polêmica sobre redução de dívida de estados e municípios

Congresso e governo federal travam batalha sobre redução da dívida. Lei está em vigor, mas governo defende necessidade de regulamentação.

G1 5/03/2015 19h39 - atualizado em 26/03/2015 15h12, por Rosanne D'Agostino, em São Paulo

O governo Dilma e o Congresso entraram em confronto sobre a aplicação imediata da lei da renegociação das dívidas de estados e municípios com a União. Mas você sabe o que é isso? Vamos lá:

Um resumo do caso

Entre 1997 e 1999, 25 estados (exceto AP e TO) e 180 cidades fizeram a primeira renegociação de dívidas com o governo federal. Eles deviam para vários fornecedores, em prazos muitas vezes curtos, dificultando renovar empréstimos.

Foi feito um acordo para o governo federal assumir a dívida, cobrando parcelas mensais ao longo de 30 anos, com uma correção do valor que era favorável na época. Mas como devedor podia pagar menos do que a parcela, e a correção subiu muito, as dívidas também subiram nos anos seguintes.

Em 2014, estados e municípios conseguiram uma nova renegociação. Mas o governo Dilma (PT) não aplicou a lei [1] que ele mesmo aprovou, alegando que é preciso fazer o ajuste fiscal. Com a demora, o Congresso tenta agora aprovar um novo projeto para forçar o governo a reduzir a dívida.

Entenda a seguir os principais pontos da polêmica:

O tal do "indexador"

Quando o governo assumiu as dívidas pela primeira vez, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi estabelecido um índice de correção das parcelas da dívida. É mais ou menos o que são os juros de cartão de crédito.

O índice escolhido foi o IGP-DI, mais 6% a 9% ao ano. É uma taxa de inflação muito usada em contratos e, na época, era a menor. Por isso, foi considerada um bom negócio pelos devedores.

Mas, depois da desvalorização do Real em 1999, esse índice passou a subir mais do que outros, como o IPCA. Por isso, o grande pedido dos devedores foi trocar o "indexador", para um que suba menos.

Se a lei for aplicada, o que muda?

Com a lei, as dívidas passam a ser corrigidas por outro índice: a taxa Selic ou IPCA – o que for menor – mais 4% ao ano. Na prática, mais dinheiro fica para estados e municípios, e menos vai para o governo federal, [2] que não quer abrir mão desse caixa agora.

O que é o projeto?

Os deputados dão prazo de 30 dias para o governo federal aplicar os novos indexadores aos contratos [3] já assinados.

Enquanto o projeto não é aprovado, o que acontece?

Governantes ameaçam recorrer à Justiça. O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), aliado da presidente, foi o primeiro a entrar com ação.

Quem são os mais beneficiados?

Os estados [4] mais endividados, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e as prefeituras das duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio.

Quanto a dívida aumentou?

Segundo um estudo da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), em 1998 o valor do empréstimo era de R\$ 93,2 bilhões. Até dezembro de 2011, os estados tinham pagado R\$ 158 bilhões. Mesmo assim, ainda deviam R\$ 369,36 bilhões. Hoje, a dívida já chega a R\$ 423,4 bilhões para os estados e de R\$ 75,4 bilhões para os municípios.

De quanto será a redução das dívidas?

Como governo vai ter que calcular. A dívida da Prefeitura do Rio de Janeiro ficou em R\$ 1,2 bilhão. Antes, era de R\$ 6 bilhões.

Qual a diferença entre IGP-DI e IPCA?

O Índice Geral de Preços (IGP-DI) é calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e leva em conta o preço das matérias-primas agrícolas e industriais. Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) leva em conta o custo de vida de famílias. É usado pelo Banco Central como medidor oficial da inflação do país. É mais estável e tem sido menor do que o IGP-DI.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/entenda-polemica-sobre-reducao-de-divida-de-estados-e-municipios.html>. Acesso em: 26/06/2015

Texto 6 - Ocorrências:

No texto 6, contabilizou-se a ocorrência de 4 orações relativas: [1] que ele mesmo aprovou, [2] que não quer abrir mão desse caixa agora, [3] já assinados, [4] mais endividados.

As relativas [1], [2] e [3] refletem noção circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista, devido valor circunstancial concessivo da estrutura [1], consecutivo da estrutura [2] e causal da estrutura [3]:

- i) Em 2014, estados e municípios conseguiram uma nova renegociação. Mas o governo Dilma (PT) não aplicou a lei [1] que ele mesmo aprovou.
- ii) Na prática, mais dinheiro fica para estados e municípios, e menos vai para o governo federal, [2] que não quer abrir mão desse caixa agora.
- iii) Os deputados dão prazo de 30 dias para o governo federal aplicar os novos indexadores aos contratos [3] já assinados.

Ao passo que a estrutura [4] desempenha função relativa prototípica:

- iv) Os estados [4] mais endividados, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e as prefeituras das duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio. (relativa restritiva)

Análise:

Pode-se notar que o texto pretende desgastar a imagem do governo. Essa afirmação ocorre devido às explicações da jornalista, nas quais se pode observar que esta se põe ao lado da decisão do congresso e deprecia a imagem do Governo. No *lead*, essa tendência não pode ser inferida, todavia, as marcações no corpo da notícia levam a essa conclusão, pois se estabelece uma relação causal entre a terceira informação do *lead* “Congresso e governo federal travam batalha sobre redução da dívida” e a segunda “Lei está em vigor, mas governo defende necessidade de regulamentação”, justificando o motivo da luta travada entre Congresso e governo.

Na verdade, a notícia resume-se ao primeiro parágrafo, que noticia o confronto entre o governo Dilma e o Congresso a fim de que o texto seja incrementado por explicações acerca da aplicação imediata da lei da renegociação das dívidas de estados e municípios com a União: “O governo Dilma e o Congresso entraram em confronto sobre a aplicação imediata da lei da renegociação das dívidas de estados e municípios com a União. Mas você sabe o que é isso? Vamos lá:”

Assim, a metalinguagem se apropria de argumentos implícitos que tendem a descredibilizar os fatores que levaram o governo à renegociação:

Em 2014, estados e municípios conseguiram uma nova renegociação. Mas o governo Dilma (PT) não aplicou a lei que ele mesmo aprovou, alegando que é preciso fazer o ajuste fiscal. Com a demora, o Congresso tenta agora aprovar um novo projeto para forçar o governo a reduzir a dívida.

Nesse parágrafo, a oração relativa “que ele mesmo aprovou”, cujo conteúdo é informação dada, estabelece com a oração anterior “Mas o governo Dilma (PT) não aplicou a lei” uma relação de concessão, que descredibiliza a atitude de o governo de não cumprir a lei; além disso, o léxico “alegar” introduzindo a oração reduzida causal traz ao texto um tom de dúvida em relação aos reais motivos da não aplicação da lei, corroborando o descrédito que a autora pretende aplicar à atitude do Governo.

É interessante notar que, no último período, o adjunto adverbial “com a demora” introduz uma ideia de que o governo está atrasando sua tomada de decisão e a oração reduzida adverbial final “para forçar o governo a reduzir a dívida” agrega ao congresso uma caracterização de “salvador” dos estados e municípios. Assim, a história, como todo enredo, é composta por vítima, protagonista e antagonista.

Dessa forma, ao dar continuidade ao texto, a jornalista ressalta que, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi estabelecido um índice de correção das parcelas da dívida considerada um bom negócio pelos devedores, e que, depois da desvalorização do Real em 1999, esse índice passou a subir mais do que outros, como o IPCA. Por isso, o grande pedido dos devedores foi trocar o "indexador", para um que suba menos.

Nesse trecho, torna-se claro que a autora enaltece a atitude do governo do PSDB, deixando visível que a desvalorização do real em 1999 foi o principal motivo da troca do indexador, não uma possível má administração econômica por parte dos estados.

Assim, é notório que o uso do adjunto “grande” se referindo ao substantivo “pedido” traz ao sintagma um tom de clamor que vitimiza os estado e municípios:

Mas, depois da desvalorização do Real em 1999, esse índice passou a subir mais do que outros, como o IPCA. Por isso, o grande pedido dos devedores foi trocar o "indexador", para um que suba menos.

Essa vitimização e a criação da imagem do governo petista como vilão do processo continuam na explicação seguinte:

Com a lei, as dívidas passam a ser corrigidas por outro índice: a taxa Selic ou IPCA – o que for menor – mais 4% ao ano. Na prática, mais dinheiro fica para estados e municípios, e menos vai para o governo federal, 2 que não quer abrir mão desse caixa agora.

A noção consecutiva da relativa “que não quer abrir mão desse caixa agora”, oriunda da relação com a oração “menos vai para o governo federal”, colabora com a ideia de um governo inflexível, já disseminada pela mídia. Também o fato de o adjunto adverbial “agora” não estar determinado corrobora o fato acima, uma vez que, se houvesse uma explicação sobre o período econômico, a jornalista estaria justificando a atitude do governo.

Em contrapartida, a autora, na explicação sobre o projeto, enaltece a imagem do Congresso em detrimento da imagem do governo, uma vez que a relativa reduzida “já assinados”, cuja informação é dada por inferência, estabelece com o verbo “aplicar”, localizado na estrutura “Os deputados dão prazo de 30 dias para o governo federal aplicar os novos indexadores aos contratos,” uma relação causal, que induz o leitor a entender que os deputados pretendem cumprir o que já havia sido estipulado, enquanto o governo pretende burlar isso: “Os deputados dão prazo de 30 dias para o governo federal aplicar os novos indexadores aos contratos já assinados.”

E, dessa maneira, no trecho “Governantes ameaçam recorrer à Justiça. O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), aliado da presidente, foi o primeiro a entrar com ação”, o aposto “aliado da presidente” em relação ao ato de ter sido o primeiro a entrar com uma ação confirma o intuito da jornalista em demonstrar que o governo não está tomando uma atitude digna.

Portanto, há indícios linguísticos, como se vê, que apontam para uma posição da jornalista e as relativas cujos conteúdos expressam um valor circunstancial são parte desses indicativos. As estruturas [1], [3] pertenceriam, respectivamente, ao eixo da incorporação por elaboração finita e ao eixo da incorporação por elaboração e a não finita, ao passo que a estrutura [2], ao eixo da expansão por elaboração hipotática; todavia, no contexto em que se encontram, migram para o eixo da expansão por realce por hipotaxe, dado ao papel que passam a desempenhar no texto.

Texto 7

Dilma Rousseff admite que errou ao gastar muito no primeiro mandato

Discurso na internet foi divulgado depois de desfile do Sete de Setembro. Dia da Independência foi marcado por protestos em todo o Brasil

G1 08/09/2015 05h57 - atualizado em 08/09/2015 06h29, por Heloísa Torres / Viviane Basile / Marcelo Poli, Brasília, DF

Segurança por todos os lados e revista rigorosa. Dentro da área do desfile em Brasília nada de faixas e cartazes. A presidente chegou ao palanque das autoridades em carro aberto, [1] escortado por um tanque de guerra e foi aplaudida. Dilma sorriu, acenou e brincou com crianças.

Fora da área do desfile, manifestantes levaram um boneco inflável da presidente Dilma Rousseff, com nariz de Pinóquio, e também o do ex-presidente Lula, com roupa de presidiário. Além disso, distribuíram notas falsas com as imagens da presidente Dilma e de Lula. O protesto reuniu mil pessoas, segundo a Polícia Militar, e 15 mil, segundo os organizadores.

No final, placas de alumínio [2] usadas para isolar a área do desfile vieram abaixo, com chutes de um grupo [3] que protestava contra o governo. Ninguém foi preso.

Manifestantes também desfilaram com uma faixa pedindo o impeachment da presidente, depois que ela já tinha ido embora.

Em Belo Horizonte, o desfile também teve protestos contra o governo. O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro, durante o desfile que também teve a presença de atletas paralímpicos.

Em Porto Alegre, mulheres de policiais militares usaram cartazes e faixas para protestar contra o parcelamento dos salários dos servidores estaduais.

Em São Paulo, o Dia da Independência foi comemorado no Sambódromo do Anhembi. As comemorações do Dia da Independência não terminaram como de costume. A presidente abriu mão do tradicional pronunciamento em cadeia de rádio e TV, assim como no Dia do trabalhador, e optou por falar à nação em redes sociais na internet.

Ela falou que os atuais problemas do país são consequência dos gastos do governo com emprego e renda dos trabalhadores e que algumas medidas serão reavaliadas.

“As dificuldades e os desafios resultam de um longo período em que o governo entendeu que deveria gastar o que fosse preciso para garantir o emprego e a renda do trabalhador, a continuidade dos investimentos e dos programas sociais. Agora, temos de reavaliar todas essas medidas e reduzir as que devem ser reduzidas”, disse Dilma Rousseff no pronunciamento.

A presidente pediu união acima de interesses partidários e falou em corrigir erros. “Se cometemos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente. Quero dizer a vocês: alguns remédios para essa situação, é verdade, são amargos, mas são indispensáveis. As medidas que estamos adotando são necessárias para botar a casa em ordem, reduzir a inflação, por exemplo, nos fortalecer diante do mundo e conduzir o mais breve possível o Brasil à retomada do crescimento”, afirmou Dilma.

Palanque polêmico

No palanque de onde a presidente Dilma acompanhou o desfile, presenças e ausências foram notadas. Faltaram quase todos os ministros do PMDB, os presidentes da Câmara e do Senado e representantes da cúpula do judiciário.

E estavam com Dilma, entre outros, dois ministros do PT [4] investigados na Operação Lava Jato: Edinho Silva, da Comunicação Social, e Aloizio Mercadante, da Casa Civil. A presidente assistiu ao desfile ao lado do vice-presidente Michel Temer.

Grito dos Excluídos

Manifestantes aproveitaram o dia Sete de Setembro para pedir mais investimentos em programas sociais e também o fim da corrupção. O grupo, [5] formado por movimentos sociais e sindicais, promoveu o grito dos excluídos em diversas capitais.

Disponível em: <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/09/dilma-rousseff-admite-que-errou-ao-gastar-muito-no-primeiro-mandato.html>. (Acesso em: 08/09/2015)

Texto 7 - Ocorrências:

No texto 7, contabilizou-se a ocorrência de 5 orações relativas: [1] escoltado por um tanque de guerra, [2] usadas para isolar a área do desfile vieram abaixo, [3] que protestava contra o governo, [4] investigados na Operação Lava Jato e, [5] formado por movimentos sociais e sindicais.

Dentre elas, as relativas [4] e [5] desempenharam significado circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista devido valor circunstancial concessivo que ambas estruturas mantêm.

i) E estavam com Dilma, entre outros, dois ministros do PT [4] investigados na Operação Lava Jato: Edinho Silva, da Comunicação Social, e Aloizio Mercadante, da Casa Civil.

ii) O grupo, [5] formado por movimentos sociais e sindicais, promoveu o grito dos excluídos em diversas capitais.

Ao passo que as estruturas [1], [2] e [3] desempenham funções relativas prototípicas:

iii) A presidente chegou ao palanque das autoridades em carro aberto, [1] escoltado por um tanque de guerra. (relativa explicativa)

iv) No final, placas de alumínio [2] usadas para isolar a área do desfile vieram abaixo, com chutes de um grupo [3] que protestava contra o governo. (relativa restritiva) (relativa restritiva)

Análise:

Nesse texto, o autor parece desmentir a afirmação da presidente de que “as dificuldades financeiras resultam de gastos do governo para garantir o emprego, a renda do trabalhador e a continuidade dos investimentos e dos programas sociais”, desmoralizando-a, diante dos leitores, por insinuar atos de corrupção.

Primeiramente, a informação em destaque no *lead* deturpa a fala da presidente presente no nono parágrafo:

Dilma Rousseff admite que errou ao gastar muito no primeiro mandato (*lead*)

As dificuldades e os desafios resultam de um longo período em que o governo entendeu que deveria gastar o que fosse preciso para garantir o emprego e a renda do trabalhador, a continuidade dos investimentos e dos programas sociais. Agora, temos de reavaliar todas essas medidas e reduzir as que devem ser reduzidas’, disse Dilma Rousseff no pronunciamento.

Logo após, o jornalista usa 4 parágrafos do texto, sob o pretexto de descrever o cenário do dia 7 de setembro, para demonstrar a insatisfação da população diante do governo Dilma:

Fora da área do desfile, manifestantes levaram um boneco inflável da presidente Dilma Rousseff, com nariz de Pinóquio, e também o do ex-presidente Lula, com roupa de presidiário. Além disso, distribuíram notas falsas com as imagens da presidente Dilma e de Lula. O protesto reuniu mil pessoas, segundo a Polícia Militar, e 15 mil, segundo os organizadores.

No final, placas de alumínio usadas para isolar a área do desfile vieram abaixo, com chutes de um grupo que protestava contra o governo. Ninguém foi preso. Manifestantes também desfilaram com uma faixa pedindo o impeachment da presidente, depois que ela já tinha ido embora. Em Belo Horizonte, o desfile também teve protestos contra o governo. O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro, durante o desfile que também teve a presença de atletas paralímpicos. Em Porto Alegre, mulheres de policiais militares usaram cartazes e faixas para protestar contra o parcelamento dos salários dos servidores estaduais.

A partir de então, o jornalista, que parece fazer uma crítica ao Estado de São Paulo no quinto parágrafo por não ter havido manifestações, começa a transcrever a fala da presidente:

As dificuldades e os desafios resultam de um longo período em que o governo entendeu que deveria gastar o que fosse preciso para garantir o emprego e a renda do trabalhador, a continuidade dos investimentos e dos programas sociais. Agora, temos de reavaliar todas essas medidas e reduzir as que devem ser reduzidas’, disse Dilma Rousseff no pronunciamento.

Se cometemos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente. Quero dizer a vocês: alguns remédios para essa situação, é verdade, são amargos, mas são indispensáveis. As medidas que estamos adotando são necessárias para botar a casa em ordem, reduzir a inflação, por exemplo, nos fortalecer diante do mundo e conduzir o mais breve possível o Brasil à retomada do crescimento’, afirmou Dilma.

Desse momento em diante, com os subtítulos “Palanque polêmico e O grito dos excluídos”, parece tomar forma a desmoralização da presidente por parte do autor.

Em “O Grito dos Excluídos”, a relativa “formado por movimentos sociais e sindicais” mantém com a oração “promoveu o grito dos excluídos “uma relação concessiva, a qual insinua que a presidente esteja mentindo acerca da origem das dificuldades financeiras, essa

sugestão que é iniciada pela deturpação da fala da presidente no *lead* e retomada pelo subtítulo, acaba sendo ratificada pelo uso da relativa com valor concessivo, pois, dessa forma, entende-se que esse grupo, embora formado por movimentos sociais e sindicais, isto é, parcela de pessoas beneficiadas pelos investimentos do governo, promoveu o grito dos excluídos, pedindo mais investimentos em programas sociais e o fim da corrupção. Assim, o autor parece sugerir que esse grupo formou o ato porque os investimentos para garantir o emprego e a renda do trabalhador, acarretando a crise, não foram suficientes ou não existiram, fazendo o leitor inferir que isso ocorreu devido à corrupção, inferência que acaba sendo corroborada pelo complemento verbal “também o fim da corrupção”:

Manifestantes aproveitaram o dia Sete de Setembro para pedir mais investimentos em programas sociais e também o fim da corrupção. O grupo, formado por movimentos sociais e sindicais, promoveu o grito dos excluídos em diversas capitais.

No subtítulo “Palanque polêmico”, a relativa “investigados na Operação Lava Jato” – cujo conteúdo é uma informação já dada, devido ao intuito negativo da “notícia” acerca da imagem da presidente – mantém com a oração “estavam com Dilma” uma relação concessiva, sugerindo que o que seria um forte argumento para que eles não estivessem ao lado da presidente torna-se um argumento insignificante. Dessa forma, o autor parece sugerir a aprovação da presidenta em relação aos dois ministros, fazendo o leitor pressupor que Dilma está mais preocupada com apoio político do que com a conduta de seus ministros, uma vez que se encontra sem esse apoio:

E estavam com Dilma, entre outros, dois ministros do PT investigados na Operação Lava Jato: Edinho Silva, da Comunicação Social, e Aloizio Mercadante, da Casa Civil. A presidente assistiu ao desfile ao lado do vice-presidente Michel Temer.

A ausência de apoio político descrita pelo jornalista pode ser observada na asseveração do jornalista que retrata um pedido de Dilma “A presidente pediu união acima de interesses partidários” e no conteúdo do primeiro parágrafo do subtítulo Palanque polêmico:

No palanque de onde a presidente Dilma acompanhou o desfile, presenças e ausências foram notadas. Faltaram quase todos os ministros do PMDB, os presidentes da Câmara e do Senado e representantes da cúpula do judiciário.

Dessa forma, pode-se observar que a criação dos dois subtítulos deu corpo aos objetivos do autor, que, desde o *lead*, busca construir uma imagem negativa da presidenta. Portanto, as relativas [4] e [5] acabam sendo elementos essenciais ao objetivo do jornalista.

Essas estruturas pertenceriam, respectivamente, ao eixo da incorporação por elaboração não finita e ao eixo da expansão por elaboração hipotática não finita; no entanto, devido aos papéis que desempenham no contexto, migram para o eixo da expansão por realce.

Texto 8

Aécio diz que PT escolheu a Justiça como 'adversário'

Na última quarta, juiz Moro divulgou áudio de ligação entre Lula e Dilma. Senador criticou atitude do governo após divulgação de grampos telefônicos.

G1, 8/03/2016 14h30 - atualizado em 18/03/2016 14h33, em Brasília

O presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG) disse nesta sexta-feira (18) que o PT e o governo escolheram a Justiça como "adversário".

Na última quarta (16), o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância, retirou o sigilo de telefonemas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva [1] interceptados pela Polícia Federal.

Entre essas conversas, estão diálogos do petista com a presidente Dilma Rousseff e com o ex-chefe da Casa Civil Jaques Wagner, atual chefe de gabinete da presidente. Desde que os diálogos foram divulgados, a presidente tem acusado o juiz de ter violado a lei e dito que tomará as providências legais.

"É muito triste quando um grupo político passa a ter como adversário não seus oponentes do campo político, mas a Justiça. É o que vem acontecendo hoje com o PT. O partido hoje trava um embate com a Justiça e a história universal mostra que o desfecho para esses momentos de tensão e radicalização é sempre em favor dos poderes constituídos, das nossas instituições", disse o tucano.

Nesta quinta, em discurso na Bahia, [2] que durou cerca de meia hora, Dilma criticou diretamente a divulgação dos áudios por ordem de Sérgio Moro.

A uma plateia [3] formada por beneficiários do Minha Casa, Minha Vida, ela ressaltou que em outros países, como os Estados Unidos, é impensável imaginar um presidente da República como alvo de escutas telefônicas.

"Grampeia o presidente dos Estados Unidos para ver o que acontece com quem grampear. É por isso que vou tomar todas as providências cabíveis neste caso. Não é só por causa da Presidência da República, que é muito importante, é por outro motivo: se eu não tomar providências, se alguém puder me grampear sem a autorização do Supremo Tribunal Federal, o que vai acontecer com o cidadão comum?", afirmou, acrescentando que a Justiça não pode ser "politizada".

Ao ser questionado sobre as declarações da presidente Dilma, o senador Aécio Neves disse: "se um equívoco ocorreu aqui ou acolá, ele deve ser apontado, mas nem de longe levar ao ataque sistemático às nossas instituições ou à Justiça, ao Ministério Público ou à imprensa".

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/aecio-diz-que-pt-escolheu-justica-como-adversario.html>. (Acesso em: 20/03/2015)

Texto 8 - Ocorrências:

No texto 8, contabilizou-se a ocorrência de 3 orações relativas: [1] interceptados pela Polícia Federal, [2] que durou cerca de meia hora, [3] formada por beneficiários do Minha Casa, Minha Vida.

A relativa [3] desempenha significado circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista, devido ao valor circunstancial causal que a estrutura mantém:

i) A uma plateia [3] formada por beneficiários do Minha Casa, Minha Vida, ela ressaltou que em outros países, como os Estados Unidos, é impensável imaginar um presidente da República como alvo de escutas telefônicas.

Ao passo que as estruturas [1] e [2] desempenham funções relativas prototípicas:

ii) Na última quarta (16), o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância, retirou o sigilo de telefonemas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva [1] interceptados pela Polícia Federal. (relativa restritiva)

iii) Nesta quinta, em discurso na Bahia, [2] que durou cerca de meia hora, Dilma criticou diretamente a divulgação dos áudios por ordem de Sérgio Moro. (relativa explicativa)

Análise:

No texto 8, pode-se observar que o jornalista pretende sugerir é que a presidente é desonesta e que tenta ludibriar e manipular os beneficiários de programas sociais, enquanto o senador Aécio seria confiável e sensato.

O *lead* insinua que Lula e Dilma estão ao lado da ilegalidade:

Aécio diz que PT escolheu a Justiça como 'adversário'

Na última quarta, juiz Moro divulgou áudio de ligação entre Lula e Dilma.

Senador criticou atitude do governo após divulgação de grampos telefônicos.

E o fato de a segunda composição do *lead* ter como conteúdo a informação de que o juiz Moro divulgou áudio de ligação entre Lula e Dilma acaba validando a insinuação que o jornalista pretendeu fazer, isto é, sugerir que Dilma e Lula estão ao lado da ilegalidade: “Na última quarta, juiz Moro divulgou áudio de ligação entre Lula e Dilma.”

A terceira parte do *lead* parece pretender legitimar o porquê de Aécio Neves ter feito a crítica que constrói a primeira informação, isto é, devido aos áudios, e tornar as falas do senador Aécio argumento de autoridade no assunto: “Senador criticou atitude do governo após divulgação de grampos telefônicos.”

O texto é iniciado com a repetição do conteúdo informacional do *lead*: “O presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG) disse nesta sexta-feira (18) que o PT e o governo escolheram a Justiça como ‘adversário’.”

E assinala abaixo que o juiz retirou o sigilo de telefonemas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva interceptadas pela Polícia Federal e que, entre essas conversas, estão diálogos com a presidente:

Na última quarta (16), o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância, retirou o sigilo de telefonemas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva interceptados pela Polícia Federal. Entre essas conversas, estão diálogos do petista com a presidente Dilma Rousseff e com o ex-chefe da Casa Civil Jaques Wagner, atual chefe de gabinete da presidente. Desde que os diálogos foram divulgados, a presidente tem acusado o juiz de ter violado a lei e dito que tomará as providências legais.

Dessa forma, parece tentar desmentir o discurso de Dilma de que ela era alvo das escutas: “A uma plateia formada por beneficiários do Minha Casa, Minha Vida, ela ressaltou

que em outros países, como os Estados Unidos, é impensável imaginar um presidente da República como alvo de escutas telefônicas.”

A partir de então, o jornalista parece pretender demonstrar que a presidente manipula os beneficiários de seus programas sociais. Essa depreensão ocorre devido ao corte da fala da presidente e ao uso da relativa causal “formada por beneficiários do Minha casa, Minha Vida”, cujo conteúdo, por meio dos objetivos do autor, pode ser inferido.

Dessa maneira, o jornalista leva o leitor a inferir que presidenta ressaltou “que em outros países, como os Estados Unidos, é impensável imaginar um presidente da República como alvo de escutas telefônicas” porque a plateia era formada por beneficiários do Minha casa, Minha vida, e que ela não faria isso se a plateia fosse outra, uma vez que, por serem beneficiários do programa governamental, seriam facilmente manipulados por Dilma. Essa ideia de que a plateia é de fácil manipulação incita a criação da imagem de um público indouto:

‘Grampeia o presidente dos Estados Unidos para ver o que acontece com quem grampear. É por isso que vou tomar todas as providências cabíveis neste caso. Não é só por causa da Presidência da República, que é muito importante, é por outro motivo: se eu não tomar providências, se alguém puder me grampear sem a autorização do Supremo Tribunal Federal, o que vai acontecer com o cidadão comum?’, afirmou, acrescentando que a Justiça não pode ser ‘politizada’.

É importante ressaltar que parte do discurso da Presidente foi cortada pelo jornalista, sugerindo um discurso insipiente, feito para ludibriar a plateia alvo.

É interessante notar que o texto é encerrado com uma citação de Aécio Neves, pretendendo desqualificar a atitude da presidenta ao criticar o juiz Moro e ratificando as oposições de ações da presidenta e do senador, as quais o jornalista pretendeu demonstrar com este texto: “o senador Aécio Neves disse: ‘se um equívoco ocorreu aqui ou acolá, ele deve ser apontado, mas nem de longe levar ao ataque sistemático às nossas instituições ou à Justiça, ao Ministério Público ou à imprensa’.”

O conteúdo da relativa [3] torna-se, assim, inferível, fazendo que seja uma informação dada. Essa relativa que pertenceria ao eixo da incorporação por elaboração migra, devido ao seu papel no texto, para o eixo da expansão por realce.

Texto 9

Cerimônia no Planalto para lançar Minha Casa vira ato de apoio a Dilma

Presidente lançou nesta quarta (30) terceira fase do programa habitacional. Ela afirmou que impeachment sem crime de responsabilidade é 'golpe'.

G1 30/03/2016 12h47 - atualizado em 30/03/2016 22h57, por Filipe Matoso, em Brasília

A cerimônia de lançamento da terceira etapa do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, [1] realizada nesta quarta-feira (30) no Palácio do Planalto, se transformou em um ato de apoio político à presidente Dilma Rousseff. Em meio ao seu discurso, a petista voltou a afirmar que processo de impeachment sem caracterização de crime de responsabilidade é "golpe".

Os convidados [2] que lotaram o salão nobre do palácio interromperam diversas vezes os discursos para entoar gritos de ordem contra o processo de impeachment [3] de que a petista é alvo no Congresso Nacional e classificar de "golpe" a tentativa de afastá-la da Presidência.

A plateia do evento, [4] formada em sua maioria por integrantes de movimentos sociais e beneficiários do programa habitacional, gritou frases como "Não vai ter golpe", "No meu país eu boto fé porque ele é governado por mulher", "Pode tremer e pode chorar, a Dilma fica e o Lula vai voltar", "Golpistas e fascistas não passarão" e "Fora Cunha".

No início do evento, o mestre de cerimônias do Palácio do Planalto teve de pedir silêncio à plateia, mais de uma vez, para que o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, pudesse concluir o anúncio de 2 milhões de moradias do Minha Casa, Minha Vida [5] que deverão ser contratadas até 2018 na nova fase do programa habitacional.

O pedido [6] que fundamenta o processo de impeachment de Dilma, [7] apresentado na Câmara dos Deputados pelos juristas Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaina Paschoal, alega que a presidente descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal ao ter editado decretos liberando crédito extraordinário, em 2015, sem o aval do Congresso.

"É absolutamente má-fé dizer que todo impeachment está correto. Para estar, a Constituição exige que se caracterize crime de responsabilidade. É isso. Impeachment sem crime de responsabilidade é o quê? É golpe. É esta a questão. Não adianta fingir que estamos discutindo em tese o impeachment. Estamos discutindo um impeachment muito concreto, sem crime de responsabilidade", declarou Dilma durante a cerimônia.

"Não adianta discutir se o impeachment está ou não previsto na Constituição. Está, sim. O que não está previsto é que sem crime de responsabilidade ele é passível de legalidade e legitimidade. Não é. E aí o nome é golpe", complementou a presidente.

Dilma ressaltou que, no entendimento dela, um presidente só pode ser julgado por irregularidades cometidas durante o mandato, e não em momentos anteriores. Por isso, ela enfatizou que o alvo do processo de impeachment são contas de 2015, do atual mandato dela.

“Está claro também que um presidente só pode ser julgado pelo que ocorre em seu mandato. Podem julgar meu mandato passado, até faço questão e até pode julgar minha vida pregressa, faço questão. Mas não podem fazê-lo como álibi para impeachment. O que está em questão são as contas de 2015”, argumentou a presidente.

Para pelo menos cinco ministros do Supremo Tribunal Federal (Gilmar Mendes, Carmen Lúcia, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Celso de Mello), o impeachment é um mecanismo constitucional e, observado o processo legal, não é golpe.

'Ódio e intolerância'

Dilma Rousseff também dedicou boa parte de seu discurso nesta quarta-feira para criticar o que chamou de “ódio” e “intolerância” [8] praticados por uma parcela da sociedade nos últimos meses. Ela disse lamentar “profundamente” a atitude daqueles que “destilam o ódio” entre os brasileiros.

“Eu lamento profundamente aqueles que vêm destilando o ódio entre brasileiros e brasileiras. Lamento profundamente e acho que isso é grave, porque a intolerância é a base da violência. Acreditar que o outro não tem direitos ou não merece ser tratado com respeito é a base da violência. Isso nós não podemos aceitar no nosso país”, ponderou a presidente.

À plateia, Dilma também ressaltou que “não existe essa conversa” de que se tira um presidente eleito por não gostar dele.

'Golpistas'

Parte dos convidados da solenidade também dirigiu críticas ao vice-presidente da República, Michel Temer, ao juiz federal Sérgio Moro – responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância –, à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e ao presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG). Em vários momentos da cerimônia, a plateia os acusou de “golpistas”.

No momento [9] em que o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins, discursou para destacar a importância da nova fase do programa habitacional para o setor da construção civil, ele foi interrompido duas vezes por convidados que chamavam a Fiesp de “golpista”.

Oradores do evento também utilizaram seus discursos para defender a petista. A presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores, Bartíria Costa, afirmou que o lançamento da nova etapa do programa ocorrer no momento “mais delicado” da política

brasileira, no qual a defesa da democracia se tornou “a maior bandeira” dos movimentos sociais. Ela ainda enalteceu a criação de programas sociais dos governos petistas, como Bolsa Família, Prouni e Luz para Todos.

“Queremos dizer que já estamos mobilizados e vigilantes para defender todos os direitos já garantidos. Não permitiremos retrocessos combatermos todos os fascistas e golpistas e lutaremos com todas as forças em defesa da nossa democracia, da nossa Constituição. Golpe nunca mais”, afirmou Bartíria, o que fez com que a plateia a aplaudisse de pé e entoasse gritos de apoio a Dilma.

Integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da Frente de Resistência Urbana, o filósofo Guilherme Boulos discursou no evento em nome dos movimentos sociais. Boulos classificou o processo de impeachment de "golpe" porque, segundo ele, não há crime de responsabilidade comprovado cometido por Dilma.

O militante social afirmou ainda, sem citar nomes, que um "bandido" comanda o "golpe de araque" na Câmara dos Deputados.

"Este povo não quer ajuste fiscal, não quer reforma da Previdência, quer que o andar de cima pague a conta pela crise. Mas os trabalhadores, esse povo aqui, não quer e não vai abrir mão daquilo que conquistou", discursou Boulos.

Ao final do discurso do representante do MTST, os convidados que estavam na plateia começaram a entoar gritos de ordem contra a TV Globo, afirmando que a emissora apoiou a ditadura militar (1964-1985).

Minha Casa, Minha Vida 3

Escalada para falar em nome dos beneficiários do programa, Cleide Soares disse estar “muito feliz” de participar da cerimônia porque, por meio do Minha Casa, Minha Vida, ela passou a ter um endereço e “dignidade”. Ela ainda afirmou que a presidente Dilma faz um trabalho “lindo” no governo.

“A presidenta Dilma é uma mulher guerreira, de fé e corajosa que colocou este programa para os mais humildes e olhou para nós de uma maneira especial, ela nos deu a oportunidade de ter uma moradia. Agradeço e oro para que o governo da presidenta brilhe com ainda mais magnitude”, declarou.

Coordenador de Habitação da Federação Nacional de Trabalhadores na Agricultura Família, Elvino Motta, pediu que haja "diálogo permanente" entre o governo e os movimentos para que haja "avanços ainda maiores" no Minha Casa.

"Nós do campo, das águas e das florestas recebemos o lançamento do programa com perspectiva positiva. O golpe não é contra seu governo, o golpe é contra os pobres desta nação. Não permitiremos que a democracia seja tomada de assalto."

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/cerimonia-no-planalto-para-lancar-minha-casa-vira-ato-de-apoio-dilma.html>. (Acesso em: 30/03/2015)

Texto 9 - Ocorrências:

No texto 9, contabilizou-se a ocorrência de 9 orações relativas: [1] realizada nesta quarta-feira (30) no Palácio do Planalto, [2] que lotaram o salão nobre do palácio, [3] de que a petista é alvo no Congresso Nacional, [4] formada em sua maioria por integrantes de movimentos sociais e beneficiários do programa habitacional, [5] que deverão ser contratadas até 2018 na nova fase do programa habitacional, [6] que fundamenta o processo de impeachment de Dilma, [7] apresentado na Câmara dos Deputados pelos juristas Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaina Paschoal, [8] praticados por uma parcela da sociedade nos últimos meses e [9] em que o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins, discursou.

Desempenha a relativa [4] significado circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista, devido ao seu valor circunstancial causal:

i) A plateia do evento, [4] formada em sua maioria por integrantes de movimentos sociais e beneficiários do programa habitacional, gritou frases como "Não vai ter golpe", "No meu país eu boto fé porque ele é governado por mulher", "Pode tremer e pode chorar, a Dilma fica e o Lula vai voltar", "Golpistas e fascistas não passarão" e "Fora Cunha".

Ao passo que as relativas [1], [2], [3], [5], [6], [7], [8] e [9] desempenham função relativa prototípica:

ii) A cerimônia de lançamento da terceira etapa do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, [1] realizada nesta quarta-feira (30) no Palácio do Planalto, se transformou em um ato de apoio político à presidente Dilma Rousseff. (relativa explicativa)

iii) Os convidados [2] que lotaram o salão nobre do palácio interromperam diversas vezes os discursos para entoar gritos de ordem contra o processo de impeachment. (relativa restritiva)

vi) para entoar gritos de ordem contra o processo de impeachment [3] de que a petista é alvo no Congresso Nacional. (relativa restritiva)

v) para que o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, pudesse concluir o anúncio de 2 milhões de moradias do Minha Casa, Minha Vida [5] que deverão ser contratadas até 2018 na nova fase do programa habitacional.

vi) O pedido [6] que fundamenta o processo de impeachment de Dilma, [7] apresentado na Câmara dos Deputados pelos juristas Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaina Paschoal. (relativa restritiva e relativa explicativa)

vii) para criticar o que chamou de “ódio” e “intolerância” [8] praticados por uma parcela da sociedade nos últimos meses. (relativa restritiva)

viii) No momento [9] em que o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins, discursou para destacar a importância da nova fase do programa habitacional para o setor da construção civil, ele foi interrompido duas vezes por convidados que chamavam a Fiesp de "golpista".

Análise:

A notícia parece sugerir que a presidente estava usando o lançamento da terceira fase do programa para recrutar apoio contra o que ela denominava “golpe político” e sugerir que esse apoio foi almejado porque a plateia era composta por integrantes de movimentos sociais defendidos por Dilma e Lula. Dessa forma, a partir dessa sugestão, caracteriza-se a ideia de que o apoio à existência de uma ideia de golpe é reforçado apenas pelas minorias sociais, beneficiadas pelos programas petistas.

Assim, na construção do *lead*, pode observar-se que o autor pretendeu apontar a descaracterização do discurso do lançamento do programa, uma vez que a finalidade introduzida pela completiva nominal não finita “para lançar Minha Casa”, em destaque na notícia, demonstra-se desvirtuada na construção de todo o Lead: primeiro pela oração “vira ato de apoio a Dilma”, cujo verbo “vira”, denominado relacional, introduz ideia de alteração do sujeito cerimônia no Planalto para lançar Minha Casa: “Cerimônia no Planalto para lançar Minha Casa vira ato de apoio a Dilma”

E segundo pela declaração da presidente, que, posta como terceira informação do *lead*, contrapõe-se à segunda, que fala sobre o lançamento da terceira fase do programa habitacional: “Presidente lançou nesta quarta (30) terceira fase do programa habitacional.” “Ela afirmou que impeachment sem crime de responsabilidade é 'golpe'.”

O início da notícia também pretende destacar a transformação do evento, dado o uso de verbo nocional “transformar-se”, cuja valência exige um objeto direto e predicativo, resultante da alteração de do estado desse objeto:

A cerimônia de lançamento da terceira etapa do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, realizada nesta quarta-feira (30) no Palácio do Planalto, se transformou em um ato de apoio político à presidente Dilma Rousseff.

No segundo período do primeiro parágrafo, transcrito a seguir, o autor, a partir do uso do adjunto adverbial “em meio ao discurso”, ratifica a sua ideia de que a presidenta se aproveitou da oportunidade para abordar um assunto político: “Em meio ao seu discurso, a petista voltou a afirmar que processo de impeachment sem caracterização de crime de responsabilidade é ‘golpe’.”

É notório que o uso do verbo “voltar” pelo jornalista parece sugerir que a presidenta insiste na afirmação da existência de um golpe e que a volta a essa afirmação tinha o propósito de recrutar, no evento, apoio político. A última sugestão pode ser inferida devido ao fato de o autor persistir no uso de verbos que demonstravam a transformação do lançamento em um ato político, pelo uso do sintagma “os convidados”, pois, no segundo parágrafo, o uso do sintagma “Os convidados” parece confirmar que a presidente já tinha escolhido seu público-alvo.

Esse sintagma, relativado pela construção “que lotaram o salão nobre do palácio”, parece guardar suspense até o terceiro parágrafo:

Os convidados que lotaram o salão nobre do palácio interromperam diversas vezes os discursos para entoar gritos de ordem contra o processo de impeachment de que a petista é alvo no Congresso Nacional e classificar de "golpe" a tentativa de afastá-la da Presidência.

O tom de suspense criado no parágrafo acima parece pressupor um viés irônico ao ser rompido no terceiro parágrafo pela relativa “formada em sua maioria por integrantes de movimentos sociais e beneficiários do programa habitacional”, dado que traz ao texto uma caracterização depreciativa da plateia, a partir da qual o leitor pode inferir que, apenas por ser formada por beneficiários dos programas sociais e integrantes de movimentos sociais, apoia a presidenta:

A plateia do evento, formada em sua maioria por integrantes de movimentos sociais e beneficiários do programa habitacional, gritou frases como ‘Não vai ter golpe’, ‘No meu país eu boto fê porque ele é governado por mulher’, ‘Pode tremer e pode chorar, a Dilma fica e o Lula vai voltar’, ‘Golpistas e fascistas não passarão’ e ‘Fora Cunha’.

No terceiro parágrafo, o uso da relativa não finita “formada em sua maioria por integrantes de movimentos sociais e beneficiários do programa habitacional”, referindo-se ao léxico “plateia”, estabelece uma relação causal com o verbo “gritou”, localizado na oração “gritou frases como”, demonstrando que, porque era formada, em sua maioria, por integrantes de movimentos sociais e beneficiários do programa habitacional, “a plateia do evento” apoiou a presidente.

Nos subtítulos “Golpistas e Minha Casa, Minha Vida 3”, pode-se observar que essa ideia é ratificada pelas informações dadas pelo autor, que descreve o comportamento dos apoiadores, o qual o autor sugere como uma resposta ao discurso político de Dilma:

Parte dos convidados da solenidade também dirigiu críticas ao vice-presidente da República, Michel Temer, ao juiz federal Sérgio Moro – responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância –, à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e ao presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG). Em vários momentos da cerimônia, a plateia os acusou de "golpistas". Integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da Frente de Resistência Urbana, o filósofo Guilherme Boulos discursou no evento em nome dos movimentos sociais. Boulos classificou o processo de impeachment de "golpe" porque, segundo ele, não há crime de responsabilidade comprovado cometido por Dilma.

No quarto parágrafo, transcrito a seguir, o jornalista contrapõe os defensores de Dilma, talvez ainda para descaracterizar os apoiadores da presidenta, aos defensores do *impeachment*, reforçando a ideia de que Dilma é apoiada apenas por beneficiários de programas, assim como a depreciação da imagem dos apoiadores da presidenta:

O pedido que fundamenta o processo de impeachment de Dilma, apresentado na Câmara dos Deputados pelos juristas Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaina Paschoal, alega que a presidente descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal ao ter editado decretos liberando crédito extraordinário, em 2015, sem o aval do Congresso.

E pela citação do jornalista aos Ministros do Supremo, logo após declarações de Dilma:

Para pelo menos cinco ministros do Supremo Tribunal Federal (Gilmar Mendes, Carmen Lúcia, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Celso de Mello), o impeachment é um mecanismo constitucional e, observado o processo legal, não é golpe. 'Ódio e intolerância'.

Pode-se, portanto, constatar que a relativa reduzida de participio “formada em sua maioria por integrantes de movimentos sociais e beneficiários do programa habitacional”, que Halliday (2014) classifica como extensão por elaboração hipotática não finita assume conteúdo circunstancial causal, migrando para o campo da extensão por realce hipotática.

Texto 10

Arrecadação cai 5,8%, para R\$ 107 bilhões, e tem pior julho em 6 anos

Na parcial do ano, arrecadação tem queda de 7,11%, para R\$ 724 bilhões. Apesar do resultado, números revelam que queda na arrecadação é menor.

G1 19/08/2016 15h32 - atualizado em 19/08/2016 16h59, por Alexandro Martello, em Brasília

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 107,41 bilhões em julho, o que representa uma queda real (descontada a inflação) de 5,8% frente ao mesmo mês de 2015. Foi o pior mês de julho desde 2010, segundo números da Secretaria da Receita Federal divulgados nesta sexta-feira (19).

O fraco desempenho da arrecadação se deve à recessão da economia brasileira, a maior da história. Com a economia fraca, cresce o desemprego e a inadimplência e recuam as vendas de produtos e serviços. Como consequência, as pessoas e empresas pagam menos impostos.

Arrecadação - Julho

No acumulado dos sete primeiros meses deste ano, a arrecadação totalizou R\$ 724 bilhões. Comparado ao mesmo período do ano passado, houve queda real de 7,11%. O resultado também é o pior para este período desde 2010, ou seja, em seis anos.

Apesar do resultado negativo, os dados do Fisco mostram que a queda na arrecadação vem diminuindo. Na parcial do primeiro trimestre, a queda real da arrecadação, [1] acumulada naquele período, estava em 8,19%. Nos meses seguintes, porém, essa retração foi ficando menor, chegando a 7,91% em abril, 7,36% em maio e 7,33% em junho. Já na parcial dos sete primeiros meses do ano, atingiu 7,11%.

Atividade e desonerações

A Receita Federal informou que a queda da atividade econômica influenciou para baixo o resultado da arrecadação. Em julho deste ano, na comparação com o mesmo mês de 2015, a produção industrial recuou 6%, as vendas de bens caíram 8,37% e o valor em dólar das importações recuou 29,4% – [2] influenciado também pela alta do dólar.

Também houve aumento das demissões neste ano, por isso o recolhimento do imposto previdenciário recuou R\$ 450 milhões em julho. Ainda segundo o Fisco, influenciou para baixo a arrecadação previdenciária o processo de desoneração da folha de pagamentos – [3]

parcialmente revertida no início de 2016. Essas desonerações, [4] feitas durante o governo da presidente [5] afastada, Dilma Rousseff, foram responsáveis por uma perda de R\$ 7,56 bilhões na arrecadação em julho de 2016, impacto menor que o registrado no mesmo mês do ano passado, quando a perda somou R\$ 8,34 bilhões. Nos sete primeiros meses deste ano, as renúncias com as desonerações somaram R\$ 52,84 bilhões.

Arrecadação - Janeiro a Julho

“Fatores desfavoráveis ainda continuam pesando no desempenho da arrecadação, como o nível do desemprego, a renda e o consumo das famílias. Apesar de ainda negativa, a produção industrial está se estabilizando, com leve recuperação das vendas do comércio também. A gente nota uma leve e tímida recuperação da atividade. Apesar de ter sinais de ligeira retomada na economia, a reversão do desempenho negativo da arrecadação vai demorar ainda”, avaliou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

Alta de tributos

Os números da Receita Federal mostram que a arrecadação caiu, no mês passado, e na parcial deste ano, apesar do aumento da Contribuição de Intervenção Sobre Domínio Econômico (CIDE) dos combustíveis, [6] que vigora desde meados do ano [7] passado.

Em 2015, o governo também subiu tributos sobre empréstimos, carros, cosméticos, cerveja, vinhos, destilados, refrigerantes, bancos, receitas financeiras das empresas, taxas de fiscalização de serviços públicos, gasolina, importações e exportações de manufaturados, entre outros.

Neste ano, o governo continuou elevando impostos, entre eles os que incidem sobre viagens, computadores, chocolates, sorvetes e cigarros. Mais recentemente, o governo anunciou o aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras para compra de dólares, de 0,38% para 1,1%. A medida, porém, terá impacto na arrecadação somente nos próximos meses.

Meta fiscal O fraco desempenho da arrecadação nos sete primeiros meses deste ano dificulta o cumprimento da meta fiscal - fixada em um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar os juros da dívida pública) de R\$ 170,5 bilhões para as contas do governo em 2016.

No ano passado, o rombo fiscal já somou cerca de R\$ 115 bilhões e, para 2017, a estimativa é de um déficit de R\$ 139 bilhões. Recentemente, o governo revisou para cima a estimativa de gastos e reduziu a previsão de arrecadação. Informou ainda que, por isso, acabou a folga que existia na peça orçamentária de 2016.

Até o fim do ano, o governo pode ter de implementar cortes de gastos para não comprometer o atingimento da meta fiscal. Altas de tributos também não estão descartadas. A consequência de as contas públicas registrarem déficits fiscais seguidos é a piora da dívida pública e mais pressões inflacionárias.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/08/arrecadacao-cai-58-para-r-107-bilhoes-e-tem-pior-julho-em-6-anos.html>. (Acesso em: 01/09/2015)

Texto 10 - Ocorrências:

No texto 10, contabilizou-se a ocorrência de 7 orações relativas: [1] acumulada naquele período, [2] influenciado também pela alta do dólar, [3] parcialmente revertida no início de 2016, [4] feitas durante o governo da presidente, [5] afastada, e [6] que vigora desde meados do ano [7] passado.

As relativa [2], [3] e [6] desempenham significado circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista, devido ao valor circunstancial causal da estrutura 2, adversativo da estrutura 3 e concessivo da estrutura 6:

i) Em julho deste ano, na comparação com o mesmo mês de 2015, a produção industrial recuou 6%, as vendas de bens caíram 8,37% e o valor em dólar das importações recuou 29,4% – 2 influenciado também pela alta do dólar.

ii) Ainda segundo o Fisco, influenciou para baixo a arrecadação previdenciária o processo de desoneração da folha de pagamentos – [3] parcialmente revertida no início de 2016.

iii) Os números da Receita Federal mostram que a arrecadação caiu, no mês passado, e na parcial deste ano, apesar do aumento da Contribuição de Intervenção Sobre Domínio Econômico (CIDE) dos combustíveis, [6] que vigora desde meados do ano [7] passado.

Ao passo que as estruturas [1], [4], [5] e [7] desempenham funções relativas prototípicas:

iv) Na parcial do primeiro trimestre, a queda real da arrecadação, [1] acumulada naquele período, estava em 8,19%. (relativa explicativa)

v) Essas desonerações, [4] feitas durante o governo da presidente 5 afastada, Dilma Rousseff, foram responsáveis por uma perda de R\$ 7,56 bilhões na arrecadação em julho de 2016, impacto menor que o registrado no mesmo mês do ano passado, quando a perda somou R\$ 8,34 bilhões. (relativa restritiva) (relativa restritiva)

vi) Os números da Receita Federal mostram que a arrecadação caiu, no mês passado, e na parcial deste ano, apesar do aumento da Contribuição de Intervenção Sobre Domínio Econômico (CIDE) dos combustíveis, [6] que vigora desde meados do ano [7] passado. (relativa restritiva)

Análise:

O jornalista sugere que a crise econômica é resultado das atitudes do governo de Dilma e que alguma melhora ocorreu devido à troca de governo, que, segundo as inferências sugeridas pelo autor, herda os resultados negativos das atitudes do governo Dilma e aparece como realizador das medidas exatas para conter a crise.

O fraco desempenho da arrecadação se deve à recessão da economia brasileira, a maior da história. Com a economia fraca, cresce o desemprego e a inadimplência e recuam as vendas de produtos e serviços. Como consequência, as pessoas e empresas pagam menos impostos.

O aposto “a maior da história” sugere um relevo dramático à “notícia”, que propõe uma culpa maior sobre o governo petista e, assim, o autor traz a fraca economia como justificativa para uma cadeia de ações que geram a queda da arrecadação.

No entanto, no decorrer do texto, ver-se-á que o jornalista propõe as atitudes do governo da presidenta Dilma como justificativa-base dessa cadeia de ações negativas.

É importante salientar que essa notícia foi divulgada em 19/8/2016, três meses após o afastamento da presidenta, cujo julgamento pelo Senado seria no dia 31/8/2016, doze dias após a divulgação da notícia.

Assim, no subtítulo Arrecadação de janeiro e julho, tem-se a seguinte informação, que repete a informação do *lead*:

Apesar do resultado negativo, os dados do Fisco mostram que a queda na arrecadação vem diminuindo.

Arrecadação – Julho

No acumulado dos sete primeiros meses deste ano, a arrecadação totalizou R\$ 724 bilhões. Comparado ao mesmo período do ano passado, houve queda real de 7,11%. O resultado também é o pior para este período desde 2010, ou seja, em seis anos. Apesar do resultado negativo, os dados do Fisco mostram que a queda na arrecadação vem diminuindo. Na parcial do primeiro trimestre, a queda real da arrecadação, acumulada naquele período, estava em 8,19%. Nos meses seguintes, porém, essa retração foi ficando menor, chegando a 7,91% em abril, 7,36% em maio e 7,33% em junho. Já na parcial dos sete primeiros meses do ano, atingiu 7,11%.

É notório que o autor inicia seu texto já no *lead* demonstrando um resultado negativo, pretendendo salientar o fato como consequência do governo Dilma, o que pode ser visto com o uso da locução prepositiva concessiva na informação “Apesar do resultado, números revelam que queda na arrecadação é menor”, que implica uma oração principal a qual traz ao texto um conteúdo positivo, insinuando-o como resultado do afastamento da presidenta: “números revelam que queda na arrecadação é menor.”

A conclusão sobre esse propósito do jornalista pode ser notada definitivamente no subtítulo “Atividade e desonerações”, porquanto pretende sugerir que as atitudes do governo foram responsáveis pela crise e que esse não soube contorná-la:

Ainda segundo o Fisco, influenciou para baixo a arrecadação previdenciária o processo de desoneração da folha de pagamentos – parcialmente revertida no início de 2016. Essas desonerações, feitas durante o governo da presidente afastada, Dilma Rousseff, foram responsáveis por uma perda de R\$ 7,56 bilhões na arrecadação em julho de 2016, impacto menor que o registrado no mesmo mês do ano passado, quando a perda somou R\$ 8,34 bilhões. Nos sete primeiros meses deste ano, as renúncias com as desonerações somaram R\$ 52,84 bilhões.

A oração relativa explicativa “feitas durante o governo da presidente afastada” salienta o objetivo do autor em responsabilizar as atitudes econômicas da presidenta pela crise, ao passo que a oração “parcialmente revertida no início de 2016” parece sugerir, pelo valor adversativo o qual mantém com a estrutura “influenciou para baixo a arrecadação previdenciária o processo de desoneração da folha de pagamentos”, uma crítica à postura do governo por adotar a reversão parcial apenas em 2016 ou por adotar a reversão parcial e não total:

A Receita Federal informou que a queda da atividade econômica influenciou para baixo o resultado da arrecadação. Em julho deste ano, na comparação com o mesmo mês de 2015, a produção industrial recuou 6%, as vendas de bens caíram 8,37% e o valor em dólar das importações recuou 29,4% - influenciado também pela alta do dólar.

Também houve aumento das demissões neste ano, por isso o recolhimento do imposto previdenciário recuou R\$ 450 milhões em julho.

É notório que o jornalista reconhece a alta do dólar e o aumento de demissões como causa do baixo resultado de arrecadação, estabelecendo uma relação causal entre a estrutura “influenciado também pela alta do dólar” e “o valor em dólar das importações recuar”. Todavia pode-se dizer que o faz como uma apropriação a uma possível fala que pudesse questionar a culpa que o autor coloca sobre as atitudes governamentais, assim como ocorre com o reconhecimento do recolhimento previdenciário ser resultado demissões.

No subtítulo “**Arrecadação – Janeiro a Julho**”, pode-se também notar que o jornalista, usando como fonte o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, pretende sugerir o afastamento da presidenta como estímulo à retomada da economia:

‘Fatores desfavoráveis ainda continuam pesando no desempenho da arrecadação, como o nível do desemprego, a renda e o consumo das famílias. Apesar de ainda negativa, a produção industrial está se estabilizando, com leve recuperação das vendas do comércio também. A gente nota uma leve e tímida recuperação da atividade. Apesar de ter sinais de ligeira retomada na economia, a reversão do desempenho negativo da arrecadação vai demorar ainda’, avaliou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

Com o subtítulo “Alta de tributos”, o autor pretende sugerir que as medidas foram ineficazes, para tanto usa como fonte informativa os números da receita federal, pretendendo afastar-se da divulgação e, assim, legitimar as inferências negativas sobre o governo da presidenta Dilma:

Os números da Receita Federal mostram que a arrecadação caiu, no mês passado, e na parcial deste ano, apesar do aumento da Contribuição de Intervenção Sobre Domínio Econômico (CIDE) dos combustíveis, que vigora desde meados do ano passado.

A estrutura “que vigora desde meados do ano passado” mantém com o bloco” Os números da Receita Federal mostram que a arrecadação caiu, no mês passado, e na parcial deste ano, apesar do aumento da Contribuição de Intervenção Sobre Domínio Econômico (CIDE) dos combustíveis” uma relação concessiva, demonstrando que, embora o aumento vigore desde o ano passado, os números da Receita Fiscal mostram que a arrecadação caiu.

Nos segundo e terceiro parágrafos desse subtítulo, ainda é notória a crítica às medidas adotadas pelo governo, uma vez que o jornalista, no parágrafo anterior e em demais partes do texto, já registrou a queda da arrecadação:

Em 2015, o governo também subiu tributos sobre empréstimos, carros, cosméticos, cerveja, vinhos, destilados, refrigerantes, bancos, receitas financeiras das empresas, taxas de fiscalização de serviços públicos, gasolina, importações e exportações de manufaturados, entre outros.

Neste ano, o governo continuou elevando impostos, entre eles os que incidem sobre viagens, computadores, chocolates, sorvetes e cigarros.

O subtítulo “Alta de tributos” reafirma a ideia de que o jornalista pretende demonstrar que a melhora, como a registrada por ele no *lead* e a registrada pela apropriação da fala do chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, deu-se devido à troca de governo.

No subtítulo “Meta fiscal”, pode-se notar que o autor propõe ainda as dificuldades financeiras como consequência do governo Dilma. Assim, inicia o primeiro parágrafo desse subtítulo trazendo o sintagma “O fraco desempenho da arrecadação nos sete primeiros meses deste ano” como agente do verbo “dificulta” e como alvo o sintagma “o cumprimento da meta fiscal”. Essa estrutura mantém com a oração relativa “fixada em um déficit primário” uma relação concessiva, que amplia as proporções de desespero econômico pretendidas pelo jornalista:

O fraco desempenho da arrecadação nos sete primeiros meses deste ano dificulta o cumprimento da meta fiscal – fixada em um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar os juros da dívida pública) de R\$ 170,5 bilhões para as contas do governo em 2016.

E, assim, pelo uso do “já” no segundo parágrafo, o jornalista parece propor que, se a presidenta não fosse afastada, a tendência econômica de 2017 seria pior do que a de 2016, o que não ocorreu, segundo informações do jornalista, com o afastamento: “No ano passado, o rombo fiscal já somou cerca de R\$ 115 bilhões e, para 2017, a estimativa é de um déficit de R\$ 139 bilhões.”

Nos períodos abaixo, o jornalista pretende demonstrar que o governo substituto adotará medidas para solucionar os problemas econômicos, que, segundo as inferências pretendidas pelo autor, foram ocasionados pelo governo da presidenta Dilma:

Recentemente, o governo revisou para cima a estimativa de gastos e reduziu a previsão de arrecadação. Informou ainda que, por isso, acabou a folga que existia na peça orçamentária de 2016. Até o fim do ano, o governo pode ter de implementar cortes de gastos para não comprometer o atingimento da meta fiscal. Altas de tributos também não estão descartadas. A consequência de as contas públicas registrarem déficits fiscais seguidos é a piora da dívida pública e mais pressões inflacionárias.

As estruturas [2], [3] e [6], que pertenceriam ao eixo da expansão por elaboração hipotática, migram para o eixo da expansão por realce, todavia a estrutura 3 migra não para o eixo da expansão por realce.

Texto 11

Reforma ministerial reduz espaço do PT no segundo mandato de Dilma

Legenda perdeu três cadeiras no ministério e terá controle de 13 pastas. Principal partido aliado, PMDB tem cinco ministérios e passará a ter seis.

G1 31/12/2014 17h38 - atualizado em 31/12/2014 20h00, por Lucas Salomão, em Brasília

A definição dos 39 nomes da equipe ministerial do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff provocou mudanças na distribuição dos ministérios entre os partidos da base aliada.

As dificuldades [1] enfrentadas pela presidente nas negociações com partidos [2] aliados fizeram com que o PT perdesse espaço na Esplanada dos Ministérios: ao final do primeiro governo de Dilma. A legenda contava com 16 ministérios e agora passará a controlar 13.

Na Fazenda, Guido Mantega, filiado ao PT, foi trocado por Joaquim Levy, [3] que não tem filiação partidária e [4] entrou na lista de ministros da cota pessoal de Dilma. No Planejamento, saiu a petista Miriam Belchior e entrou Nelson Barbosa, outro ministro sem partido. Na Educação, o petista Henrique Paim deixou o cargo e foi substituído pelo governador do Ceará, Cid Gomes (PROS).

Além das três pastas, o PT também deixou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, [5] que tinha como ministra Luiza Bairros, [6] filiada ao PT. No lugar dela, assume a reitora da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira), Nilma Lino Gomes, [7] não filiada a partido. Em troca, a legenda passará a comandar o Ministério da Previdência Social, antes sob controle do PMDB.

Conforme publicou o Blog do Camarotti, a cúpula do PT, mais próxima do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não se sentiu representada na reforma ministerial e avalia que perdeu espaço e influência no governo de Dilma.

O PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer, ganhou espaço no primeiro escalão do governo. Ao fim do primeiro mandato de Dilma, o partido detém cinco pastas (Agricultura, Previdência Social, Minas e Energia, Turismo e Aviação Civil). Apesar de deixar a Previdência Social, terá o controle dos ministérios da Pesca e de Portos e manterá os demais. Apesar de ganhar uma pasta para 2015, o PMDB avaliou que não tem nenhum ministério com visibilidade e também não se sentiu completamente contemplado com a reforma, segundo o Blog do Camarotti.

Outros dois partidos da base governista também ganharam espaço na Esplanada: PSD e PTB. O primeiro continua com o comando da Secretaria de Micro e Pequenas Empresas,

mas agora também ficará o Ministério das Cidades, pasta com um dos principais orçamentos no governo federal. O PTB, [8] que tem nenhuma pasta, ficará no segundo mandato com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Mesmo com a troca no comando da pasta (Antônio Carlos Rodrigues no lugar de Paulo Sérgio Passos), o PR vai continuar à frente do Ministério dos Transportes no segundo mandato de Dilma – o partido perdeu a Secretaria de Portos para o PMDB. PC do B(Ciência e Tecnologia), PROS (Educação), PDT (Trabalho), PRB (Esportes) e PP (Integração Nacional) continuarão com um ministério cada.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/reforma-ministerial-reduz-espaco-do-pt-no-segundo-mandato-de-dilma.html>. Acesso em: 03/03/2015

Texto 11 - Ocorrências:

No texto 11, contabilizou-se a ocorrência de 8 orações relativas: [1] enfrentadas pela presidente nas negociações com partidos, [2] aliados, [3] que não tem filiação partidária, [4] entrou na lista de ministros da cota pessoal de Dilma, [5] que tinha como ministra Luiza Bairros, [6] filiada ao PT, [7] não filiada a partido e [8] que tem nenhuma pasta.

Desempenham as relativas [3], [4], [7] e [8] significado circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista, devido ao valor causal das estruturas [3], [7], [8] e consecutivo da estrutura [4]:

i) Na Fazenda, Guido Mantega, filiado ao PT, foi trocado por Joaquim Levy, [3] que não tem filiação partidária e [4] entrou na lista de ministros da cota pessoal de Dilma.

ii) No lugar dela, assume a reitora da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira), Nilma Lino Gomes, [7] não filiada a partido.

iii) O PTB, [8] que tem nenhuma pasta, ficará no segundo mandato com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Ao passo que as estruturas [1], [2], [5] e [6] desempenham funções relativas prototípicas:

iv) As dificuldades [1] enfrentadas pela presidente nas negociações com partidos [2] aliados fizeram com que o PT perdesse espaço na Esplanada dos Ministérios: ao final do primeiro governo de Dilma. (relativa restritiva)

v) Além das três pastas, o PT também deixou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, [5] que tinha como ministra Luiza Bairros, [6] filiada ao PT. (relativa explicativa) (relativa explicativa)

Análise:

O texto parece sugerir que Dilma, diante das dificuldades encontradas nas negociações com partidos da base aliada, optou por Ministros sem filiação partidária, e que esse foi o motivo da escolha de ministros como Joaquim Levy, Nelson Barbosa e outros. Induzindo o leitor a construir a imagem de Dilma como uma presidenta sem critérios específicos para a escolha de ministros, uma vez que se fundamenta em critérios políticos para escolhas ministeriais, e com dificuldades para impor-se e administrar seu mandato, o jornalista caracteriza as decisões de Dilma como ineficazes.

Assim, o segundo parágrafo, transcrito abaixo, é exemplificado pelo terceiro e quarto parágrafos, cujos conteúdos discriminam as perdas do PT:

As dificuldades enfrentadas pela presidente nas negociações com partidos aliados fizeram com que o PT perdesse espaço na Esplanada dos Ministérios: ao final do primeiro governo de Dilma. A legenda contava com 16 ministérios e agora passará a controlar 13.

Como sujeito do verbo causativo “fazer”, o sintagma “As dificuldades enfrentadas pela presidente nas negociações com partidos aliados” se apresenta como a causa de o PT perder espaço na esplanada e, portanto, acaba justificando o sentido causal das relativas 3 e 7 no terceiro e quarto parágrafos, reproduzidos abaixo:

Na Fazenda, Guido Mantega, filiado ao PT, foi trocado por Joaquim Levy, 3 que não tem filiação partidária e 4 entrou na lista de ministros da cota pessoal de Dilma. No Planejamento, saiu a petista Miriam Belchior e entrou Nelson Barbosa, outro ministro sem partido. Na Educação, o petista Henrique Paim deixou o cargo e foi substituído pelo governador do Ceará, Cid Gomes (PROS). Além das três pastas, o PT também deixou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, 5 que tinha como ministra Luiza Bairros, 6 filiada ao PT. No lugar dela, assume a reitora da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira), Nilma Lino Gomes, 7 não filiada a partido. Em troca, a legenda passará a comandar o Ministério da Previdência Social, antes sob controle do PMDB.

A oração relativa 3 que não tem filiação partidária mantém com oração “foi trocado por Joaquim Levy” uma relação causal, insinuando que a escolha por Levy se deu devido a esse não ter filiação partidária. O mesmo ocorre com a estrutura 7 não filiada a partido, cuja relação causal com a oração “No lugar dela, assume a reitora da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira), Nilma Lino Gomes” sugere que a nomeação de Nilma Lino Gomes ocorreu também pelo fato de ser apartidária.

A estrutura “entrou na lista de ministros da cota pessoal de Dilma” mantém com a oração “que não tem filiação partidária” uma relação de consequência, sugerindo o jornalista que colocar Levy na cota pessoal foi uma saída encontrada por Dilma.

No oitavo parágrafo, pode-se perceber que o autor continua sugerindo que a presidenta sobrepõe as escolhas políticas às administrativas:

Outros dois partidos da base governista também ganharam espaço na Esplanada: PSD e PTB. O primeiro continua com o comando da Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, mas agora também ficará o Ministério das Cidades, pasta com um dos principais orçamentos no governo federal. O PTB, 8 que tem nenhuma pasta, ficará no segundo mandato com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A oração “que tem nenhuma pasta” estabelece com a estrutura “O PTB ficará no segundo mandato com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior” uma relação causal, que sugere a sobreposição de decisões políticas às administrativas, porquanto o jornalista propõe que, porque o PTB não tem nenhuma pasta, ficará com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A fim de sugerir a ineficácia da atitude da presidente frente à decisão política que ela adotou, o jornalista cita informações do Blog do jornalista Camarotti, o qual fala da insatisfação dos partidos diante da ação da presidenta:

Conforme publicou o Blog do Camarotti, a cúpula do PT, mais próxima do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não se sentiu representada na reforma ministerial e avalia que perdeu espaço e influência no governo de Dilma. O PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer, ganhou espaço no primeiro escalão do governo. Ao fim do primeiro mandato de Dilma, o partido detém cinco pastas (Agricultura, Previdência Social, Minas e Energia, Turismo e Aviação Civil). Apesar de deixar a Previdência Social, terá o controle dos ministérios da Pesca e de Portos e manterá os demais. Apesar de ganhar uma pasta para 2015, o PMDB avaliou que não tem nenhum ministério com visibilidade e também não se sentiu completamente contemplado com a reforma, segundo o Blog do Camarotti.

Essa transcrição propõe a ideia de que a sobreposição de decisões políticas a decisões administrativas pela presidenta não surtiu efeito algum.

As relativas [3], [4], [7] e [8], que pertenceriam ao eixo da expansão por elaboração hipotática, migram, neste contexto, para o eixo da expansão por realce devido aos papéis que desempenham no texto.

Texto 12

Governo atual perdeu legitimidade, diz Aécio Neves em Lisboa

Senador do PSDB participa de seminário em Portugal nesta quinta (31). Senadores José Serra e Jorge Viana também falaram em evento.

G1 31/03/2016 10h14 - atualizado em 31/03/2016 15h42, por Juliana Prata, em Lisboa

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou nesta quinta-feira (31), em Lisboa, que o governo da presidente Dilma Rousseff perdeu sua legitimidade, pois criou uma ilusão de matriz econômica [1] que não foi sustentada. O senador participou do IV Seminário Luso-Brasileiro Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, [2] que também contou com a presença dos senadores José Serra (PSDB-SP) e Jorge Viana (PT-AC).

Em sua participação no seminário, [3] que aconteceu sob forte protesto de manifestantes contra o impeachment de Dilma do lado de fora da faculdade, Aécio afirmou que é necessário fazer uma reforma política no Brasil, dizendo que o governo deve ter legitimidade, governabilidade e legalidade. “Nenhum governo está imune à perda disso. Mas quando se perde a legalidade, deve existir meios para detectar se houve crime de responsabilidade”, continuou.

O senador criticou a constituição brasileira, [4] que isenta o presidente de atos de ilegalidade cometidos antes do seu mandato, e disse que já apresentou uma proposta [5] que prevê a alteração da lei nesse sentido.

Para Aécio, o governo atual já perdeu a legitimidade, “e essa é uma das características dos governos populistas”. No entanto, disse ser inegável que exista no Brasil um Estado de Direito, e que “não existe nada que se assemelhe a um golpe de Estado”.

“Nós, do PSDB, não somos beneficiários do impeachment. Mas acontecendo esse processo nós iremos ajudar a construir os caminhos para a governabilidade”, afirmou. O senador reconheceu a importância do PT, mas disse que “um período na oposição fará bem” ao partido. “Qualquer que seja o desfecho desta crise, a grande verdade é que nós teremos tempos difíceis pela frente”, continuou. “Não conseguiremos sair dessa crise sem traumas, mas hoje, o trauma maior será a permanência da presidente Dilma no poder.”

Antes de iniciar a palestra, o senador ainda comentou que “esse governo perdeu as condições de nos tirar da crise” em entrevista a jornalistas.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/governo-atual-perdeu-legitimidade-diz-aecio-neves-em-lisboa.html>. Acesso em: 31/03/2015

Texto 12 - Ocorrências:

No texto 12, contabilizou-se a ocorrência de 5 orações relativas: [1] que não foi sustentada , [2] que também contou com a presença dos senadores José Serra (PSDB-SP) e Jorge Viana (PT-AC), [3] que aconteceu sob forte protesto de manifestantes contra o impeachment de Dilma do lado de fora da faculdade, [4] que isenta o presidente de atos de ilegalidade cometidos antes do seu mandato e [5] que prevê a alteração da lei nesse sentido.

Desempenham as relativas [3] e [4] significado circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista, devido ao valor circunstancial concessivo da estrutura [3] e causal da estrutura [4]:

- i) Em sua participação no seminário, [3] que aconteceu sob forte protesto de manifestantes contra o impeachment de Dilma do lado de fora da faculdade, Aécio afirmou que é necessário fazer uma reforma política no Brasil, dizendo que o governo deve ter legitimidade, governabilidade e legalidade. “Nenhum governo está imune à perda disso.”
- ii) O senador criticou a constituição brasileira, [4] que isenta o presidente de atos de ilegalidade cometidos antes do seu mandato.

Ao passo que as estruturas [1], [2] e [5] desempenham funções relativas prototípicas:

- iii) O senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou nesta quinta-feira (31), em Lisboa, que o governo da presidente Dilma Rousseff, perdeu sua legitimidade, pois criou uma ilusão de matriz econômica [1] que não foi sustentada. (relativa restritiva)
- iv) O senador participou do IV Seminário Luso-Brasileiro Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, [2] que também contou com a presença dos senadores José Serra (PSDB-SP) e Jorge Viana (PT-AC). (relativa explicativa)
- v) e disse que já apresentou uma proposta [5] que prevê a alteração da lei nesse sentido. (relativa restritiva)

Análise:

Assim, em uma observação mais atenta, pode-se notar que o texto, sob a roupagem de uma notícia, pretende, na verdade, construir a imagem de Aécio Neves como um político destemido, crítico e confiável a fim de que declarações negativas sobre o governo de Dilma ganhem legitimidade e de que o senador seja visto como um candidato à presidência que preenche os atributos necessários.

Dessa forma, como o *lead* e quase todos os parágrafos da “notícia”, o primeiro parágrafo é iniciado com uma afirmação de Aécio, que ganhou contorno no decorrer do texto, dado que as relativas circunstanciais usadas pelo jornalista pretendem dar credibilidade às críticas do senador: “O senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou nesta quinta-feira (31), em Lisboa, que o governo da presidente Dilma Rousseff, perdeu sua legitimidade, pois criou uma ilusão de matriz econômica 1 que não foi sustentada.”

Um dos recursos para construir a imagem de Aécio como um político destemido, crítico e confiável, credibilizando a imagem do senador, seria o uso, no segundo parágrafo, da relativa “que aconteceu sob forte protesto de manifestantes contra o impeachment de Dilma do lado de fora da faculdade” que estabelece uma relação concessiva com as orações “Em sua participação no seminário, Aécio afirmou que é necessário fazer uma reforma política no Brasil, dizendo que o governo deve ter legitimidade, governabilidade e legalidade”. Essa relação faz o leitor inferir que, mesmo diante de protestos, Aécio manteve sua postura destemida e criticou o governo petista.

Também no terceiro parágrafo, há oração relativa circunstancial, todavia, nesse caso de teor causal: “O senador criticou a constituição brasileira, que essa isenta o presidente de atos de ilegalidade cometidos antes do seu mandato , e disse que já apresentou uma proposta que prevê a alteração da lei nesse sentido.”

A oração relativa “que isenta o presidente de atos de ilegalidade cometidos antes do seu mandato” mantém com a oração “O senador criticou a constituição brasileira” uma relação causal. Dessa maneira, Aécio criticou a constituição, porque ela isenta o presidente de atos de ilegalidade cometidos antes do seu mandato. Assim, propõe ao leitor a imagem de um senador crítico, destemido e honesto.

Dessa forma, o valor circunstancial das relativas corrobora o teor de veracidade que o jornalista pretende dar às afirmações de Aécio. As citações do senador e as relativas circunstanciais compõem, portanto, recursos que, em conjunto, demonstram a real intenção do jornalista de credibilizar a imagem do senador Aécio Neves.

Depois de sugerir a criação da imagem de Aécio como crítico, destemido e honesto, o autor preenche a notícia com citações do Senador, as quais acabam fazendo o leitor inferir que Aécio é confiável e, por isso, suas palavras, legítimas, em oposição às palavras de Viana:

‘Para Aécio, o governo atual já perdeu a legitimidade, “e essa é uma das características dos governos populistas’. No entanto, disse ser inegável que exista no Brasil um Estado de Direito, e que ‘não existe nada que se assemelhe a um golpe de Estado.’

Nós, do PSDB, não somos beneficiários do impeachment. Mas acontecendo esse processo nós iremos ajudar a construir os caminhos para a governabilidade', afirmou. O senador reconheceu a importância do PT, mas disse que "um período na oposição fará bem" ao partido. 'Qualquer que seja o desfecho desta crise, a grande verdade é que nós teremos tempos difíceis pela frente', continuou. 'Não conseguiremos sair dessa crise sem traumas, mas hoje, o trauma maior será a permanência da presidente Dilma no poder.'

Antes de iniciar a palestra, o senador ainda comentou que 'esse governo perdeu as condições de nos tirar da crise' em entrevista a jornalistas.'

Nesse contexto, as estruturas [3] e [4], que pertenceriam ao eixo da expansão por elaboração hipotática, migram, devido ao papel que desempenham, para o eixo da expansão por realce no âmbito da hipotaxe.

Texto 13

Planalto anuncia Lula como novo ministro da Casa Civil

Anúncio foi feito depois de reunião do ex-presidente com Dilma Rousseff. Agora, investigações sobre Lula na Justiça ficarão com o Supremo.

G1 16/03/2016 13h46 - atualizado em 16/03/2016 15h29, em Brasília

O Palácio do Planalto anunciou nesta quarta-feira (16), por meio de nota oficial, a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de ministro da Casa Civil, no lugar de Jaques Wagner, [1] que será deslocado para a chefia de gabinete da presidente Dilma Rousseff. A informação foi antecipada pelo colunista do G1 e da GloboNews Gérson Camarotti.

"A Presidenta da República, Dilma Rousseff, informa que o ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, deixará a pasta e assumirá a chefia do Gabinete Pessoal da Presidência da República. Assumirá o cargo de Ministro de Estado Chefe da Casa Civil o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva", diz trecho da nota.

Segundo a TV Globo apurou, Jaques Wagner manterá o status de ministro, apesar de estar sendo transferido para o cargo de chefe de gabinete da Presidência, [2] que, até então, não era considerado uma vaga de primeiro escalão. Com isso, Wagner manterá o foro privilegiado.

No mesmo comunicado, a Presidência anunciou a ida do deputado Mauro Lopes (PMDB-MG) para o comando da Secretaria de Aviação Civil, [3] que estava, desde dezembro, sob uma chefia interina.

Os anúncios foram feitos no início da tarde desta quarta. Pela manhã, Dilma e Lula acertaram, em uma reunião no Palácio da Alvorada, a entrada do ex-presidente no primeiro escalão. Eles já haviam se reunido na residência oficial na noite desta terça (15) para tratar do assunto, no entanto, não haviam oficializado a nomeação porque decidiram discutir alguns detalhes nesta manhã.

Nos últimos dias, ministros do núcleo político do governo têm repetido que o objetivo da ida de Lula para o ministério seria ajudar a presidente da República a recompor a base política no Congresso Nacional e tentar barrar o processo de impeachment.

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, informa que o ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, deixará a pasta e assumirá a chefia do Gabinete Pessoal da Presidência da República".

Nota oficial divulgada pela Presidência da República

A consequência prática mais imediata da nomeação de Lula para um ministério, no entanto, é que o ex-presidente sai do alcance do juiz federal Sérgio Moro, da Justiça Federal do Paraná, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância.

Todos os ministros de estado têm foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, o comando das investigações sobre Lula sairá de Curitiba e passará a ser do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Já o juiz do caso passará a ser o ministro do Supremo Teori Zavascki.

O ex-presidente da República chegou a Brasília na tarde de terça e, poucas horas depois, iniciou uma reunião com Dilma por volta das 19h na residência oficial da Presidência. O encontro durou mais de quatro horas, mas terminou sem uma definição sobre a ida de Lula para o ministério. Ele e Dilma, então, decidiram continuar a conversa na manhã do dia seguinte.

Investigações

A nomeação de Lula para ocupar um cargo no governo se dá em meio a investigações conduzidas pela Justiça Federal para apurar se o ex-presidente recebeu vantagens indevidas do esquema de corrupção que atuava na Petrobras.

O ex-presidente também é investigado por, supostamente, ter omitido das autoridades ser o dono de um apartamento triplex em Guarujá (SP) e de um sítio em Atibaia (SP), o que a defesa dele nega.

Em razão das suspeitas, o Ministério Público de São Paulo pediu a prisão preventiva de Lula na semana passada. Na segunda-feira (14), a juíza Maria Priscila Oliveira remeteu o pedido ao juiz federal Sérgio Moro.

Leia a íntegra da nota divulgada pelo Palácio do Planalto:

Nota à Imprensa

A Presidenta da República, **Dilma Rousseff**, informa que o ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, deixará a pasta e assumirá a chefia do Gabinete Pessoal da Presidência da República.

Assumirá o cargo de Ministro de Estado Chefe da Casa Civil o ex-Presidente da República **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Assumirá, ainda, o cargo de ministro de Estado Chefe Secretaria de Aviação Civil, o Deputado Federal Mauro Ribeiro Lopes. A presidenta da República presta homenagem e agradecimento ao Dr. Guilherme Walder Mora Ramalho pela sua dedicação.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/planalto-anuncia-lula-como-novo-ministro-da-casa-civil.html>. (Acesso em: 24/03/2015)

Texto 13 - Ocorrências:

No texto 13, contabilizou-se a ocorrência de 3 orações relativas: [1] que será deslocado para a chefia de gabinete da presidente Dilma Rousseff, [2] que, até então, não era considerado uma vaga de primeiro escalão e [3] que estava, desde dezembro, sob uma chefia interina.

Desempenhando a relativa [1] e [2] significado circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista devido ao valor circunstancial causal da estrutura [1] e concessivo da estrutura [2]:

i) O Palácio do Planalto anunciou nesta quarta-feira (16), por meio de nota oficial, a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de ministro da Casa Civil, no lugar de Jaques Wagner, [1] que será deslocado para a chefia de gabinete da presidente Dilma Rousseff.

ii) Segundo a TV Globo apurou, **Jaques Wagner** manterá o *status* de ministro, apesar de estar sendo transferido para o cargo de chefe de gabinete da Presidência, [2] que, até então, não era considerado uma vaga de primeiro escalão.

Ao passo que as estruturas 3 desempenha função relativa prototípica:

iii) No mesmo comunicado, a Presidência anunciou a ida do deputado Mauro Lopes (PMDB-MG) para o comando da Secretaria de Aviação Civil, [3] que estava, desde dezembro, sob uma chefia interina.

Análise:

No *lead*, já se percebe a intenção do jornalista em demonstrar que Lula foi nomeado como ministro para ter foro privilegiado e que, para que isso fosse possível, a presidente elaborou um rearranjo ministerial:

“Planalto anuncia Lula como novo ministro da Casa Civil.

Anúncio foi feito depois de reunião do ex-presidente com Dilma Rousseff.

Agora, investigações sobre Lula na Justiça ficarão com o Supremo.”

Observando a construção do *lead*, pode-se ver que a terceira informação se relaciona à primeira como uma consequência do novo *status* do Ex-presidente, a qual é intermediada por um texto que sugere uma trama entre Dilma e o ex-presidente.

Assim, o primeiro parágrafo anuncia que Lula foi nomeado para o cargo de ministro da Casa Civil:

O Palácio do Planalto anunciou nesta quarta-feira (16), por meio de nota oficial, a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de ministro da Casa Civil, no lugar de Jaques Wagner, que será deslocado para a chefia de gabinete da presidente Dilma Rousseff. A informação foi antecipada pelo colunista do G1 e da GloboNews Gérson Camarotti.

A relativa “que será deslocado para a chefia de gabinete da presidente Dilma Rousseff” aponta que Lula ocupará o cargo de ministro da Casa Civil devido a um de um rearranjo, que deslocou Jaques Wagner para a chefia de gabinete.

Dessa forma, a jornalista dá continuidade, demonstrando que a TV Globo apurou os fatos e constatou que Jaques Wagner manterá o *status* de ministro: “Segundo a TV Globo apurou, Jaques Wagner manterá o *status* de ministro, apesar de estar sendo transferido para o cargo de chefe de gabinete da Presidência, que, até então, não era considerado uma vaga de primeiro escalão. Com isso, Wagner manterá o foro privilegiado.”

O uso do verbo “apurar” dá à TV Gobo um papel de investigadora da verdade e informante fiel aos fatos e relativa “que, até então, não era considerado uma vaga de primeiro escalão” estabelece com o grupo oracional “Jaques Wagner manterá o *status* de ministro, apesar de estar sendo transferido para o cargo de chefe de gabinete da Presidência” uma relação concessiva cujo conteúdo pretende demonstrar, inclusive pelo uso do adjunto adverbial “até então”, que houve tamanho rearranjo para que o ex-presidente pudesse assumir o cargo de Ministro da Casa Civil e para que Wagner também mantivesse foro privilegiado, dando a entender que é esse privilégio que ninguém pretende abandonar.

O jornalista continua seu texto com a informação de que ministros do núcleo político do governo têm repetido que o objetivo da ida de Lula para o ministério seria ajudar a presidente da República a recompor a base política no Congresso Nacional e tentar barrar o processo de *impeachment* e, logo depois, informa, que a consequência prática mais imediata da nomeação de Lula para um ministério, no entanto, é que o ex-presidente sai do alcance do juiz federal Sérgio Moro, da Justiça Federal do Paraná, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância, insinuando que esse foi o motivo de Lula ter sido nomeado por Dilma.

O autor explica que todos os ministros de estado têm foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, o comando das investigações sobre Lula sairá de Curitiba e passará a ser do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Já o juiz do caso passará a ser o ministro do Supremo Teori Zavascki.

Dessa forma, pode-se observar que essas informações são usadas pelo autor para sugerir que houve um rearranjo ministerial por parte da presidente a fim de se levar Lula a ocupar o cargo de ministro.

Ao finalizar a notícia, no subtítulo “Investigações”, a autora continua insinuando que a presidente e Lula tramaram a nomeação para fugir da justiça federal:

A nomeação de Lula para ocupar um cargo no governo se dá em meio a investigações conduzidas pela Justiça Federal para apurar se o ex-presidente recebeu vantagens indevidas do esquema de corrupção que atuava na Petrobras.

O ex-presidente também é investigado por, supostamente, ter omitido das autoridades ser o dono de um apartamento triplex em Guarujá (SP) e de um sítio em Atibaia (SP), o que a defesa dele nega.

Em razão das suspeitas, o Ministério Público de São Paulo pediu a prisão preventiva de Lula na semana passada. Na segunda-feira (14), a juíza Maria Priscila Oliveira remeteu o pedido ao juiz federal Sérgio Moro.

O adjunto adverbial “em meio a” parece sugerir que a nomeação foi conveniente ao ex-presidente e o uso da relativa reduzida “conduzida” mantém uma relação causal com a oração “A nomeação de Lula para ocupar um cargo no governo se dá em meio a investigações”, fazendo o leitor pressupor que a nomeação se dá em meio a investigações porque essas estão sendo conduzidas pela justiça .

Neste contexto, pode-se notar que as orações relativas, para satisfazer as necessidades linguísticas da jornalista, migram do eixo da expansão por elaboração para o eixo da expansão por realce no âmbito da hipotaxe.

Texto 14

Lula pede ao STF reconhecimento do 'status' de ministro de março a maio

Defesa recorreu do arquivamento de ações que o suspenderam do cargo. Ex-presidente foi exonerado após afastamento de Dilma no impeachment.

G1 4/05/2016 17h12 - atualizado em 24/05/2016 17h29, por Renan Ramalho, em Brasília

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolou nesta segunda-feira (23) no Supremo Tribunal Federal (STF) recurso contra decisão do ministro Gilmar Mendes [1] que arquivou duas ações [2] que questionavam sua nomeação como ministro da Casa Civil. Um dos objetivos, diz a peça, é que, ao analisar novamente a nomeação, o STF "reconheça" que o petista teve "o status de ministro de Estado" entre os dias 16 de março, data da sua nomeação, e 12 de maio, quando foi oficialmente exonerado do cargo após o afastamento da presidente Dilma Rousseff no processo de impeachment.

Embora nomeado por Dilma, Lula não chegou a exercer a chefia da Casa Civil por decisão do próprio Gilmar Mendes no dia seguinte à sua posse.

Ao analisar ações do PSDB e do PPS, o ministro viu tentativa de Lula escapar das investigações, [3] que saíam da alçada do juiz Sérgio Moro, de Curitiba, e [4] passariam ao STF, por causa do chamado "foro privilegiado".

No recurso contra o arquivamento das ações, a defesa de Lula pede que, além do "status de ministro", o STF também reconheça as "consequências jurídicas decorrentes dessa situação", sem, no entanto, exemplificar quais seriam esses efeitos.

A assessoria da defesa de Lula informou que se busca reconhecer que o ex-presidente pode ocupar cargos na administração pública.

Em tese, se o Supremo reconhecer que ele tinha foro privilegiado no período, qualquer ato [5] tomado contra ele por um juiz de primeira instância pode ser anulado.

Em nota à imprensa, o Instituto Lula afirmou que o objetivo do recurso é "restabelecer os plenos direitos políticos de Lula", [6] que teriam sido "violados" com a decisão liminar provisória de Gilmar Mendes, [7] que suspendeu a nomeação.

"Além de ter ferido um direito de Lula, a liminar ofendeu a prerrogativa constitucional da presidenta da República, de nomear ministros livremente", afirmou o Instituto Lula.

No mesmo pedido, a defesa de Lula também pede que as ações sob relatoria de Gilmar Mendes (mandados de segurança) sejam julgadas conjuntamente com outras duas relatadas por Teori Zavascki (chamadas "arguições de descumprimento de preceito fundamental"), de tipo diferente. Zavascki chegou a rejeitar as ações, mas a defesa também recorreu.

Em abril, o plenário do STF decidiu que as ações sob Gilmar Mendes e aquelas com Zavascki deveriam ser julgadas conjuntamente.

Para a defesa, Gilmar Mendes contrariou essa decisão ao arquivar suas ações. O ministro entendeu que elas haviam perdido o objeto, com a exoneração de Lula depois que Dilma foi afastada da Presidência.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/lula-pede-ao-stf-reconhecimento-do-status-de-ministro-de-marco-maio.html>. (Acesso em: 26/06/2016)

Texto 14 - Ocorrências:

No texto 14, contabilizou-se a ocorrência de 7 orações relativas: [1] que arquivou duas ações, [2] que questionavam sua nomeação como ministro da Casa Civil, [3] que saíam da alçada do juiz Sérgio Moro, [4] passariam ao STF, [5] tomado contra ele por um juiz de primeira instância e [6] que teriam sido "violados" com a decisão liminar provisória de Gilmar Mendes e [7] que suspendeu a nomeação.

Desempenham as relativas [1], [3], [4], [5], [6] e [7] significado circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista devido ao valor circunstancial causal que essas construções desempenham:

- i) A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolou nesta segunda-feira (23) no Supremo Tribunal Federal (STF) recurso contra decisão do ministro Gilmar Mendes [1] que arquivou duas ações [2] que questionavam sua nomeação como ministro da Casa Civil.
- ii) Ao analisar ações do PSDB e do PPS, o ministro viu tentativa de Lula escapar das investigações, [3] que saíam da alçada do juiz Sérgio Moro, de Curitiba, e [4] passariam ao STF, por causa do chamado "foro privilegiado".
- iii) Em tese, se o Supremo reconhecer que ele tinha foro privilegiado no período, qualquer ato [5] tomado contra ele por um juiz de primeira instância pode ser anulado.
- iv) Em nota à imprensa, o Instituto Lula afirmou que o objetivo do recurso é "restabelecer os plenos direitos políticos de Lula", [6] que teriam sido "violados" com a decisão liminar provisória de Gilmar Mendes, [7] que suspendeu a nomeação.

Ao passo que a estrutura [2] desempenha função relativa prototípica:

v) A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolou nesta segunda-feira (23) no Supremo Tribunal Federal (STF) recurso contra decisão do ministro Gilmar Mendes [1] que arquivou duas ações [2] que questionavam sua nomeação como ministro da Casa Civil. (relativa restritiva)

Análise:

O texto pretende deslegitimar a defesa do presidente e ratificar que a nomeação de Lula foi uma tentativa de ele retirar as investigações da alçada da Justiça Federal e passar para o Supremo.

O jornalista inicia, no entanto, a notícia informando o fato de a defesa do ex-presidente entrar com um recurso para que Lula tivesse o *status* de ministro reconhecido:

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolou nesta segunda-feira (23) no Supremo Tribunal Federal (STF) recurso contra decisão do ministro Gilmar Mendes que arquivou duas ações que questionavam sua nomeação como ministro da Casa Civil.

Claramente, a oração relativa com teor causal “que arquivou duas ações” demonstra o porquê de a defesa impetrar recurso contra a decisão de Gilmar Mendes. Assim, o autor usa a relativa para atenuar o motivo de a defesa recorrer, atenuação que não seria possível com uma adverbial causal, como se percebe na reescrita do trecho:

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolou nesta segunda-feira (23) no Supremo Tribunal Federal (STF) recurso contra decisão do ministro Gilmar Mendes 1 porque esse arquivou duas ações que questionavam sua nomeação como ministro da Casa Civil.

Uma vez que o objetivo é deslegitimar a defesa do ex-presidente, o uso da oração adverbial causal descaracterizaria a ideia da deslegitimação, pois a causa de a defesa impetrar recurso estaria explícita.

E essas causas são dadas depois de o jornalista descaracterizar a defesa e fazer inferir que a nomeação de Lula foi uma ferramenta para que o ex-presidente alcançasse foro privilegiado.

E, assim, o jornalista continua tentando aparente impessoalidade: Um dos objetivos, diz a peça, é que, ao analisar novamente a nomeação, o STF "reconheça" que o petista teve "o *status* de ministro de Estado" entre os dias 16 de março, data da sua nomeação, e 12 de maio,

quando foi oficialmente exonerado do cargo após o afastamento da presidente Dilma Rousseff no processo de impeachment.

No entanto, no próximo parágrafo, novamente tenta deslegitimar a defesa do ex-presidente, demonstrando, pela relação concessiva, que Lula não chegou a exercer o cargo:

“Embora nomeado por Dilma, Lula não chegou a exercer a chefia da Casa Civil por decisão do próprio Gilmar Mendes no dia seguinte à sua posse.”

A oração principal desse terceiro parágrafo acaba mantendo uma relação consecutiva com o quarto parágrafo: “Ao analisar ações do PSDB e do PPS, o ministro viu tentativa de Lula escapar das investigações, que saíam da alçada do juiz Sérgio Moro, de Curitiba, e passariam ao STF, por causa do chamado "foro privilegiado".

As relativas “que saíam da alçada do juiz Sérgio Moro, de Curitiba, e passariam ao STF, por causa do chamado ‘foro privilegiado’”, as quais pertencem a um discurso indireto livre, estabelecem com a oração “o ministro viu tentativa de Lula escapar das investigações” uma relação causal: “Ao analisar ações do PSDB e do PPS, o ministro viu tentativa de Lula escapar das investigações, 3 (já) que saíam da alçada do juiz Sérgio Moro, de Curitiba, e 4(já) que passariam ao STF, por causa do chamado ‘foro privilegiado’.”

Assim, o leitor é levado a inferir que o ministro viu tentativa de Lula escapar das investigações porque estas saíam da alçada do Juiz Federal Sérgio Moro e passariam ao STF, por causa do foro privilegiado.

Nesse parágrafo, o autor pretende ratificar o que as demais notícias do G1 parecem disseminar, que Lula pretendia escapar da alçada do juiz Sérgio Moro, e pretende desqualificar o recurso da defesa do ex-presidente perante a população, principalmente pelo fato de se ter o ministro Gilmar Mendes como sujeito da ação de “ver”.

E continua a tentar descaracterizar a defesa no quinto parágrafo ao afirmar que, ao falar sobre as consequências jurídicas implicadas, não as especifica:

No recurso contra o arquivamento das ações, a defesa de Lula pede que, além do "status de ministro", o STF também reconheça as "consequências jurídicas decorrentes dessa situação", sem, no entanto, exemplificar quais seriam esses efeitos.

E, dessa forma, ao tratar da fala da assessoria de Lula, logo, em seguida, retoma a fala sobre a importância do foro privilegiado, contrariando o que a defesa informa buscar:

A assessoria da defesa de Lula informou que se busca reconhecer que o ex-presidente pode ocupar cargos na administração pública.

Em tese, se o Supremo reconhecer que ele tinha foro privilegiado no período, qualquer ato tomado contra ele por um juiz de primeira instância pode ser anulado.

A oração relativa reduzida, cujo conteúdo inferível é considerado como informação dada, “tomado contra ele por um juiz de primeira instância” estabelece com a estrutura “qualquer ato pode ser anulado” uma relação causal, a qual insinua que Lula busca o foro privilegiado:

Em tese, se o Supremo reconhecer que ele tinha foro privilegiado no período, qualquer ato 5, (por ser) tomado contra ele por um juiz de primeira instância, pode ser anulado.”

“Em nota à imprensa, o Instituto Lula afirmou que o objetivo do recurso é ‘restabelecer os plenos direitos políticos de Lula’, que teriam sido ‘violados’ com a decisão liminar provisória de Gilmar Mendes, que suspendeu a nomeação.

As relativas, no caso acima, que pertencem a um discurso indireto livre, amenizam as relações causais, talvez, pretendidas pelo Instituto Lula e, dessa forma, o jornalista camufla uma possível denúncia por parte do órgão:

O objetivo do recurso é "restabelecer os plenos direitos políticos de Lula", porque teriam sido "violados" com a decisão liminar provisória de Gilmar Mendes, uma vez que o ministro suspendeu a nomeação do ex-presidente.

Dessa maneira, após declarações do Instituto Lula, o autor finaliza com uma justificativa para a atitude do Ministro Gilmar Mendes em arquivar as ações: “O ministro entendeu que elas haviam perdido o objeto, com a exoneração de Lula depois que Dilma foi afastada da Presidência.”

As relativas [1] e [5], que pertenceriam ao eixo da incorporação por elaboração migram, assim como as estruturas [3], [4], [6] e [7], que pertenceriam ao eixo da expansão por elaboração, para o eixo da expansão por realce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No *corpus* analisado, foi contabilizado um quantitativo de 80 orações relativas, representado por 43 ocorrências de relativas circunstanciais – distribuídas em causais, concessivas e consecutivas – e 37 ocorrências de relativas prototípicas.

Essa constatação, portanto, torna possível comprovar a hipótese de que, a fim de manter a relação pré-determinada entre sociedade e mídia, os jornalistas lançam mão de orações relativas que, dados os níveis textuais e contextuais, assumem, como em latim, significados circunstanciais, prototípicos das construções adverbiais.

Assim, após cumprir-se todo o trajeto desta pesquisa, ratifica-se a ideia de que, como espaço de batalhas sociais, o mundo dos signos instancia, por realizar os contextos culturais em que o homem se insere, a configuração estrutural de uma sociedade. Nessa perspectiva, é notório que o processo de dominação social se realiza por meio de estratégias linguísticas – das quais o estratagema de dissimulação de ações faz parte.

A língua, portanto, conforme se pode ver no percurso desta pesquisa, exerce um papel de extrema relevância. Na qualidade de principal veículo pelo qual o homem se faz membro de determinada sociedade, constitui a configuração dos papéis sociais de dada cultura, sem, no entanto, deixar de expressar ideologias e valores.

Essa expressão, portanto, ratifica a linguagem como ponto de contato entre o homem e contexto social no qual se encontra. Alicerça-se, nesse ponto, a consideração funcionalista de que a análise de um gênero textual não pode deixar de considerar, consoante se percebeu no decorrer desta investigação, a composição sociocultural à qual qualquer gênero se integra.

Dessa forma, percebe-se a constituição do gênero textual como “artefato cultural”, ou seja, como realização de determinado contexto de cultura, já que instancia a configuração de papéis sociais, práticas, regras e recursos (poder), isto é, realiza, por meio de das realizações linguísticas, determinações históricas e culturais.

Sendo assim, ao analisar a configuração de uma estrutura social a fim de compreender o contexto cultural instanciado a partir das notícias divulgadas pela mídia, pode-se verificar que o papel social assumido por essa instituição lhe confere o exercício de “mero informante”, cuja imparcialidade se sobreporia a qualquer manifestação ideológica.

No entanto, como a argumentatividade é, devido às relações de poder que permeiam todas as relações humanas, uma atividade imanente à língua, observa-se que, para manter o

status de mero reprodutor da realidade, o jornalista lança mão de estratégias linguísticas a fim de dissimular ações e, então, constituir a prática social do campo jornalístico.

Diante de tal contexto, verifica-se que o gênero textual notícia – quiçá os demais gêneros jornalísticos –, como realização de espaços de disputa pelo poder, inerente a toda prática social, apropria-se de recursos linguísticos para preservar o contrato social estabelecido entre mídia e sociedade.

Dessa maneira, por meio do *corpus* analisado, é possível observar que as orações relativas circunstanciais funcionam como um recurso linguístico cuja finalidade atende aos propósitos do contexto de cultura norteador do gênero notícia, isto é, funcionam como uma manobra discursiva para disfarçar o comprometimento do jornalista com o fato enunciado.

Portanto, devido à variação na forma de expressão do significado, isto é, transferência de significado para um campo léxico-gramatical diverso daquele que normalmente o realiza, o contexto de cultura que norteia o gênero notícia não se encontra violado, porquanto a subjetividade do autor se mantém disfarçada no texto por meio das orações subordinadas relativas.

Logo, mediante esse processo de transposição de significados entre uma estrutura adverbial e uma estrutura adjetiva, verificou-se que constituem as orações relativas circunstanciais um tipo de metáfora gramatical ideacional a qual, por ser um recurso de dissimulação de poder, contribui para que a sociedade legitime o papel da mídia e, dessa maneira, para que se estruture a configuração de um sistema de dominação liderado pela imprensa.

Pode-se, portanto, constatar que a oração relativa, a qual desempenha, prototipicamente, função adjetiva, pode disfarçar conteúdos circunstanciais que colaboram para a argumentatividade do gênero notícia, funcionando como uma metáfora ideacional, uma vez que, pela tensão entre os planos, a oração relativa, motivada pelo contexto sociocultural, assume significado circunstancial.

Frente ao exposto, apesar das limitações desta pesquisa, espera-se que esta dissertação possa, de alguma maneira, contribuir com a construção de um novo olhar para as orações relativas, fundamentado na compreensão das necessidades sociocomunicativas dos falantes. Além disso, deseja-se que, em uma perspectiva funcional sobre metáfora, este estudo possa contribuir com a ampliação da caracterização das metáforas ideacionais e, dessa forma, venha a fomentar outras pesquisas sobre o assunto.

Ademais, uma vez que a preocupação com o ensino da língua, da qual não pode se despir um (a) professor(a), é real e evidente, fazem-se votos para que este trabalho possa estimular o tratamento funcional da gramática no ensino da Língua Materna, conduta que tende – e é sempre o que se deseja – a se desdobrar para além dos muros acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, Artemis; LAW, Paul; MEINUNGER, André; WILDER, Chris. *The Syntax of Relative Clauses*. Amsterdam: John Benjamins, 2000.
- ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e sociedade civil. *Revista Compólitica*, v. 1, n. 1, p. 120-132, mar./abr. 2011.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença, 1970.
- ALVES FILHO, Francisco. *Gêneros Jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARISTÓTELES. *Arte poética e arte retórica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- AVELAR, António; AZUAGA, Luísa. A teoria da avaliatividade: breve apresentação. In: AZUAGA, Luísa (Org.). *Relatos de Viagens: Representações e codificações linguísticas de Portugal no século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa, 2011. v. 2.
- AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BARBARA, Leila; MACÊDO, Célia Maria Macêdo de. Linguística sistêmico-funcional para a análise de discurso: um panorama introdutório. *Cadernos de linguagem e sociedade*, v. 10, n. 1, 2009.
- BARROS FILHO, Clóvis de; LOPES, Felipe Tavares Paes; PERES NETO, Luiz. *Teorias da comunicação em jornalismo - reflexões sobre a mídia*. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
- BASSOLS DE CLIMENT, Mariano. *Sintaxis latina*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones científicas, 1971. v. 1.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). *O texto e seus contextos*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editoria, 2016.
- BAWARSHI, Anis S. *Gênero: história, teoria, pesquisa e ensino*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2013.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BELTRÃO, Cláudia de Faria. *Língua portuguesa: por uma educação linguística*. São Paulo: PUC, 2006.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BERNARDÉZ, Enrique. El texto em el processo comunicativo. *Revista de Investigación Lingüística*, v. 6, n. 2, p. 7-28, 2003.

BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, código, controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Class, code and control. v. 1. In: POWER, S. et al. *A tribute to Basil Bernstein: 1924-2000*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 2000.

BIEBER, Douglas; CONRAD, Susan. *Register, genre and style Douglas*. New York, NY: Cambridge University Press, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *L'amour de l'art, les musées d'art européens et leur public*. Paris: Minuit, 1969.

_____. *Un art moyen, essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Minuit, 1965.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Pierre Bourdieu*. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.

_____. *Cosas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Cosas dichas*. Buenos Aires: Gedisa, 1988.

_____. *La distinction; critique social du jugement*. Paris: Minuit, 1979.

_____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Pref. Sérgio Miceli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Pref. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique; précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Seuil, 2000.

_____. *Les étudiants et leurs études*. Paris: Mouton, 1964a.

_____. *Les héritiers, les étudiants et la culture*. Paris: Minuit, 1964b.

_____. *Pierre Bourdieu avec Löïc Wacquant; réponses*. Paris: Seuil, 1992.

_____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

_____. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

_____. *Sociologia*. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983b.

_____. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton, 1963.

_____; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: UFMG, 1963.

BURKE, P. *A arte da conversação*. Tradução: Álvaro L. Hattner. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

BURNS, Anne; COFFIN, Caroline. *Analyzing English in a global context a reader*. London: Routledge, 2000.

CARVALHO, Cristian dos Santos. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas (UNEB). *Veredas*, v.8, n.1 e n.2, p.9-27, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap01>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

CARVALHO, José G. Herculano de. *Teoria da linguagem: natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*. Front Cover: Atlântida, 1970. v. 1.

CORADO, Patrícia Ribeiro. *Veja: ideologia e argumentatividade em revista*. 239 f. 2010. Tese (Pós-doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CHRISTIE, F; MARTIN, J.R. (Ed.). *Genre and institutions: social processes in the workplace and school*. London: Cassell, 2001.

COSTA-HUBES, Terezinha da Conceição; GEDOZ, Sueli. Concepção sociointeracionista de linguagem: percurso histórico e contribuições para um novo olhar sobre o texto. *Revista Trama*, v. 8, n. 16, p. 125-138, 2. sem. 2012.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Fillipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

DAGUA, Clarendo Muñoz. *Metáfora interpersonal léxico-gramatical em la divulgación científica*. Bogotá: Editorial Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, 2014.

DA SILVA, Janaína Lacerda. *Dado novo, dado velho, dado inferível: as teorias funcionalistas e os estudos da linguística textual na produção textual escrita do gênero resumo*. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO, 5., 2013, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/anais/v_enieduc/data/uploads/letras/trabscompletos/let00588716910>. Acesso em: 12 dez. 2016.

DE ASSIS, André Willians Alves. Estrutura Retórica do Texto: uma análise funcionalista em processos jurídicos de danos morais. *Guavira Letras: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, Mato Grosso do Sul*, v. 1, n. 1, 2005.

DIAS, Rosângela Hanel. Linguagem. Interação. Individuação. Socialização. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 10., 2014. Florianópolis. *Anais..* Rio de Janeiro: ANPED, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/539-0.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Tradução de Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez. Cali: Universidad del Valle, 1988.

DUQUE, Paulo Henrique. *Competência comunicativa: um novo paradigma para a análise do discurso*. Disponível em: <arquivos.info.ufrn.br/arquivos/.../competencia_comunicativa.docProf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

EGGINS, Suzanne. *An introduction to systemic functional linguistics*. London: Continuum, 2004.

EGGINS, S; MARTIN, J.R. Genres and registers of discourse. In: DIJK, T. A. van (Ed.). *Discourse as structure and process*. London: Sage, 1997.

ERNOUT; A-THOMAS. *Syntaxe Latine*. Paris: [s.n.], 1924.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FERNADEZ, Martin Urgateche. *A metáfora em São Tomás de Aquino e Paul Ricouer*. Dissertação (Mestrado em Letras, 138 f.) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERNANDES, Magda Bahia Schlee de Brito. *A modalidade em português: uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa, 138 f.) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Márcia de Assis. Para gêneros discursivos: linguística sistêmico-funcional. PUC-Rio/ Colégio Pedro II, *Linguagens e Diálogos*, v. 1, n. 1, p. 69-81, 2010. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/339900/para-g%C3%AAneros-discursivos--lingu%C3%ADstica-sist%C3%AAmico>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

FIGUEIREDO, Débora. Context, register and genre: Implications for language education. *Revista Signos*, Santa Catarina, n. 43, esp. Monográfico n. 1, p. 119-141, 2010.

FINCHAM, Joe. *Language and semogenesis in philosophy: realizational patternings of ideology in lexicogrammar*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Artes Liberais, Graduate College of Marshall University, 2009.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo, Ática, 1999.

FOUNTANIER, Pierre. *Les figures du discours*. Paris: Flammarion, 1968.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/253498276/TESE-A-ANALISE-LINGUISTICA-NO-LIVRO-DIDATICO-DE-LINGUA-PORTUGUESA-DO-9-ANO-UMA-INVESTIGACAO-FUNCIONALISTA-pdf>>. Acesso em: 06 maio 2016.

GHADESSY, Mohsen (Ed.). *Text and context in functional linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GONÇALVES, Lêda Maria Mercês. O complementizador latino quod. *Revista Estudos Linguísticos*, Feira de Santana, BA, v. 32, 2009. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/comunica/ci138.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

GONZAGA, Jair João. *Intricate cases in clauses in sfg concerning the grammar of brazilian portuguese by ph.d.* 263 f. 2011. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GOUVEIA, Carlos. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p.13-47, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GRAMSCI, Antoni. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

GRIGOLETTO, Evandra. *Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, [201-]. Disponível em: <www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, Christian M.I.M. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4th. ed. London: Arnold, 2014.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, Christian M.I.M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. rev. por C. M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold, [1985], 1994, 2004.

_____. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. Londres: Edward Arnold, 2001.

_____. *El language como semiótica social – la interpretación social del language y del significado*. Tradução de Jorge Ferreiro Santana. Londres: Edward Arnold, 2001.

_____. Systemic background. In: BENSON, J. D.; GREAVES, W. S. (Ed.). *Systemic perspectives on discourse*. Norwood, NJ: Ablex, [1985b]. p. 1-15.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English Buenos Aires*. London: Longman, 1976.

HANKS, William F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bordieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

HJELMSLEV, L. *Prolegomena to a theory of language*. Madison: University of Wisconsin Press, 1961.

HONORATO, Tony. *Processos civilizadores e constituição de grupos sociais*. Curitiba: UFPR, Faculdade Guairacá, [20--]. Disponível em: <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/esa_debates/art28.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

HYMES, D.H. On communicative competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (Ed.). *Sociolinguistics: selected readings*. Harmondsworth: Penguin, 1972. p. 269-293. pt. 2.

KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2001.

LIMA, Carlos da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LISARDO, Rubio. *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. 1 ed. Barcelona; Caracas: Ediciones Ariel, 1982.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. *Círculo Psicanalítico da Bahia*, Cógito. Salvador, n. 11. p. 14 -19, out. 2010.

LOPES-DAMÁSIO, Lúcia Regiane; LONGHIN, Sanderléia Roberta. Construções relativas com traços circunstanciais: causa, condição e contraste. *Revista Veredas*, v. 18, n. 2, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. (Org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Paulo: Metodista, 2013.

MARQUES, Welisson. Funcionalismo, pragmática e análise do discurso: reflexões analítico-críticas. *Revista Odisséia*, Uberlândia, n. 3, 2009.

MARTIN, J. R. Analysing genre: functional parameters. In: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. (Ed.). *Genre and institutions: social processes in the workplace and school*. London: Cassell, 1997. p. 3-39.

_____. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (Ed.). *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 142-175.

_____. *English text: system and structure*. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

_____. 'Grammar meets Genre – Reflections on the 'Sydney School''. *Arts: the journal of the Sydney University Arts Association*, v. 22, p. 47-95, 2000. Disponível em: <<https://openjournals.library.sydney.edu.au/index.php/ART/article/viewFile/5596/6265>>. Acesso em: 02 abr.2016.

_____. Instantiating appraisal: key and stance. In: PAPER AT SYSTEMIC FUNCTIONAL LINGUISTICS ASSOCIATION CONFERENCE, 2003, Adelaide. [Adelaide: s.n.], 2003.

_____. Macro-proposals: meaning by degree. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (Ed.). *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund raising text*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 359-396.

_____. Meaning beyond the clause: SFL perspectives. *Annwal Review' of Applied Linguistics*, n. 22, p. 52-74, 2002. Disponível em: <<http://www.isfla.org/Systemics/Print/MartinPapers/JA2002Meaning%20beyond%20clause%20SFL%20perspective.PDF>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. Positive discourse analysis: solidarity and change. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, n. 49, p. 179-200, 2004.

_____. Reading positions: Positioning readers: judgement in English. *Prospect*, v. 10, n. 2, p. 27-37, 1995.

_____; PLUM, G. Construing experience: some story genres. *Journal of Narrative and Life Story*, p. 299-308, [1977].

_____; ROSE, M. *Genre relations: mapping culture*. London: Equinox, 2007.

_____; WHITE, P. R. R. *The Language of evaluation: appraisal in English*. Houndmills; New York: Palgrave, 2005.

_____; ROSE, David. Genres and texts: living in the real world. *Indonesian Journal of SFL*, Indonesian, v.1, n.1, p. 1-21, 2012. Disponível em: <http://alsfal2013.weebly.com/uploads/1/6/5/5/16553900/genres_and_texts.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

MARTIN, J. R.; VEEL, R. (Ed.). *Reading science: critical and functional perspectives on discourses of science*. London: Routledge, 1998.

_____; ROTHERY, J. *Working Papers in Linguistics 1*. Sydney: Department of Linguistics, University of Sydney, 1980.

MARTINS FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. Contexto: problemática ad infinitum. In: SILVA, D. N.; MARTINS FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Org.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 190-206.

MARTINS, Eduardo Simões. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. *Kínesis*, v. 2, n. 4, p. 40-52, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Ospapeissociaisnaformacao.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MAYES, Patricia. *Language, social structure, and culture: a genre analysis of cooking classes in Japan and America*. Amsterdam: Jonh Benjamins B.V, 2003.

MEDINA, Daniel do Rosário. *Mediatização da comunicação política: media, política e comunicação - a negociação do poder*. Tese (Doutorado, 412 f.) - Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2006.

MEURER, José Luiz. 2004. Ampliando a noção de contexto na lingüística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. esp., p. 133-157, 2004. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagememdiscurso/0403/0403pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

_____; BONINI, Adair; MOTA-ROTH, Désirée (Org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. [S.l.]: Editora Parábola, 2005.

_____; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino de linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MICELI, Sérgio. *A economia das trocas simbólicas* (Org.). São Paulo: Perspectiva, 1974.

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tácito. Abordagens funcionalistas. *Letra magna - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, ano 3, n. 4, 1. sem. 2006.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (Org.). *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa*, São Paulo, 1994.

NININ, Maria Otília Guimarães; JOSEPH, Norma Lírio de Leão; MACIEL, Maria Coimbra. Metáforas gramaticais como recursos para empacotamento no texto acadêmico. *Letras*, Santa Maria, v. 25, n. 50, p. 207-230, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/20211/pdf>>. Acesso em: 04 abr.2016.

NOGUEIRA, Felipe Augusto; MALLMANN, Andreia Denise. Análise das características do jornalismo on line em portais de notícias. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 14., 2013, S. Cruz do Sul, RS. *Anais...* [S. l.]: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

NOZAKI, Izumi (Org.). *Socialização, educação, linguagem: códigos e contextos*. Campinas, SP : Mercado de Letras, 2014.

OCHS, E. Indexing Gender. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (Ed.). *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

OLIVEIRA, Vivian Meira de. *O uso do modo subjuntivo em orações relativas do português afro-brasileiro: visões sobre o modo subjuntivo na tradição latina*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística, 302 f.) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PIETROFORTE, A. V. *Tópicos de semiótica: modelos teóricos e aplicações*. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

PRAXEDES, Walter. *Ensaio sobre temas, autores e obras com suas diferentes representações da realidade* Disponível em: <<https://walterpraxedes.wordpress.com/2015/07/18/a-teoria-das-representacoes-sociais-de-pierre-bourdieu/> livro>. Acesso em: 12 nov. 2016.

RAMOS, Mendes de Oliveira Maria. *A nominalização de processos verbais: a perspectiva sistêmico-funcional da produção textual em contextos escolares*. Dissertação (Mestrado em Letras, 186 f.) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

REIS, Andreia Rezende Garcia. *Orações de gerúndio nas modalidades falada e escrita do português: conexão de orações*. Tese (Doutorado em Linguística, 132 f.) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

RICOUER, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ROSE, David. *Genre in the Sydney: The Routledge handbook of discourse analysis*. James London: Routledge, 2010. Disponível em: <<https://www.readingtolearn.com.au/wp-content/uploads/2016/01/Genre-in-the-Sydney-School.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London; New York: Continuum, 2003.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, [1931], [1964].

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. Bernstein e o campo educacional: relevância, influências e incompreensões. *Cad. Pesqui.* n. 120, p. 15-49, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000300003>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SANTOS, Zaira Bomfante dos. A linguística sistêmico-funcional: algumas considerações. *SoLetras- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri Dossiê*, n. 28, 2. sem. 2014.

SCHLEE, Magda Bahia. *A modalidade em português: uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa, 139 f.) - UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

SCHLEE, Magda Bahia et al. Linguística sistêmico-funcional no quadro das grandes teorias linguísticas: propostas de aplicação. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 16., 2011. *Anais...* Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012.

SEARLE, J. *Metaphor*. In: ORTHONY, Andrew. *Metaphor and thought*. Cambridge; London: Cambridge University Press, 1982. p.92-123.

_____. *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*. Cambridge; London: Cambridge University Press, 1986.

SEGUNDO, Paulo Roberto Gonçalves. *Discurso e prática social*. (FFLCH-USP). Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/.../GONÇALVES%20SEGUNDO%20-20Discurso%20e%20...1>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação*, São Paulo, n. 20, maio/ago. 2002.

SILVA, Wagner Rodrigues; SILVA, Kellen Lucy Santos; BORBA, Lucieny de Castro. *Construção da reflexão na escrita acadêmica por professores em formação inicial*. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 277-308, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339845784005>. Acesso em: 11. nov. 2016.

SILVA, Wagner Rodrigues; ESPINDOLA, Elaine. Afinal, o que é gênero textual na linguística sistêmico-funcional? *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 34, p. 259-307, jan./jun. 2013. Disponível em:

<<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/672/697>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SILVA, Daniel do Nascimento; FERREIRA, Dina Maria Martins; DE ALENCAR, Claudiana Nogueira (Org.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Renato caixieta. *Representações do livro didático de inglês: análise do discurso de produtores e usuários com base na Linguística-Sistêmico Funcional*. Tese (Doutorado em Letras, 332 f.) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVEIRA, Helder Gordim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas Relações Internacionais do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

SPERANÇA-CRISCUOLO, A. C. *Funcionalismo e cognitismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino online*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. 182 p.

SOUZA, Elenice Sandos de Assis Costa. Cláusulas relativas: um caso de interface entre sintaxe e prosódia. *ReVEL*, v. 8, n. 15, 2010.

SOUZA, R. F. de L. *A análise linguística no livro didático de língua portuguesa do 9º ano: uma investigação funcionalista*. Dissertação (Mestrado em Letras, 109 f.) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, RN, 2013.

TAVERNIERS, Miriam. Grammatical metaphor in SFL: a historiography of the introduction and initial study of the term. *Moderna Språk*, v. 98, n. 1, p. 17-26, 2004. Disponível em: <<https://biblio.ugent.be/publication/348984/file/6793534.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

TERESINHA, Maria. A formação do sentido e da identidade na visão bakhtiniana. *Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 181-206, 2008.

THOMPSON, Sandra A. *Complex sentences in grammar and discourse: essays in honor*. [S.l.]: John Benjamins Publishing, 2002.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social eritka na era dos meios de comunicação de massa I*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TUCHMAN, Gaye. *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

VALÉRIO, Rubiane Guilherme. *A função coesiva das nominalizações em redações escolares na perspectiva sistêmico-funcional*. Dissertação (Mestrado em Letras, 133 f.) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VAN DIJK, Teun. A. *News as discourse*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

VEIRA, Lúcia Mosqueira de Oliveira; DE LIMA, Maria Cecília. Identidades de gênero em gênero discursivo: uma análise de discurso. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE

ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 5., 2009, Caxias do Sul, RS. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em:
<http://www.ucs.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos_autor/arquivos/identidades_de_genero_em_genero_discursivo_uma_analise_de_discurso.pdf>.
Acesso em: 02 jul. 2016.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. Tradução de Sergio Lamarão. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 96, July 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200007>>. Acesso em: 10 out. 2016.

WIECHMANN, Daniel. *Understanding relative clauses: a usage-based view on the processing of complex constructions*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015.

WILSON, Carmem Diva Rodrigues Jorge. *Relações interpessoais em um fórum de discussão online: a perspectiva sistêmico-funcional em práticas discursivas de ensino a distância*. Tese (Doutorado em Letras, 268 f.) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ZANELLA, Andréa Vieira; PRADO FILHO, Kléber; ABELLA, Sandra Iris. Relações sociais e poder em um contexto grupal: reflexões a partir de uma atividade específica. *Estud. psicol.*, Natal, RN, v. 8, n. 1, p. 85-91, 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100010>.
Acesso em: 01 set. 2016.